

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

Direitos culturais e museus paulistas

Uma análise sobre o direito à participação

Isabela Ribeiro de Arruda

Maio de 2017

DIREITOS CULTURAIS E MUSEUS PAULISTAS: UMA ANÁLISE SOBRE O DIREITO À PARTICIPAÇÃO¹

Isabela Ribeiro de Arruda²

RESUMO

ARRUDA, Isabela Ribeiro de. **Direitos culturais e museus paulistas**: uma análise sobre o direito à participação. 2017. 75 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) - Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A partir das reflexões da filósofa Marilena Chauí sobre direitos culturais, a presente pesquisa buscou compreender o modo como as instituições museológicas contribuem para a promoção e efetivação de tais direitos, mais particularmente, em relação ao direito à participação. Para tanto, foram analisadas as políticas públicas para museus implementadas no Brasil, assim como os Planos Museológicos de três instituições paulistas (Museu H. P. Índia Vanuíre, Museu da Imigração e Museu Afro Brasil), a fim de refletir sobre como os direitos culturais são tratados nos documentos institucionais e nas ferramentas de gestão.

Palavras-chave: Direitos Culturais, Direito à Participação, Políticas Culturais para Museus, Planos Museológicos.

ABSTRACT

From the reflections of the philosopher Marilena Chauí on cultural rights, this research sought to understand how museological institutions contribute to the promotion and effectiveness of

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pelo Centro de Estudos Latino-Americanos em Cultura e Comunicação – Escola de Comunicação e Artes/USP.

² Possui bacharelado e licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

these rights, more particularly, in relation to the right to participation. In order to do so, the public policies for museums implemented in Brazil, as well as the Museological Plans of three institutions (Museu Índia Vanuíre, Museu da Imigração and Museu Afro Brasil) were analyzed in order to reflect on how cultural rights are treated in institutional documents and management tools.

Keywords: Cultural Rights, Right to Participation, Cultural Policies for Museums, Museological Plans.

RESUMEN

A partir de las reflexiones de la filósofa Marilena Chauí sobre derechos culturales, la presente investigación buscó comprender el modo en que las instituciones museológicas contribuyen a la promoción y efectividad de tales derechos, más particularmente, en relación al derecho a la participación. Para ello, se analizaron las políticas públicas para museos implementadas en Brasil, así como los Planes Museológicos de tres instituciones (Museu India Vanuíre, Museu da Imigração y Museu Afro Brasil), a fin de reflexionar sobre cómo los derechos culturales son tratados en los documentos institucionales y las herramientas de gestión.

Palabras clave: Derechos Culturales, Derecho a la Participación, Políticas Culturales para Museos, Planos Museológicos.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer o apoio de pessoas queridas ao final de um trabalho pode ser tão desafiador quanto algumas das etapas de desenvolvimento da pesquisa. Expressar em palavras a importância da presença, do afeto e da compreensão pode ser tarefa difícil, pois nem sempre a letra fria no papel é capaz de expressar a gratidão que sentimos no momento de finalização de mais uma importante etapa em nossa vida acadêmica.

Agradeço inicialmente ao CELACC, na figura do coordenador Prof. Dr. Dennis de Oliveira, por possibilitar aos funcionários da Universidade de São Paulo a oportunidade de realizar o curso de Especialização na modalidade de bolsistas. Esta postura demonstra a preocupação efetiva com a aproximação e a formação contínua dos servidores da universidade no âmbito da pesquisa acadêmica.

À Prof.^a Dr.^a Cláudia Fazzolari, pela orientação firme, dedicada e atenciosa, bem como pela compreensão sobre os limites de dedicação à pesquisa impostos pelas exigências de nossa vida profissional. Aos demais professores e colegas do CELACC, pela oportunidade de ampliar os horizontes de atuação profissional no campo da cultura e estabelecer trocas de experiências ao longo do curso.

Às queridas amigas e colegas de curso, Marianne Jordão, Maria Emília Faganello, Letícia Sá e Flaviana Santos, pelo companheirismo, amizade, compromisso e alegria – longa vida às Serendipanas!

Agradeço especialmente aos colegas do Serviço de Atividades Educativas do Museu Paulista, Denise C. C. Peixoto Abeleira e Ricardo da Mata Barbosa, pelo apoio, comprometimento e compreensão ao longo do extenso processo do curso de Especialização. Às queridas amigas, Flávia Andrea Machado Urzua, Ina Hergert e Tatiana Vasconcelos, pelas risadas, pela leveza e pelos inúmeros cafés transformados em brigadeiros e pedaços de bolo.

À Dora e à Ninina, agradeço e peço desculpas por mais um longo período de ausências e distância física aos finais de semana. Ao menos o pensamento está sempre em vocês!

Ao Jacaré, pela paciência, compreensão e carinho. Depois de quase quatro anos realizando cursos aos sábados, estou de volta para curtir nossos finais de semana em família – que logo logo crescerá ainda mais.

Ao meu paizinho, cujo rigor e seriedade acadêmica se mesclavam com a gargalhada mais deliciosa que jamais ouvirei; os mais sinceros sentimentos de gratidão, amor e saudade.

INTRODUÇÃO

Os direitos culturais, que integram o amplo rol de direitos humanos, são compreendidos pela filósofa Marilena Chauí, na obra “Cidadania Cultural – O direito à cultura” (2006, p. 96-100), a partir de quatro formas de efetivação, quais sejam: direito à informação, direito à fruição cultural, direito à produção cultural e direito à participação. As instituições culturais, nos âmbitos público ou privado, devem colaborar para a concretização desses direitos, pois formulam políticas específicas de atuação, frutos de processos de tomada de decisão, definições e escolhas determinantes para a promoção da cidadania. Desta maneira, compreende-se que as políticas culturais são constituídas não só por agentes do Estado, mas também por agentes não estatais (como a sociedade civil, as organizações não governamentais, as empresas privadas, etc.) e as próprias instituições culturais. Tais políticas podem estar explicitadas em documentos oficiais, programas de ação, projetos pontuais, dentre outras ferramentas de gestão da ação cultural.

O presente trabalho visa a investigar a relação entre direitos culturais e uma tipologia específica de instituições culturais, quais sejam, os museus, compreendendo esta relação como uma forma de promoção da cidadania cultural plena. Para tanto, pretende-se compreender o modo como as instituições museológicas contribuem para a efetivação dos direitos culturais, mais particularmente, em relação ao direito à participação. Para fundamentar esta discussão, serão utilizadas referências teóricas do educador e comunicador Juan Díaz Bordenave, haja vista que sua obra permitiu problematizar a reflexão acerca do próprio conceito de participação.

Embora existam diferentes metodologias de pesquisa que possam ser úteis no processo de elucidação desta questão, optou-se por trabalhar por meio do exame da documentação oficial produzida tanto pelo Estado quanto pelos próprios museus, buscando um olhar mais detido sobre os Planos Museológicos das próprias instituições. A fim de aprofundar a observação, foi estabelecido um recorte geográfico para análise das instituições, circunscrevendo a seleção realizada a museus situados no estado de São Paulo. Esta escolha justificou-se tanto pela trajetória profissional da autora desta pesquisa – uma vez que atua há aproximadamente dez anos em museus e em instituições ligadas ao patrimônio, em São Paulo – quanto pelo acesso a documentos pertinentes à presente investigação disponibilizados pelos museus do estado. As instituições selecionadas foram: Museu H. P. Índia Vanuúre (Tupã, SP), Museu da Imigração (São Paulo, SP) e Museu Afro Brasil (São Paulo, SP).

O presente estudo encontra-se organizado em três capítulos, a saber: o primeiro apresenta-se como uma reflexão acerca da centralidade dos próprios direitos culturais, elencados em documentos variados e em reflexões de diferentes autores; em seguida, no segundo capítulo, discutem-se as políticas públicas culturais estabelecidas para a área dos museus, trabalhando, também, os conceitos que consolidam este campo da cultura; por fim, o terceiro e último capítulo propõe uma análise dos documentos e de ferramentas de gestão utilizados pelas instituições e como estes indicam formas de efetivação do direito à participação cultural.

1 DIREITOS CULTURAIS

No que se refere aos direitos culturais, é indispensável considerar tanto a produção teórica sobre o assunto quanto os documentos internacionais produzidos ao longo do século XX, principalmente aqueles elaborados pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), por sua representatividade e influência. Machado (2011, p. 106) aponta que, mesmo nesta organização, ainda está por ser feito um inventário dos direitos culturais, “pois eles se encontram formulados de maneira fragmentada e dispersa nos inúmeros documentos normativos sobre os direitos humanos”³. Em um esforço para elencar os direitos expressos em tais documentos, o autor aponta que, dentre eles, estariam:

[...] direito à identidade e à diversidade cultural (ou direito à memória ou, ainda, direito à proteção do patrimônio cultural); direito à participação na vida cultural (que inclui os direitos à livre criação, ao livre acesso, a livre difusão e a livre participação nas decisões de política cultural); direito autoral e direito/dever de cooperação cultural internacional (ou direito ao intercâmbio cultural). (MACHADO, 2011, p. 106).

Oliveira (2014, p. 44-64), por sua vez, apresenta um detalhado panorama acerca das acepções do termo “direitos culturais” e como estas influenciam o desenvolvimento de políticas públicas dedicadas à garantia desses direitos. Neste sentido, é importante analisar o modo como os direitos culturais figuram no texto da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. O artigo 215 da referida Constituição dispõe que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Entretanto, o texto constitucional não elenca quais seriam tais direitos⁴. Esta dificuldade, todavia, não é exclusividade do ordenamento jurídico brasileiro; os instrumentos internacionais também não

³ Segundo Machado (2011, p. 106), são numerosos os documentos da UNESCO que versam, de alguma maneira, sobre os direitos culturais. São eles: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (1966); Convenção Universal sobre Direito do Autor (1952); Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (1954); Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional (1966); Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972); Recomendação sobre a Participação dos Povos na Vida Cultural (1976); Recomendação sobre o *Status* do Artista (1980); Declaração do México sobre Políticas Culturais (1982); Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989); Informe da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (1996); Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001); e Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

⁴ Oliveira considera que, apesar de encontrarmos os direitos culturais expressos claramente somente em dois artigos, “a ideia constitucional de cultura e dos direitos culturais vai além dos artigos 215 e 216 e permeia todo o texto da CF/88”. (OLIVEIRA, 2014, p. 58). Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito ao reconhecimento, na Constituição, tanto do sentido restrito de cultura (associado às práticas artísticas e intelectuais) quanto do sentido amplo (cultura como modo de vida).

estabelecem um conjunto categórico de direitos culturais. Segundo Donders (2011, apud Oliveira, 2014, p. 5), esta dificuldade dar-se-ia justamente pela complexidade e amplitude do conceito de cultura.

Por sua vez, Marilena Chauí, na obra “Cidadania Cultural – O direito à cultura”, expressou uma nova forma de compreender os direitos culturais. Ao realizar um balanço de sua gestão à frente da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, entre 1989 e 1992, a pesquisadora elenca quatro categorias de direitos culturais: direito à informação, direito à fruição cultural, direito à produção cultural e direito à participação – compreendendo o papel da gestão pública como estimuladora e provedora de condições para que tais direitos se efetivem na sociedade. O esforço de síntese da autora, realizado a partir de uma experiência prática na gestão pública da cultura, é adequado para a análise que será realizada no presente artigo, uma vez que passa necessariamente pela avaliação das possibilidades de efetivação dos direitos culturais a partir de um ponto de vista ancorado na realidade⁵.

1.1 DIREITO À PARTICIPAÇÃO

Para a elaboração desta análise, no entanto, buscou-se centrar a observação em um dos direitos enumerados pelos autores no entendimento do rol de direitos culturais, a fim de se compreender o modo como ocorre tal concretização nos museus. Trata-se do direito à participação, sobre o qual se encontra uma menção explícita na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que afirma, em seu artigo 7º, § 1, que “Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios”⁶. Segundo Machado (2011, p. 106), com o passar dos anos, o direito à participação cultural foi se ampliando, podendo também ser dividido em quatro categorias: direito à livre criação, ao livre acesso, à livre difusão e à livre participação nas decisões de política cultural. É importante perceber que a divisão proposta por Machado confronta a construção elaborada por Chauí, uma vez que, enquanto o autor compreende os direitos elencados como um conjunto que se refere somente ao direito à participação, a

⁵ A experiência de Marilena Chauí na Secretaria Municipal de Cultura é considerada um marco na política cultural da cidade de São Paulo. Intitulado “Política de Cidadania Cultural”, o programa de orientação da primeira gestão do Partido dos Trabalhadores no município procurava, de início, recusar três concepções de política cultural até então identificadas, quais sejam, autoritária, populista e neoliberal, e então estabelecer uma nova política que compreendia a cultura como direito dos cidadãos, “sem confundir-los com as figuras do consumidor e do contribuinte”. Cf. Chauí (2006, p. 65-69).

⁶ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

pesquisadora entende que estes são identificados como sendo a própria totalidade dos direitos culturais⁷. Não se trata aqui de eleger qual autor promove sua análise de forma mais adequada à presente discussão, mas sim, de compreender como o direito à participação pode ser entendido sob uma perspectiva diversa⁸. Machado (2011, p. 107), citando como exemplo o texto da Recomendação sobre a Participação dos Povos na Vida Cultural (1976), acredita que o acesso à cultura e a participação na vida cultural compõem duas faces de uma mesma moeda, pois estabelecem entre si uma relação de retroalimentação. Neste sentido, os estudos de Botelho (2011, p. 9) reafirmam essa ideia, já que suas pesquisas indicam que existe uma relação direta entre exposição e disponibilização de bens culturais e aumento do consumo cultural; a pesquisadora, no entanto, problematiza a noção de acesso, ressaltando que este deve considerar não somente a questão econômica enquanto medida de gratuidade de ingressos, mas também barreiras simbólicas e outras práticas culturais⁹. Por sua vez, Durand (2001, p. 68) alerta que as medidas para ampliação do acesso, muitas vezes, passam por estratégias de espetacularização, com o auxílio de veículos de mídia de massa que assumem o papel de legitimadores culturais. Para o autor,

[...] a maior parte das pessoas levadas a um evento “espetacularizado” só voltará a eventos subsequentes se atraída por igualmente custosa parafernália promocional. Para transformar um frequentador ocasional em um apreciador regular de cultura, é preciso pensar a prazo mais longo. E dar-lhe educação artística. (DURAND, 2001, p. 68).

A questão da criação de hábitos culturais e formação de gosto, neste sentido, surge como pano de fundo para a problematização da ideia de acesso, que pode confundir-se facilmente, em alguns casos, com formas massificadas de consumo cultural. Buscou-se, neste trabalho, compreender os direitos culturais como formas legítimas de desenvolvimento da cidadania, procurando acompanhar os processos pelos quais as instituições museológicas,

⁷ Exceto o direito à produção cultural, que não figura no conjunto elencado por Machado.

⁸ Esta diversidade de entendimento em torno da ideia de participação pode ser verificada nos próprios programas de ação nas instituições museológicas, nas quais a participação pode ser compreendida de maneira muito variada: como inserção de dispositivos interativos em ambientes expositivos, como composição de conselhos participativos, como realização de exposições participativas, etc. Infelizmente, no momento, a presente pesquisa não se dedicará propriamente à análise das atividades em si, mas pretende-se aprofundar essa discussão em pesquisas acadêmicas futuras.

⁹ Botelho (2011, p. 9) aponta que a estratégia, que “tem por objetivo a superação de desigualdades de acesso [...] acredita na magia do encontro entre a obra e esse público como algo suficiente para a conversão dos chamados ‘excluídos culturais’”. Ao ignorar as barreiras simbólicas presentes na recepção a obras e programas culturais, e ao não analisar os mecanismos de transmissão do ‘desejo por cultura’, que nada têm de natural, tais políticas de democratização cultural não alcançaram o seu principal objetivo: incorporar novos setores sociais no mundo dessas práticas eruditas”. Ou seja, mais do que promover o acesso, é importante aprofundar o entendimento sobre as razões dessa não frequência para além de barreiras econômicas ou físicas e considerar as possibilidades de implantação de processos da chamada “democracia cultural” – na medida do realizável em cada instituição, evidentemente.

mesmo quando trabalhando na chave - mais frequente - do acesso, são capazes de garantir tais direitos aos cidadãos.

No que se refere à discussão sobre o direito à participação, encontrou-se na produção do intelectual paraguaio Juan Díaz Bordenave (1985, p. 16) uma reflexão interessante para o debate a que se propõe o presente estudo. O autor, que em seu trabalho busca articular os conceitos de cultura e comunicação, considera que a participação social, embora se caracterize como necessidade fundamental do ser humano (1985, p. 16), deve ser encarada com cuidado, para que não seja entendida de forma instrumental, o que representa um perigo no que tange à adoção de práticas dirigidas ou manipuladas que legitimem, em nome da participação, processos autoritários de tomada de decisão (BORDENAVE, 1985, p. 14). De acordo com este autor,

Participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada. O conceito de participação social é transferido deste modo da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem conseqüências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas. Em harmonia com o conceito, se uma população apenas produz e usufrui dessa produção, ou se ela produz e usufrui mas não toma parte na gestão, não se pode afirmar que ela participe verdadeiramente. (BORDENAVE, 1985, p. 25).

Neste sentido, a reflexão de Bordenave elenca alguns aspectos que podem ser aplicados no âmbito dos direitos culturais (produção, fruição e gestão cultural), e seu pensamento articula a ideia de direitos culturais como elementos indivisíveis e irrenunciáveis, ou seja, não basta trabalhar na garantia de uns em detrimento de outros, torna-se necessário o processo de articulação de forças para que sua completa efetivação seja possível. O autor também realiza uma importante distinção entre participação simbólica e participação real: na primeira, os participantes têm interferência muito pequena nas tomadas de decisões – ainda que mantidos sob uma ilusão de poder de deliberação; na segunda, os membros influenciam efetivamente os processos da vida institucional (BORDENAVE, 1985, p. 63). Esta distinção será elemento importante para aprofundar a análise sobre os direitos culturais e suas formas de aplicação nas instituições museológicas, a qual será exposta no capítulo seguinte.

2 POLÍTICAS CULTURAIS E MUSEUS

Embora comumente associadas às esferas de atuação do Poder Executivo, talvez em virtude de certa confusão entre políticas culturais e atividades culturais, a formulação de políticas culturais não é exclusividade desta esfera governamental, e tampouco do próprio Estado¹⁰. Considerando-se que as instituições culturais, sejam elas públicas ou privadas, também formulam suas políticas de atuação – e, portanto, a discussão sobre políticas culturais se estende a campos de trabalho não necessariamente estatais –, buscou-se compreender as instituições museológicas como, simultaneamente, constituídas *por* e constitutivas *de* políticas culturais, no intuito de entender como as políticas públicas culturais podem auxiliar na definição das políticas dos museus e como estes formulam suas próprias políticas de atuação por meio de seus instrumentos de gestão. Tais questionamentos, evidentemente, serão analisados a partir do eixo dos direitos culturais, a fim de responder às seguintes inquietações: será possível às instituições museológicas trabalhar no âmbito da efetivação dos direitos culturais, mais especificamente, do direito à participação? De que maneira elas podem atuar neste sentido e onde este trabalho está explicitado?

Compreendendo-se que as políticas culturais se caracterizam por um conjunto de objetivos, estratégias e ações que pretendem administrar práticas e comportamentos a partir de critérios específicos (CERTEAU apud NASCIMENTO JR.; RANGEL, 2015, p. 299), bem como estabelecendo-se um recorte a partir das instituições museológicas do país, é possível instituir dois caminhos para tal análise, a saber: o processo de elaboração de políticas públicas para museus no Brasil; e a simultânea trajetória de realizações das próprias instituições museológicas.

Ao realizar um retrospecto sobre as políticas voltadas para museus no Brasil, percebe-se que a criação das primeiras instituições públicas da área no país são frutos de iniciativas isoladas, vinculadas a políticas locais de afirmação dos estados – tal como é o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi (1871), do Museu Paranaense (1876) e do Museu Paulista (1895) – ou à fundação de institutos de pesquisa, como os museus supramencionados, mas também o Museu Nacional (1818), primeira instituição estabelecida no país. Por outro lado, do ponto de vista de uma política evidentemente instituída para a área do patrimônio, somente no Estado Novo (1937-1945) é possível verificar, em âmbito federal, a formulação de políticas culturais para a área. A cultura, compreendida como campo de formação da nacionalidade brasileira,

¹⁰ Souza (2006, p. 27) aponta que, nos Estados modernos, existe uma “autonomia relativa do Estado, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas”.

era utilizada como instrumento ideológico de um Estado autoritário, de maneira que à sociedade era reservado o papel de somente visualizar nos bens preservados a própria memória da nação, apresentada sem tensões e de forma evolutiva (SILVA; PINHEIRO, 2013, p. 9). Em 1937, com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o processo de institucionalização da cultura passa a se beneficiar da força de intelectuais que, atuando junto ao Estado, são compreendidos como sendo os indivíduos mais capacitados para conhecer e identificar o patrimônio brasileiro. Como é de amplo conhecimento, o escritor Mário de Andrade elaborou um anteprojeto com propostas para a atuação do SPHAN que, embora não tenham sido colocadas em prática, em muito se relacionam com o que seria compreendido posteriormente como “dimensão antropológica da cultura”. Sua visão para os museus não seria diferente; consoante Silva e Pinheiro (2013, p. 14), “Para Mário, os museus deveriam expressar o valor que representassem a comunidade local, o costume regional, enquanto o projeto de Rodrigo¹¹ advertia para o caráter nacional dos museus”.

Ainda assim, embora o SPHAN possuísse museus sob sua jurisdição, durante décadas as preocupações do órgão estiveram mais voltadas às ações para preservação do patrimônio edificado, que ficou conhecido como “pedra e cal”. As políticas mais especificamente voltadas aos museus começaram a ser discutidas somente na década de 1980, e, de forma mais expressiva, na primeira década dos anos 2000, culminando com a promulgação da lei que instituiu o Estatuto de Museus¹².

Segundo Santos (2014, p. 100-101), tanto a Política Nacional de Museus quanto o próprio Estatuto se baseiam em discussões realizadas em 1972, por ocasião da realização da Mesa-redonda de Santiago do Chile, evento fundamental para a compreensão do alargamento conceitual dos museus, que a partir de então passaram a ser compreendidos como instituições com uma função social a ser desempenhada¹³. Amplamente conhecido pelos profissionais de

¹¹ Os autores referem-se a Rodrigo Melo e Franco de Andrade, advogado, jornalista e escritor brasileiro que atuou por mais de 30 anos no SPHAN.

¹² Silva e Pinheiro (2013, p. 14) apresentam uma cronologia das políticas federais voltadas para museus no Brasil: 1986 - Criação do Sistema Nacional de Museus; 2003 - Criação do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN; 2003 - Criação da Política Nacional de Museus; 2004 - Criação do Sistema Brasileiro de Museus; 2009 - Criação do Instituto Brasileiro de Museus, desvinculado do IPHAN; 2009 - Estatuto de Museus. Até o presente momento, encontramos poucas reflexões sobre o processo desta política pública que trabalhem, como na acepção de Saravia (2006, p. 33-35), com a análise da agenda, da elaboração, da formulação e – fundamental para nós – da implementação desta política. Por outro lado, é necessário compreender que o Estatuto de Museus constitui um instrumento importante de uma política pública mais ampla, mas que ainda está em processo de implementação, mesmo porque trata-se de uma legislação relativamente recente.

¹³ As discussões realizadas no âmbito da Mesa-redonda de Santiago do Chile reverberam até hoje no cenário museológico brasileiro. Duas concepções são centrais no desenvolvimento da chamada “Nova Museologia”: a

museus, o debate chegaria ao poder público somente no início da década de 2000. Ainda segundo a autora,

[...] a Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, estabelece os princípios fundamentais para os museus brasileiros, relacionados a seguir:

I. A valorização da dignidade humana;

II. A promoção da cidadania;

III. O cumprimento da função social;

IV. A valorização e a preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V. A universalidade do acesso, o respeito e a valorização a diversidade cultural. (SANTOS, 2014, p. 101).

Percebe-se, portanto, que as proposições do Estatuto vão ao encontro das proposições presentes nos diversos documentos referentes aos direitos culturais: inicia-se com a ideia de dignidade humana, fundamental nas formulações teóricas dos direitos humanos, seguida da preocupação com a promoção da cidadania (expressa, como visto anteriormente, no pensamento de Chauí) e, finalmente, destaca-se a ideia de acesso e valorização da diversidade cultural, sem que haja hierarquia entre esses dois direitos culturais.

Por outro lado, pode-se afirmar que, desde a década de 1980, acentuou-se o desenvolvimento de ações com vistas à ampliação do acesso pelos mais diversos públicos às coleções e edificações dos museus, principalmente por meio da expansão de programas educativos, mas também devido ao estabelecimento, ainda discreto, de outras estratégias de participação. Desta forma, torna-se evidente que a modalidade da chamada “difusão cultural” desenvolve-se nas instituições museológicas principalmente por meio de iniciativas de democratização da cultura, considerando o acesso aos bens culturais institucionalizados, conforme apontado no capítulo 1. No entanto, a partir da década de 2000 observa-se no país a intensificação do surgimento de iniciativas de museologia comunitária, acentuadas a partir da criação de políticas federais de incentivo à formação dos chamados “Pontos de Memória¹⁴”.

ideia de que os museus possuem uma função social a ser desempenhada; e a de que devem estar a serviço do desenvolvimento da sociedade. Esta última chegou a ser incorporada à própria definição de museu do ICOM – *International Council of Museums*, mas ainda encontra forte resistência nas dinâmicas práticas das instituições. Durand, embora não se dedique especificamente aos museus em sua reflexão, critica que haja “um apelo às artes e cultura para ajudar na busca de soluções de problemas que lhe são alheios”. O autor, evidentemente, adota uma concepção de cultura que não se associa à dimensão antropológica de cultura, compreendendo-a como apartada da vida social. (DURAND, 2001, p. 71).

¹⁴ Segundo o *site* do IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus, “o Programa Pontos de Memória tem como objetivo apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social. Com metodologia participativa e dialógica, os Pontos trabalham a memória de forma viva e dinâmica, como resultado de interações sociais e processos comunicacionais, os quais elegem aspectos do passado de acordo com as identidades e interesses dos componentes do grupo. Os Pontos de Memória valorizam o protagonismo comunitário e concebem o museu como instrumento de mudança social e desenvolvimento sustentável. [...]”. O Programa encontra inspiração em outra ação de grande êxito do Ministério da Cultura, implementada nos

Tais iniciativas podem ser entendidas como formas de reconhecimento da diversidade e como estratégia de incentivo à democracia cultural, por meio do fomento à salvaguarda da cultura popular e comunitária. A coexistência das políticas de democratização e democracia cultural associam-se às discussões do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), que destacou o direito de acesso à cultura. Este documento aponta que existiriam duas dimensões nesta política de acesso, quais sejam: a passiva, em que o acesso à cultura se dá por meio das instituições e serviços; e a ativa, em que se possibilita o acesso aos meios materiais necessários para a produção e difusão das manifestações culturais pelos próprios sujeitos que dela fazem parte. Percebe-se, portanto, a vinculação das políticas desenvolvidas nos últimos anos no Brasil à discussão mundial acerca dos direitos culturais.

Torna-se importante, entretanto, a problematização da associação direta comumente estabelecida que define que os museus ditos tradicionais¹⁵ estariam vinculados ao direito ao acesso, ao passo que os museus comunitários se associariam, por sua vez, ao direito à participação e à produção cultural. Desde o início da presente década, tornou-se notório o crescimento da preocupação das instituições ditas tradicionais em ampliar suas ações junto aos públicos, acrescentando à visão de acesso a ideia de participação social. Desta maneira, destaca-se aqui a importância que há em contribuir para a reflexão sobre a função social dos museus vinculada à efetivação dos direitos culturais, particularmente, do direito à participação. Além disso, considerou-se que a reflexão sobre direitos culturais ultrapassa o interesse dos profissionais envolvidos nas instituições culturais e alcança todos os cidadãos, na medida em que tais direitos são considerados inabdicáveis e indivisíveis, e, portanto, sua promoção e efetivação são do interesse de todos. O envolvimento de profissionais de museus, entretanto, é fundamental para a incorporação dos direitos culturais às práticas dos museus. Neste sentido, a reflexão traçada no presente trabalho encontra ecos na Declaração MINOM

governos do Partido dos Trabalhadores, principalmente durante a gestão de Gilberto Gil e de Juca Ferreira no MinC, intitulada “Pontos de Cultura”. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

¹⁵ Embora amplamente utilizada enquanto expressão cotidiana do campo profissional dos museus, a ideia de “museus tradicionais” não encontra consenso na bibliografia da área. Neste trabalho, adotamos a concepção de Varine, na qual, nos museus tradicionais, “o verdadeiro objetivo da instituição e seus profissionais é coletar, estudar e apresentar, em benefício da beleza, da ciência e da cultura, no sentido acadêmico”. (VARINE, 2014, p. 28). O mesmo autor elabora uma outra possibilidade de distinção entre as instituições museológicas, a saber: museu-espetáculo (museus de grande porte, muito dispendiosos e visitados por grupos “cativos”); museus-coleção (destinados a pesquisas avançadas e a públicos especializados, “para os quais a coleção é a primeira justificativa”); e museus-comunitários, originários de suas comunidades e territórios, que atuam por meio de “processos vivos que implicam a população e não se preocupam com um público”. (VARINE, 2014, p. 247).

Rio 2013¹⁶, que considera fundamental “colocar em destaque a compreensão de que a Museologia Social¹⁷ consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu, independentemente de sua tipologia” (ASSUNÇÃO; CHAGAS; GLAS, 2014, p. 435).

¹⁶ MINOM é a sigla para Movimento Internacional para uma Nova Museologia, o qual surgiu na década de 1980 e reúne profissionais de museus de diferentes países, tais como Brasil, Portugal e Canadá, entre outros.

¹⁷ Para Moutinho, “O conceito de museologia social traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea”. (MOUTINHO, apud CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 14-15). Para Chagas e Gouveia, “O que dá sentido à Museologia Social não é o fato dela existir em sociedade, mas sim, os compromissos sociais que assume e com os quais se vincula. [...] A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais [...]”. (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 17).

3 ANÁLISE DE PLANOS MUSEOLÓGICOS: COMO O DIREITO À PARTICIPAÇÃO CULTURAL SE EFETIVA NOS MUSEUS

O capítulo anterior torna perceptível o fato de que a relação existente no Brasil entre direitos culturais e museus não se restringe somente às orientações expressas na legislação federal, cujo expressivo desenvolvimento é relativamente recente. No entanto, após discussão subsidiada pelas referências bibliográficas, ressalta-se aqui a importância que há em se debruçar sobre o levantamento e problematização dos documentos institucionais encontrados nos museus, tais como regimentos, planos museológicos, legislações, etc. No presente trabalho, decidiu-se por não avaliar ações e atividades pontuais, procurando-se compreender inicialmente o modo como a preocupação com os direitos culturais se expressa nos documentos oficiais das instituições museológicas. Tal escolha justifica-se pela compreensão de que, embora de fundamental importância, a dimensão prática pode ter caráter pontual, eventual e voluntarioso, de tal maneira que nem sempre exprime os compromissos institucionais e a missão definida pelos museus.

Retomando-se a discussão realizada por Chauí (2006, p. 65-102), compreende-se que as políticas culturais não podem ser entendidas, ou mesmo restringidas, a programas de atividades; envolvem, dentre outros fatores, concepções teóricas, formulação de estratégias, mecanismos de financiamento, estabelecimento de responsabilidades, etc. As instituições museológicas, particularmente, devem estruturar seu escopo de atuação por meio de um instrumento de gestão intitulado “Plano Museológico”, previsto no Estatuto de Museus. Esta legislação determina que todos os museus do país devem elaborar um Plano Museológico próprio, que é compreendido como

[...] ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade. (BRASIL, 2009).

Ainda em relação às determinações do Estatuto, destaca-se aqui o artigo 46, § 2, que dispõe: “O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto de funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levando em conta suas especificidades”. É importante perceber que o direito à participação é vinculado inicialmente ao próprio corpo funcional das

instituições – comumente chamados de “públicos internos” –, que muitas vezes se encontram alheios aos processos de tomada de decisão e de formulação de políticas institucionais. Por outro lado, a menção aos cidadãos que não trabalham diretamente na instituição, por meio do termo “usuários”, embora seja sinal de algum avanço em direção à positivação de direitos culturais¹⁸, pode levar a um entendimento equivocado, minimizando o papel dos públicos e relegando-os a meros “espectadores” ou “consumidores” dos museus¹⁹.

A fim de compreender de que forma este instrumento contempla as questões concernentes aos públicos de museus e de que maneira a sociedade pode participar deste processo, buscou-se analisar os conteúdos deste documento a partir do levantamento de algumas instituições paulistas que já passaram por sua formulação. São elas: Museu H. P. Índia Vanuíre (Tupã, 2009), Museu da Imigração (São Paulo, 2011) e Museu Afro Brasil (São Paulo, 2011). Dedicados a temáticas bastante distintas e administrados por diferentes Organizações Sociais²⁰, cada um dos museus apresenta especificidades em relação à participação da sociedade em seus programas de atuação. Apesar disso, os Planos apresentam estruturas relativamente semelhantes: em geral, são compostos por uma apresentação da instituição, acompanhada de um breve histórico e um diagnóstico situacional. Na sequência, são apresentadas as definições de Missão, Visão, Valores e Objetivos institucionais e, finalmente, passa-se aos Programas de Ação. A semelhança na forma de estruturar os Planos deve-se ao fato de o próprio Estatuto de Museus indicar uma determinada disposição dos componentes do documento, com o apontamento, inclusive, de detalhamentos possíveis dos Programas de Ação, que acabam se replicando como modelos nos Planos. São eles: Institucional; de Gestão de Pessoas; de Acervos; de Exposições; Educativo e Cultural; de Pesquisa; Arquitetônico-Urbanístico; de Segurança; de Financiamento e Fomento; de Comunicação; e de Acessibilidade a todas as pessoas. Por outro lado, a similaridade em relação à estrutura não necessariamente implica em semelhanças nas proposições e

¹⁸ Na presente pesquisa, este foi o primeiro momento em que se encontrou uma legislação específica da área de museus que explicita mecanismos de participação social em suas disposições. Souza aponta, entretanto, que a implementação de políticas públicas de caráter participativo não se restringe à área da cultura, muito pelo contrário. Segundo a autora, em diferentes países do mundo, “várias experiências foram implementadas visando à inserção de grupos sociais e/ou de interesse na formulação e acompanhamento de políticas públicas, principalmente nas políticas sociais”. (SOUZA, 2006, p. 35-36).

¹⁹ Bordenave alerta que a participação social deve ser entendida como um processo simultaneamente contestador e transformador, no qual “setores marginalizados se incorporam à vida social por direito próprio e não como *convidados de pedra*, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural.” (BORDENAVE, 1985, p. 20, grifo nosso).

²⁰ O modelo de gestão da cultura por Organizações Sociais, as chamadas OSs, foi adotado pelo governo do Estado de São Paulo em 2004. Neste modelo, organizações privadas sem fins lucrativos recebem uma qualificação atribuída pelo estado e, a partir de então, têm permissão para participar dos processos de seleção das entidades que, por meio de uma parceria com o governo estadual, farão a gestão dos equipamentos da Secretaria da Cultura.

intencionalidades dos documentos. Passaremos, dessa maneira, à análise dos Planos e seus desdobramentos.

3.1 MUSEU ÍNDIA VANUÍRE

O Museu Índia Vanuíre, localizado na cidade de Tupã, interior do estado de São Paulo, foi criado em 1966, no contexto de formação da rede de “Museus Históricos Pedagógicos”, inicialmente vinculados à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e, posteriormente, em 1968, transferidos para a Secretaria de Estado da Cultura. O Museu é administrado pela Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari – ACAM Portinari, responsável pela gestão de diferentes museus no interior do estado de São Paulo. Algumas dessas instituições têm passado, nos últimos anos, por processos de reestruturação incentivados principalmente pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico – UPPM, ligada à Secretaria de Estado da Cultura; suas trajetórias apresentam aspectos distintos em relação aos dos museus da capital.

Figura 1 - Identidade visual do Museu



Fonte: *Site* do Museu Índia Vanuíre (<https://www.museuindiavanuire.org.br/>).

O Plano Museológico do Museu Índia Vanuíre foi desenvolvido pela Expomus – Exposições, Museus, Projetos Culturais, sob contratação da ACAM Portinari. Tal contrato previa também a elaboração de outros planos de diferentes museus do interior do estado.

Na apresentação do Plano Museológico há a afirmação de que o seu processo de elaboração foi caracterizado como uma “experiência de participação colaborativa”, envolvendo, inclusive, “interlocutores locais e regionais, os quais constituem parte integrante

e legitimam o trabalho desses museus”²¹. Ao abordar “O Projeto de requalificação dos museus do interior”, o documento volta a afirmar que durante o processo de elaboração do Plano foram estabelecidos diálogos com prefeituras locais, gestores de instituições culturais e “membros das comunidades às quais os museus pertencem”²². Desta maneira, ao se iniciar a leitura do documento, criaram-se determinadas expectativas em relação às formas de participação empreendidas no próprio processo de discussão do Plano Museológico. A metodologia de trabalho, no entanto, não é explicitada; há somente um reconhecimento da importância de se estabelecer diálogos entre os museus, as comunidades em que estão inseridos e os públicos que visitam a instituição.

Na sequência, o Plano dedica espaço considerável à história do município de Tupã para, em seguida, apresentar um breve histórico do Museu. A redação desse histórico caracteriza-se por uma narrativa fragmentada, que se divide entre a história da própria Índia Vanuíre, cujo nome foi atribuído ao Museu, a da criação da cidade de Tupã, bem como a de Luiz de Souza Leão, proprietário de terras na região e antigo morador do imóvel em que o museu foi instalado²³. Percebe-se a reafirmação de uma certa narrativa oficial na qual a figura de uma indígena, a Índia Vanuíre, teria desempenhado um papel de pacificação e mediação entre grupos indígenas e o grupo do Coronel Cândido Rondon, que havia criado um plano de articulação para que as obras de construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil pudessem ser empreendidas com êxito. O Plano, ao contrário dos planos do Museu da Imigração e do Museu Afro Brasil, perde a oportunidade de construir uma crítica consistente a esta narrativa oficial e de tomar um posicionamento que problematizasse tanto a repressão a grupos indígenas justificada por obras de “desenvolvimento” – visão que persiste na atualidade, importante destacar – quanto a adoção de figuras míticas fundadoras na história dos municípios. Além disso, o histórico do município, ainda que confuso, sobrepõe-se ao histórico do próprio Museu, que apresenta pouquíssimas informações sobre suas especificidades²⁴.

²¹ Museu H. P. Índia Vanuíre. **Plano Museológico**. Brodowski, 2009, p. 4-6.

²² Museu H. P. Índia Vanuíre. **Plano Museológico**. Brodowski, 2009, p. 16.

²³ Percebe-se na redação do Plano certa indefinição em relação à identidade da instituição. Atua, ao mesmo tempo, como um museu de cidade, instalado na antiga residência de um dos fundadores do povoado que deu origem ao município de Tupã, e também como museu etnológico, dedicado à preservação das coleções dos grupos indígenas da região. Esta característica, entretanto, está longe de ser exclusividade deste museu e é verificada em muitos dos Museus Históricos e Pedagógicos criados no interior do estado de São Paulo.

²⁴ Antes de tratar sobre o histórico do município de Tupã e do Museu Índia Vanuíre, o Plano apresenta uma explanação detalhada sobre o contexto de criação dos Museus Históricos e Pedagógicos no estado de São Paulo. Ainda assim, considera-se aqui a necessidade de se aprofundar as informações sobre o histórico do próprio Museu, tratando de suas especificidades em relação ao contexto mais amplo de constituição dos MHPs. Cf. Museu H. P. Índia Vanuíre. **Plano Museológico**. Brodowski, 2009, p. 18-24.

Posteriormente, o Plano apresenta o perfil da instituição e seus objetivos. Caracterizado como museu etnológico, com acervos dos grupos indígenas Kaingang e Krenac, coletados por Luiz de Souza Leão, o museu tem como Valores, dentre outros, o “estímulo à participação democrática”, o “compromisso educativo” e o “compromisso com a difusão”²⁵. Entretanto, ao longo da apresentação de seus Programas, o Museu delinea formas de atuação vinculadas estritamente à ideia de acesso, utilizando muitas vezes para a afirmação deste propósito o verbo “divulgar”.

Por outro lado, a apresentação do “Diagnóstico atual” menciona que “em vários programas do Museu, a participação dos moradores pode ser constatada e, em alguns casos, a participação é, de fato, ativa. Por exemplo, a integração de membros da Aldeia Vanuíre em atividades educativas do Dia do Índio”²⁶. Cabe, neste ponto, tecer uma importante observação: entre a elaboração do Plano e a realização da presente pesquisa passaram-se alguns anos, e sabe-se que nos últimos anos as relações entre o Museu e os grupos indígenas da região têm se intensificado, resultando na produção de exposições e pesquisas colaborativas²⁷. O Plano Museológico, entretanto, não apresenta tais práticas como estruturantes da instituição, mas sim enquanto ações de caráter pontual, vinculadas a determinada data comemorativa – tanto que, ao apresentar seu Programa de Pesquisa, não há menção ao trabalho em parceria com as aldeias, somente com universidades e pesquisadores.

Percebe-se, neste caso, que o direito à participação é compreendido, neste documento, de forma bastante difusa, sem detalhar as ações e programas em que tal direito, de fato, efetiva-se na comunidade. De forma geral, o Plano é pouco específico em relação aos Programas de Ação do Museu, gerando uma impressão de generalidade em virtude da falta de especificação, justificativa e valoração das propostas.

3.2 MUSEU DA IMIGRAÇÃO

O Museu da Imigração é administrado pela Organização Social Instituto de Preservação do Patrimônio da Imigração e do Café, que assumiu sua gestão institucional em junho de 2011. Ao longo de sua história, o museu foi administrado por uma série de

²⁵ Museu H. P. Índia Vanuíre. **Plano Museológico**. Brodowski, 2009, p. 27.

²⁶ Museu H. P. Índia Vanuíre. **Plano Museológico**. Brodowski, 2009, p. 28.

²⁷ A partir de um convênio firmado com o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, em 2012, iniciou-se um processo de progressiva aproximação do Museu com grupos indígenas da região. Esta iniciativa incluiu a criação de um centro de referência e de uma nova política de gerenciamento de acervos, em colaboração com o grupo Kaingang. (GAZONI, 2014, p. 64).

instituições diferentes. O acervo do museu é constituído tanto por uma expressiva documentação sobre o processo de imigração e migração no estado de São Paulo, como pelo edifício em que se encontra, ocupado anteriormente pela Hospedaria do Imigrante, do Brás. Em 1986, um primeiro centro de história do imigrante foi projetado para o espaço; em 1993, este primeiro núcleo, que até então estava sob responsabilidade da Secretaria de Proteção Social, foi transferido para a Secretaria Estadual de Cultura, quando se tornou Museu da Imigração; em 1998, outras instituições de memória se articularam para que a instituição se tornasse o Memorial do Imigrante, nome que perdurou até 2010, quando o prédio foi fechado para obras de restauro. Até 2010, a instituição era administrada pela Associação de Amigos do Memorial do Imigrante. De meados de 2010 a junho de 2011, a gestão ficou sob a responsabilidade do Instituto da Arte do Futebol Brasileiro; a partir daí, foi assinado o contrato de gestão da então Associação do Museu do Café, atual IPPIC.

Figura 2 - Ação educativa do Museu da Imigração.



Fonte: *Site* do Museu da Imigração (<http://museudaimigracao.org.br/programacao-educativa>).

Este breve retrospecto se faz importante para que se possa compreender o contexto de desenvolvimento do Plano Museológico da instituição, formulado enquanto esta esteve

fechada para obras. A equipe que atua nos dias de hoje no Museu já iniciou seus trabalhos com o local interditado à visitação e com uma herança de relações já estabelecidas com as diversas comunidades de imigrantes e descendentes envolvidas, ao longo dos anos, com o então Memorial do Imigrante. É necessário ressaltar que o Plano foi elaborado por uma empresa prestadora de serviços reconhecida na área de museus, a Expomus - Exposições, Museus e Projetos Culturais, vencedora, em 2010, de uma concorrência pública, parte de um amplo projeto de “requalificação museológica”. Desta maneira, embora ainda seja o documento norteador das ações do Museu, o Plano Museológico encontra-se, até então, em fase de análise de sua aplicabilidade²⁸.

Durante a análise do Plano, percebeu-se que inicialmente o documento faz menção explícita ao direito à participação. Ao elencar, no capítulo dedicado aos “Princípios norteadores e perfil museológico”, a Missão, a Visão e os Objetivos do Museu, o texto aponta que estaria entre os propósitos da instituição “criar canais efetivos de participação das comunidades junto aos programas do Museu”²⁹. Ainda na fase de apresentação, no capítulo “O Museu da Imigração do Estado de São Paulo: a memória híbrida e plural”³⁰, o Plano apresenta uma longa explanação sobre o que denomina de “dinâmicas sociais colaborativas”, compreendidas como formas de atuação contemporânea dos museus. É importante notar que às redes associativas de migrantes e imigrantes são expressas disposições de “expandir o diálogo”, enquanto às instituições cuja atuação seja similar à do museu é explicitada a intenção de realizar “ações colaborativas e itinerantes de cooperação”. Evidentemente, compreende-se como um avanço a presença de uma intencionalidade expressiva de trabalho de aproximação junto aos públicos; contudo, os verbos utilizados – “expandir” e “realizar” – evidenciam certo desequilíbrio, tanto nos trâmites quanto nas formas de relacionamento, nas maneiras de efetivar a participação e a colaboração dos públicos no Museu em relação a outros tipos de parcerias.

Em seguida, o Plano passa a apresentar os Programas que estruturarão os projetos do Museu. Ao tratar do Programa de Exposições, o Plano assevera que “há [...] uma crescente demanda das comunidades imigrantes e migrantes por espaço e colaboração dentro da instituição, o que deve ser atendido, *em parte*, pelas exposições temporárias, *para as quais é preciso critério*”³¹. Um olhar apressado sobre esta afirmação pode fazer parecer que a

²⁸ Informação fornecida pela Coordenadora Técnica do Museu da Imigração, Mariana Esteves Martins, em março de 2017.

²⁹ Museu da Imigração do Estado de São Paulo. **Plano Museológico**. São Paulo, 2011, p. 4-8.

³⁰ Museu da Imigração do Estado de São Paulo. **Plano Museológico**. São Paulo, 2011, p. 9-17.

³¹ Museu da Imigração do Estado de São Paulo. **Plano Museológico**. São Paulo, 2011, p. 23, grifo nosso.

participação, neste caso, seria compreendida como ilusória ou simbólica, como afirma Bordenave (1985), pois a decisão última de realização das exposições continua sendo prerrogativa do Museu. Este posicionamento, no entanto, deriva das constantes disputas de algumas comunidades de imigrantes que se sentem “detentoras” do Museu em detrimento de outras, principalmente de grupos de imigração contemporânea, como bolivianos, haitianos e imigrantes de diferentes países africanos. Desta maneira, o Museu pretende criar uma estratégia de trabalho que procure lidar com a diversidade cultural e com uma ideia de tolerância para, posteriormente, alcançar o ideal de convivência na diversidade.

Por fim, o Programa de “Ações de mobilização e comunicação”³² destaca como objetivo o “envolvimento das comunidades” e afirma que, “no entanto, a mobilização deve deixar de ser pontual para tornar-se uma constância dos programas e ações continuadas da instituição”. Percebe-se, portanto, que o próprio Museu reconhece que tais ações não constituem uma prática corrente da instituição, devendo ser amplificadas.

Conforme prevê o próprio Estatuto de Museus, o Plano Museológico deve ser estruturado em programas e, no caso do Museu da Imigração, o Plano foi dividido em: Programa de Comunicação, Programa de Preservação, Programa de Avaliação Integrada, Programa de Gestão e Projetos Complementares. Todos os programas em que foram encontradas menções ao direito à participação fazem parte do Programa de Comunicação, ou seja, não alcançam os programas de Gestão, Preservação e Avaliação, e, desta forma, limitam a participação a ações específicas da área de comunicação.

3.3 MUSEU AFRO BRASIL

O Museu Afro Brasil foi criado a partir da coleção particular do artista e curador Emanuel Araújo. Inicialmente implementado junto à administração municipal, em 2004, o museu passou a ser gerido pela Associação Museu Afro Brasil (credenciada como Organização Social da Cultura) em 2009, integrando o conjunto de museus vinculados à Secretaria Estadual da Cultura. Seu acervo é constituído por mais de 5 mil obras, entre gravuras, pinturas, esculturas, mobiliário, têxtil, plumárias, cerâmicas, etc., que datam do século XVI até a contemporaneidade, e que buscam contemplar aspectos da arte, da religião, das festas, dos costumes e da escravização da população africana, afro-brasileira e indígena.

³² Museu da Imigração do Estado de São Paulo. **Plano Museológico**. São Paulo, 2011, p. 41.

Figura 3 - Espaço expositivo da exposição de longa duração do Museu Afro Brasil.



Fonte: Site do Museu Afro Brasil (<http://www.museuafrobrasil.org.br/home>).

O Plano Museológico da instituição data de dezembro de 2011 e está atualmente em processo de revisão. Extremamente detalhado, o Plano apresenta até mesmo alguns manuais de atuação de áreas do Museu, com destaque para as políticas de recursos humanos, educação e gestão de acervos. Ao elencar sua Missão, Visão, Valores e Objetivos³³, o documento destaca entre seus valores:

ÉTICA em todas as dimensões e ações institucionais
 TRANSPARÊNCIA na gestão dos recursos e do patrimônio sob sua responsabilidade
 COMPROMISSO com a dimensão social do Museu
 RESPEITO nas relações interpessoais, profissionais e institucionais.³⁴

A expressão “dimensão social”, como visto anteriormente, é bastante característica da corrente da Museologia Social e sua presença, logo no início do documento, aponta o engajamento da instituição em relação a esta linha de atuação. Posteriormente, ao traçar os objetivos institucionais, o Plano elenca, dentre outros propósitos, “Proporcionar amplo acesso ao Museu, às exposições e a todas as atividades por ele desenvolvidas”³⁵. O Diagnóstico institucional, por sua vez, ao analisar o Estatuto Social do Museu³⁶ – que é compreendido, no Plano, como “instrumento institucional de gestão” –, identifica entre as atividades do Museu

³³ Museu Afro Brasil. **Plano Museológico**. São Paulo, 2011, p. 9.

³⁴ Museu Afro Brasil. **Plano Museológico**. São Paulo, 2011, p. 9, grifo nosso.

³⁵ Museu Afro Brasil. **Plano Museológico**. São Paulo, 2011, p. 10.

³⁶ O Estatuto Social da Associação Museu Afro Brasil, que não compõe a atual fase de análise deste trabalho, pode ser acessado no site da instituição. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/associação/documentos-administrativos/documentos-institucionais>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

“Realizar, patrocinar e promover exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que *garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania* [...]”³⁷. Identifica-se, mais uma vez, a chave do acesso como fundamental para acompanhar o modo como as instituições museológicas compreendem o direito à participação.

O Programa de Educação, por sua vez, explicita em seus pressupostos de ação a adoção de práticas da chamada arte-educação, amplamente conhecida no Brasil, principalmente a partir da produção da pesquisadora Ana Mae Barbosa. Segundo o Plano, as ações educativas da instituição “trabalham com as quatro dimensões do conhecimento em arte – produção, estética, crítica e história da arte, ou, na versão da abordagem triangular de Ana Mae Barbosa, produção, leitura de obra e história da arte”³⁸. É importante reconhecer que a dimensão da produção cultural, contemplada entre os direitos culturais, também pode ser compreendida como uma forma de participação. Contudo, mais uma vez se depara com uma forma de participação simbólica, a partir das reflexões de Bordenave apontadas anteriormente. Além disso, tal como salientado no capítulo 2, os direitos culturais são, muitas vezes, contemplados exclusivamente pelos programas de educação das instituições, e não de forma estruturante na documentação oficial produzida pelos museus.

É fundamental observar que o Museu assume nítido compromisso com os direitos culturais, e a análise do direito à participação, que não aparece de forma evidente no documento, não invalida o significativo legado da instituição para o debate sobre a revisão das narrativas oficiais, a memória da escravização e as questões identitárias no Brasil.

³⁷ Museu Afro Brasil. **Plano Museológico**. São Paulo, 2011, p. 13, grifo nosso.

³⁸ Museu Afro Brasil. **Plano Museológico**. São Paulo, 2011, p. 135.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos Planos Museológicos de três instituições paulistas, quais sejam, Museu H. P. Índia Vanuíre, Museu da Imigração e Museu Afro Brasil, revelou perspectivas e lacunas sobre o direito à participação – que compõe, junto a outros direitos, os direitos culturais – de fato, ainda não incorporado plenamente na documentação oficial produzida por essas instituições. Embora haja avanços significativos, percebeu-se que, mesmo quando expressas intencionalidades para a operacionalização de formas de colaboração com os públicos (como é o caso, por exemplo, do Plano do Museu da Imigração), esta proposição aparece de forma pouco elaborada e sem que haja participação dos públicos nas instâncias decisórias de cada instituição. Por outro lado, a chave do acesso – tantas vezes reafirmada, mesmo entre alguns autores, com a ideia simplificada de participação – aparece constantemente na documentação produzida pelos museus: no caso do Museu Índia Vanuíre, nota-se pela contínua utilização do verbo “divulgar” e, no Museu Afro Brasil, pela presença constante do próprio termo “acesso”. Esta percepção coaduna-se com a reflexão elaborada pelo pesquisador Juan Diaz Bordenave (1985), que em seus estudos alerta sobre a existência de formas de participação associadas a propostas “ilusórias” ou “simbólicas”, em oposição às formas de participação real, nas quais não haveria possibilidade efetiva de intervenção nas dinâmicas institucionais, transformando a participação em ação pontual e alijada de seu potencial transformador.

Além disso, o próprio Estatuto de Museus, legislação dedicada exclusivamente às instituições museológicas brasileiras, embora expresse em seus objetivos a efetivação de outros direitos culturais, em consonância com as discussões internacionais sobre direitos humanos, não prevê formas de participação da sociedade, tanto na elaboração dos Planos quanto na gestão das instituições. Esta constatação se dá não só a partir da menção aos cidadãos como meros “usuários”, mas também nas disposições do capítulo intitulado “A sociedade e os Museus”, no qual a legislação versa somente sobre as Associações de Amigos, entidades formalmente estabelecidas que possibilitam aos museus, em linhas gerais, obter recursos financeiros de apoio às atividades. Evidentemente, não se trata de negar a importância desta forma de organização, fundamental para a sobrevivência de muitas instituições, mas é necessário considerar que a participação social não deve ser encarada como algo necessariamente formalizado e vinculado a determinados grupos, mas sim, como um direito legítimo, garantido a todos os cidadãos. Desta maneira, a metodologia da pesquisa, que optou por se dedicar exclusivamente à documentação oficial produzida tanto pelas instituições quanto pelo poder público – sem envolver, portanto, a investigação de projetos e

ações pontuais – permitiu verificar que há uma fissura instalada entre as proposições existentes na legislação (mais especificamente, no Estatuto de Museus), nos Planos Museológicos e nos Programas de Ação das instituições no que se refere ao desenvolvimento de um olhar mais atento, minucioso e comprometido com a construção da cidadania plena. Além disso, a decisão de trabalhar com a documentação produzida pelas instituições e pelo Estado partiu do entendimento de que as políticas culturais são constituídas a partir de um processo de retroalimentação entre as instituições culturais, sejam elas públicas ou privadas, e as legislações e programas instituídos pelo poder público.

Neste sentido, a problematização proposta pelo artigo e estruturada pelo pensamento de Marilena Chauí, que conceitua quatro elementos dentre os direitos culturais – direito à produção cultural, direito à fruição, direito à informação e direito à participação – a partir de uma experiência de gestão pública na cidade de São Paulo, foi fundamental para que se empreendesse uma análise sobre a concepção de cidadania cultural e como esta poderia ou não ser encontrada nos documentos oficiais produzidos pelos museus. Por outro lado, as concepções apresentadas por Bordenave foram essenciais para compreender os diversos entendimentos de “participação”, pois o termo apresenta nuances e gradações, de tal maneira que sua utilização nem sempre demonstra ou garante a existência de esforços efetivos para sua concretização enquanto prática transformadora das realidades institucionais.

Desta maneira, é necessário reconhecer que, embora tenham sido observados grandes avanços nos últimos anos no que se refere à ampliação do entendimento das funções sociais dos museus – que se manifestam na legislação e nos Planos Museológicos das instituições –, o debate sobre as formas de garantia da efetivação dos direitos culturais nos museus carece de um olhar mais atento ao compromisso de construção da cidadania cultural nos próprios documentos norteadores das práticas das instituições. O direito à participação, particularmente, embora apareça pontualmente na forma de ações específicas, necessita ser reconhecido como objetivo central nas práticas institucionais dos museus por meio, ao menos, de sua positivação em documentos oficiais, a fim de que se constitua a garantia de comprometimento da instituição com sua concretização, com a promoção da cidadania e com formas de repensar o papel social das próprias instituições museológicas na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Paula; CHAGAS, Mario; GLAS, Tamara. Museologia social em movimento. In: **Cadernos do CEOM** – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, ano 27, n. 41, dez. 2014.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOTELHO, Isaura. Os públicos da cultura: desafios para as políticas culturais. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**: OIC, São Paulo: Itaú Cultural, n. 12, maio/ago. 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.904** – de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm>. Acesso em: fev. 2017.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: **Cadernos do CEOM** – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, ano 27, n. 41, dez. 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 66-72, abril/jun. 2001.

GAZONI, Patrícia Maciel. **O contemporâneo no Museu**: os Kaingang e o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre de Tupã (SP). Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. Os direitos culturais na Constituição Brasileira: uma análise conceitual e política. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais**: teoria e práxis. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

NASCIMENTO JR., José do; RANGEL, Marcio. A Trajetória da Política Nacional de Museus: impactos sobre o campo museológico brasileiro. In: GRANATO, Marcus (Org.) **Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015.

OLIVEIRA, Danilo Júnior de. **Direitos culturais e políticas públicas**: os marcos normativos do Sistema Nacional de Cultura. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, Maria Celia T. Moura. Um compromisso social com a museologia. In: **Cadernos do CEOM** – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, ano 27, n. 41, dez. 2014.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERNANDES, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas**, v. I. Brasília: ENAP, 2006.

SILVA, Carlos Henrique Gomes da; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Políticas públicas para museus no Brasil: do IPHAN ao IBRAM. **Anais...** XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013). Florianópolis: ANCIB, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8 n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM** – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, ano 27, n. 41, dez. 2014.

Sites

Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos – Universidade de São Paulo - <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>

Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM - <http://www.museus.gov.br/>

Museu Afro Brasil - <http://www.museuafrobrasil.org.br/home>

Museu da Imigração - <http://museudaimigracao.org.br/programacao-educativa/>

ANEXOS

Para um melhor acompanhamento das discussões realizadas ao longo do artigo, optou-se por disponibilizar como anexos os documentos analisados. Os anexos deste volume são compostos pelo texto da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e pelos Planos Museológicos das instituições estudadas. Para disponibilizar os Planos, no entanto, a composição dos anexos exigiu uma tomada de decisão que envolveu a seleção de uma parte dos documentos, composta por: Apresentação, Diagnóstico, Histórico e Definição de Missão, Visão, Valores e Objetivos das instituições, encerrando antes do detalhamento dos Programas de Ação dos Planos. Tal opção se deu devido à necessidade de oferecer aos leitores maior objetividade na leitura dos documentos, que são bastante minuciosos e extensos. Para aqueles que tenham interesse no acesso aos documentos na íntegra, será disponibilizada a versão completa em meio digital.

Anexo 1. BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.904. DE 14 DE JANEIRO DE 2009.

[Mensagem de veto](#)

[Vigência](#)

[Regulamento](#)

Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

- I – a valorização da dignidade humana;
- II – a promoção da cidadania;
- III – o cumprimento da função social;
- IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI – o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural.

Art. 3º Conforme as características e o desenvolvimento de cada museu, poderão existir filiais, seccionais e núcleos ou anexos das instituições.

Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Lei, são definidos:

- I – como filial os museus dependentes de outros quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possuem plano museológico autônomo;
- II – como seccional a parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal;
- III – como núcleo ou anexo os espaços móveis ou imóveis que, por orientações museológicas específicas, fazem parte de um projeto de museu.

Art. 4º O poder público estabelecerá mecanismos de fomento e incentivo visando à sustentabilidade dos museus brasileiros.

Art. 5º Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte.

§ 1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente

natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§ 2º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País.

§ 3º (VETADO)

Art. 6º Esta Lei não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis.

Parágrafo único. São consideradas coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, que não apresentem as características previstas no art. 1º desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente.

CAPÍTULO II

Do Regime Aplicável aos Museus

Art. 7º A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º A criação, a fusão e a extinção de museus serão efetivadas por meio de documento público.

§ 1º A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a [Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984](#).

§ 2º A criação, a fusão ou a extinção de museus deverá ser registrada no órgão competente do poder público.

Art. 9º Os museus poderão estimular a constituição de associações de amigos dos museus, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público.

§ 1º Os museus, à medida das suas possibilidades, facultarão espaços para a instalação de estruturas associativas ou de voluntariado que tenham por fim a contribuição para o desempenho das funções e finalidades dos museus.

§ 2º Os museus poderão criar um serviço de acolhimento, formação e gestão de voluntariado, dotando-se de um regulamento específico, assegurando e estabelecendo o benefício mútuo da instituição e dos voluntários.

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. A denominação de museu estadual, regional ou distrital só pode ser utilizada por museu vinculado a Unidade da Federação ou por museus a quem o Estado autorize a utilização desta denominação.

Art. 12. A denominação de museu municipal só pode ser utilizada por museu vinculado a Município ou por museus a quem o Município autorize a utilização desta denominação.

Seção I

Dos Museus Públicos

Art. 13. São considerados museus públicos as instituições museológicas vinculadas ao poder público, situadas no território nacional.

Art. 14. O poder público firmará um plano anual prévio, de modo a garantir o funcionamento dos museus públicos e permitir o cumprimento de suas finalidades.

Art. 15. Os museus públicos serão regidos por ato normativo específico.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, o museu público poderá estabelecer convênios para a sua gestão.

Art. 16. É vedada a participação direta ou indireta de pessoal técnico dos museus públicos em atividades ligadas à comercialização de bens culturais.

Parágrafo único. Atividades de avaliação para fins comerciais serão permitidas aos funcionários em serviço nos museus, nos casos de uso interno, de interesse científico, ou a pedido de órgão do Poder Público, mediante procedimento administrativo cabível.

Art. 17. Os museus manterão funcionários devidamente qualificados, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. A entidade gestora do museu público garantirá a disponibilidade de funcionários qualificados e em número suficiente para o cumprimento de suas finalidades.

Seção II

Do Regimento e das Áreas Básicas dos Museus

Art. 18. As entidades públicas e privadas de que dependam os museus deverão definir claramente seu enquadramento orgânico e aprovar o respectivo regimento.

Art. 19. Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários.

Art. 20. Compete à direção dos museus assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas, bem como planejar e coordenar a execução do plano anual de atividades.

Subseção I

Da Preservação, da Conservação, da Restauração e da Segurança

Art. 21. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.

Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente.

Art. 22. Aplicar-se-á o regime de responsabilidade solidária às ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais dos museus, sendo punível a negligência.

Art. 23. Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.

Parágrafo único. Cada museu deve dispor de um Programa de Segurança periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.

Art. 24. É facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas.

Art. 25. As entidades de segurança pública poderão cooperar com os museus, por meio da definição conjunta do Programa de Segurança e da aprovação dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

Art. 26. Os museus colaborarão com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais.

Art. 27. O Programa e as regras de segurança de cada museu têm natureza confidencial.

Parágrafo único. [VETADO](#)

Subseção II

Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Art. 30. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação.

Subseção III

Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus

Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público.

Parágrafo único. O museu regulamentará o acesso público aos bens culturais, levando em consideração as condições de conservação e segurança.

Art. 32. Os museus deverão elaborar e implementar programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico.

Art. 33. Os museus poderão autorizar ou produzir publicações sobre temas vinculados a seus bens culturais e peças publicitárias sobre seu acervo e suas atividades.

§ 1º Serão garantidos a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos do material produzido, sem prejuízo dos direitos de autor e conexos.

§ 2º Todas as réplicas e demais cópias serão assinaladas como tais, de modo a evitar que sejam confundidas com os objetos ou espécimes originais.

Art. 34. A política de gratuidade ou onerosidade do ingresso ao museu será estabelecida por ele ou pela entidade de que dependa, para diferentes públicos, conforme dispositivos abrigados pelo sistema legislativo nacional.

Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.

Art. 36. As estatísticas de visitantes dos museus serão enviadas ao órgão ou entidade competente do poder público, na forma fixada pela respectiva entidade, quando solicitadas.

Art. 37. Os museus deverão disponibilizar um livro de sugestões e reclamações disposto de forma visível na área de acolhimento dos visitantes.

Subseção IV

Dos Acervos dos Museus

Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.

§ 1º Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 2º O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.

§ 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União.

§ 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais.

Subseção V

Do Uso das Imagens e Reproduções dos Bens Culturais dos Museus

Art. 42. Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu.

Parágrafo único. A disponibilização de que trata este artigo será fundamentada nos princípios da conservação dos bens culturais, do interesse público, da não interferência na atividade dos museus e da garantia dos direitos de propriedade intelectual, inclusive imagem, na forma da legislação vigente.

Art. 43. Os museus garantirão a proteção dos bens culturais que constituem seus acervos, tanto em relação à qualidade das imagens e reproduções quanto à fidelidade aos sentidos educacional e de divulgação que lhes são próprios, na forma da legislação vigente.

Seção III

Do Plano Museológico

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

- I – o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;
- II – a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;
- III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;
- IV – detalhamento dos Programas:
 - a) Institucional;
 - b) de Gestão de Pessoas;
 - c) de Acervos;
 - d) de Exposições;
 - e) Educativo e Cultural;
 - f) de Pesquisa;
 - g) Arquitetônico-urbanístico;
 - h) de Segurança;
 - i) de Financiamento e Fomento;
 - j) de Comunicação.
 - k) de acessibilidade a todas as pessoas. [\(Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º Na consolidação do Plano Museológico, deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2º O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades.

§ 3º O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento.

Art. 47. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.

CAPÍTULO III

A Sociedade e os Museus

Seção I

Disposições Gerais

Art. 48. Em consonância com o propósito de serviço à sociedade estabelecido nesta Lei, poderão ser promovidos mecanismos de colaboração com outras entidades.

Art. 49. As atividades decorrentes dos mecanismos previstos no art. 48 desta Lei serão autorizadas e supervisionadas pela direção do museu, que poderá suspendê-las caso seu desenvolvimento entre em conflito com o funcionamento normal do museu.

Art. 50. Serão entendidas como associações de amigos de museus as sociedades civis, sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei civil, que preencham, ao menos, os seguintes requisitos:

I – constar em seu instrumento criador, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades dos museus a que se refiram, especialmente aquelas destinadas ao público em geral;

II – não restringir a adesão de novos membros, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

III – ser vedada a remuneração da diretoria.

Parágrafo único. O reconhecimento da associação de amigos dos museus será realizado em ficha cadastral elaborada pelo órgão mantenedor ou entidade competente.

Art. 51. VETADO.

Art. 52. As associações de amigos deverão tornar públicos seus balanços periodicamente.

Parágrafo único. As associações de amigos de museus deverão permitir quaisquer verificações determinadas pelos órgãos de controle competentes, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente cópias de balanços e dos relatórios do exercício social.

Art. 53. As associações de amigos, no exercício de suas funções, submeter-se-ão à aprovação prévia e expressa da instituição a que se vinculem, dos planos, dos projetos e das ações.

Art. 54. As associações poderão reservar até dez por cento da totalidade dos recursos por elas recebidos e gerados para a sua própria administração e manutenção, sendo o restante revertido para a instituição museológica.

Seção II

Dos Sistemas de Museus

Art. 55. O Sistema de Museus é uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus.

Art. 56. Os entes federados estabelecerão em lei, denominada Estatuto Estadual, Regional, Municipal ou Distrital dos Museus, normas específicas de organização, articulação e atribuições das instituições museológicas em sistemas de museus, de acordo com os princípios dispostos neste Estatuto.

§ 1º A instalação dos sistemas estaduais ou regionais, distritais e municipais de museus será feita de forma gradativa, sempre visando à qualificação dos respectivos museus.

§ 2º Os sistemas de museus têm por finalidade:

I – apoiar tecnicamente os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada;

II – promover a cooperação e a articulação entre os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada, em especial com os museus municipais;

III – contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus;

IV – elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à museologia no contexto de atuação a eles adstrito;

V – colaborar com o órgão ou entidade do poder público competente no tocante à apreciação das candidaturas ao Sistema Brasileiro de Museus, na promoção de programas e de atividade e no acompanhamento da respectiva execução.

Art. 57. O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

Parágrafo único. O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes de órgãos e entidades com representatividade na área da museologia nacional.

Art. 58. O Sistema Brasileiro de Museus tem a finalidade de promover:

I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;

IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema;

V – a promoção da qualidade do desempenho dos museus por meio da implementação de procedimentos de avaliação.

Art. 59. Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I – promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V – estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;

VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII – contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no País;

X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI – incentivar a formação, a atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 60. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o órgão competente, os museus públicos e privados, instituições educacionais relacionadas à área da museologia e as entidades afins, na forma da legislação específica.

Art. 61. Terão prioridade, quanto ao beneficiamento por políticas especificamente desenvolvidas, os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Os museus em processo de adesão podem ser beneficiados por políticas de qualificação específicas.

Art. 62. Os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus colaboram entre si e articulam os respectivos recursos com vistas em melhorar e potencializar a prestação de serviços ao público.

Parágrafo único. A colaboração supracitada traduz-se no estabelecimento de contratos, acordos, convênios e protocolos de cooperação entre museus ou com entidades públicas ou privadas.

Art. 63. Os museus integrados ao Sistema Brasileiro de Museus gozam do direito de preferência em caso de venda judicial ou leilão de bens culturais, respeitada a legislação em vigor.

§ 1º O prazo para o exercício do direito de preferência é de quinze dias, e, em caso de concorrência entre os museus do Sistema, cabe ao Comitê Gestor determinar qual o museu a que se dará primazia.

§ 2º A preferência só poderá ser exercida se o bem cultural objeto da preferência se integrar na política de aquisições dos museus, sob pena de nulidade do ato.

CAPÍTULO IV

Das Penalidades

Art. 64. (VETADO)

Art. 65. (VETADO)

Art. 66. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, em especial os arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação, inutilização e destruição de bens dos museus sujeitará os transgressores:

I – à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a dez e, no máximo, a mil dias-multa, agravada em casos de reincidência, conforme regulamentação específica, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, pelo Distrito Federal, pelos Territórios ou pelos Municípios;

II – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público, pelo prazo de cinco anos;

III – à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pelo prazo de cinco anos;

IV – ao impedimento de contratar com o poder público, pelo prazo de cinco anos;

V – à suspensão parcial de sua atividade.

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o transgressor obrigado a indenizar ou reparar os danos causados aos bens musealizados e a terceiros prejudicados.

§ 2º No caso de omissão da autoridade, caberá à entidade competente, em âmbito federal, a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento.

§ 4º Verificada a reincidência, a pena de multa será agravada.

CAPÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

Art. 67. Os museus adequarão suas estruturas, recursos e ordenamentos ao disposto nesta Lei no prazo de cinco anos, contados da sua publicação.

Parágrafo único. Os museus federais já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de dois anos.

Art. 68. Resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o governo brasileiro prestará, no que concerne ao combate do tráfico de bens culturais dos museus, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, quando solicitado para:

I – produção de prova;

II – exame de objetos e lugares;

III – informações sobre pessoas e coisas;

- IV – presença temporária de pessoa presa, cujas declarações tenham relevância para a decisão de uma causa;
- V – outras formas de assistência permitidas pela legislação em vigor pelos tratados de que o Brasil seja parte.

Art. 69. Para a consecução dos fins visados nesta Lei e especialmente para a reciprocidade da cooperação internacional, deverá ser mantido sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio internacional, rápido e seguro, de informações sobre bens culturais dos museus.

Art. 70. Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Brasília, 14 de janeiro de 2009; 188^o da Independência e 121^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Roberto Gomes do Nascimento

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.1.2009

*

Anexo 2. Museu H. P. Índia Vanuíre. **Plano Museológico**. Brodowski, Junho, 2009.

Plano Museológico



Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre



EXPOMUS

MUSEU H. P. ÍNDIA VANUÍRE

I Plano Museológico

ACAM Portinari

Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo

Brodowski – Junho/2009

Agradecimentos

Aos profissionais e pessoas abnegadas que nos precederam no trabalho com os museus estaduais do interior, que a seu modo e com as ferramentas, possibilidades e recursos disponíveis, às diferentes épocas, possibilitaram a chegada dessas instituições até os dias de hoje; também, de forma especial, aos inúmeros colegas, funcionários, colaboradores e parceiros que ao nosso lado participam da desafiadora e honrosa tarefa de prosseguir com esse importante trabalho e assim, sucessivamente, numa corrente ininterrupta de esforços, ações e responsabilidades compartilhadas, garantir a preservação do patrimônio cultural de nossas cidades, de nossa gente, de São Paulo e do Brasil, em benefício das gerações atuais e futuras.

ACAM PORTINARI

Apresentação

“Qualquer que seja seu tamanho, suas coleções e seu tipo de gestão, os museus devem desempenhar um papel capital no desenvolvimento da política de uma cidade. Não há desenvolvimento sustentável sem desenvolvimento cultural. Certamente, o museu está a serviço da sociedade.”

Jacques Perot
Ex-Presidente do ICOM

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI – ACAM PORTINARI – Organização Social de Cultura, localizada em Brodowski –SP, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, através da UPPM – Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico do Estado de São Paulo tem sob sua responsabilidade a gestão dos museus estaduais localizados no interior, numa perspectiva de gestão compartilhada que visa a requalificação do conjunto desses museus, constituído pelo Museu Casa de Portinari, em Brodowski; os Museus Históricos e Pedagógicos India Vanuíre, em Tupã; Conselheiro Rodrigues Alves, em Guaratinguetá; Bernardino de Campos, em Amparo; Prudente de Moraes, em Piracicaba; Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, em Taubaté; e Casa de Cultura Paulo Setúbal, em Tatuí e Museu de esculturas Felícia Leirner, em Campos do Jordão.

Atualmente o cenário museológico brasileiro é muito promissor e notadamente no Estado de São Paulo há uma efervescência e notável movimentação do setor não só com a implementação de um novo modelo de gestão, de parceria entre o poder público e a sociedade civil, através de Organizações Sociais de Cultura, que tem proporcionado melhoria considerável às instituições, como também pelas diretrizes e políticas públicas definidas pela Secretaria de Estado da Cultura para o trabalho com a preservação e difusão do patrimônio sob tutela dos museus públicos paulistas.

Nessa perspectiva, há que se pensar os museus para além de suas funções precípuas de documentação, investigação, preservação, educação e comunicação do patrimônio cultural, fazendo-se necessário salientar as funções sociais, a representatividade, a relevância e legitimidade dessas instituições para a sociedade, principalmente, para as comunidades onde estão instaladas e para o seu público.

No contexto contemporâneo os museus desempenham um importante papel na economia de uma maneira geral e pontualmente na economia da cultura, sendo responsáveis por uma importante movimentação de recursos, pela significativa geração de empregos diretos e indiretos, por deslocamentos de públicos que impactam expressivamente a cadeia economicamente ativa.

Assim, em consonância com a Secretaria de Estado da Cultura, a ACAM PORTINARI paralelamente à reformulação das instituições, à recuperação e o fortalecimento do vínculo dos museus com as cidades onde estão instalados, com o objetivo de promover o patrimônio da localidade e a cidadania, integrando ao presente a compreensão da ocupação desses territórios, da participação local e regional na história estadual e nacional e dando a conhecer os diversos aspectos ligados às transformações históricas, urbanas e sociais; econômicas e culturais das cidades, está reestruturando as instituições internamente no sentido de fortalecer o seu caráter de casas de memória, lugares de representação social e espaços de mediação e comunicação social; cada vez mais imprescindíveis para o desenvolvimento e aprimoramento dos cidadãos e das cidades, que se recriam o tempo todo.

Nesse cenário e considerando-se que uma das principais ferramentas para o trabalho dos museus está no adequado planejamento de sua gestão, que poderá garantir a realização de ações de caráter técnico, administrativo e operacional, visando a preservação e difusão do patrimônio cultural da instituição, a curto, médio e longo prazo, promovendo a necessária continuidade do trabalho em desenvolvimento; embasado na definição da missão, visão e estratégias de ação, registradas e consolidadas em documento próprio, inclusive em termos de legislação vigente, a ACAM PORTINARI vê na realização dos PLANOS MUSEOLÓGICOS - Primeira edição/2009, uma imprescindível estratégia para a qualificação e fortalecimento do trabalho nos museus sob sua responsabilidade e também daqueles que, sob coordenação da Secretaria de Estado da Cultura, encontram-se em fase de municipalização ou já municipalizados.

Os Planos Museológicos, realizados numa experiência de participação colaborativa constituem-se em marcos de mudanças de paradigmas para a profissionalização e institucionalização dos museus estaduais do interior; contando para tanto com a parceria da própria UPPM/Sec de Estado da Cultura, a coordenação e ampla experiência no assunto da EXPOMUS (São Paulo) e principalmente, de forma

inédita, no caso dos museus do interior, das suas próprias equipes, que durante um período preliminar à produção dos referidos documentos, foram envolvidas pela ACAM PORTINARI num contexto preparatório de reflexão, análise sobre os museus onde atuam e entendimento da necessária participação de todos os atores envolvidos no trabalho com os museus, incluindo-se os diversos interlocutores locais e regionais os quais constituem parte integrante e legitimam o trabalho desses museus em suas diversas localidades; compreendendo estimulando, muitas vezes, mudança de entendimentos e comportamentos que passam necessariamente pela redefinição de objetivos, compromissos e responsabilidades, dado o enraizamento de certas práticas e conceitos cristalizados ao longo do tempo.

No caso específico dos museus geridos pela ACAM PORTINARI optou-se pela realização de um trabalho conjunto que, respeitando as diferenças e especificidades de cada instituição, bem como suas trajetórias até o presente momento, buscou estabelecer elementos para reestruturação e norteamento desses museus, visando seu fortalecimento para o futuro.

Assim, no contexto atual dos museus, embora estejam presentes os desafios , as perspectivas são inúmeras, destacando-se e firmando-se como uma das principais para os museus do interior, a possibilidade de planejarem as suas ações, saindo do incômodo improvisado, do provisório, da informalidade e amadorismo tão prejudiciais às instituições públicas culturais, principalmente as que, como os museus, preservam e promovem o patrimônio, as identidades culturais por eles representadas e tuteladas em benefício às gerações atuais e futuras.

Esperamos, dessa forma, que os presentes Planos Museológicos possam não só contribuir como difusão e referência para o desenvolvimento de trabalho de natureza semelhante em outras instituições, como também suscitar reflexões, intercâmbios de práticas e idéias entre profissionais e pessoas que atuam em instituições de memória e patrimônio.

Brodowski – Junho/2009.

Angelica Fabbri
Museóloga
Diretora Executiva da ACAM PORTINARI

Sistema Estadual de Museus de São Paulo - SISEM-SP

O Sistema de Museus do Estado de São Paulo foi criado pelo Decreto Nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986, e organizava-se de forma a prestar assessoria em questões técnicas pontuais nas instituições. A partir de 2008, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, por meio da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), iniciou uma profunda revisão do Sistema objetivando torná-lo uma esfera de atuação integradora dos museus paulistas e um veículo de criação, experimentação e multiplicação de boas políticas públicas para a área museológica.

A sigla SISEM-SP nasce para facilitar e marcar o reconhecimento do Sistema Estadual de Museus de São Paulo como o conjunto de Museus existentes no Estado, articulados no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura por meio da UPPM, tendo o Grupo Técnico como instância organizacional. Nessa perspectiva, são objetivos centrais do Sistema:

- I. Promover a articulação dos museus do Estado, respeitando a autonomia jurídico-administrativa e cultural de cada instituição e visando a valorização, qualificação e fortalecimento institucional dos museus paulistas;
- II. Estimular e apoiar programas e projetos de formação, capacitação, aperfeiçoamento técnico e atualização profissional para os museus do Estado;
- III. Estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades de preservação, segurança, documentação, pesquisa, intercâmbio e divulgação do patrimônio museológico e cultural existente no Estado de São Paulo;
- IV. Estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades culturais e educativas nos museus do Estado, visando à ampla participação e interesse dos diversos segmentos da sociedade;
- V. Promover intercâmbios e convênios com instituições nacionais e internacionais capazes de contribuir para a viabilização, qualificação, aperfeiçoamento e valorização das instituições e acervos museológicos de SP.

A atividade sistemática favorece principalmente a troca de experiências entre instituições, facilitando, por meio da difusão e comunicação, ações que possam incentivar a melhoria da capacidade técnica.

Os museus articulados estabelecem entre si formas de comunicação que possibilitam, além da difusão, ações que salvaguardam suas coleções. As metodologias adotadas em sistemas facilitam as normatizações técnicas que ampliam as possibilidades de recuperação de informações e as potencialidades de pesquisa.

A otimização dos recursos por meio das ações sistemáticas também é outro ponto de valorização dessa metodologia. Programações são amplificadas a partir das redes de comunicação oriundas dessa integração.

Os museus da Secretaria de Estado da Cultura têm na UPPM seu órgão gestor e possibilitador de uma rede integrada de informações entre as Organizações Sociais. Essa rede propõe a padronização de procedimentos que facilitam não só a gestão pública desses equipamentos como também as avaliações de seus desempenhos.

O SISEM-SP, nesse mecanismo, funciona como um facilitador na difusão de acervos, pesquisas e conteúdos educacionais formulados como propostas de orientações para as diversas instituições do Estado.

Por meio do SISEM-SP, os museus existentes no Estado podem ser apresentados dentro de roteiros que valorizam o Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Ambiental das regiões.

O turismo é um relevante fenômeno social, de grande atrativo econômico para os municípios e também uma atividade capaz de auxiliar na obtenção de resultados importantes no que concerne à preservação de memória e difusão da cultura das diferentes localidades.

As ações museológicas ampliam as possibilidades de inclusão social, bem como aumentam a capacidade de captação de recursos financeiros pelos museus, hoje instituições em potencial expansão. A grande maioria dos municípios tem investido na capacitação das equipes dos museus, para que melhor desenvolvam suas atividades técnicas e isso reflita na recepção dos novos públicos potenciais, ampliados com as políticas para as áreas de turismo rural e ambiental, em franca ascensão.

Como exemplo de uma rede integrada de museus participante do SISEM-SP, podemos citar a Organização Social Acam Portinari, responsável pelo gerenciamento de sete instituições museológicas no interior do Estado.

As propostas de integração entre essas instituições vão além de uma unificação da sua forma gerencial. Elas incorporam as suas diversidades tipológicas e temáticas, agregando os acervos de forma a fortalecer os potenciais de pesquisa. Os Bancos de Dados unificados permitem uma melhor disponibilização das informações, disseminando a pesquisa sobre a história dos municípios e da formação econômica, política e social do Estado. As metodologias de pesquisa são fortalecidas e se apresentam como possibilidade de discussão para uma normatização que possa ser difundida entre outras instituições museológicas.

A ampliação das ações do SISEM-SP e o fortalecimento das ações interinstitucionais tende a transformar a política pública para a área de museus do Estado em uma realidade frutífera e de relevância nacional. O Estado de São Paulo agrega hoje no SISEM-SP mais de 500 instituições, com os mais diversos perfis, enfatizando a imensa diversidade cultural de um gigante Estado com 645 municípios, dos quais somente 189 têm instituições museológicas. A partir dos diagnósticos produzidos ao longo dos dois últimos anos, ficou claro o fortalecimento da criação de redes regionais ou municipais que englobem instituições museológicas e culturais de forma a ampliar as discussões sobre as demandas e necessidades oriundas dessas realidades.

Há ainda muito a ser construído, mas é inegável o avanço da profissionalização e aumento das capacidades da área museológica do Estado de São Paulo. Os protagonistas das mudanças perpassam as administrações públicas e envolvem as comunidades, a sociedade civil organizada, a iniciativa privada, entre outros, que de

forma parceira e colaborativa estão construindo uma nova realidade para o patrimônio histórico, artístico e cultural paulista e brasileiro.

Cecília Machado

Diretora do Grupo Técnico do SISEM-SP

Sumário

1. Introdução.....	11
2. Os Museus Históricos e Pedagógicos no Estado de São Paulo.....	18
3. O Município.....	24
4. Breve Histórico.....	25
5. Perfil Museológico e Conceito Gerador.....	26
5.1. Visão	27
5.2. Missão	27
5.3. Valores	27
5.4. Objetivos.....	27
6. Diagnóstico atual.....	28
7. Plano Museológico.....	29
7.1. Programa de Comunicação Museológica.....	30
7.1.1. Recepção e acolhimento do público.....	30
7.1.2. Programa de exposições.....	31
7.1.3. Áreas de trabalho	32
7.1.4. Ações de Comunicação.....	33
7.1.5. Programa Educativo e de Ação Cultural	34
7.2. Programa de Preservação e Documentação.....	36
7.2.1. Política de Acervo	36
7.2.2. Reserva Técnica	37
7.2.3 Política de Publicações	38
7.2.4. Programa de Documentação Museológica	38
7.2.5. Programa de Conservação Preventiva.....	39
7.2.6. Programa de Pesquisa.....	40
7.3. Programa de Avaliação Integrada.....	40
7.4. Programa de Gestão.....	41
7.5. Programa de Segurança Integrada	44
8. Características Gerais Recomendáveis para o Edifício e a Infraestrutura	51
Bibliografia	53
Anexos.....	55
I Standard Facility Report.....	55
II Glossário	72
Ficha Técnica.....	75

1. Introdução

O Cenário Museológico Brasileiro nos séculos XX e XXI

O Brasil vive um excepcional momento com relação aos processos museológicos de amplo espectro. Motivado pelo momento vertiginoso que o cenário museológico global tem apresentado nos últimos vinte anos, marcado pela crescente criação e revitalização de museus em diferentes continentes, o Brasil, no mesmo período, também iniciou sua escalada em direção aos grandes projetos museológicos. Estes projetos não se restringem aos movimentos sucessivos e instigantes de criação de novos museus, mas se dedicam igualmente à requalificação dos já existentes e, via de regra, à adoção de políticas mais amplas ligadas à inovação, à educação, à acessibilidade e à inclusão social.

Passos largos entre os séculos

A virada do século XIX para o XX trouxe para o cenário museológico brasileiro diferentes potencialidades; verificaram-se então passos para além do modelo de museu enciclopédico, que caracterizara o XIX e que conferira ao museu, até então, o papel de guardião das coleções oriundas das expedições científicas, artísticas e folclóricas. Era o momento da criação das universidades, dos museus nacionais, das grandes coleções de arte acadêmica, dos museus históricos voltados a valorizar as grandes figuras heróicas e feitos históricos dignificantes. O modelo museológico a ser seguido era o europeu, notadamente francês, que inspirava a intelectualidade da época e dava o tom para a organização da cultura no país, sob forte presença estatal.

Já nas décadas de 1940 e 1950, o Brasil mimetizou o modelo americano que criara o MOMA – Museum of Modern Art – de Nova Iorque, reproduzindo este modelo em museus de Arte Moderna em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Recife. O MASP e a própria Fundação Bienal de São Paulo nasceram deste esforço de internacionalização, de um país que queria tornar-se moderno e cosmopolita e, para além disso, exercitar

as novas potencialidades trazidas pelo mecenato americano, que anunciava ser possível que as instituições culturais se independessem do custeio do Estado.

Os anos de ditadura que se sucederam pouco acrescentaram ao cenário museológico brasileiro, a não ser o espírito de resistência que marcou a luta pela manutenção das condições mínimas de conservação dos museus e seus acervos, assim como de atendimento ao público, ainda que numericamente pouco expressivo. A área museológica, no entanto, avançou principalmente na formação profissional e internacionalização do conhecimento, no período. Signatário da criação do Conselho Internacional de Museus – ICOM, em 1958, em Paris, o Brasil nunca se afastou do cenário das interações de relevo, por meio de intercâmbios com instituições e profissionais de todo o mundo.

A partir da década de 1970, questões inovadoras permearam o mundo dos museus, que já não mais se identificavam como locais de preservação erudita do passado, mas sim demonstravam a preocupação de se abrirem ao mundo mutável, ampliarem o seu público e se renovarem constantemente. Nascia a idéia do museu construído por muitos e para todos, preocupado em se repactuar com o presente, com o progresso e, para além disso, com o futuro. Noções relevantes trazidas pela museologia social, pela educação em museus, pelo patrimônio como força de articulação universal, nacional e local, foram fundadoras para alicerçarem a mudança de mentalidade que fomentou novos tempos para os museus brasileiros.

Já na década de 1980, o Brasil ingressou na dinâmica de realização de exposições itinerantes, que correspondiam à necessidade dos grandes museus americanos e europeus de angariar fundos para financiar os seus processos de renovação ou mesmo de manutenção de suas atividades, ameaçados pelos crescentes cortes de subsídios governamentais. Foi assim que o Brasil passou a receber exposições de grandes artistas internacionais – Picasso, Rodin, Monet, Manet, Malevich, Goya, Tamayo, Torres García, Rivera, entre outros. Essas mostras de circulação internacional, embora nem sempre compostas por obras de primeira linha do artista consagrado, tiveram dois papéis excepcionais no Brasil: o de formação de novos públicos para os museus brasileiros e o de capacitação de espaços expositivos, com melhorias sensíveis nas áreas de exposição, climatização, segurança, acessibilidade, iluminação, entre outros. As “*blockbusters*” – exposições internacionais para grande público – abriram as portas dos museus para diferentes classes sociais no

Brasil, possibilitando que públicos que jamais haviam cruzado os portões de um museu se sentissem motivados a adentrarem e fruírem visitas guiadas por educadores especializados, interajam com soluções midiáticas de última geração e incluam este tipo de passeio entre as suas opções de lazer. Ao mesmo tempo, constatou-se que o Museu poderia oferecer uma oportunidade de formação transversal para estudantes de diferentes faixas etárias, complementando o *currículo* escolar com visitas programadas e atividades didáticas de grande interesse.

O advento da internet, os processos irreversíveis de globalização e as sucessivas experiências de fomento cultural no Brasil foram responsáveis, sem dúvida, por uma aceleração crescente do cenário cultural brasileiro e, por via de consequência, também do museológico.

O final da década de 1990 já indicava com convicção que o século vindouro seria o "século dos museus". O museu já era então o cenário das mutações e da geração de novas expectativas.

A virada do século XX para o XXI permitiu que os museus em todo o mundo se desvinculassem das amarras passadas e investissem de forma autônoma na era da informação, da inovação, da mudança, da hibridação cultural, da interação do conhecimento, da multifuncionalidade, das ações solidárias, das interações colaborativas, do hoje, do agora e do amanhã. Da mesma forma, os museus assumiram nova roupagem, não só na interlocução pública, como inovaram sensivelmente na forma de gestão, construindo ousadas soluções no campo da capacitação, do financiamento e nas articulações de parcerias positivas para suas ações.

Tornaram-se emblemáticas as experiências de franquias internacionais, como a do Guggenheim de Bilbao, que revolveram paradigmas seculares de financiamento e gestão museológicos; apesar de muito combatidas, desencadearam novas oportunidades também para os museus europeus, como o Museu do Louvre, Museu Rodin, Museu Picasso, entre outros, que hoje já licenciam suas marcas e seus produtos para outros continentes.

Exemplos bem e mal-sucedidos de cessão de direitos sobre o nome do museu, do artista, das obras, deram lugar a novos estudos no campo do direito, que se

assemelham aos dilemas hoje vividos pelo acesso crescente e inexoravelmente difuso dos internautas aos conteúdos veiculados pela internet. Enfim, trata-se de outro tempo, de novas práticas e principalmente de outro ritmo, que elege o tempo real como substantivo, parafraseia o passado sem temor e enuncia o futuro ignorando fronteiras físicas ou do conhecimento. O museu está hoje integrado às redes sociais, exercita formas inovadoras de financiamento e gestão, compartilha saberes, práticas e vivências, atua sobre o presente de modo lúdico e consciente, e reflete sobre o futuro de forma cidadã.

Este cenário enuncia que o museu é, sem dúvida, a "catedral do século XXI". Se historicamente o homem não mediu esforços para edificar seus templos para o culto de suas divindades e para afirmar suas crenças, é esperado que o homem contemporâneo, muitas vezes vítima de um contexto social desagregador, que mal identifica as fronteiras tênues da globalização, que teme os ajustes impostos pelo ritmo acelerado do tempo presente, deseje edificar algo que possa ser o templo da formação, da reflexão, do compartilhamento humano e da transposição na era das mutações sociais.

O cenário museológico brasileiro contemporâneo

No Brasil, a experiência de criação e requalificação de museus tem se mostrado estimulante. De um lado, experimenta-se ainda o gosto por replicar modelos europeus e americanos e, por que não dizer agora, japoneses, chineses ou canadenses? De outro, acredita-se na possibilidade de ousar, de criar sem amarras, de escolher temáticas inovadoras, proposições mais híbridas e até mesmo irreverentes. Sob a égide de movimentos de musealização em outros países, já foram criados museus de arte, museus de história, museus de ciências, museus biográficos, museus temáticos, como por exemplo: Museu do Futebol, Museu da Cachaça, Museu da Língua Portuguesa, Memorial da Resistência, entre outros. Para além desses, um número considerável de museus encontra-se na incubadeira, à espera de recursos para sua realização.

É importante notar também o número expressivo de museus já existentes que, recentemente, refletiram sobre sua própria ação, no momento de estruturarem um

plano museológico mais sólido, que pudesse lhes outorgar novo rumo, e que partem agora para um plano articulado de revitalização. Múltiplas possibilidades se apresentam hoje para financiar tais ações e programas, compatibilizando diferentes formas de financiamento público e privado.

Durante cerca de vinte anos, mais propriamente a partir de 1985, os museus brasileiros, até então habituados aos poucos recursos de manutenção que advinham dos governos municipal, estadual e federal, tiveram um sólido e constante apoio da VITAE – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social para seus programas estruturadores, notadamente nas áreas de conservação, segurança, comunicação, educação, capacitação e formação de multiplicadores.

No tocante a investimentos, pode-se dizer, sem medo de errar, que nunca se investiu tanto em museus no Brasil como nesta última década.

Recentemente o Ministério da Cultura criou o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM –, órgão resultante de articulações político-institucionais que foram desenvolvidas nos últimos cinco anos. A Política Nacional de Museus é hoje, portanto, mais agregadora e viabilizadora do que o foi no passado e não mais se restringe ao atendimento de demandas dos Museus Nacionais. Editais de modernização de museus, novas formas de capacitação na área museológica e ações patrimoniais inclusivas permeiam hoje a agenda museológica de norte a sul do país, com extensões ibero-americanas.

Já no Estado de São Paulo, que tem mantido consistentes e sucessivos investimentos em novos museus, como o Museu da Língua Portuguesa, Museu do Futebol, Catavento, Memorial da Resistência, Museu da História do Estado de São Paulo (em implantação), além da requalificação de museus já existentes, como o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo e Memorial do Imigrante, verifica-se ainda especial atenção à melhoria dos museus do interior. Para viabilizar este investimento, o Estado de São Paulo instituiu nova forma de gestão para os seus equipamentos culturais, gerenciando-os em parcerias com organizações sociais, por meio de contratos de gestão público-privada. Este modelo é ainda recente e carece de maior tempo de implantação para uma avaliação mais apurada; no entanto, já se podem verificar resultados concretos que levam os museus a uma melhoria sensível e estável de seus programas e à ampliação exponencial de seus públicos.

O projeto de requalificação dos museus do interior

Neste contexto paulista de inovação e vigor museológico, que vem sendo levado a termo pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), da Secretaria de Estado da Cultura, estão inseridos os planos museológicos para os Museus Históricos e Pedagógicos Bernardino de Campos, Conselheiro Rodrigues Alves, Índia Vanuíre, Prudente de Moraes; Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato; Museu Casa de Portinari e Casa de Cultura Paulo Setúbal, que hoje operam com o modelo de gestão compartilhada entre Estado e Organização Social, sob a responsabilidade da ACAM Portinari.

Este trabalho foi coordenado e desenvolvido pela Expomus - Exposições, Museus, Projetos Culturais, com a finalidade de propor subsídios conceituais e técnicos, de natureza museológica, que permitissem a essas instituições redefinirem suas proposições institucionais, requalificarem suas ações de médio e longo prazos, assumirem uma maior segurança para a execução de seus projetos interna e externamente, bem como garantir a elas uma possibilidade de equiparação às demais instituições museológicas do país.

Para o processo de desenvolvimento desse conjunto de planos museológicos, a Expomus atuou sob contratação direta da ACAM Portinari, tendo como parceiros institucionais permanentes a UPPM da Secretaria de Estado da Cultura, a própria ACAM Portinari e, principalmente, as instituições envolvidas, representadas por suas equipes.

A metodologia empregada pela Expomus para o desenvolvimento do plano museológico tem sua singularidade calcada em uma premissa principal: a interdisciplinaridade constituída a partir do trabalho em equipe, de forma que cada membro do grupo de trabalho possa contribuir com suas reflexões e ponderações para o desenvolvimento do projeto. Esta premissa metodológica contribui não somente para o desenvolvimento conceitual do próprio projeto, como para o fortalecimento político necessário a sua sustentabilidade, já que tivemos a oportunidade de dialogar com as prefeituras locais, por meio de seus secretários de cultura, com gestores e diretores dos museus e de outros espaços culturais, bem como com membros das comunidades às quais os museus pertencem, além de alguns de seus potenciais parceiros. Integra

ainda o plano, uma apresentação da UPPM da Secretaria de Estado da Cultura sobre o conjunto de ações idealizadas para estes museus.

Trata-se, portanto, de uma metodologia concebida com base nas especificidades da museologia, mas definida e contextualizada a partir de novos desafios, que aproximam diferentes parceiros e envolvem diferentes instâncias do poder público, bem como forças ativas da sociedade diretamente beneficiadas pelo Museu.

No caso específico deste conjunto de museus, o esforço de edificação de um novo plano museológico deve levar em conta, como premissa fundadora, uma análise da experiência que cada uma dessas instituições já vivenciou, explorando a compreensão de seus acertos e erros, historicamente já consolidados; esta estratégia propõe-se a se estruturar não como um diagnóstico meramente avaliativo, mas principalmente como um exercício de cunho prospectivo, ou seja, capaz de articular um novo e generoso olhar para o futuro, e de encontrar novas plataformas de colaboração entre diferentes atores institucionais e sociais. Esta mudança de enfoque visa a propiciar que cada instituição museológica tenha nova oportunidade de se desvencilhar de relações institucionais já esgarçadas ou viciadas e que inaugure um novo caminho cooperativo de diálogo com seus colaboradores internos, seu público – de forma abrangente – e com suas alianças institucionais mais representativas.

A seguir compartilhamos o registro desse exercício coletivo.

Maria Ignez Mantovani Franco

2. Os Museus Históricos e Pedagógicos no Estado de São Paulo

Uma das resoluções adotadas pela Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972 propôs que, em relação ao meio urbano, os museus – tanto em suas exposições quanto em seus trabalhos de pesquisa, e ao organizarem exposições especiais sobre os problemas do desenvolvimento urbano contemporâneo – servissem à conscientização mais profunda dos problemas das cidades, insistindo de modo particular no desenvolvimento urbano e nos problemas que ele origina. De acordo com Meneses, "*o museu de cidade deve ser uma referência inestimável para conhecer a cidade, entendê-la (no seu passado e no presente), fruí-la, prever o seu futuro, enfim, amá-la e preocupar-se com ela e agir em consequência*" (2003, p. 1). No entanto, cabe ressaltar que, se atualmente o diálogo com a comunidade na qual o museu está inserido e com o público que o visita é questão importante para os profissionais atrelados à área, a implantação da rede de museus históricos e pedagógicos do Estado de São Paulo, nas décadas de 1950 e 1960, surgiu com objetivos políticos claramente definidos, vinculados à preocupação em construir uma memória que criasse a identidade histórica e política delineada pela elite dirigente do período.

Utilizando-se como ponto de partida o lema proposto por seu idealizador, Vinício Stein Campos, "*preservar a história da cidade e do patrono*", decretos estaduais criaram os museus históricos e pedagógicos entre 1950 e 1970, colocando-os sob a direção do Serviço de Museus Históricos, órgão pertencente à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e instalando-os em diversas cidades do interior de São Paulo. Em 1968, os museus foram transferidos à Secretaria de Estado da Cultura, passando à guarda e administração do Departamento de Museus e Arquivos (DEMA-SEC). Em 1998, a tutela dos museus, até então do Estado, foi transferida às respectivas cidades, por meio do processo de municipalização. Segundo Misan:

"Tal estratégia, denominada "Implantação dos museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo", permitiu ao poder estadual afirmar-se no campo da cultura e da educação de modo hegemônico, relegando ao município a cessão do imóvel, o deslocamento de professores da rede pública para a direção dos museus, e o auxílio na coleta e no armazenamento do acervo. Ao impor-se na criação, direção e organização da rede de museus, o governo estadual pôde priorizar e preservar um determinado

ponto de vista sobre a história do estado de São Paulo, relegando outros focos, como por exemplo, a própria história das cidades. Com base nisso, pode-se dizer que esta foi uma das estratégias – aplicada ao longo de cerca de cinquenta anos – usada pelo poder público estadual para subsidiar e garantir sua supremacia em campos como o da Cultura e da Educação. O resultado, legado como herança dessa longa gestão, foi o delineamento, a adoção e a manutenção de um modelo paradigmático de museu histórico do interior de São Paulo.”(2005, p. 1)

A ideia inicial de criação dos primeiros museus históricos e pedagógicos partiu de Sólton Borges dos Reis, então diretor geral do Departamento de Educação da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, que, em 1956, propôs ao secretário Vicente de Paula Lima a criação dos primeiros museus históricos e pedagógicos (MHP): MHP Prudente de Moraes (Piracicaba), MHP Campos Salles (Campinas), MHP Rodrigues Alves (Guaratinguetá), e MHP Washington Luís (Batatais). A intenção era criar centros de memória e de pesquisa acerca da vida dos quatro presidentes republicanos oriundos do Estado de São Paulo. Em 1957, Borges dos Reis convida Vinício Stein Campos, pedagogo de Santa Bárbara d’Oeste, para assumir a direção do Serviço de Museus Históricos. No mesmo ano, Stein redige o regulamento dos museus e propõe a criação de mais cinco deles: MHP Cesário Motta (Capivari), MHP dos Andradas (Santos), MHP D. Pedro I e D. Leopoldina (Pindamonhangaba), MHP Brigadeiro Tobias Aguiar (Sorocaba) e MHP das Monções (Porto Feliz). Posteriormente, são aprovados novos decretos para a instalação de outros museus que chegam a 79 em 1973.

Foi prática estabelecida por Stein que, para cada museu criado, fosse indicado o nome de um patrono a ser lembrado. Em sua maioria, tais patronos eram personagens importantes na história de fundação da cidade, ou tiveram destaque em algum momento da política estadual ou do país. Os quatro primeiros MHP citados acima foram designados à memória dos quatro primeiros presidentes republicanos civis e paulistas da primeira República (1890-1930): Prudente de Moraes (1894-1898); Campos Salles (1898-1902); Rodrigues Alves (1902-1906); e Washington Luís (1926-1930). Esses museus foram criados com um duplo objetivo: preservar a memória dos presidentes paulistas e cultuar o período republicano. Carvalho (1998), que analisa o esforço de consolidação de celebrações e datas comemorativas no Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o XX, considera que a dificuldade de fixação e aceitação da construção de um imaginário republicano revelou o abismo entre uma elite dirigente e o povo de uma maneira geral. A instauração dos novos símbolos permitiria,

exatamente, consolidar a participação do povo (ao menos teoricamente) na transição do regime monárquico para o republicano. Assim, ao criar, em 1956, os MHP dedicados à memória dos quatro presidentes republicanos paulistas, Sólton Borges dos Reis procurava afirmar a participação do Estado de São Paulo no imaginário republicano, sobretudo no da própria oligarquia paulista.

Da mesma forma, a escolha das cidades onde os museus foram instalados possivelmente não foi aleatória, mas sim parte de um projeto que buscava entrelaçar os museus e a cartografia histórica do Estado de São Paulo, já que o trajeto estaria refazendo parte do caminho das Bandeiras do século XVIII.

"(...) pode-se arriscar que, talvez, o possível planejamento elaborado por Stein para a implantação das diversas unidades dos MHP no estado possa ter levado em conta a importância de enlaçar os museus com a cartografia histórica do estado. Dessa forma, pode-se concluir que o caráter histórico pretendido à rede de museus proposta por Stein, além de perpetuar a memória de seus patronos, também se relaciona à história da ocupação geográfica do estado, em especial à das regiões onde os museus estão sediados. Essa, talvez, seja a razão que explique a existência de um grande número de coleções de zoologia, botânica, taxidermia, geologia, arqueologia e antropologia presentes em grande parte dos acervos dos MHP. Tais museus, então, em certa medida, também tiveram uma outra incumbência: a de preservar as características naturais e culturais das diferentes localizações geográficas das respectivas cidades que integraram a rede de museus." (Misan, 2005, p. 7)

É importante salientar que a relação entre o patrono e a cidade escolhida para a instalação dos museus pode variar segundo circunstâncias diversas: algumas cidades foram escolhidas por serem o local de nascimento dos patronos; em outras, o personagem passou por lá em atividade política; em outras, ainda, é a cidade que se destaca como importante marco geográfico. Outros exemplos de cidades poderiam ter sido locais de marcos históricos e acontecimentos ligados aos períodos Colonial, Imperial ou Republicano, como a passagem de tropeiros, o deslocamento de combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932, ou, simplesmente, o avanço do povoamento paulista rumo ao centro-oeste do Estado.

A constituição dos acervos dos museus históricos e pedagógicos deu-se em sua maioria em meados da década de 1970, notadamente por meio de doações particulares.

Como alternativa à necessidade de formar pessoal capaz de, em curto prazo, assumir a empreitada de formação dos acervos dos museus recém-instalados, Stein organizou um rápido curso de Museologia, ministrado por ele, nas diversas cidades-sede dos museus; sua base era o curso “Técnica de Museu”, criado por Gustavo Barroso, em 1932, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, e destinava-se, de maneira geral, a ministrar noções básicas de organização de museus. Destinado principalmente a professores primários e secundários e alunos das escolas normais, o curso proposto por Stein, tinha como especificidade o tema da quarta e última aula – História do Brasil –, interpretada em função da história do município. O objetivo dessa aula era claro: justificar a escolha do patrono e sua relação com a cidade, além de ser o momento oportuno para Stein propagar uma visão integrada da história, na qual a história do município estaria muito mais atrelada à perspectiva estadual do que aos acontecimentos locais e regionais. A intensa participação de professores nos cursos de Museologia pôde garantir, em certa medida, a sustentação, além da função histórica designada aos MHP, também de sua função educadora. Podemos dizer que esses museus desempenharam intensa atividade junto ao meio escolar, seja na realização de concursos, na elaboração de trabalhos (biografias sobre os patronos e histórico da cidade) ou nas visitas de grupos escolares.

Assim, há que se ressaltar que, a despeito de serem iniciativas promovidas por uma política governamental, os museus históricos e pedagógicos somente puderam existir com a participação das populações locais doando as peças que vieram a constituir seus acervos e pela participação dos professores da rede pública estadual de ensino, de onde se originou grande parte de seus gestores. Além disso, a criação desses museus constitui um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico, já que essa é a primeira proposta inovadora, em São Paulo e no Brasil, de tentar promover a articulação entre os museus existentes no Estado.

Posteriormente, diferentes tentativas foram empreendidas pela Secretaria da Cultura para dinamizar e depois municipalizar esses museus. Em 1985, foi desenvolvido o primeiro estudo do sistema de museus do Estado de São Paulo, assim

como o estudo de municipalização dos museus, formalizado pelo Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986:

*Artigo 1º - Fica instituído, nos termos deste decreto, o **Sistema de Museus do Estado de São Paulo**.*

Artigo 2º - O Sistema de Museus do Estado de São Paulo tem como objetivos principais:

I – promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;

II – estabelecer uma identidade de trabalho baseada no papel e na função do Museu dentro da comunidade onde ele atua;

III – estabelecer programas comuns de trabalho, respeitadas as especialidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural no Estado;

IV – promover a adoção de medidas visando à gradual municipalização de museus estaduais localizados no interior do Estado;

V – desenvolver programas de assistência técnica às entidades participantes do Sistema e a novos núcleos museológicos, de acordo com suas necessidades e, especialmente, nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus.(...)

Nesse momento, foi criado o **Conselho de Orientação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo**, cujas funções eram "*definir diretrizes gerais de orientação às atividades do Sistema, manifestar-se sobre a política de aplicação de recursos gerais destinados à área museológica, propor diretrizes relativas à captação e distribuição de recursos gerais destinados à área museológica, manifestar sobre os programas e projetos a cargo do Sistema, propor modificações e medidas aprimoradas do Sistema; propor a constituição de comissões ou grupos de trabalho para assuntos específicos; opinar sobre os assuntos que lhe forem submetidos e elaborar seu regimento interno*". Criou-se também o **Grupo Técnico de Coordenação do**

Sistema de Museus do Estado de São Paulo, responsável por "*providenciar a celebração de convênios, visando a atingir os objetivos do Sistema, equacionar em cada caso de museu estadual a ser municipalizado os procedimentos técnico-administrativos dessa transferência, manifestar-se a respeito da concessão de recursos da Pasta, manter cadastro atualizado dos museus do Estado, elaborar programas de divulgação das atividades do Sistema, elaborar e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus, produzir textos e publicações de interesse à área museológica, realizar cursos de capacitação e aperfeiçoamento técnico de recursos humanos na área museológica, promover a realização de eventos culturais e educativos pertinentes ao museu, e colaborar com o Conselho de Orientação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo*". Essas medidas visavam, exatamente, ao intuito de conferir sentido museológico aos museus e à sua real vinculação com os municípios onde estavam sediados.

A despeito desses esforços, o Sistema de Museus do Estado de São Paulo não saiu do papel nas décadas seguintes, e os museus continuaram a padecer desta dicotomia de vinculação ao Estado e ao município.

Atualmente, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico e da OS – Organização Social gestora, propõe um amplo plano de ações de integração e valorização dos museus, no qual está incluída a elaboração deste Plano Museológico.

A gestão por meio das OS's, com certeza, trouxe uma mudança de paradigma e uma nova inserção destas instituições no panorama nacional, estabelecendo assim um novo esforço de valorização e requalificação destes museus.

Cabe ressaltar que a história repertoriada deste tipo de gestão ainda é curta e, portanto, padece de tempo para ser devidamente avaliada, mas é preciso identificar mudanças radicais, tais como: políticas públicas mais claras e colaborativas; definição de metas a serem atingidas cooperativamente, apuro de gestão, qualificação profissional por critérios de competência, criação de uma política de cargos e salários e uma gestão competente dos recursos públicos.

Tudo demonstra que estes museus, seja pela municipalização ou pela permanência junto ao Estado, inauguram uma nova etapa das suas próprias histórias e

têm uma oportunidade de reflexão e autoavaliação que estarão repertoriadas neste documento.

3. O Município

O município de Tupã localiza-se a noroeste do Estado de São Paulo, na região de Marília. Sua área territorial é de 629,11 km².



De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2000, a população total do Município era de 63.333 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) correspondia a 0,80, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Em 1910, por ocasião da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no Estado de São Paulo, uma faixa de terras de cerca de 300 km ao longo da estrada ficou interdita em decorrência dos ataques dos índios Kaingang, o que levou à paralisação das obras e ao extermínio de grupos de tal etnia.

O Coronel Cândido Rondon, chefe do Serviço de Proteção ao Índio, delineou um plano que pusesse fim aos conflitos. Um grupo já pacificado de índios Kaingang, do Estado do Paraná, deveria intermediar o contato com as tribos da região. A este grupo juntaram-se índios que foram capturados pelo proprietário de gleba da Fazenda Campos Novos do Paranapanema. Entre esses, encontrava-se uma índia madura e que pouco falava de português – Vanuíre. Ela era uma espécie de contadora de histórias, contos, lendas e tradições de seu povo.

Desgostosa com os conflitos, dispôs-se a ajudar. Na região do Ribeirão dos Patos, foi adaptado um posto no alto de um jequitibá, de onde Vanuíre conclamava os outros índios à paz em vários períodos do dia. Após alguns dias, surgiu por uma picada que conduzia ao rio Feio um grupo Kaingang, cujo chefe, de nome Iacri, era considerado o mais poderoso e temido da região. Depois de permanecerem vários dias no acampamento dos pacificadores, os índios convidaram o grupo para acompanhá-los

até sua aldeia. Vanuíre fazia a intermediação entre os índios e o grupo de Rondon. Após esse encontro, as obras da estrada puderam ser retomadas.

A índia Vanuíre – conhecida na região como “A Pacificadora” – faleceu em 1918 na aldeia Kaingang de Icatu, no município de Braúna, e posteriormente seus restos mortais foram transferidos para Tupã, para serem depositados na herma construída em frente à Escola Estadual que leva seu nome.

Luiz de Souza Leão escolheu uma área localizada no espigão divisor das águas dos rios do Peixe e Feio, no percurso dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, entre as estações de Quatá e Rancharia, para fundar um povoado, com o objetivo de criar um novo núcleo, que centralizasse o desenvolvimento das regiões Noroeste e Sorocabana.

Souza Leão pertencia a uma família proprietária de terras em Pernambuco, que se estabelecera em Cafelândia no início dos anos 1920, como agricultora e pecuarista. A densa floresta começou a ser derrubada em 1929. Data do mesmo ano a construção de uma olaria e a primeira casa do núcleo. A exploração da madeira das florestas fez com que surgisse no local uma das principais serrarias da região.

Em dois de outubro de 1934, o povoado foi elevado à categoria de distrito do município de Glicério. No ano seguinte, Souza Leão mandou construir sua residência em tijolo com 14 cômodos, localizada em 2.200m² de terreno arborizado, remanescente do loteamento original da cidade, local onde hoje funciona o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, nome que homenageia aquela que teria desempenhado importante papel na pacificação dos índios da região.

O distrito foi elevado a município em 1938, com território desmembrado dos municípios de Araçatuba, Birigui, Glicério e Marília. O nome Tupã, deus indígena, foi escolhido em homenagem às etnias que viviam na região.

4. Breve Histórico

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre foi criado em 20 de setembro de 1966 e declarado como entidade de utilidade pública através da lei municipal nº 1638,

sancionada em 11 de junho 1970, pela Prefeitura Municipal de Tupã. Com o tombamento da residência do Sr. Luiz de Souza Leão e de toda a quadra 75, em 1972, o museu recebeu deste a promessa de uma sede definitiva. A concretização desta promessa realizou-se em 1980, quando foi inaugurado o edifício construído a expensas de Souza Leão.



O Museu possui um acervo de cerca de 24.000 itens, sendo que a maior parcela é composta pela coleção etnográfica coletada pelo Sr. Luiz de Souza Leão e sua esposa Nair Ghedini, com grande destaque para as culturas Krenac e Kaingang.

O Museu ainda abriga coleções históricas da cidade de Tupã, além de taxidermia, fotografias e documentos.

5. Perfil Museológico e Conceito Gerador

Trata-se por tradição de um museu histórico e pedagógico, e como tal tem vinculações fortes com a educação e a história do município de Tupã. No entanto, a natureza de seu patrono – a Índia Vanuíre – e o segmento mais forte de seu acervo – etnológico indígena – conduz naturalmente ao perfil de museu etnológico.

O conceito gerador do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre também é definido pela força de seu acervo etnológico, que tem como especialidade as culturas Kaingang e Krenac.

5.1. Visão

Tornar-se reconhecido local, regional e nacionalmente como centro de referência em preservação, extroversão e pesquisa etnográfica indígena.

5.2. Missão

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre tem como missão valorizar, articular e difundir o patrimônio etnológico indígena por meio de programas de salvaguarda, comunicação e pesquisa voltados para diferentes segmentos da sociedade, tendo em vista a discussão e reflexão crítica acerca dos valores humanos e da cidadania.

5.3. Valores

- Cidadania;
- ética;
- multiculturalismo;
- sustentabilidade;
- estímulo à participação democrática;
- compromisso educativo;
- compromisso com a preservação;
- compromisso com a difusão;
- estímulo à investigação.

5.4. Objetivos

- Pesquisar, preservar, valorizar e divulgar o patrimônio etnológico indígena, em especial o legado das culturas Krenac e Kaingang;
- preservar, valorizar e divulgar a história do município de Tupã;
- realizar a comunicação do acervo etnológico por meio de exposições em sua sede e exposições itinerantes em diferentes espaços expositivos;
- empreender múltiplas ações educativas, voltadas a diversos segmentos de público, como escolares, donas de casa, turistas, famílias, etc., aliando conteúdos etnológicos, antropológicos, históricos, ambientais, etc.;

- divulgar os resultados de ações de pesquisa, preservação ou registro de referências patrimoniais etnológicas indígenas;
- incluir o município de Tupã em roteiros turísticos nacionais e internacionais, por meio de suas exposições e de uma programação educativo-cultural atraente;
- implantar programas voltados ao desenvolvimento do município, em parceria com órgãos municipais, como escolas, creches e hospitais, associações e organizações não-governamentais.



6. Diagnóstico atual

Enormes são as potencialidades de preservação, comunicação e investigação do acervo do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. Trata-se de um patrimônio riquíssimo, ainda pouco explorado, mas com todas as condições de tornar-se herança para as populações do município de Tupã, do Estado de São Paulo e do Brasil. Para que este legado seja de fato apropriado pela sociedade, é necessário que as ações museológicas proporcionem as condições adequadas de guarda, conservação, extroversão, e ampliem as possibilidades de pesquisas.

Outro ponto importante a ser ressaltado é o fato de o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, desde a sua criação, estar plenamente integrado à vida do município de Tupã e de manter a frequência da população local. Em vários programas do Museu, a participação dos moradores pode ser constatada e, em alguns casos, a participação é de fato ativa. Por exemplo, a integração de membros da Aldeia Vanuíre em atividades educativas do Dia do Índio.

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre possui edifício próprio, que atualmente encontra-se em reforma. Por este motivo, a maior parte do acervo, a administração e as áreas técnicas foram temporariamente transferidas para uma casa alugada, próxima ao Museu.

O edifício em reforma apresenta algumas deficiências quanto à localização de algumas áreas como, por exemplo, a passagem obrigatória pela cozinha para chegar ao banheiro de funcionários, além de problemas de fragilidade de segurança, tanto para sinistros como para roubos.

O fato de o edifício ainda estar em reforma é estimulante, pois poderá contar com a possibilidade de adequação do edifício ao novo programa do museu, antes da entrega final.

Um projeto para a museografia do Museu também está em andamento. Ressaltamos a necessidade de que as recomendações deste plano sejam consideradas para suas concepção e execução.

Atualmente parte do acervo encontra-se no edifício do Museu, que está em obras, e sofre graves riscos de sinistro e roubo.

Temos a considerar ainda que, dadas às dimensões limitadas da reserva técnica do Museu em relação à coleção já existente, o espaço originalmente destinado à área de conservação preventiva já se encontra totalmente tomado por acervo. Isto evidencia que, diante de uma tendência de crescimento ininterrupto de obras, dificilmente o museu poderá dispor de um espaço adequado para o processamento técnico de seu acervo.

7. Plano Museológico

O plano museológico expõe, com base na missão e nos objetivos acima propostos, as principais linhas programáticas do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre.

O presente plano também enumera as diferentes áreas que integrarão o equipamento cultural, suas funções e recomendações físicas, informações que devem servir de embasamento tanto para os programas como para os projetos complementares a serem desenvolvidos pelo Museu.

7.1. Programa de Comunicação Museológica

7.1.1. Recepção e acolhimento do público

Para além da mera entrada ou local de aquisição de bilhetes, o *hall* de acolhimento do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre deve tornar-se o espaço onde o visitante prepara-se para a experiência museológica, deixando temporariamente de lado as vivências e preocupações cotidianas.

A planta da reforma do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre não prevê divisões entre a entrada do edifício e a sala de exposições. Assim, recomenda-se que os projetos arquitetônicos e museográficos que estão em andamento prevejam a instalação de local de recepção e acolhimento, que possa reunir os seguintes equipamentos:

- **Bilheteria:** para aquisição de ingressos, controle da quantidade de visitantes e balcão de informações.
- **Guarda-volumes:** preferencialmente em sistema de autosserviço, para evitar a contratação de pessoal e aumentar a segurança individual em relação aos pertences do visitante. O dimensionamento do guarda-volume deve considerar a recepção de grupos organizados, de turistas, bem como a recepção de mais de um grupo ao mesmo tempo. O acolhimento específico para atendimento dos grupos escolares deve ter capacidade para guardar até 50 mochilas e outros pertences escolares. Em alguns museus, os pertences de cada classe são guardados em *container* sobre rodas; nestes casos, adotam-se soluções de diferenciação dos diversos *containers* por cores, selos de identificação da escola de origem, entre outros, o que pode ser uma boa opção, levando-se em conta a falta de espaço físico.
- **Balcão de informações com *display*:** ferramenta importante de comunicação e atualização, deve conter informações sobre o Museu: exposições, programação, serviços, horário de visitação e planta do edifício para a localização autônoma. Neste mesmo local, no *display* podem estar dispostos os *folders* e demais materiais de papelaria do Museu, bem como de equipamentos culturais da região.

- **Mobiliário de descanso:** para curtos períodos de espera: bancos, de preferência com encosto.
- **Atendimentos diversos:** sanitários, bebedores e telefones públicos, de forma a atender grupos escolares, espontâneos e público turista.
- **Área de recepção do Educativo:** local próprio para que os educadores recebam e preparem os grupos.
- **Loja:** balcão com vitrine para exposição e venda de produtos, cujas imagens ajudem a divulgar o museu (camisetas, canecas, cadernos, agendas, etc.), e/ou produtos consignados por comunidades indígenas (cestos, colares, etc.).

Em todas as áreas previstas, deve-se garantir a acessibilidade para portadores de deficiências, conforme determinações legais para espaços públicos.

Recomendações Físicas

Este espaço é o primeiro contato do visitante com o Museu, portanto deverá integrar o projeto museográfico e respeitar o partido de comunicação visual, mantendo-se assim a identidade visual apresentada nos demais espaços.

7.1.2. Programa de exposições

Exposição de Longa Duração

A missão institucional e os objetivos do Museu devem ser explicitados para o público por meio de suas exposições, em especial da exposição de longa duração.

O novo projeto expográfico do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre deve congrega as linhas temáticas definidas com recursos atrativos e interativos. A exposição de longa duração deve estar focada no conceito gerador do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, ou melhor, nas culturas Kaingang e Krenac.



As linhas temáticas geradas a partir deste conceito gerador podem estar citadas na exposição de longa duração, mas devem ser mais exploradas nas exposições de curta duração.

Exposições Temporárias

As exposições temporárias costumam ter sua abordagem direcionada para o aprofundamento ou complemento de aspectos da exposição principal. Estas mostras possibilitam a construção de novos sentidos e percepções sobre os temas abordados, o estabelecimento de diálogos entre perspectivas conceituais e patrimoniais e grupos sociais diversos, bem como a proposição de leituras diferenciadas das que habitualmente estão presentes nas exposições de longa duração.

Além de poderem desenvolver aspectos pouco explorados das culturas Kaingang e Krenac por meio do acervo etnológico do Museu, as exposições temporárias podem tratar de temas relevantes para a história de Tupã, assim como recorrer a aspectos ambientais e zoológicos da região, e também explorar os demais segmentos de acervo do Museu.

Deve ser prevista uma sala para atividades museológicas, próxima à reserva técnica, para o desenvolvimento das atividades de planejamento de exposições de longa duração e temporárias, abrigando os pesquisadores de maneira confortável.

Sala de Recepção de Acervos e Exposições Temporárias

Esta sala é destinada à recepção de acervos e equipamentos em trânsito, ou seja, aqueles que não pertencem ao Museu e que serão recepcionados para as mostras de longa duração, e principalmente as temporárias. O acesso **Exposições itinerantes**

As próprias mostras de curta duração do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre podem ser introduzidas em circuitos de outros espaços culturais e museus, tanto do município e da região, como de todo o Estado de São Paulo.

Mostras produzidas especialmente para divulgar o acervo etnológico indígena e o próprio Museu, e que, além disso, sejam de fácil portabilidade, podem ser disponibilizadas para percorrer escolas e espaços educativos e culturais em todo o país.

7.1.3. Áreas de trabalho

Salas de Museologia e Pesquisa

a esta sala deve ter passagem direta e desobstruída para recebimento dos acervos e equipamentos. A sala deverá dispor de iluminação suficiente, para facilitar os trabalhos, e de sistema de segurança que garanta a integridade dos equipamentos cedidos por terceiros.

Sala para Montagem de Exposições e Depósito de Materiais Expográficos

A sala deverá abrigar equipamentos especiais para a realização de serviços de projetos e produção de exposições a serem montadas. Os diversos materiais empregados nas embalagens e transporte de equipamentos, protótipos e acervos temporários devem estar armazenados neste espaço, próximo à sala de recepção de acervos e exposições temporárias.

7.1.4. Ações de Comunicação

Site do Museu

O museu contemporâneo deve oferecer ao seu público uma plataforma de comunicação tecnológica que permita a ampliação de sua ação formal – seja para o público local ou para o público não residente na cidade em que o museu está localizado – construída de maneira a incentivar quem não conhece o espaço a visitá-lo, e que seja esteticamente atraente e dinâmica. O *site* possibilita um diálogo ativo com os públicos do Museu e ajuda a mudar a ideia de que museu é apenas uma casa fechada com objetos antigos; mais do que isso, o *site* pode ajudar na construção da identidade do Museu, conferindo-lhe personalidade, atitude diferenciada e aproximando-o dos seus públicos.

O ideal é que o *site* do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre parta de uma concepção didática, funcionando também como uma ferramenta educacional diferenciada da instituição, bem como uma ferramenta de pesquisa para o público especializado, com a visualização do acervo e das linhas de pesquisa da instituição. Por fim, o *site* deve contribuir para as avaliações tanto de público quanto de conteúdo que a instituição desenvolva.

Centro de Referência

Sugerimos a criação de um centro de referência ou biblioteca multimeios que terá as funções de biblioteca, hemeroteca, videoteca, midiateca e discoteca. Todas essas informações serão articuladas por meio de uma base de informática a ser desenvolvida especialmente para desempenhar essas múltiplas funções, objetivando o acesso à pesquisa pelo público.

Este Centro de Referência deve ser especializado em etnologia indígena, com ênfase nas culturas Krenac e Kaingang. Como linha temática adjacente, também poderá trabalhar com referências históricas e ambientais do município de Tupã.

Propõe-se a criação de banco de memória oral composto por entrevistas com membros da comunidade indígena da Aldeia Vanuíre, e por bancos fotográfico e filmográfico a respeito de manifestações e tradições indígenas.

Recomendações Físicas

O projeto arquitetônico deve prever uma área adequada à guarda e à consulta dos multimeios. A área de pesquisa do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre poderá funcionar no Centro de Referência.

Caso não seja possível realizar este projeto dentro do espaço atualmente destinado ao Museu, deve ser averiguada a possibilidade de utilização de uma área municipal ou estadual para a realização deste projeto fundamental para a geração de conhecimento a partir dos acervos e das linhas temáticas do Museu.

7.1.5. Programa Educativo e de Ação Cultural

A educação em museus tem papel privilegiado na interlocução com a sociedade, assim como possui enorme potencial para a articulação de instituições museológicas, em um museu com vocação para tornar-se espaço de questionamento, problematização e fomento de debates.



O programa educativo do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre deve ampliar as possibilidades de relacionamento e interação dos visitantes com a instituição, suas exposições e serviços. Para tanto, as ações educativas promovidas

pelo Museu não devem limitar-se ao espaço físico de suas exposições, e suas formas de atuação devem ser diversificadas, para possibilitar o atendimento a diferentes segmentos de público e seus interesses.

A Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari encomendou um programa de ações educativas para os museus que estão sob sua gestão, incluindo o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. Trata-se de um programa abrangente elaborado pela museóloga e educadora Elizabeth Zolcsak e que propõe interessantes atividades educativas para o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. Recomendamos que o programa seja implementado em sua íntegra, já que se coaduna com as demais propostas deste plano museológico.

Reiteramos a sugestão das seguintes atividades presentes no Programa de Ações Educativas:

- **Mediação de temas:** O educador junta-se aos visitantes, relata passagens históricas ou trechos literários com afinidade aos temas do acervo e propõe interpretações do patrimônio sob guarda do museu, com adequação da linguagem à vivência presumida dos participantes.



- **Oficina "Jogo de comparação":** Propõe observação e interpretação de objetos, sob perspectivas variadas (materiais e técnicas, gênero, saúde, trabalho), comparando-os com objetos atuais, para discussão de diferenças.

- **Oficina "Modelos e culturas":** Utiliza objetos da exposição e da reserva técnica do Museu, com cuidados para conservação, e dados bibliográficos de pesquisas etnográficas. A recriação dos padrões pode ocorrer em desenhos, pinturas em tecido e cerâmica, e bordados.

- **Oficina "Terra e gente":** Em espaço auxiliar, na própria área expositiva ou em sala reservada, os visitantes manipulam artefatos e discutem eventos históricos regionais e modos de vida atuais de vários grupos da sociedade, com o auxílio de fotos e vídeos.

- **Encontro "Rememorar":** Atividade que envolve conjuntos de fotografias e registros de hemeroteca do acervo – reproduzidas para manuseio – e seu uso em reuniões de visitantes de terceira idade, em espaço preparado do Museu, para provocar lembranças e reminiscências.

• **Seminário para professores:** Os participantes percorrem a exposição para observação analítica, assistem à palestra de pesquisador convidado, que propõe novas contextualizações do acervo exposto, e discutem possíveis conexões curriculares.

• **Visita acompanhada por educador:** O educador promove a observação dos objetos e exposições e incentiva a percepção do conjunto expositivo e do discurso museológico, com linguagem adequada à vivência presumida dos visitantes.

7.2. Programa de Preservação e Documentação

7.2.1. Política de Acervo

O acervo do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre é composto por coleções etnológicas - de predominância das culturas Kaingang e Krenac; coleções históricas da cidade de Tupã; além de uma pequena coleção zoológica de taxidermia, com animais preservados em meio líquido.

Propomos que na nova política de acervo, o segmento etnológico indígena seja priorizado. Deve ser considerada a possibilidade de transferência dos segmentos de acervo histórico e zoológico para instituições municipais mais afins, que possam fazer sua guarda, preservação e extroversão como prioridade.

A introdução de programas de estímulo à pesquisa propiciará o crescimento e enriquecimento do acervo etnológico indígena. Em alguns casos, as lacunas do acervo podem ser supridas por empréstimos, comodatos e reproduções de outras instituições detentoras da guarda desses objetos. Para tanto, é necessário o estabelecimento de parcerias e convênios com essas instituições. Sugerimos, por exemplo, a parceria com o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

A definição sobre o acervo já indica a utilização da reserva técnica, que deverá estar preparada para acondicionar, conservar e transportar objetos de tipologias muito distintas, de diferentes procedências, volumes e suportes.

Para o estabelecimento desta Política de Acervo, o Museu contará com os Conselhos de Orientação: COAS/COCs/COACs, criados pelo Decreto 53.547, de 13 de outubro de 2008, a ser instituído pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

7.2.2. Reserva Técnica

A reserva técnica tem por finalidade a armazenagem de longa duração para itens provenientes de processos de comodato ou de aquisição de novos acervos, mas também deve prever a entrada/saída (trânsito) de peças para exposições temporárias. De qualquer maneira, a reserva técnica deve estar preparada para abrigar o acervo do Museu, seja ele depositado por um curto período ou a longo prazo, e deve atender a recepção do acervo, que será estabelecida pelo Museu de acordo com a política de aquisição a ser definida.



Como foi observado no diagnóstico, o atual projeto arquitetônico possui uma reserva técnica de espaço reduzido, não permitindo a guarda adequada do acervo do museu e não prevendo o crescimento do mesmo a médio prazo. Diante deste quadro, recomendamos a revisão deste projeto. Caso não seja possível refazê-lo, sugerimos a implementação de uma reserva técnica visitável no próprio espaço expositivo, liberando o espaço da atual reserva para crescimento do acervo.

De toda forma, uma reserva técnica sempre deve prever espaços para expansão, dada a possibilidade de incorporação futura de coleções de terceiros e principalmente pela geração de coleções próprias. Ela deve, portanto, atender a uma demanda específica, mas com perspectiva de crescimento a partir da aquisição e doação, seguindo sempre os critérios que serão estabelecidos na política de acervo do Museu.

Além disso, a excelência dos procedimentos de preservação e segurança garantirá a credibilidade necessária para que a instituição possa receber acervos tanto de museus brasileiros quanto de estrangeiros, em exposições temporárias.

Uma possibilidade que vem cada vez mais sendo utilizada para solucionar as questões de espaço para guarda de acervos é a criação de uma reserva técnica comum para atender diversas instituições. Esta reserva poderia ocupar um espaço da

Prefeitura Municipal de Tupã e atender os aparelhos municipais, além do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre.

7.2.3 Política de Publicações

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre deve prever o estabelecimento de uma linha editorial, como prática regular, para a elaboração e atualização de *folders* com informações básicas sobre o Museu, catálogos da exposição de longa duração e das mostras temporárias.

Deve prever, também, para os eventos atrelados ao Museu e a outros com os quais ele possa estabelecer parceria, a continuidade da identidade visual do Museu e com isso o fortalecimento de sua marca e difusão de sua missão.

7.2.4. Programa de Documentação Museológica

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem. Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.

Para a Museologia, objeto museológico e documento são sinônimos. Assim, a documentação museológica tem como característica não somente o reconhecimento dos objetos como suportes de informação, mas também referenda todos os tipos de unidade de dados que digam respeito a esses mesmos objetos. Entre suas tarefas estão a *"coleta, triagem, organização, controle, armazenagem, recuperação e divulgação dos registros que possam servir de base para o desenvolvimento dos trabalhos de caráter curatorial e sua extroversão através das exposições relativas às coleções que o museu abriga"* (Botallo, 1996, p. 291).

Desta forma, o programa de documentação museológica é o responsável pela concepção e gerenciamento de toda a documentação gerada pelas atividades do Museu. É importante, portanto, que o Museu disponha de um conjunto de modelos de documentação a ser definido junto com as diversas áreas de atuação para a coordenação de distintos processos, tais como pesquisa, empréstimo, seguros, conservação e acondicionamento de material, logística geral de deslocamentos,

identificação de fases e processos de pesquisa, cessão de direitos autorais e de uso de imagem, entre outros, aplicáveis às diferentes necessidades da instituição.

De forma geral, para o acervo museológico e para a gestão dos acervos, deve ser desenvolvido um banco de dados informatizado com campos e acessos que abranjam os principais temas da documentação e da gestão. O banco de dados deve possibilitar a entrada de dados e posteriores consultas. É por meio da linguagem controlada que a informação poderá ser democratizada, inclusive utilizando uma interface com a internet, como possibilidade de acesso e consulta.

A documentação dos acervos foi concluída em todos os museus geridos pela ACAM Portinari e a partir desta documentação, inclusive com imagens, já é possível o gerenciamento das coleções. Este passo é fundamental para que as instituições controlem o montante de suas coleções e possam organizar uma política de acervo, com o estabelecimento de critérios de aquisição e descarte.

7.2.5. Programa de Conservação Preventiva

O projeto arquitetônico – atualmente em desenvolvimento – previu uma área técnica para conservação preventiva; no entanto, foi constatado no período de diagnóstico que esta área já está sendo utilizada como parte da reserva técnica, devido à falta de espaços da mesma. Esta situação precisa ser corrigida antes da entrega do edifício, para que os trabalhos de conservação do acervo não sejam comprometidos.

Visando à otimização de espaços, recursos de pessoal e recursos financeiros, também recomendamos a criação de laboratórios de conservação e restauro comuns a diversas instituições.

Sala para Processamento e Cuidados Preventivos com o Acervo

Após sua entrada no Museu, os acervos devem receber os primeiros cuidados de higienização e conservação preventiva, e devem ficar sob guarda provisória durante a realização de arrolamento inicial (documentação primária



que precede a catalogação), documentação fotográfica e medição, antes da armazenagem na reserva técnica. O processamento do acervo deverá acontecer em área próxima à reserva técnica para minimizar seu deslocamento. O acesso deve ser limitado aos funcionários do Museu.

7.2.6. Programa de Pesquisa

Para que o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre torne-se um gerador de conhecimento sobre etnologia indígena e em especial sobre as culturas Kaingang e Krenac, é importante a criação de programas de estímulo à pesquisa. Propomos:

- **Convênio com universidades, institutos de pesquisa e museus:** para o estágio de estudantes de graduação e recebimento de pesquisas de pós-graduação. Ex.: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP; Museu Emílio Göeldi do MCT; Museu do Índio (RJ).
- **Programa de residência para pesquisadores:** Projeto de parceria entre universidades, órgãos de fomento (CNPq, Fapesp, etc.) e o Museu para realização de pesquisas sobre o seu acervo. Os resultados das pesquisas (relatórios, dissertações, teses) deverão ser incorporados pelo Centro de Referência/Biblioteca Multimeios do Museu.
- **Cursos e palestras:** sobre as linhas temáticas desenvolvidas pelo Museu, voltados a diversos segmentos da população de Tupã.

7.3. Programa de Avaliação Integrada

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre deve criar um programa múltiplo e permanente de avaliação de suas atividades. As estratégias de avaliação deverão englobar não só a avaliação de resultados e de medição junto ao público, mas também a avaliação contínua de métodos e processos de implantação e de rotinas do Museu. Os dividendos de um processo de avaliação contínua poderão dar subsídios para novas argumentações de estratégias de obtenção de recursos e para o redirecionamento de programas e projetos do Museu a médio e longo prazos.

Entre as modalidades de avaliação que podem ser empreendidas, destacam-se:

- **avaliações preliminares** (identificação de atratividade, definição de público potencial e suas concepções sobre o tema a ser tratado), formativas (que tragam informação sobre a eficácia da exposição durante seu desenvolvimento), somativas (realizadas após o término da exposição, trazendo elementos para futuras programações), e corretivas (realizadas quando se percebe algum ponto problemático a ser corrigido) de processos de exposição;
- **avaliações qualitativas** por meio de **grupos focais** para identificação de percepções, valores e interesses de faixas de público atual e de público potencial;
- **avaliação quantitativa de perfil de público** (levantamento de dados demográficos: idade, gênero, escolaridade, camada socioeconômica, ocupação, entre outros);
- **avaliação quantitativa de público** com relação a metas preestabelecidas de atendimento potencial;
- **avaliação qualitativa de visitação**, por meio de grupos de discussão, questionários e observação de percurso, que possibilitam a identificação de questões como o momento mais proveitoso da visita, a fadiga sentida pelos visitantes ou a atração de dispositivos comunicacionais da exposição medida pelo tempo e número de paradas dos visitantes;
- **avaliações quantitativas e qualitativas de apreensão de conteúdos** das exposições, segundo diferentes graus de escolaridade. Verificação sobre aprendizagens conceituais, afetivas e procedimentais dos conteúdos da exposição;
- **avaliação da experiência dos visitantes no Museu** e medição da satisfação quanto a serviços, funcionários, equipamentos, programação, entre outros;
- **avaliação de divulgação de projetos especiais** do Museu e sua programação em diferentes mídias.

7.4. Programa de Gestão

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre permanecerá como órgão da Secretaria de Estado da Cultura e deverá continuar a ser apoiado pela Associação Cultural de Amigos do Museu Casa da Portinari. É recomendável que o Museu amplie

sua gama de parceiros, para que seus programas e ações tornem-se sustentáveis. Por exemplo, é importante ampliar o apoio logístico e financeiro de empresários da região, Universidades e da Prefeitura Municipal de Tupã para a realização das atividades regulares e dos eventos do Museu.

A equipe que cuida da área administrativa do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre deve manter uma visão ampla da gestão cultural, assim como conhecimento técnico, flexibilidade, e disposição para a cooperação e partilha de informações e conhecimento entre as instituições.

Tendo em vista o papel da ACAM Portinari como gestora do Museu e o apoio dado para a contratação de serviços e pessoal, não será necessário que o quadro funcional do Museu seja ampliado drasticamente. No entanto, é importante que funções básicas não sofram interrupções ou flutuações.

Para o desenvolvimento de um modelo de gestão inovadora para o Museu, indicamos a necessidade da composição de cinco núcleos, com um corpo técnico reduzido, mas suficiente para operar, inicialmente, os programas apontados neste documento.

Núcleo de Gestão Institucional: responsável pela administração (recursos humanos, financeiro, administrativo), pelos espaços do Museu (Café, loja), pelas relações institucionais, pela parte de tecnologia (*software, hardware*, infraestrutura, atualizações, gerenciamento de informação), e responsável também por coordenar a parte de avaliação integrada, cujos trabalhos levantarão dados para alimentar e ajustar as ações da instituição.

Núcleo de Comunicação: responsável pela comunicação institucional do Museu, isto é, pela coordenação da programação (seminários, *workshops*, palestras, filmes, espetáculos, oficinas), pela assessoria de imprensa, pela alimentação do *site* e outras mídias virtuais, e pela área de relações públicas. Este núcleo se encarrega também da elaboração de projetos e captação de recursos.

Núcleo de Museologia: responsável pelas áreas de comunicação museológica e preservação. Coordena a relação entre o Museu e seus públicos por meio dos programas de exposições, assim como a área de preservação encarregada do programa de documentação, conservação preventiva e política de acervo.

Núcleo de Pesquisa: coordena toda a parte de pesquisa de conteúdos que alimentarão ou complementarão as ações do Museu (as exposições, as publicações, os seminários, as palestras, o *site*, etc).

Núcleo de Educação: coordena todo o atendimento educativo ao público do Museu, desde sua chegada e acolhimento. Inclui a elaboração de roteiros temáticos para as exposições, elaboração de material de apoio e didático, as atividades de oficina, e o atendimento a públicos especiais (deficientes auditivos, visuais, físicos, transtornos psiquiátricos ou em vulnerabilidade social). Coordena também a parte de formação e capacitação de educadores, dos seminários, encontros e palestras e as publicações educativas, bem como o relacionamento do Museu com a rede de ensino formal pública e privada, e instituições e entidades da sociedade civil organizada.

Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre		
Quant.	Cargo/Função	Formação/Qualificação Profissional
1	Diretor	Nível superior com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i>
1	Assistente administrativo	Nível superior
1	Técnico de informática	Nível superior
1	Auxiliar de serviços gerais	Ensino fundamental
1	Gerente de Museologia	Nível superior
1	Assistente/técnico em Museologia	Nível superior
1	Especialista em conservação	Nível superior
2	Especialista em documentação	Nível superior
1	Gerente de Educação	Nível superior
3	Educadores/mediadores	Nível superior
1	Assistente de educação (agendamentos)	Nível médio

7.5. Programa de Segurança Integrada

A partir da segunda metade do século XX, os acervos museológicos passaram progressivamente a itinerar por diferentes países. Em consequência dessa ação cada vez mais frequente e intensa, novas estratégias de conservação preventiva foram desenvolvidas, técnicas de controle de empréstimos, logísticas de deslocamentos de coleções, enfim, toda uma dinâmica própria ao abandono do museu de origem foi desenvolvida, com crescente competência. Essa realidade estabeleceu novos desafios para os museus e os setores de segurança tiveram de responder prontamente a múltiplas questões, tais como coberturas de seguro, condições de embalagem e transporte, estudo de condições de segurança dos espaços expositivos que receberiam as obras, monitoramento dos deslocamentos de coleções por satélite, escoltas de proteção e acompanhamento, regras de acesso para o público, controle de distância entre o público e as obras expostas, controle de acesso portando bolsas, mochilas e objetos pessoais, acessibilidade para pessoas com necessidades específicas, entre outras.

Toda a complexa gama de atitudes, ações e responsabilidades envolvidas num competente plano de segurança é planejada e executada por pessoas. Mais do que competentes e complexos sistemas mecânicos ou eletrônicos de segurança, cada museu precisa necessariamente contar com uma equipe profissional coesa e motivada, que responda a lideranças seguras e articuladas, contando com agentes-líderes em cada posição estratégica do plano, aptos a atuar de forma coletiva, em prol da defesa da instituição.

Partindo do pressuposto de que a ação interdisciplinar é indispensável para a obtenção de melhorias nos planos de proteção patrimonial, não podemos deixar de ressaltar a importância da educação na mediação de dinâmicas coletivas e na capacitação de diferentes agentes que deverão interagir no plano de proteção global. Erroneamente, muitos museus consideram que a questão de segurança envolve unicamente as instâncias diretivas e gerenciais, as equipes de segurança e manutenção, e ninguém mais. As outras equipes do museu são consideradas, nestes casos, como meras massas de manobra, ou seja, conjuntos de pessoas que deverão responder e obedecer a comandos, sem ao menos entender sua lógica, em momentos emergenciais. As visões mais globais quanto aos planos de proteção e segurança evoluíram bastante e hoje preconizam que todos os setores do museu devem ser

englobados no desenvolvimento do referido plano. Assim, os setores técnicos, tais como as áreas de museologia e conservação preventiva, têm papel estratégico nas orientações relativas às coleções, destacando-se nas interfaces com as equipes que se responsabilizam pela própria edificação e seus sistemas complementares (climatização, iluminação, manutenção, higienização, segurança, entre outros). Respondem ainda por todo o plano de evacuação de acervos em casos de sinistros, recomendações de como mitigar os danos às coleções e indicação das que devem ter sua saída do edifício priorizada ou postergada.

É importante que se observe que a edificação é um todo articulado, operacionalizado por diferentes equipes, tais como segurança, limpeza, manutenção e conservação, dispendo de entradas e saídas simultâneas, durante todo o dia, para diferentes públicos, com autorizações de acesso diferenciadas, ou seja, é um todo pulsante que necessita ser conhecido, respeitado e observado continuamente. É necessário empreender um plano específico que oriente as ações emergenciais que devam ser adotadas para com o próprio edifício, ressaltando áreas de maior valor patrimonial a serem priorizadas, e cuidados especiais com parcelas da edificação que ofereçam maior fragilidade de combustão, de inundação ou de intrusão. O desenvolvimento de um bom *facility report* pode ser um exercício muito produtivo para o Museu e para que a própria equipe conheça melhor a edificação pela qual deve zelar (v. modelo no **Anexo I**).

Os museus se sofisticaram exponencialmente em todo o mundo e passaram a receber uma infraestrutura complexa, que os caracteriza como edifícios inteligentes. Esta cadeia de *facilities* cada vez mais sofisticada propõe sistemas especiais de acessibilidade, lógica, iluminação, climatização, sonorização, segurança integrada, proteção contra acidentes elétricos e hidráulicos, entre outros específicos que a natureza de seus acervos recomendem. Com tantos sistemas interagindo em espaços e edifícios de forma simultânea, é preciso planejar com muito critério as interfaces entre eles.

É aconselhável a instalação de um **sistema integrado de segurança**, que organize essas interfaces de forma conjugada, mantendo todos os sistemas complementares em monitoramento constante. Mesmo para uma instituição de pequeno porte esta medida deve ser considerada.

Definição e Integração de Sistemas

Considerando que cada um dos itens como: segurança contra roubo, intrusão, segurança e combate contra incêndio, controle de acesso, climatização, entre outros, faça parte de um **sistema**, pode-se prever que todos eles sejam ligados a uma única central, que fará a gestão das informações. Esta central deve ser instalada na Sala de Segurança ou Sala de Controle Operacional, que deverá ser operada por um ou dois técnicos, 24 horas por dia, em constante comunicação.

O sistema de automação e segurança predial – SASP será subdividido em diversos subsistemas, todos eles integrados entre si física e funcionalmente. Existirão dois grupos principais de subsistemas: segurança e utilidades.

Os subsistemas de utilidades realizarão a supervisão e o controle das instalações funcionais (utilidades), ou seja, climatização (ar-condicionado e ventilação) e, se necessário, rede elétrica, iluminação e rede hidráulica.

Os subsistemas de segurança realizarão as funções de detecção de presença e alarme de intrusão, proteção do acervo, circuito fechado de televisão (CFTV), controle de acesso e alarme de incêndio.

Todo o SASP e seus subsistemas levarão, portanto, suas informações para a Sala de Segurança ou Sala de Controle Operacional.

Nesta sala, é possível monitorar os seguintes controles:

- Visualizar as condições de temperatura e umidade em cada sala (quando houver sistema de climatização) ou vitrine do Museu.
- Visualizar as condições operacionais de bombas hidráulicas e equipamentos elétricos.
- Reconhecer e registrar a ocorrência de alarmes (proteção patrimonial, falhas de equipamentos).
- Executar o comando remoto de equipamentos (partir/parar bombas, ligar/desligar circuitos, etc.).

Especificações

A seguir, algumas especificações técnicas que devem ser consideradas:

Segurança contra roubo e intrusão (acessos)

O edifício é o continente protetor da instituição e de seu acervo, portanto devemos evitar ou retardar sua invasão, seja ela por intrusão, incêndio, vandalismo ou inundação.

O sistema de controle de acesso deve permitir acessos diferenciados por áreas. Um visitante, por exemplo, poderá ter acesso a todas as exposições (temporárias ou de longa duração), enquanto um fornecedor terá acesso a uma área restrita do Museu, por exemplo. Acessos à reserva técnica ou a áreas restritas devem ser permitidos somente a funcionários credenciados antecipadamente.

Todos os acessos externos do Museu, seja por portas ou janelas, bem como à reserva técnica, devem ser protegidos por um sistema centralizado de detecção de intrusão (periférica ou volumétrica) e monitoramento por câmeras de televisão, que deverão ser instaladas em todos os ambientes, incluindo, além da reserva técnica, a parte interna e a porta de entrada. Estes aparelhos devem estar ligados ao Sistema Integrado de Segurança.

Os alarmes de intrusão devem ser centralizados na Sala de Segurança, que permanecem *online* durante 24 horas. A segurança deve ter comunicação direta com as diversas áreas do Museu, para as quais é preciso prever, portanto, a instalação de unidades de comunicação para a colocação de aparelhos específicos que, seja por ramal ou por linha comum, devem estar diretamente conectados com a Central de Segurança que, por sua vez, deverá ter conexão com a Polícia e com o Corpo de Bombeiros. Os agentes de segurança deverão saber gerenciar os alarmes de intrusão e de incêndio; também serão encarregados de efetuar rondas e de gerenciar, ao mesmo tempo, os incidentes técnicos (vazamentos, infiltrações de água, panes elétricas, etc.).

Segurança contra incêndio

O sistema de segurança contra incêndio também deve fazer parte do Sistema Integrado de Segurança. O sistema de detecção de incêndio ainda deve prever detectores de fumaça e dispositivos sonoros de difusão de alerta.

Os locais considerados de alto risco, como as salas de exposição de longa duração, as salas de exposições temporárias e a reserva técnica devem ser isolados do

resto do imóvel por isolantes corta-fogo, a serem equipados com trava (para abertura fácil para a saída) em diversas áreas do Museu, obedecendo à legislação vigente do Corpo de Bombeiros para a utilização em edifícios públicos.

É conveniente assegurar que os veículos de socorro disponham de vias de acesso em número e em qualidade (largura, altura e porte) suficientes. É necessário que, dependendo da situação do edifício em relação a outras construções, tenha-se anulado o risco de propagação do fogo em relação a terceiros.

Iluminação

Em museus, há uma constante preocupação com uma excelente visibilidade dos objetos expostos e, também, com os cuidados para que a iluminação (calor e os raios ultravioleta) não prejudique o acervo. É um exercício permanente de equilíbrio, visando a atenuar os efeitos negativos da luz sobre os objetos expostos, com cuidados a serem tomados durante as fases de projeto, execução e permanência das exposições.

Projetos bem elaborados são aqueles que conseguem equilibrar todas as prioridades, incluindo a visibilidade e a preservação. Esse trabalho deve ser realizado em conjunto com a curadoria, pesquisadores, montadores, eletricitistas, técnicos e conservadores, entre outros. As equipes envolvidas devem buscar um conjunto de soluções de iluminação que reforce a ambientação e os ideais estéticos propostos.

Para as áreas de guarda, principalmente a reserva técnica, é recomendável a utilização de lâmpadas fluorescentes, porém com o uso de filtros, pois estas emitem concentrações consideráveis de raios ultravioleta, prejudiciais à conservação do acervo. Também é necessário prever o controle de luz com o uso de *dimmers* e de dispositivos para separar as diferentes áreas da reserva.

Deve ser previsto um sistema de gerador que possa manter a situação sob controle em eventual falta de energia. Para facilitar uma intervenção de urgência, recomenda-se instalar uma iluminação de ambiente e de sinalização, como luzes de emergência.

Climatização

A temperatura e a umidade são também agentes físicos cujas ações devem ser observadas, pois podem provocar sérias alterações no acervo e em equipamentos de modo geral. Cada tipologia de acervo tem recomendações específicas, assim como os diversos equipamentos. O Museu deve ser responsável também pelos acervos recebidos em comodato, ou por empréstimo temporário, além de seu próprio acervo. Acervos submetidos a índices de temperatura e umidade inadequados podem sofrer processos de oxidação e corrosão, podendo ser evitados se forem tomados cuidados básicos na escolha dos espaços expositivos e de acondicionamento de acervo e equipamentos. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que o Museu é um local onde os visitantes permanecem por muito tempo, e, portanto, é muito importante que estes espaços tenham conforto ambiental.

- Os índices de temperatura e umidade estabelecidos como ponto de conforto, segurança e equilíbrio de conservação do acervo são os seguintes:
 - Temperatura entre 19 e 21°C;
 - Umidade em torno de 55% (com tolerância de + ou – 5, conforme os padrões internacionais).
- Os parâmetros de temperatura e umidade devem ser mantidos pelo sistema de climatização, que corrige esta alteração externa e mantém o parâmetro definido para aquele espaço, internamente.
- É fundamental que o sistema corrija automaticamente qualquer fuga dos parâmetros estabelecidos e retorne rapidamente para uma situação que tenha sido pré-programada pelo controlador central. Os dados obtidos pelos sensores devem ser visualizados *online* nos monitores da Central de Segurança. Estes dados devem ser também armazenados pelo sistema, para que possam ser analisados periodicamente, com a emissão de gráficos, servindo de controle cotidiano do espaço, e para que sejam expedidos relatórios periódicos, via internet.
- É importante que o sistema suporte uma variação de temperatura e umidade para índices mais altos, se necessário, entre 22 e 24°C de temperatura e 70% de umidade (+ ou – 5) para uso eventual em momentos específicos de chegada e aclimação de obras. O controle desta variação deve ser optativo e monitorado com controle específico. Sugerimos que seja estudada a possibilidade de que esta variação seja efetuada apenas numa sala fechada de

aclimação/quarentena, sem que o restante dos espaços, que já abriga o acervo, tenha seus parâmetros estáveis alterados.

Sinalização

Devem ser indicadas as saídas de emergência com letras luminosas ou com letras brancas sobre fundo verde, visíveis mesmo em caso de fumaça. O material da sinalização deve refletir a luz, como nas placas de trânsito.

Elétrica e Hidráulica

O sistema de distribuição e carga elétrica deve prever a iluminação geral e as tomadas de energia, definição e localização de quadros de força, incluindo o cabeamento. Todas as informações devem ser integradas no sistema geral de segurança. Nesse sistema poderão ser detectados problemas ligados à falta de energia, pontos de aquecimento, iluminação de emergência.

O sistema de captação e distribuição interna de água pode ser integrado ao sistema geral de segurança. Neste sistema poderão ser detectados problemas ligados à falta de água, bem como pontos de entupimento e/ou vazamentos, prevenindo situações de desconforto e risco.

Ao mesmo tempo, pode-se prever um sistema de captação de águas pluviais, no qual um filtro deverá fazer a retenção de folhas, de modo a evitar o transbordamento das calhas coletoras ou o entupimento das mesmas.

Telefonia/Lógica/Som

Um sistema de telefonia deve ser previsto para ser associado à rede de dados, permitindo assim que o Museu esteja conectado permanentemente via internet e intranet.

Sustentabilidade

Para os projetos de arquitetura e complementares do Museu, podemos incorporar as dinâmicas e diretrizes propostas para edifícios "verdes", a partir de

estudos técnicos e de recomendações de soluções e materiais sustentáveis, primando pelo uso equilibrado de recursos naturais, pelo aproveitamento de materiais, pelas formas de desenvolvimento de obras e instalações, e geração de resultados com menor gasto de energia e de outros insumos naturais renováveis. Esta preocupação com o meio ambiente pode estar refletida de maneira mais ampla no alinhamento de marca, em contratações técnicas, e no desenvolvimento de soluções criativas que respeitem as normas de desenvolvimento sustentável.

8. Características Gerais Recomendáveis para o Edifício e a Infraestrutura

- Adoção de materiais economicamente viáveis, ecologicamente corretos, fáceis de higienizar e de longa durabilidade, que contribuam para a manutenção da estabilidade da temperatura e umidade relativa do ar no interior do Museu. A seleção de materiais deve priorizar os não-inflamáveis ou de baixa combustão e que propiciem conforto térmico às obras, aos equipamentos e aos visitantes.
- Controle de acesso de luz no interior do edifício, de forma a não possibilitar a incidência de luz solar direta, notadamente nos circuitos expositivos e nas reservas técnicas.
- As paredes devem ser de simples higienização e, se possível, passíveis de serem repintadas, para possibilitar montagens reversíveis a custos viáveis; o piso deve permitir grande tráfego de visitantes, deslocamento fácil de obras e equipamentos, e simples manutenção.
- Central de controle, monitoramento e segurança, incluindo a automação predial como um todo (a ser localizada em área de restrito acesso e não visível para o visitante).
- Instalações elétricas compatíveis com as demandas de utilização do Museu, e com o emprego de formas alternativas de geração de energia capazes de subsidiar o sistema elétrico, de climatização e demais necessidades da edificação.
- Análise do entorno da edificação, contemplando planejamento de tráfego, acessos diretos por meio de passarelas específicas ou situações especiais de

travessia de ruas de grande fluxo de trânsito, proximidade de transportes públicos e estacionamento acessível, entre outros.

- Adequação de todo o edifício à legislação de acesso de pessoas com necessidades específicas (exigência legal quanto à acessibilidade do cidadão). É importante destacar que o conceito de acessibilidade empregado no Museu deve atentar não apenas ao exigido pela legislação, mas contemplar também a inclusão cognitiva e sensorial, sempre que possível, em seus espaços.
- Deverá ser prevista a instalação de um conjunto de equipamentos de infraestrutura. Recomenda-se que a sugestão adiante seja discutida conforme as demandas prioritárias e o equacionamento de cada espaço físico.
- Portaria de acesso restrita a funcionários.
- Refeitório para grupos atendidos pelo programa de educação.
- Área para armazenagem de lixo diário, com coleta seletiva.
- Área para carga e descarga coberta.
- Área para aclimatação das obras, também chamada de área de quarentena.
- Elevadores e/ou rampas para movimentação do acervo (caixas ou carrinhos especiais, chamados *dollies*).
- Vestiário e sanitários para funcionários internos e terceirizados.
- Copa/cozinha/refeitório para atendimento à diretoria e a funcionários internos e terceirizados, com previsão de área para aquecimento de refeições de forma segura e com isolamento de odor.
- Almoxarifado para armazenagem de materiais gerais em relação à administração, limpeza e demais atividades.
- Depósito e oficina de manutenção do edifício (informática, ar-condicionado, elétrica, hidráulica, etc.).
- Estacionamento com área de embarque/desembarque coberta para usuários.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Inês de (org.). *Conne Pãnda - Ríthioc Krena. Coisa Tudo na Língua Krenak*. Belo Horizonte: SEE-MG e Brasília: MEC/Unesco, 1997.

BALDUS, Hebert. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1937.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembrança de Velhos*. São Paulo: T.A., 1994.

BOTTALLO, Marilúcia. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, vol. 6, 1996.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A musealização em São Paulo: os caminhos interpretativos da cidade. In: *Expedição São Paulo 450 anos: Uma viagem por dentro da metrópole*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura e Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRINSPUM, Denise. *Educação para o Patrimônio: Museu de Arte e Escola - Responsabilidade compartilhada na formação de públicos*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2000.

KRENAK, Shirley Djukurnã. *A Onça Protetora*. São Paulo: Edições Paulinas, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos: Perspectivas do homem*. Lisboa: Edições 70, 1979.

MELATI, Julio César. *Índios do Brasil*. Brasília: Coordenada, 1972

MENESES, Ulpiano Bezerra. *O Museu de cidade e a consciência da cidade*. In: Atas do Seminário Internacional Museu e Cidade. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, jan. 2003.

MISAN, Simona. *A implantação dos museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo (1956-1973)*. Tese de doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

NOELLI, Francisco S. et Alii. *Bibliografia Kaingang: referências sobre um povo Jê do Sul do Brasil*. Londrina: Editora da UEL, 1998.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

STUDART, Denise Coelho. Produção Intelectual do CECA-Brasil nas Conferências Internacionais do Comitê de Ação e Educação Cultural do ICOM de 1996 a 2004 (Dossiê CECA-Brasil). *Revista Musas* (IPHAN), Rio de Janeiro, v. 1, p. 9-18, 2004.

TANURI, Rosalina. *Gente de Nossa Terra: Índios Kaingangs ou coroados*. Marília: Comissão Organizadora dos Registros da Câmara Municipal de Marília, 2005.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. *Museu de arte e público especial*. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VEIGA, Juracilda. Fontes fundamentais para o estudo do ritual Kaingang do Kikikoi (séc.XVI a séc. XIX) . (co-autoria com Wilmar R. D'Angelis). *Anais do IV Encontro de Cientistas Sociais* . Ijuí, RS: Unijuí, 1996. p. 92-108.

Sites:

<http://www.apaulista.org.br/apm/>

<http://www.portalkaingang.org/>

<http://www.socioambiental.org>

<http://www.terrabrasileira.net/indigena/mitos/kaingang.html>

Anexos

I Standard Facility Report

Modelo adotado pelo *Registrars Committee - American Association of Museums*, Junho 1988.

NOME DA INSTITUIÇÃO

Observações

--

RELAÇÃO DE ANEXOS

(marque com um "X" os anexos incluídos):

- Lista de funcionários
- Planta baixa do edifício com localização de extintores de incêndio portáteis
- Planta baixa do edifício com localização da área de exposições temporárias
- Fotografia do exterior
- Brochura
- Fotografia da área de armazenagem dos objetos emprestados

Instruções para o preenchimento do formulário de avaliação

- Instituição que solicita o empréstimo: Preencher todas as informações solicitadas.
- Instituição emprestadora: As perguntas que fornecem informação essencial começam na margem esquerda. Aquelas que fornecem informações mais detalhadas estão tabuladas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Endereço:
- 1.2 Endereço para correspondência:
- 1.3 Endereço para entrega:
- 1.4 Telefone: Celular: Fax: email:

AUTORIDADE RESPONSÁVEL:

- 1.5 Marque com um "X" o grupo e o subgrupo que melhor descrevem a sua instituição:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Museu | <input type="checkbox"/> Instituição/Centro Cultural |
| <input type="checkbox"/> Arte | <input type="checkbox"/> História |
| <input type="checkbox"/> História Natural/Ciências | <input type="checkbox"/> Igreja/Sinagoga |
| <input type="checkbox"/> Galeria | <input type="checkbox"/> Centro Cívico |
| <input type="checkbox"/> Geral | <input type="checkbox"/> Prédio de férias |
| <input type="checkbox"/> Universidade | <input type="checkbox"/> Sociedade Histórica |
| <input type="checkbox"/> Centro de estudantes/União | <input type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Departamento | <input type="checkbox"/> Outros (especifique): |

VOLUNTÁRIOS

- 1.6 Os voluntários ou estagiários manuseiam os objetos emprestados?
Se sim, eles são supervisionados por um funcionário qualificado?
- 1.7 Os voluntários ou estagiários são responsáveis pela segurança das galerias?
Se sim, eles são supervisionados por um funcionário qualificado?

2. CONSTRUÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO EDIFÍCIO

GERAL

- 2.1 Que tipo de material de construção foi usado no edifício original e nos acréscimos subsequentes?

(Marque com um "X" as opções apropriadas)

	adobe	tijolo	concreto	vidro	vidro de segurança	aço	pedra	madeira	tecido	outros (especifique)
Paredes externas										
Paredes internas										
Pisos										
Tetos										
Suportes estruturais										

- 2.2 Data da construção original e dos acréscimos subsequentes finalizados:
- 2.3 A estrutura é independente? Se não, forneça uma descrição física e a finalidade da estrutura maior à qual está incorporada.
- 2.4 Está sendo feita alguma reforma atualmente?
- 2.5 Está previsto algum projeto de construção durante os próximos dois anos? Se sim, explique.

2.6 Quantos andares tem o edifício? Se houver mais do que um andar, indique o tipo de acesso entre os diferentes níveis:

Escadas Elevadores Outros (especifique):

ÁREAS DE EXPOSIÇÃO

2.7 Indique o *layout* da(s) área(s) de exposições temporárias:

Uma sala grande Várias salas pequenas

Outras (especifique):

2.8 Qual é a capacidade de carga do piso das áreas de exposição?

2.9 Alguma das áreas de exposições temporárias está localizada em áreas de atividade pública, tais como: *lobbies, halls, bibliotecas, cafeterias, salas de aula, etc.*? Se sim, descreva.

2.10 As áreas para exposições temporárias são usadas apenas para visitar as exposições? Se não, para que outras funções servem?

2.11 Há algum dispositivo de água ou acessórios, tais como, encanamentos, sistemas de *sprinkler*, bebedouros, etc., localizados em áreas de exposições temporárias? Se sim, descreva.

2.12 Há alguma parede modular divisória/sistema de painéis?

• Se sim, indique o tipo de fixação:

fixação no piso e no teto

fixação apenas no piso

• Indique o material utilizado na construção:

2.13 É permitido comer ou beber nas:

- Galerias de exposições temporárias? Se sim, explique.
- Áreas de armazenagem das exposições temporárias?
- Área de recebimento?
- Área de preparação das exposições temporárias?

2.14 Há inspeções periódicas para verificar a ocorrência de problemas com roedores, insetos e microorganismos? Se sim, descreva os meios utilizados.

2.15 São realizadas desinfestações/desratizações periódicas? Se sim, descreva.

TRANSPORTE E RECEBIMENTO

2.16 Os itens abaixo estão disponíveis (ou é possível ter acesso a eles)?:

Portão de carga? (Dimensões: _____)

Plataforma de carga elevada? (Altura do solo: _____)

Nivelador de plataforma de carga?

Empilhadeira? (Capacidade de carga: _____)

- Elevador hidráulico? (Capacidade de carga: _____)
- Guindaste? (Capacidade de carga: _____)
- Rampa? (Comprimento: _____):
- Andaime? (Altura: _____)
- Outros (Especifique: _____)

2.17 Qual a dimensão máxima de caixa/engradado que o seu portão de carga pode receber?

R: Dimensões:

2.18 Se não existe um portão de carga ou uma plataforma de carga elevada, como é recebida a carga? (Descreva a área de carga e indique-a na planta baixa anexa).

2.19 Quais os horários normais de recebimento?

2.20 É possível programar uma entrega fora desses horários?

2.21 A área de carga comporta:

- Uma van ?
- Mais de uma van ou caminhão, de uma vez?

2.22 A área de carga é:

- Coberta?
- Fechada?

2.23 Descreva as medidas de segurança adotadas na área de carga.

2.24 Existe uma área segura de recebimento separada da área de carga? Se sim, esta área é utilizada apenas para objetos das exposições? Qual é a sua dimensão?

R: (Dimensões: Comp. _____ Larg. _____ Alt. do teto _____)

2.25 Como é controlado o acesso à área de recebimento?

2.26 Geralmente onde são embalados/reembalados /preparados os objetos para exposição?

(Indique, numerando todos os itens apropriados por ordem de prioridade.)

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Sala de acolhimento | <input type="checkbox"/> Galerias de exposição |
| <input type="checkbox"/> Sala de preparação de exposições | <input type="checkbox"/> Área de armazenagem |
| <input type="checkbox"/> Instalações internas de embalagem | <input type="checkbox"/> Instalações externas de embalagem |

2.27 São utilizadas instalações externas de embalagem? Se sim, marque com um "X" a opção mais adequada:

- Propriedade da instituição
- Área comercial contratada de acordo com a necessidade
- Área comercial alugada

() Outros (especifique):

- Indique a distância deste local à sua instituição:
- Qual é a forma de transporte entre os dois locais?
- A embalagem/desembalagem é sempre supervisionada por funcionários qualificados da instituição?

2.28 Geralmente onde são armazenados os objetos emprestados antes de serem instalados? (Indique, numerando todos os itens apropriados por ordem de prioridade):

- | | |
|--|--|
| () Sala de acolhimento | () Galerias de exposição |
| () Sala de preparação de exposições | () Área de armazenagem |
| () Instalações internas de embalagem
embalagem | () Instalações externas de
embalagem |

2.29 Existe um elevador de carga? Se sim, indique:

- Dimensões internas:
- Capacidade de carga:

ARMAZENAGEM

2.30 Existe uma área segura de armazenagem de objetos? Se sim, indique:

- Dimensões internas:
- Dimensões da porta:
- É trancada?
- Tem alarme? Se sim, especifique.
- É climatizada? (V. Seção 3 para informações ambientais detalhadas)
- Quem tem acesso/chave?
- Como é feito o controle de acesso?

2.31 Existe proteção contra incêndio na área de armazenagem? (V. Seção 4 para informações detalhadas sobre proteção contra incêndio).

2.32 Existe uma área de armazenagem de alta segurança para objetos preciosos? Se sim, descreva.

2.33 Onde são armazenadas as caixas vazias? (Marque com um "X" as opções apropriadas).

- | | |
|-------------------------|----------------------------------|
| () Na instituição | |
| () Área climatizada | () Área com controle de insetos |
| () Fora da instituição | |
| () Área climatizada | () Área com controle de insetos |

3. AMBIENTE

CALEFAÇÃO E AR-CONDICIONADO

3.1 Indique o tipo e a localização de seus sistemas de climatização (marque com um "X" as opções apropriadas):

	Edifício todo	Galeria de exposições temporárias	Área de armazenagem das exposições
Sistema central 24 horas de controle da temperatura			
Sistema central 24 horas de controle da umidade			
Sistema central de ar filtrado 24 horas			
Ar-condicionado simples (aparelhos de janela)			
Calefação simples			

3.2 Descreva o sistema de resfriamento:

	Tipo	Fabricante	Ano de instalação
Nas galerias de exposições temporárias			
Na área de armazenagem das exposições temporárias			

3.3 Descreva o sistema de calefação (i.e., propagação, ventilação forçada, solar):

	Tipo	Fabricante	Ano de instalação
Nas galerias de exposições temporárias			
Na área de armazenagem das exposições temporárias			

3.4 Descreva o equipamento de controle de umidade:

	Tipo	Fabricante	Ano de instalação
Nas galerias de exposições			

temporárias			
Na área de armazenagem das exposições temporárias			

3.5 Os sistemas de climatização funcionam 24 horas por dia?

3.6 Com que frequência são monitorados os sistemas de climatização?

3.7 Quais as faixas de temperatura e umidade relativa do ar registradas:

	Galerias de exposições temporárias		Área de armazenagem das exposições temporárias	
	Temperatura	% Umidade relativa	Temperatura	% Umidade relativa
Primavera/Verão				
Outono/Inverno				

3.8 Qual é a variação máxima dentro de um período de 24 horas em:

	Galerias de exposições temporárias		Área de armazenagem das exposições temporárias	
	Temperatura	% Umidade relativa	Temperatura	% Umidade relativa
Primavera/Verão				
Outono/Inverno				

3.9 É mantido um registro da variação de temperatura e umidade relativa do ar?

3.10 É possível ajustar os níveis de temperatura e umidade relativa para atender às necessidades específicas de diferentes tipos de objetos?

3.11 Quantos de cada um dos seguintes itens abaixo estão disponíveis?

- Termohigrógrafos
- Psicômetros
- Higrômetros
- Outros (especifique):
- Com que frequência eles são calibrados?

3.12 Os níveis de temperatura e umidade relativa são registrados e monitorados regularmente em:

- Galerias de exposições temporárias?
- Área de armazenagem das exposições temporárias?
- Expositores contendo material sensível ao ambiente?
- Se sim, por que meios? () termohigrógrafos

() outros (especifique):

- Com que frequência?
- Quem é responsável por monitorar esses níveis?

3.13 As galerias de exposições temporárias são: (marque com um "X" a mais apropriada)

- () Controladas individualmente por termostato?
() Todas controladas por um termostato e higrômetro?

3.14 As áreas de armazenagem das exposições temporárias: (marque com um "X" a opção mais apropriada):

- () Controladas individualmente por termostato?
() Todas controladas por um termostato e higrômetro?

3.15 Se solicitada, a instituição pode construir vitrines climatizadas?

3.16 Os expositores estão equipados com filtros de poeira?

3.17 Os objetos ficam próximos das unidades ou aberturas de calefação, ar-condicionado ou umidificação? Se sim, descreva:

3.18 As portas externas abrem diretamente para o espaço de exposições temporárias? Se sim, quantas?

3.19 As janelas externas abrem diretamente para o espaço de exposições temporárias? Se sim, quantas?

ILUMINAÇÃO

3.20 Que tipo de iluminação é utilizada nas galerias de exposições temporárias? (marque com um "X" todas as opções apropriadas)

- | | |
|-------------------------------|---------------------------|
| () Luz natural | () Fluorescente |
| () Janelas | () UV filtrada |
| () UV filtrada | () Incandescente |
| () Com cortinas ou persianas | () Tungstênio |
| () Clarabóias | () Iodeto |
| () UV filtrada | () Quartzo |
| () Com cortinas ou persianas | () Outros (especifique): |

3.21 Existem medidores de luz?

3.22 Quão baixo pode ser o ajuste dos níveis de luz, em quantidade de lux?

3.23 Os expositores podem ter iluminação interna? Se sim, que tipo de iluminação é usada nos expositores (marque com um "X" as opções apropriadas):

- () Fluorescente () Incandescente () UV filtrada

3.24 Os objetos em expositores estão protegidos de raios ultravioleta e aumento de temperatura devido à iluminação interna? Se sim, como?

4. PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

4.1 Marque com um "X" a descrição mais apropriada do edifício da sua instituição:

- À prova de fogo (materiais de construção não-inflamáveis)
- Resistente ao fogo
- Tratamento com substâncias que retardam a propagação do fogo (asbesto, etc.)
(especifique)

4.2 O edifício todo está protegido por um sistema de detecção/alarme de incêndio/fumaça? Se sim, indique o fabricante. Se não, descreva as áreas não protegidas.

4.3 Os sistemas de detecção/alarme de incêndio usam componentes autorizados pelas Normas Técnicas e os detectores estão instalados de acordo com as especificações UL?

4.4 Todas as portas das saídas de emergência estão equipadas com alarmes? Se sim, indique o tipo.

4.5 Com que frequência os sistemas são checados? Por quem?

4.6 Como é ativado o sistema de detecção/alarme de incêndio/fumaça? (marque com um "X" as opções apropriadas)

	Galerias de exposições temporárias	Áreas de armazenagem
Detecção de calor auto-ativada		
Detecção de fumaça auto-ativada		
Painel de controle		
Estações de controle manual		

4.7 Quem é avisado pelo seu sistema de alarme? (marque com um "X" as opções apropriadas)

- Painel de controle da central da instituição
- Corpo de bombeiros – linha direta
- Dispositivos audíveis na instituição
- Central aprovada pelas Normas Técnicas (especifique o fabricante)
- Outros (especifique):

4.8 Indique o sistema de combate a incêndio em operação: (marque com um "X" as opções apropriadas):

- Sprinklers*
- Canos molhados Canos secos
- Pré-ação
- Cruzado com o sistema de detecção de incêndio/fumaça

Especifique:

- Localização:
- Fabricante:
- Ano de instalação: Ativado por: Fumaça Calor
- Localização da válvula de fechamento:
- Os funcionários e guardas conhecem os procedimentos para desligar o sistema?

Sistema a halogênio

Especifique:

- Localização:
- Fabricante:
- Ano de instalação:
- Mangueiras de incêndio de acordo com a norma em vigor.
- Extintores de incêndio portáteis (Especifique o tipo, ex. água pressurizada, dióxido de carbono, produtos químicos secos, espuma, halogênio, ácido, outros):

4.9 Com que frequência a lei obriga a uma inspeção dos extintores de incêndio portáteis?

4.10 Com que frequência os funcionários recebem treinamento para utilização dos extintores portáteis de incêndio?

4.11 Em que áreas e sob que condições é permitido fumar no interior de edifício?

4.12 A que distância da sua instituição fica o Corpo de Bombeiros local?

4.13 O Corpo de Bombeiros local dispõe de pessoal durante 24 horas ao dia?

4.14 Quanto tempo leva para o Corpo de Bombeiros chegar às instalações da sua instituição em resposta a um alarme?

4.15 A que distância fica o seu edifício do hidrante mais próximo?

4.16 Existe um procedimento de emergência estabelecido para o caso de incêndio? Se sim, com que frequência os funcionários recebem treinamento?

5. SEGURANÇA

GUARDAS E ACESSO

5.1 Há guardas de segurança 24 horas por dia (ou períodos em que há apenas vigilância eletrônica)? Se não, a instituição estaria disposta a contratar guardas adicionais, se necessário?

5.2 Que tipo de pessoal de segurança é utilizado pela instituição? (Marque com um "X" as opções apropriadas)

- Seguranças funcionários da instituição
- Outros funcionários
- Contratados de uma empresa de serviços externa
- Estudantes
- Voluntários/professores
- Outros (especifique):

5.3 Há um supervisor de segurança como responsável permanente?

5.4 O pessoal de segurança tem treinamento especial específico para as instalações? Se sim, explique de forma breve a extensão e duração do treinamento:

5.5 Os guardas (marque com um "X" as opções apropriadas):

- Estão armados? Dispõem de rádio?
- Dispõem de *pager*? Dispõem de telefone/celular?
- Outros (especifique):

5.6 O histórico dos guardas é verificado antes da contratação?

5.7 Indique o número de guardas geralmente de serviço:

	No edifício todo		Nas galerias de exposições temporárias	
	Fixo	Ronda	Fixo	Ronda
Durante o período de abertura ao público (dia/noite)				
Durante o período de fechamento para o público, mas aberto para os funcionários				
Durante o período de fechamento (noite)				

5.8 Quantas galerias são designadas para cada guarda?

5.9 Há um guarda designado para acompanhar a montagem e desmontagem? Se não, é possível, se requisitado?

5.10 Com que frequência as galerias de exposições temporárias são verificadas após o fechamento? Por quem? Como é garantida a frequência dessas verificações (ex., listas de controle, etc.)?

5.11 Com que frequência são feitas listas de controle ou registros fotográficos dos objetos das exposições temporárias? Quem é responsável por tais verificações?

5.12 São mantidos registros da movimentação interna e realocação dos objetos emprestados.

5.13 Há funcionários da segurança em todas as entradas e saídas do edifício durante o período de abertura ao público? Se não, explique.

5.14 É feito um registro pelos funcionários da segurança de cada objeto que entra ou sai do edifício?

5.15 É feita uma vistoria de sacolas, pastas, etc., na saída do edifício?

5.16 Indique a posição/cargo das pessoas que podem autorizar a retirada de objetos museológicos do edifício.

5.17 Há algum controle de entrada e saída para guardas e pessoal que trabalha fora do horário de expediente?

5.18 Quantos funcionários têm chaves das portas externas? Especifique posição/cargo.

5.19 São feitas verificações periódicas do perímetro externo do prédio? Se sim, por quem?

5.20 Os funcionários (remunerados ou voluntários) e convidados especiais usam crachás de identificação quando estão em áreas do edifício que não são abertas ao público?

5.21 Existe um plano de emergência para situações de calamidade? Se sim, com que frequência os funcionários recebem treinamento visando esse plano?

5.22 Que procedimentos de emergência são observados em caso de roubo ou vandalismo?

SISTEMA FÍSICO E ELETRÔNICO

5.23 Há um sistema eletrônico de alarme de segurança em operação em todo o edifício? Se não, especifique as áreas não protegidas:

5.24 Que tipos de equipamentos de detecção estão em operação (marque com um "X" as opções apropriadas)?

Contato magnético

Feixes fotoelétricos

Ultrasônico

Sonoro

Movimento

Infravermelho

Peso/pressão

Monitor de TV/circuito fechado

() Outros (especifique):

5.25 O sistema de segurança da instituição é certificado pelo Underwriters Laboratories?

5.26 Quem é avisado pelo seu sistema de alarme eletrônico (marque com um "X" as opções apropriadas)?

() Interno

() Polícia local – linha direta (se alguns dos sistemas não forem automaticamente registrados na delegacia de polícia, indique quais)

() Central UL/FM (especifique o fabricante)

() Outros (especifique):

5.27 As portas externas abrem diretamente para a área de exposições temporárias? Se

sim, indique os mecanismos de fechamento:

5.28 Há janelas nas galerias de exposições temporárias? Se sim, que tipo de segurança física (ex., grades, portões, redes) é usada?

5.29 Todas as aberturas externas do prédio (incluindo portas de entrada/saída, janelas, portas do telhado e dutos de ar) ficam fechadas e ligadas ao alarme? Se não, explique.

5.30 Com que frequência os sistemas de segurança são testados? Quem realiza esses testes?

5.31 São realizados testes para determinar a adequação e tempo de resposta humana aos sinais de alarme? Se sim, com que frequência?

5.32 São mantidos registros de todos os sinais de alarme recebidos, incluindo horário, data, localização, ação tomada e causa do alarme? Quem é responsável por manter esses registros?

5.33 Há algum sistema de segurança em caso de queda de energia elétrica? Se sim, de que tipo?

5.34 Há vidros ou expositores disponíveis para proteger objetos frágeis, pequenos ou extremamente valiosos? Se sim, indique as opções apropriadas:

() Com parede/vidro permanente – removido apenas por sucção

() Estrutura independente (especifique o tipo)

() Trancados

() Protegidos com parafusos visíveis

() Protegidos com parafusos cobertos

() Protegidos com parafusos de segurança

() Com juntas vedadas

() Com alarme (especifique o tipo)

() Outros (especifique):

- Se não, os expositores podem ser emprestados ou construídos, se necessário?

5.35 Os objetos pequenos colocados em paredes estão fixados de forma a dificultar a sua remoção? Se sim, como? (ex., placas de segurança)

5.36 Geralmente como são pendurados quadros grandes com moldura?

5.37 Podem ser instalados alarmes individuais nos objetos emoldurados?

5.38 Indique os métodos utilizados para impedir o acesso do público a grandes objetos expostos.

5.39 Indique o tipo e a localização das atividades públicas que ocorrem no edifício (além das exposições) e descreva o nível de segurança geralmente garantido aos empréstimos durante essas atividades:

6. MANUSEIO E EMBALAGEM

6.1 Há funcionários disponíveis para carga e descarga? Se sim, quantos?

6.2 Há funcionários especialmente treinados para embalar e desembalar os objetos? Se sim, quantos? Supervisionados por quem?

6.3 São feitos relatórios escritos das condições de todos os objetos na chegada e na saída? Se sim, quem os faz?

6.4 Os montadores usam luvas, quando necessário, para manusear os objetos?

6.5 Podem ser construídas caixas na própria instituição?

6.6 Podem ser feitas embalagens e molduras na própria instituição?

6.7 Os funcionários da instituição fazem embalagens e molduras? Se não, indique quem pode fazê-las.

6.8 A instituição dispõe de uma van ou de um caminhão apropriados para o transporte de objetos?

Se sim, forneça as dimensões de:

- Porta (A ___ L ___)
- Interior (C ___ L ___ Altura teto ___)

- O veículo (marque com um "X" as opções apropriadas) dispõe de:

- () Suspensão a ar
- () Climatização
- () Sistema de alarme
- () Cintas móveis

6.9 Para movimentar os objetos, que empresas (de transporte aéreo ou terrestre) já forneceram um serviço eficiente e consciencioso para a instituição?

Nome da empresa	Contato	Telefone/Celular

7. SEGURO

7.1 Que empresa faz o seguro da instituição?

- Nome:
- Endereço:
- Telefone/Celular:

7.2 Há quanto tempo é feito o seguro com essa empresa?

7.3 A apólice da instituição para objetos emprestados cobre:

- Cobertura contra todos os riscos, parede a parede (em exposição e em trânsito), sujeita às exclusões padrão?
- Cobertura contra assalto e roubo?
- Cobertura contra incêndio?
- Cobertura contra enchentes e danos causados por água?
- Cobertura contra desastres naturais (ex., terremotos)?

7.4 Quais são as exclusões não-padrão da apólice da instituição?

7.5 Quais são as deduções da cobertura?

7.6 Houve algum dano ou perda individual com valor superior a R\$ 55.000,00 a coleções permanentes, temporárias ou emprestadas durante os últimos três anos (independente do seguro ter sido acionado ou não)?

- Se sim, declare a data do dano ou perda, circunstâncias e causa, extensão do dano ou perda (valor estimado antes e depois da perda), se houve litígio ou subrogação para determinar culpa ou negligência (acrescente uma folha adicional, se necessário)
- Que precauções foram tomadas para evitar outros incidentes desse tipo?

8. HISTÓRICO DE EMPRÉSTIMOS

8.1 Faça uma lista das principais exposições temporárias apresentadas na instituição:

Título da exposição / Instituição organizadora	Ano

8.2 Faça uma lista de outras instituições que emprestaram objetos para a instituição recentemente (inclua o ano do empréstimo):

Instituição	Ano

9. INFORMAÇÃO ADICIONAL E COMENTÁRIOS

10. VERIFICAÇÃO E RESPONSABILIDADE

O SIGNATÁRIO É UM AGENTE LEGAL AUTORIZADO A REPRESENTAR A INSTITUIÇÃO OBJETO DESTE FORMULÁRIO E PREENCHEU ESTE RELATÓRIO. AS INFORMAÇÕES INCLUÍDAS FORNECEM UMA DESCRIÇÃO COMPLETA E VÁLIDA DAS INSTALAÇÕES, DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA E DOS CUIDADOS PROPICIADOS A TODOS OS OBJETOS (TANTO PRÓPRIOS QUANTO EMPRESTADOS).

Assinatura

Nome por extenso

Cargo

Instituição

Data

NOTA

CONSIDERA-SE QUE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO ABSOLUTAMENTE CONFIDENCIAIS E SERÃO USADAS PELA INSTITUIÇÃO QUE EMPRESTAR OS OBJETOS APENAS PARA AVALIAR AS INSTALAÇÕES DE TOMADORES POTENCIAIS E PARA PREPARAR SOLICITAÇÕES DE INDENIZAÇÃO. ESTE FORMULÁRIO DEVERÁ SER GUARDADO EM LOCAL SEGURO, SENDO PROIBIDO TIRAR OU DISTRIBUIR CÓPIAS SEM O CONSENTIMENTO EXPRESSO DA INSTITUIÇÃO OBJETO DESTES FORMULÁRIO.

II Glossário

<i>container</i>	contêiner ou contentor. Equipamento de grandes dimensões, geralmente de metal, utilizado para transportar carga em aviões, navios e trens.
<i>datashow</i>	projektor de vídeo, que utiliza um canhão luminoso para exibir imagens oriundas de computador ou outro dispositivo em parede ou telão.
<i>designer</i>	criador e executor de projeto artístico.
<i>dimmer</i>	dispositivo utilizado para graduar a intensidade da luz.
<i>display</i>	expositor.
<i>dolly</i> pesados.	plataforma ou carrinho levadiço sobre rodas para mover objetos
episcópio	aparelho que projeta num alvo a imagem de corpos opacos (objetos, desenhos, fotografias, etc.).
<i>expertise</i>	perícia, análise técnica especializada.
expografia	área da museografia que trata da definição da linguagem e do <i>design</i> da exposição museológica, englobando a criação de circuitos, suportes expositivos, recursos multimeios e projeto gráfico, incluindo programação visual, diagramação de textos explicativos, imagens, legendas, além de outros recursos comunicacionais.
<i>Facility Report</i>	<i>v. Standard Facility Report.</i>
<i>folder</i>	folheto promocional contendo principais informações de serviços de museus, de exposições.
<i>hall</i>	saguão, entrada de um edifício.
<i>hardware</i>	parte física do computador, conjunto de componentes eletrônicos, circuitos integrados e placas, que se comunicam através de barramentos.
higrômetro	instrumento de detecção da presença de umidade excessiva ou abaixo do normal em locais fechados.
interface	campo em que interagem disciplinas diversas; meio para interagir com um programa ou sistema operacional.

<i>intranet</i>	rede de computadores, semelhante à internet, de uso exclusivo de uma organização.
<i>kit</i>	estojo; conjunto de objetos, de materiais impressos, etc.
<i>layout</i>	leiaute gráfico, esboço da distribuição física, tamanhos e pesos de elementos como textos, gráficos ou figuras num determinado espaço.
<i>lobby</i>	vestíbulo, saguão.
<i>lux</i>	unidade de iluminação, que corresponde à incidência perpendicular de um lúmen em uma superfície de um metro quadrado.
<i>museografia</i>	área do conhecimento que estuda, projeta e define os equipamentos necessários à operação de um museu, englobando componentes expositivos, estruturas de suporte para atividades programáticas e técnicas, além de estruturas e planos de atendimento aos usuários; responde ainda pela interface com projetos complementares e sua inserção no edifício.
<i>online</i>	em linha, em ligação direta com a unidade de processamento central de um computador.
<i>psicrômetro</i>	aparelho constituído por dois <u>termômetros</u> idênticos colocados um ao lado do outro, que serve para avaliar a quantidade de <u>vapor de água</u> contido no <u>ar</u> . A diferença entre os dois termômetros é que um deles trabalha com o bulbo seco e o outro com o bulbo úmido. Esse dispositivo é muito utilizado para a determinação do <u>ponto de orvalho</u> e da <u>umidade relativa</u> do ar.
<i>software</i>	programa de computador, composto por uma sequência de instruções, que é interpretada e executada por um processador ou um equipamento virtual.
<i>souvenir</i>	lembrança, recordação, brinde.
<i>sprinkler</i>	parte de um sistema contra incêndio, que libera água, quando fogo e/ou fumaça são detectados.
<i>Standard Facility Report</i>	relatório-padrão das instalações de um edifício.
<i>termohigrógrafo</i>	instrumento para registro da temperatura e da umidade do ar, por intermédio de sensores.
<i>termostato</i>	dispositivo destinado a manter constante a temperatura de um determinado sistema, através de regulação automática.

totem	originalmente é a representação de um símbolo sagrado de um grupo social. Em publicidade é um expositor, que usa o formato de totem.
wireless	sem fio.
workshop	oficina, seminário.

Fontes de consulta: <http://aulete.uol.com.br>
<http://pt.wikipedia.org>
<http://www.merriam-webster.com>

Ficha Técnica

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ALBERTO GOLDMAN

Governador do Estado

ANDREA MATARAZZO

Secretário de Estado da Cultura

RONALDO BIANCHI

Secretário-Adjunto

SERGIO TIEZZI

Chefe de Gabinete

UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO

Claudinéli Moreira Ramos

Coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

ACAM PORTINARI - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA *ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI*

Rosameyre Morando

Presidente do Conselho de Administração

Angelica Fabbri

Diretora Executiva

Luiz Antonio Bergamo

Diretor Administrativo Financeiro

MUSEU H.P. ÍNDIA VANUÍRE - TUPÃ

Tamimi David Rayes Borsatto

Gerente Geral

Vilma da Silva Campos

Assistente de Programação II

Viviane Micheli Gonela Bononi

Pâmela Adami de Souza

Raquel Maria Fonseca de Luna

Assistente Técnico I

Sandra Maria Odete Correa Vieira Roza

Assistente Técnico II

Anderson Cristiano de Souza

Auxiliar Administrativo

Valquíria Cristina Martins

Gessiara da Silva Goes Andrade

Lamara David Ruiz Estevam

Marcelo Sousa Damasseno

Monitor Guia II

Segurança

Alex Aparecido Ferreira

Ari Landim

César Fatarelli Ribeiro

Cláudio Aparecido Rocha

Fagner Pereira de Lima

Joel Lima de Souza

Luís Otávio Fornazieri

Marco Aurélio Sabião de Souza

Limpeza e Conservação de Jardins

Vera Lúcia Pereira de Lima

José Luis Alves

EXPOMUS - Exposições, Museus e Projetos Culturais

Diretoria

Maria Ignez Mantovani Franco

Roberta Saraiva Coutinho

Camila Mantovani R. Cristino

Elaboração dos Planos Museológicos

Coordenação

Carolina Vasconcellos Vilas Boas

Autoria

Alessandra Labate Rosso

Andréa Dias Vial

Beatriz Cavalcanti

Livia Lara da Cruz

Maria Ignez Mantovani Franco

Assistência

Patricia Sales

Anexo 3. Museu da Imigração do Estado de São Paulo. **Plano Museológico**. São Paulo, 2011.



museu da imigração
do estado de são paulo

PLANO MUSEOLÓGICO

Coordenação e Redação do Plano Museológico

Expomus- Exposições, Museus e Projetos Culturais

Consultores

Eduardo Góes Neves

José Guilherme Magnani

Equipe de Pesquisa da exposição

Odair da Cruz Paiva

Glória Kok Martins

Kelly Ludkiewicz Alves

Revisão

Lia Ana Trzmielina

Diagramação

BUMMUB

Índice

I. APRESENTAÇÃO

1. PRINCÍPIOS NORTEADORES E PERFIL MUSEOLÓGICO

1.1. Missão

1.2. Visão

1.3. Objetivos

2. O MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: A MEMÓRIA HÍBRIDA E PLURAL

2.1. O Museu da Imigração em relação aos modelos internacionais

2.2. O Museu da Imigração e seu posicionamento no Brasil

2.3. O Museu da Imigração e o Arsenal – Instituições convergentes

2.4. O Museu da Imigração e a MetrÓpole: O Cenário das Mutações

2.5. O Museu da Imigração do Estado de São Paulo e as Dinâmicas Sociais Colaborativas

II. PROGRAMA MUSEOLÓGICO

1. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

1.1. Recepção e acolhimento

1.2. Programa de exposições

1.2.1. Exposição de longa duração

1.2.2. Exposições temporárias e itinerantes

1.3. Programa educativo

1.3.1. Histórico da instituição

1.3.2. Relação museu-escola

1.3.3. Atendimento pedagógico às exposições – visitas orientadas

1.3.4. Passeio de trem

1.3.5. Formação dos educadores

1.3.6. Formação para professores

1.3.7. Atendimento a famílias

1.3.8. Público espontâneo

- 1.3.9. Vivências
- 1.3.10. Seminários e palestras
- 1.3.11. Materiais educativos
 - 1.3.11.1. *Caderno para o professor*
 - 1.3.11.2. *Caderno do aluno*
 - 1.3.11.3. *Jogo de tabuleiro – a aventura do deslocamento*
 - 1.3.11.4. *Folder/Passaporte*
 - 1.3.11.5. *Periódico da ação educativa*
- 1.3.12. Oficinas interdisciplinares (Prédio 8)
- 1.3.13. Ação educativa em números
 - Espaços Físicos
- 1.4. Ações de mobilização e comunicação
 - 1.4.1. Festa do Imigrante
 - 1.4.2. Site/Portal
 - 1.4.3. Café/ Restaurante
 - 1.4.4. Loja
- 1.5. Programa de pesquisa
 - Espaços Físicos
- 1.6. Programa de história oral
 - Espaços Físicos
- 1.7. Programa editorial
- 2. PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO
 - 2.1. Áreas técnicas
 - 2.1.1. Museologia
 - Aspectos físicos
 - 2.1.2. Reserva técnica
 - Aspectos físicos
 - Prédio 1
 - 2.1.3. Sala de conservação e processamento do acervo
 - 2.1.4. Sala de catalogação e documentação

- 2.1.5. Sala de quarentena
- 2.2. Áreas técnicas complementares
- 3. PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INTEGRADA
- 4. PROGRAMA DE GESTÃO
- 5. PROJETOS COMPLEMENTARES
 - 5.1. Programa de segurança
 - 5.1.1. Sistema integrado de segurança patrimonial, automação predial e cabeamento estruturado
 - 5.2. Programa de combate a incêndios
 - 5.3. Iluminação
 - 5.4. Climatização (Sistemas de ar condicionado e de ventilação mecânica)
 - 5.5. Sistema elétrico
 - 5.6. Projeto paisagístico
 - 5.7. Sustentabilidade
- III. **BIBLIOGRAFIA**
 - Sites de Referência

I. APRESENTAÇÃO

A elaboração do Plano Museológico está inserida no projeto de requalificação museológica e museográfica iniciada em 2010 pelo Memorial do Imigrante/Museu da Imigração do Estado de São Paulo, para o qual a Expomus venceu uma concorrência pública. O trabalho vem-se desenvolvendo em parceria com a Organização Social e a Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. Este documento visa a fornecer subsídios conceituais e técnicos, de natureza museológica, que permitam ao Museu refletir sobre suas proposições institucionais, requalificar suas ações de médio e longo prazos e, com isso, assumir com maior segurança a execução de seus projetos, bem como garantir a condição de equiparação e destaque frente às demais instituições museológicas do Estado e do país.

Para o desenvolvimento deste trabalho, tivemos acesso aos documentos já consolidados pela instituição, sendo eles: diagnósticos realizados em 2008 e 2009, projeto de restauro e readequação das áreas da instituição, planejamento estratégico e desenvolvimento da requalificação do Programa Educativo. Com isso, nosso objetivo primeiro foi reconhecer as conexões e coerências entre estes projetos.

A articulação da trajetória da instituição e o reconhecimento dos trabalhos anteriores é também o objetivo deste Plano Museológico.

A metodologia empregada em todo o projeto de requalificação está arregimentada sob o pilar da interdisciplinaridade, constituído pelo trabalho em equipe e pela mobilização de diferentes conhecimentos e atores. Essa metodologia está em consonância com as perspectivas mais contemporâneas de desenvolvimento de projetos museológicos, favorecendo o diálogo entre os conhecimentos conceituais e técnicos específicos necessários à requalificação das instituições culturais.

O princípio para as novas articulações e sinergias entre os programas do Museu é o conceito gerador da exposição de longa duração e de seus novos eixos.

O Plano contemplará, portanto, o perfil museológico da instituição, o programa museológico e a interface entre a museologia e os projetos complementares: climatização, automação, paisagismo e segurança, bem como os novos conceitos de avaliação integrada e sustentabilidade.

1. PRINCÍPIOS NORTEADORES E PERFIL MUSEOLÓGICO

O fechamento da Hospedaria de Imigrantes, no ano de 1978, deu início a um período de transformação de seu edifício em patrimônio público e importante ícone da história do Estado e da cidade de São Paulo, bem como do país, uma vez que a história da imigração, em distintas dimensões, é comum a todos.

Desde o fechamento da Hospedaria até os dias de hoje, o edifício e sua história passaram

por importantes fatos: o tombamento do edifício pelo Condephaat (1982); a criação do Centro Histórico do Imigrante (1986); a criação do Museu da Imigração (1993); e a concretização do Memorial do Imigrante (1998).

Desde sua criação, a Hospedaria de Imigrantes do Brás recebeu aproximadamente 70 nacionalidades e etnias, e contar esta história fornece subsídios para o entendimento da constituição plural da sociedade brasileira hoje, ao mesmo tempo em que, principalmente, traz luz à história do Estado de São Paulo, por meio de seus muitos atores: italianos, espanhóis, nordestinos, indígenas, lituanos, japoneses, coreanos, peruanos e tantos outros que ousaram se deslocar para construir o novo.

O Memorial do Imigrante reuniu numa parte do antigo complexo de edifícios da Hospedaria do Brás as atividades de: Museu da Imigração, Centro de Pesquisa e Documentação, Núcleo Histórico dos Transportes e Núcleo de Estudos e Tradições; no momento atual, passa por mais uma transformação, com o seu fechamento para restauro em agosto de 2010, momento em que também foi iniciado o redesenho museológico e das suas áreas expositivas, bem como de todos os seus programas.

O Memorial do Imigrante/Museu da Imigração é um *museu histórico*, que tem sob sua guarda parte significativa do patrimônio da imensa população de imigrantes e migrantes – cerca de 2,5 milhões de pessoas – que passaram pela Hospedaria do Brás, entre os anos de 1887 e 1978. Esse patrimônio está referenciado na instituição como: documentação textual, documentação iconográfica, acervo museológico tridimensional, história oral e os saberes e os fazeres dos imigrantes, mobilizados, principalmente, para a Festa do Imigrante, que a instituição vem realizando há 16 anos.

No contexto mundial, museus e centros de pesquisa abrigam a memória dos grandes deslocamentos populacionais do final do século XIX e início do século XX. Alguns temas são comuns a todos estes espaços: a viagem, os objetos de uso pessoal e cotidiano, os livros de registro e embarque nos navios e as novas formas de sociabilidade nos pontos de chegada – estas representadas das mais variadas formas (arquitetura, culinária, vestuário, música, dança, etc.).

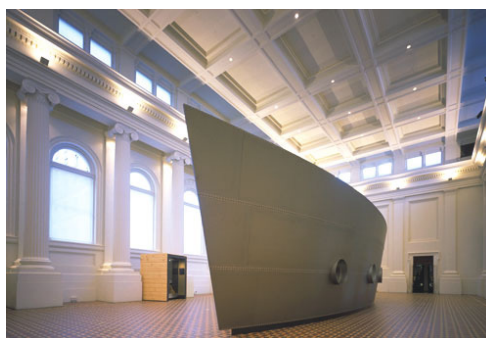
Os museus de migração na Europa são, na sua maioria, mais recentes que a iniciativa brasileira. Outros, porém, destacam-se em cidades formadas por imigrantes, assim como São Paulo – é o caso do Museu de Imigração em Melbourne, na Austrália, do Memorial em Ellis Island – Nova York, nos Estados Unidos, e o Píer 21 em Halifax, no Canadá.



Ellis Island, Nova York - EUA



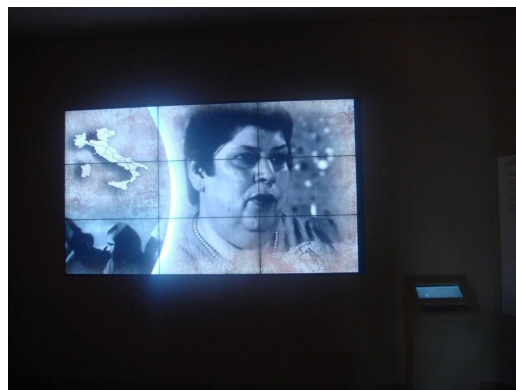
Museu de Imigração em Melbourne - Austrália



Pier 21 em Halifax - Canadá



Devido à grande influência cultural da imigração italiana em São Paulo, e expressividade numérica da imigração no início do século XX, elegemos como inspiração para esse Plano Museológico o Museo Nazionale dell'e Imigrazione, de Roma, Itália.





Museo Nazionale dell'Immigrazione, Roma – Itália

Na cidade de São Paulo, a temática da imigração está representada em arquivos, centros culturais, casas de cultura, instituições assistenciais e escolas; no entanto, essas iniciativas tratam o tema de forma compartimentada pela representação das nacionalidades. O desafio do comitê curatorial para a exposição de longa duração, portanto, foi tratar a imigração como processo contínuo e contemporâneo, sem com isso prescindir das histórias dos imigrantes e migrantes que passaram pela Hospedaria, e pela própria história do edifício e seus usos.

Pela permeabilidade do tema na história da formação do Estado e a sua constituição no país, o Museu da Imigração possui relevância histórica e ocupa um lugar privilegiado de fórum e intersecção de temas fundamentais para a compreensão da vida na cidade e de sua singular posição de destaque na Federação.

1.1. Missão

Promover o conhecimento e a reflexão sobre as migrações humanas, numa perspectiva que privilegie a preservação, comunicação e expressão do patrimônio cultural das várias nacionalidades e etnias que contribuem para a diversidade da formação social brasileira.

1.2. Visão

Consolidar a posição de referência nacional e internacional como museu e centro de pesquisa e referência sobre movimentos migratórios no Brasil.

1.3. Objetivos

- Garantir que os recortes – temático, cronológico e geográfico – definidos no projeto curatorial sejam abordados de forma interativa nas ações de comunicação da instituição, com uso de uma linguagem de fácil entendimento por diferentes públicos.
- Apresentar, de forma contextualizada, o acervo museológico representativo para cada temática elencada.

- Proporcionar diferentes visões sobre as temáticas do Museu, de modo que o público tenha possibilidade de formar uma opinião crítica sobre os temas.
- Criar canais efetivos de participação das comunidades junto aos programas do Museu.

2. O MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: A MEMÓRIA HÍBRIDA E PLURAL

Maria Ignez Mantovani Franco

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo é, sem dúvida, um dos mais expressivos casos de museus brasileiros que traz inovação ao cenário internacional, ostenta uma personalidade própria no âmbito nacional e adquire força singular no âmago da metrópole que o abriga.

2.1. O Museu da Imigração em relação aos modelos internacionais

No cenário internacional, por se tratar de um *Museu de história e de sociedade*, o Museu da Imigração do Estado de São Paulo poderia se situar entre os milhares de *museus históricos* de diferentes dimensões e matizes que se espalham quase que obrigatoriamente em diferentes cidades, em distintos países e continentes. Esses museus, via de regra, narram histórias e memórias locais, que atribuem sentido e lógicas de pertencimento a seus habitantes. Diferentemente deste modelo, apesar de conter a potencialidade de narrar tais histórias e de fazê-lo, o Museu da Imigração caracteriza-se exatamente pelo oposto, ou seja, pelo entrelaçamento de memórias de diferentes culturas e contextos sociais e humanos, evidenciando repertórios de encontros e relações híbridas – e muitas vezes contraditórias – que atribuem diferentes destinos a muitas vidas. Adquire, portanto, o poder de estabelecer correspondências, ligações, trocas e alternâncias nos planos da memória, na medida em que pesquisa, seleciona, coleta, organiza, conecta, difunde e celebra os processos migratórios. No entanto, seu movimento não é exatamente o de tentar eternizar o enraizamento local, mas acima de tudo o de registrar e celebrar os fluxos humanos, e os estados transitórios das passagens que marcam o movimento do homem ao se deslocar continuamente, desde os tempos mais pregressos, por todo o globo terrestre.

Este Museu trabalha, portanto, com múltiplas histórias, incontáveis memórias, multifragmentos de origens, procedências, formas de registro em suportes diferenciados, que adquirem, mais do que a força da narrativa, a expressão própria dos perfis humanos carregados de memórias e de artefatos que sustentam histórias pessoais, delineiam partidos coletivos e enunciam a capacidade de troca, de entrelaçamento e de hibridação sociocultural do ser humano.

O que lhe atribui especial sentido, talvez seja o jogo articulado que se estabelece entre o particular e o geral, entre o local e o global. O extrato de memória de um imigrante, carregado de emoção, de incertezas e de dúvidas, quando contraposto às memórias de outros tantos imigrantes de um dado contexto e período históricos, possibilita a compreensão dos sentidos de determinado fluxo migratório em direção a este ou aquele país, revelando diferentes políticas de Estado – muitas vezes diferentes, porém ocasionalmente confluentes – que geraram o deslocamento massivo de homens e mulheres que radicalmente desejaram mudar-se de país, enfim, de contexto, para simplesmente sobreviver, ou ganhar, sustentar a vida.

Neste sentido, vemos que, partindo dos fragmentos de memórias, o Museu da Imigração é capaz de rastrear experiências de grupos de origens semelhantes, contrapor perfis, características, vivências culturais de diferentes etnias, mostrar com vitalidade as fórmulas espontâneas e constitutivas das trocas, dos aprendizados mútuos, do compartilhamento e da adaptação em sistemas amalgamados e não “guetificados”, no Brasil.

No exercício de modelagem museológica, percebemos que o Museu da Imigração do Estado de São Paulo se afasta igualmente dos modelos internacionalmente reconhecidos como *museus da tolerância*, que adotam uma estratégia para despertar o visitante para o valor da aceitação e tolerância das diferenças e formas de ser e sentir. No caso do Museu da Imigração, trabalha-se a partir da compreensão de que as diferenças existiram, existem e existirão, não precisarão ser anuladas, mas, ao contrário, poderão ser sim experimentadas, vivenciadas e recompostas em direção ao novo. A cacofonia de línguas, as distantes origens, os múltiplos hábitos e costumes, passam inicialmente por um sentido de estranhamento que se transforma em descobertas, em amálgamas, em formas de convivência que não anulam confrontos, disparidades ou diferenças. Quanto mais estes valores dicotômicos possam ser trabalhados e experimentados socialmente, de forma clara e colaborativa, com mais vigor poderão ser experimentados também no Museu, com a perspectiva de identificar novas formas de convívio e de relacionamento humanos.

O Museu discorre sobre dificuldades, estranhamentos, organização do trabalho, sistemas de adaptação e trocas, reconhecendo buscas pessoais, familiares e coletivas de superação. Provoca assim espelhamentos que não apenas dão conta do passado, mas acima de tudo emulam o presente e inspiram o futuro de milhares de visitantes.

2.2. O Museu da Imigração e seu posicionamento no Brasil

Num país carente de *museus de história* propriamente ditos, como o Brasil, o Museu da Imigração do Estado de São Paulo assume a cena e apresenta, no seu novo modelo pós-qualificação ora em processo, um novo perfil que em muito se distancia dos modelos em vigor. Os *museus históricos* foram um modelo pouco valorizado no Brasil, em detrimento dos *museus de arte*, fato que, por si só, já registra um empecilho reiterado que dificultou o surgimento mais plural de *museus de história* ativos, vigorosos e comprometidos com a vida em sociedade. Os mais consistentes *museus históricos* nacionais, como o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, e o Museu Imperial, em Petrópolis, que sempre atraíram a visitação pública (sendo por longos anos os mais visitados do país), não conseguiram despertar a vontade política dos governantes de neles investir sistematicamente. Vemos, portanto, que os *museus de história* que se estabeleceram no Brasil tiveram um lugar praticamente secundário no cenário museológico brasileiro, que, em parte, a trajetória modernista nos impôs. Assim, o Museu da Imigração do Estado de São Paulo não encontra similar à altura no cenário nacional, estando os processos migratórios e imigratórios distribuídos em *museus de história* ou mesmo em museus temáticos de menor porte, em diferentes estados e

municípios, evidenciando a relevância do tema, sem contudo lhes conferir um real protagonismo. Com relação ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo e ao Museu de História do Estado de São Paulo – esse último em fase de constituição –, pode-se dizer que o Museu da Imigração do Estado de São Paulo continuará a cumprir papel transversal, próprio e que poderá ser um eixo de sentido que reflita, comente e reverbere o papel indiscutível da imigração na formação econômica e social deste Estado, que não por acaso foi chamado de “locomotiva da nação”.

O fato de o Museu da Imigração do Estado de São Paulo se valer da edificação-símbolo da imigração, que acolheu milhares de pessoas advindas das correntes imigratórias e migratórias, internacionais e nacionais, respectivamente, qualificam a Hospedaria do Imigrante como um *objeto-síntese*, potencializado pela aura da história vivida e a ser contada para as futuras gerações. Neste sentido, os trabalhos de restauração da edificação e as formas de revitalização museológica ora empreendidas potencializam exponencialmente o Museu frente às coletividades de imigrantes e migrantes do Estado de São Paulo, bem como diante do cenário museológico nacional.

No entanto, mais do que oferecer um museu revigorado, é imperativo conferir-lhe força de inovação e papel social intrínseco. Neste sentido, o programa museológico ora proposto arquiteta algumas estratégias dignas de nota. A primeira delas é a eleição do “presente” como um novo paradigma para o Museu. Falar das correntes imigratórias presentes no Estado e na cidade de São Paulo, reconhecendo dicotomias e contradições latentes, dar fala aos bolivianos, aos angolanos, aos paraguaios, entre outras nacionalidades que vivenciam o trabalho sub-humano nos bairros envoltórios do próprio Museu, é sinal de vigor e coragem. Conferir-lhes protagonismo nas linhas de pesquisa presente e futura do Museu é expressão de busca de entendimento do processo migratório contemporâneo; mais do que tudo, é manter o Museu de olho no futuro. Por outro lado, abrir o Museu à interação das comunidades migrantes, conferindo-lhes presença na discussão sobre o futuro da instituição, é algo talvez inédito, que precisará ser conduzido com acerto e rigor. Para além de convidá-las a organizar e participar da Festa do Imigrante, que se realiza anualmente, será preciso construir caminhos de representação efetiva e que impeçam a natural divisão da instituição museológica em guetos de representações culturais ou nacionais. Para isso, há que se considerar o plano mais amplo do Museu, o seu universo de sentido, para quem e com quem o Museu dialoga, ou seja, a sociedade como um todo – imperativa e composta de pessoas de diferentes origens, nações e etnias –, soberana em suas disparidades e amalgamada em suas semelhanças. Isto só se fará ampliando-se as teias de relações de conteúdo com as diferentes universidades locais e nacionais, abrangendo relações com fundos de pesquisa, com instituições de interesses análogos, nacionais e internacionais, frentes de articulação ligadas à história do trabalho no Brasil, instituições de preservação da memória, organizações educacionais em todas as esferas e matizes, instâncias comunicacionais, enfim, todos e quantos estiverem interessados em colaborar para a construção de uma instituição museológica aberta à pesquisa, à formação e à celebração em torno dos processos imigratórios em nosso país.

Estes novos desafios propostos para o Museu da Imigração do Estado de São Paulo exigirão da instituição, no entanto, um novo *modus operandi* – cada vez mais aberto, ativo e plural –, voltado a compreender processos, mutações e distintos canais de articulação social. Abrem-se, assim, novos canais de comunicação colaborativa em que o Museu poderá assumir um papel protagonista, como *objeto* de interesse e *agente* de sentido. Isto significa saber captar e atrair o interesse público, sem abdicar do papel de conduzir seu próprio destino, selecionando e descartando novos atributos e papéis sociais que lhe serão propostos.

Para tanto, terá de dialogar nas mídias sociais e terá de construir um corpo funcional estruturado e sólido, capaz de conduzir as discussões conceituais e programáticas que se avizinham. Deverá dialogar com instituições congêneres no Brasil e no exterior, com a segurança de quem não ignora o papel econômico e social que nosso país representa hoje no cenário global. Trata-se, portanto, de assumir a reflexão e a discussão da própria globalização como um processo natural, que dialoga ativamente com os processos migratórios contemporâneos. O Museu da Imigração deverá, dessa forma, assumir um discurso proativo e contemporâneo na esfera local com relação aos processos migratórios presentes e, na esfera global, contracenar em tempo real com as dicotomias e potencialidades que a globalização nos impõe.

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo terá de se apresentar como um fórum de debates em torno de temas contraditórios mundiais ligados à imigração, descortinando cenários possíveis, comentando fatos relevantes ligados ao racismo, à intolerância e à xenofobia, em contextos nacionais e globais. Deverá experimentar métodos e discursos interdisciplinares que trarão dados de interesse público, obtidos a partir do entrelaçamento de distintos matizes do conhecimento. Poderá arquitetar simulações de novos cenários sociais que possam trazer contributos para as políticas públicas nas áreas sociais, de imigração, de economia, da educação e da cultura – um laboratório vivo de experimentos a partir de vivências humanas capazes de transformar o futuro das migrações no Brasil. Sistemas avaliativos poderão ser empreendidos em ações internas e extramuros, obtendo indicadores elucidativos sobre processos historicamente apropriados ou hoje vivenciados, propiciando novas interpretações que possam iluminar entendimentos e caminhos prospectivos de estudos das migrações e políticas públicas em nosso país e no contexto global.

2.3. O Museu da Imigração e o Arsenal¹ – instituições convergentes

Não há dúvidas de que entre o Museu e o Arsenal misturam-se causa e efeito simbólicos. Só São Paulo, por sua tez e vivacidade migrantes, poderia ter mantido uma hospedaria ágil e atuante como esta do Brás, em pleno século XXI. Só São Paulo poderia ter a força de ali instalar o maior Museu da Imigração da América Latina; de ali incrustar e manter o Arse-

¹ Arsenal da Esperança - Fundada em 1996, a casa, que ocupa parte do prédio histórico que abriga o Memorial do Imigrante, diariamente oferece acolhida a 1.200 pessoas em dificuldade, dando-lhes abrigo, comida e, sobretudo, apoio para que possam transformar a sua própria condição de vida. Em 15 anos de atividades, já hospedou mais de 36 mil pessoas.

nal, refúgio ativo daqueles que dialogam com a cidade no limite entre o desejo de estar e ser indesejado, entre aquele que depende e atua socialmente, entre o limite de quem veio e corre o risco de ser expulso, entre o ser rejeitado e ser acolhido. O Museu e o Arsenal atuam em conjunto numa escala de tempo sem precedentes. Tornam-se propriamente metáforas mútuas, intermitentes, indissociáveis e consonantes que, por força da justaposição, estabelecem diálogos por vezes estarrecedores, sombrios e, ao mesmo tempo, humanos, vivos e dinâmicos. O Arsenal é muito benéfico ao Museu, para que este se mantenha vital e permanentemente lúcido. O Museu é grande parte do que um refúgio social precisa para trabalhar condições de autoestima e pertencimento humanos. Torna-se, portanto, fundamental explorar tais dinâmicas associativas entre ambas as instituições, tornando-se um universo único e permeável de trocas sociais e culturais. O Museu deve deixar-se permeiar pelas forças sociais do Arsenal, enquanto este poderá ser povoado pelos programas do Museu. Em interlocução permanente, poderão se beneficiar para além das festas e das celebrações, encontrando caminhos cotidianos de trocas, de confiança mútua e de convívio social. O Museu pode ser o vizinho mais enfático a transformar a condição de vida dos frequentadores e moradores do Arsenal. O Arsenal poderá ser o vizinho mais inquietante e pulsante a manter o tônus vital do Museu enquanto instituição vocacionada à transformação social.

Em sentido de expansão circular, pode-se considerar igualmente o papel espraiado do Museu em seu entorno, capaz de transformar dinâmicas sociais da própria região e, ao mesmo tempo, redesenhar o perfil e as especificidades dos grupos étnicos ali residentes.

Neste sentido, o Museu da Imigração pode ter um papel relevante na requalificação de toda aquela área urbana da cidade, ou seja, ele pode se tornar o ícone, o arauto a negociar social e politicamente melhores condições de convivência. Zonas de exclusão, de insegurança, de tráfico se avizinham hoje do Museu, de forma muito contundente. A atitude de ignorar estas questões ou ainda tentar proteger o Museu contra elas pode se revelar uma estratégia frágil, insuficiente e equivocada. Parece acertado o programa de efetuar um levantamento mais abrangente do entorno, de forma a ter informações qualificadas para os estudos que se seguirão. Há indicadores fortes de que só uma ação compartilhada entre áreas de planejamento urbano, inclusão social, cultura, educação, saúde e meio ambiente poderá ser transformadora. Os limites do Museu devem ser porosos e generosos para acolher e ser acolhido pelas forças e relações pré-existentes na área envoltória, certamente rica de elementos intangíveis que interessam, e muito, ao Museu.

2.4. O Museu da Imigração e a metrópole: o cenário das mutações

Torna-se imperativo falar de São Paulo como um dos mais simbólicos eixos de sentido do Museu da Imigração. Apesar de o tema da imigração ser constantemente abordado em diferentes museus locais e regionais, retratando esta ou aquela etnia, caracterizando-se como atrativo turístico ou reforço de sentido de pertencimento de diferentes comunidades de imigrantes que se espalharam pelo Brasil ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, quando se fala do

Museu da Imigração do Estado de São Paulo, sediado na Hospedaria do Imigrante, no bairro do Brás, na capital paulista, a escala torna-se outra: este museu está em diálogo com uma das quatro maiores metrópoles mundiais – São Paulo. Este fato, por si só, constrói um cenário exponencial de sentidos que cabe ao Museu abarcar, relacionar e potencializar nas suas exposições, programas e ações.

Mais do que tudo, o Museu da Imigração estará em posição de destaque, em razão de São Paulo ser uma megacidade mundial, que sequer conseguiu erigir um *museu de cidade* que se dedique à sua memória e história contemporânea. São Paulo referencia-se museologicamente ainda por meio de memórias particulares, em museus de diferentes temáticas, que se esforçam para abranger um território de sentidos dos mais complexos, ou seja, o de uma megalópole. Esta ligação visceral entre o Museu da Imigração e a cidade de São Paulo se dá, especialmente, por ser ela o resultado mais vivo e contundente dos processos imigratórios e migratórios de que foram palco os séculos XIX e XX, no Brasil.

O ritmo de crescimento das cidades no mundo é de 1 milhão de pessoas por semana; se em 1950 havia 86 cidades com mais de 1 milhão de habitantes, atualmente há 400 delas em todo o mundo. Contudo, o efeito mais expressivo do processo de urbanização é, sem dúvida, a explosão das megacidades. Foi preciso um século para que a população urbana – cerca de 3,4 bilhões de habitantes – superasse a do campo, mas em 2025, o percentual da população urbana já será de 61%, segundo projeções da Organização das Nações Unidas – ONU. Este dado só confirma que continua sendo de grande interesse o estudo apurado e contínuo das migrações humanas em escala global e local.

São Paulo é hoje o quarto maior centro urbano do mundo – depois de Tóquio-Kobe, no Japão, Shanghai, na China, e Cidade do México –, caracterizada como a primeira macrometrópole do Hemisfério Sul, onde habitam 22 milhões de habitantes, aproximadamente 12% da população brasileira. Na cidade de São Paulo, encontra-se situado o parque industrial mais rico do país, que corresponde a 65,3% do Produto Interno Bruto do Estado de São Paulo, ou 21,1% do PIB do Brasil.

Matéria recente do jornal O Estado de São Paulo² traz os seguintes dados a respeito da cidade de São Paulo:

O PIB da cidade de São Paulo é de R\$ 320 bilhões, registrando-se 1950 agências de bancos nacionais e internacionais em operação em seu território. Detém 600 mil empresas, sendo mais da metade concentradas em prestação de serviços.

A capital paulista abriga as maiores populações japonesa, espanhola, portuguesa e libanesa fora de seus respectivos países de origem.

² Jornal O Estado de São Paulo. *Caderno Especial*. p.p. H10 e H11. Terça-feira, 25 de janeiro de 2011.

Evidenciando seu perfil multifacetado e multiétnico, São Paulo serve 52 tipos diferentes de culinária, atendendo uma diversa gama de clientes dos mais simples aos mais exigentes, em cerca de 12.500 restaurantes. Para se ter uma ideia da escala de produção e consumo da cidade, em São Paulo se produz 17 mil sushis por hora, um milhão de pizzas por dia ou 720 pizzas por minuto, registrando-se 6 mil pizzarias que faturam em conjunto cerca de 4 bilhões de reais por ano. Só no Mercado Municipal, no coração da cidade, são movimentadas 350 toneladas de alimentos por dia.

São Paulo é também o centro de produção do conhecimento no Brasil, com 148 universidades. Apresenta um dos mais altos indicadores de desempenho em níveis de mestrado e doutorado no Brasil, sendo os seus complexos universitários fortes referenciais para estudantes latino-americanos e africanos.

Apresenta uma teia urbana de serviços ainda relativamente precária e caótica, com serviços públicos deficitários, como é o caso do transporte público. Com 15 mil ônibus urbanos em circulação, detém a terceira maior frota de táxis da América Latina e uma rede de metrô que transporta 3 milhões de pessoas por dia. Circulam em São Paulo 300 mil veículos de carga por dia, o que evidencia ser a cidade importante cruzamento e entreposto de cargas e mercadorias do país.

Ainda que seja a maior macrometrópole do Hemisfério Sul, São Paulo tem cerca de 20 milhões de metros quadrados em áreas verdes, e também a maior rede de iluminação pública do mundo, com 530 mil lâmpadas.

São Paulo é uma cidade que recebe cerca de 12 milhões de turistas por ano, que em sua maioria são atraídos por negócios.

Para evidenciar a pujança do crescimento contemporâneo de São Paulo, registra-se que no setor imobiliário 600 edifícios são erguidos por ano na capital, sendo comercializados quatro imóveis por hora.

Estes dados expressivos da pujança econômica e da diversidade humana e sociocultural dão-nos evidências de ser São Paulo um território de múltiplos sentidos, com diferentes centralidades urbanas e novos arranjos sociais, que imprimem distintas formas de ser e de viver em sociedade. Explorando o conceito de múltiplas centralidades que a própria megacidade nos impõe, vemos que as populações gravitam em torno de diferentes marcos urbanos, de novas referências sociais, de novas centralidades expandidas, de novas formas de circulação, de comunicação e de interação social.

Esta pluralidade humana se manifesta igualmente em múltiplos territórios migrantes na

grande cidade, em diferentes temporalidades, como nos apresenta Paiva³. Trata-se de bairros, partes da cidade em que a tessitura social superpõe, sucede, transforma, protege, assimila, ou ainda tensiona e exclui diferentes comunidades migrantes. Podem ser apontados alguns dos mais expressivos exemplos de territórios migrantes na cidade de São Paulo: Liberdade, Bom Retiro, Brás, Bela Vista (Bexiga), entre outros. Ali se sucedem e convivem diferentes etnias à luz de complexas relações culturais, sociais, econômicas, laborais e de lazer, ou mesmo respeitando ondas de assentamento, mudança e dispersão que a cidade lhes propõe em seu redesenho contínuo.

A relação do Museu da Imigração do Estado de São Paulo com a cidade o transforma num elemento referencial da metrópole paulistana. Esta relação é tão forte e indissociável que praticamente elege o Museu como elemento-síntese que enuncia os territórios migrantes da cidade, que agrega as comunidades operativas oriundas de distintos países, que franqueia suas portas a diferentes grupos colaborativos, e que liberta o Museu para assumir um modelo mais proativo, participativo e contemporâneo.

2.5. O Museu da Imigração do Estado de São Paulo e as dinâmicas sociais colaborativas

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo, a partir de sua reabertura ao público, deverá assumir de forma decisiva sua face contemporânea. Isto o impulsiona a adotar a linguagem do século XXI, sem declinar de seu valor histórico expresso por sua edificação, pelo seu acervo, pelos seus programas e ações.

As novas competências patrimoniais e comunicacionais que lhe serão atribuídas capacitam-no igualmente a expandir seu diálogo com as redes associativas migrantes, com a rede de museus nacionais e locais que celebram memórias de determinadas correntes migratórias e, mais do que tudo, a conectar-se de forma especial e única com cada um de seus visitantes que acorrer ao Museu ou a alguma de suas plataformas de interação: website, redes sociais, etc.

De forma primordial, está prevista a inversão do sentido, uma alteração de fonte emanadora de significado. Contemporaneamente, um museu não só atrai, como se dirige a diferentes públicos, e com eles dialoga e se comunica. Assim, há previsão de ações colaborativas e itinerantes de cooperação com instituições similares internacionais, nacionais e locais, independentemente de sua vinculação institucional. Este Museu da Imigração, como o seu próprio nome diz, deve ser andarilho, mutante; deve assumir o risco como um imigrante o faria, deve ser realizador como muitos o foram e deve acreditar no futuro como uma fonte inspiradora capaz de mover as transformações humanas e sociais.

Com um plano de apropriação mais ampla da relação com os processos migratórios mun-

³ Em *Territórios da Migração na Cidade de São Paulo: entre a afirmação e negação da condição migrante*, artigo no prelo de Odair da Cruz Paiva, Professor do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo, pesquisador da NEPO – UNICAMP e do Museu da Imigração – São Paulo.

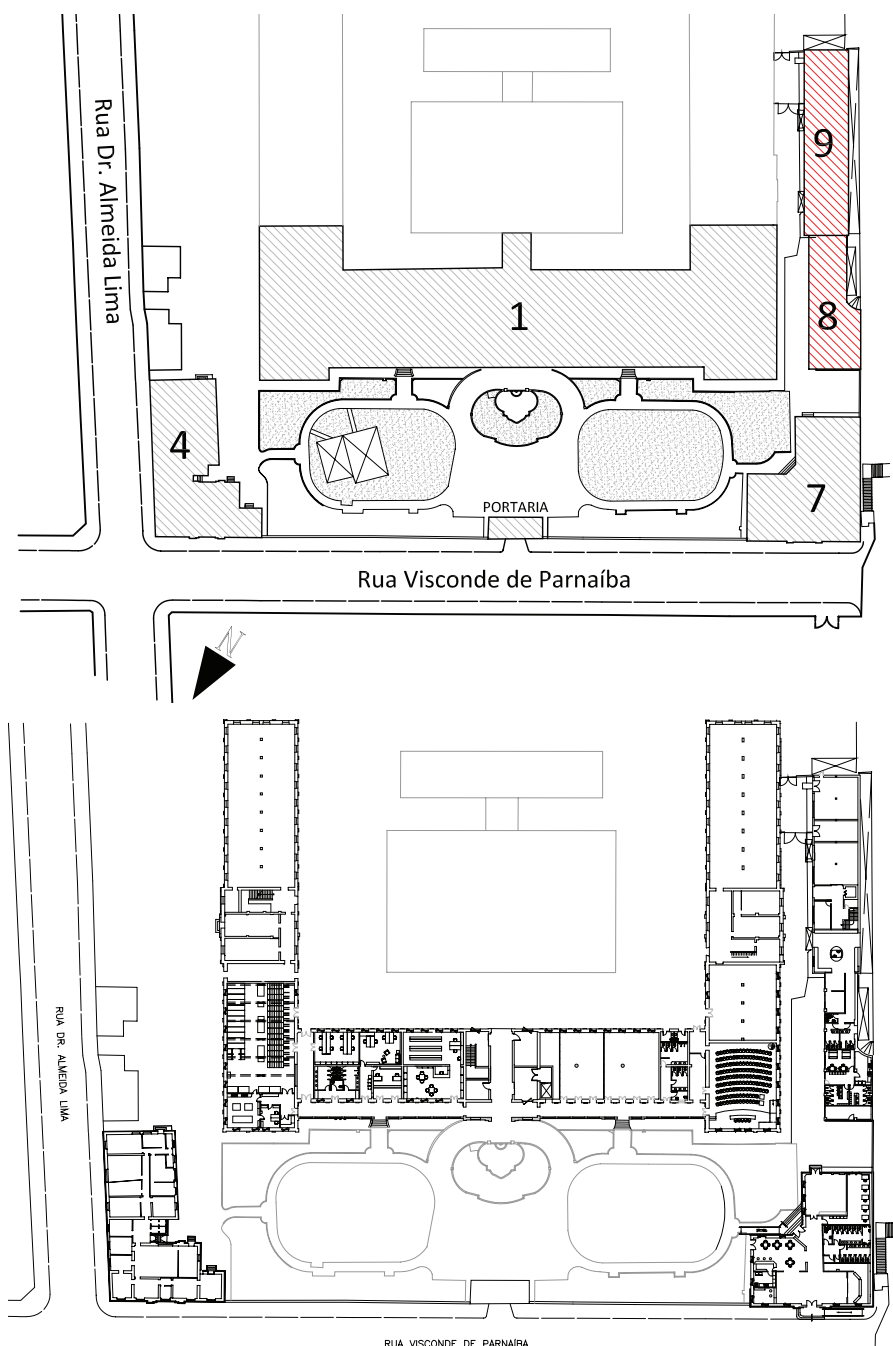
diais, o Museu estará aberto às redes sociais, às mutações, às interações, trocas, sinergias e oportunidades que forem identificadas.

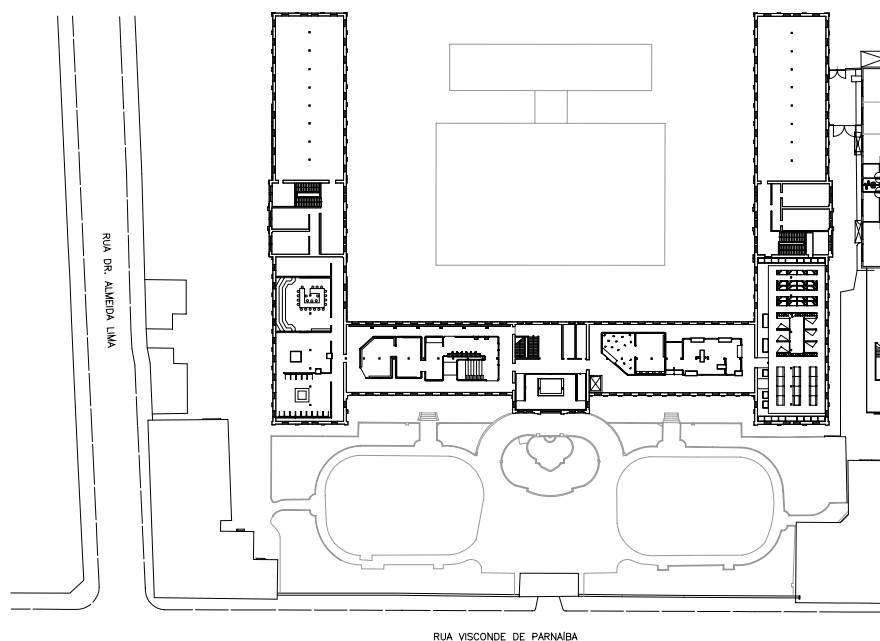
Finalizando, podemos considerar que a força do Museu da Imigração do Estado de São Paulo estará intimamente ligada à sua capacidade de emocionar o público e de dialogar com os mais abrangentes matizes sociais e plataformas que registrem e tentem compreender os fluxos humanos, no diálogo com o tempo.

II. PROGRAMA MUSEOLÓGICO

O Programa Museológico expõe, com base na missão e nos objetivos da instituição, as principais linhas programáticas e potencialidades de cada área, para que possam futuramente ser desdobradas em ações e projetos.

Para a estruturação do Programa, entende-se que a cadeia operatória da museologia atua sob dois eixos fundamentais: a Comunicação e a Preservação. É pelo equilíbrio e articulação dessas duas engrenagens que a instituição sustenta, desenvolve e propulsiona seus programas e ações.





1. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

1.1. Recepção e acolhimento

A área de acolhimento de uma instituição deve proporcionar o afastamento da turbulência externa e permitir ao visitante um primeiro encontro positivo com o universo do Museu. Para esta área previmos painéis informativos que destaquem tanto a missão, os programas, as exposições e atividades em curso, quanto as áreas do Museu – permitindo ao público o reconhecimento do edifício.

Em atenção à vocação inicial do edifício e sua função importante como monumento, propomos a indicação do uso original deste prédio, por meio de um elemento gráfico que estará presente em todas as áreas do Museu, buscando relembrar o uso inicial dos espaços.

Esta área ainda incluirá um ponto de informações sobre as instituições de temáticas correlatas ao Museu, sobre o Sistema Estadual de Museus (SISEM) do Estado de São Paulo, além de oferecer espaço em suporte digital para divulgação de eventos das comunidades imigrantes, cursos e oficinas, bem como um totem interativo ou folheteria para divulgação da programação cultural da cidade.

É sempre recomendável a criação de uma área especial de recepção e acolhimento para grupos de escolares, pois facilita a orientação de fluxo e organização das visitas. O tema foi discutido entre as equipes e foi proposta uma solução para a etapa de implantação da nova expografia e museografia, em conjunto com o projeto complementar de segurança e definição da entrada principal da instituição. Para tanto, estão previstos os seguintes equi-

pamentos:

- Bilheteria para aquisição de ingressos e controle de visitantes – contemplará balcão de informações e display para a distribuição de publicações e folhetos aos visitantes.
- Espaço reservado para o programa de ação educativa com dois ambientes, sala dos educadores com cinco estações de trabalho e armários e sala para recepção de grupos agendados. Na sala prevista para a recepção dos grupos, teremos: guarda-volumes coletivo (6), em formato de baú, que devem ser utilizados pelos grupos que visitarão o Museu. Cada um deles terá capacidade para guardar o material de um grupo de até 45 pessoas. O formato deste mobiliário simulará os antigos baús, que compõem o acervo do Museu. A sala ainda possibilitará uma primeira conversa com o grupo, pois os baús se reverterão em bancos.
- Mobiliário de descanso.
- Corredor de sanitários feminino, masculino e para deficientes físicos, que atenderá tanto o visitante espontâneo como o escolar.
- Acesso ao café/restaurante e loja (serão tratados em item específico).

Outros serviços diversos, tais como telefone público, caixa de correio, desejáveis também para esta área, podem ser incorporados.

1.2. Programa de exposições

1.2.1. Exposição de longa duração

...o fio condutor (de uma exposição) é sua dimensão crítica. 'Crítica' no sentido etimológico, que implica competência de distinguir, filtrar, separar, portanto, possibilidade de opção, escolha. Se o museu tem responsabilidade na transformação da sociedade (a exposição, para tanto, é recurso poderoso), isto se fará não com procedimentos de exclusão elitista, muito menos de adesão ou catequese (clandestina ou explícita), mas na medida em que ele contribuir para capacitar nas escolhas todos aqueles com quem puder se envolver.

(MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A Exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea*. In: Ciências em Museus. Belém, 1992, p.117.)

A missão institucional e os objetivos do Museu devem ser explicitados para o público por meio de suas exposições, em especial da exposição de longa duração. É por meio dela que se dá o principal vínculo do público com a instituição. Da exposição de longa duração irradiam os principais materiais de extroversão e educação.

A elaboração deste documento teve como ponto de partida as reuniões para discussão e definição do conceito gerador da exposição, seus eixos de sentido e interlocuções com a

instituição. Para isso, a Expomus utilizou a metodologia, baseada em pesquisas da cientista Kathleen McLean, que busca a sistematização das informações geradas pelos grupos interdisciplinares envolvidos nas diversas etapas do trabalho de idealização e concepção de exposições e das ações de comunicação dentro de instituições museológicas.

O grupo curatorial, composto por profissionais da Secretaria da Cultura, da equipe técnica do Memorial do Imigrante e da Expomus trabalhou para a edificação dos pilares fundadores da exposição. Também participaram das reuniões o arquiteto responsável pela museografia/expografia, o designer gráfico e o projetista de multimídias, o que tornou o projeto mais coeso. Além desta equipe, foram somados ao projeto dois consultores especialistas: o Prof. Dr. Eduardo Góes Neves, arqueólogo, especialista em arqueologia amazônica e primeiras ocupações do Brasil e o Prof. Dr. José Guilherme Magnani, coordenador do Núcleo de Antropologia Urbana da USP.

O projeto da exposição contou com a participação de um grupo de pesquisadores, que trabalhou integrado ao grupo curatorial, com a sistematização dos dados, pesquisa nos acervos e redação dos textos expositivos.

As reuniões ocorreram em grandes e pequenos fóruns, procurando atender aos prazos bastante reduzidos.

Desde as primeiras conversas, surgiu a ideia de que o tema “migração” deveria ser atualizado pela instituição, ou seja, a história da migração humana não deveria ser encarada como uma questão relacionada apenas ou exclusivamente ao passado. É importante, contudo, destacar a conexão que o visitante faz entre as migrações e sua própria história – na medida em que muitos são descendentes de migrantes e imigrantes – porém sem sedimentar o tema no passado. Constatou-se a necessidade de a exposição dialogar com sua contemporaneidade, de maneira a refletir sobre as representações que temos do processo migratório para a cidade e o Estado de São Paulo, bem como sobre sua importância na constituição da identidade nacional brasileira.

Outro ponto de fundamental relevância é traçar o histórico da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, núcleo gerador do atual Museu da Imigração.

A história da Hospedaria de Imigrantes é um elemento de centralidade no discurso expositivo, que deve abordar a organização interna e cotidiana, bem como dar conta das relações institucionais delineadas ao longo dos seus anos de existência.

Também ficou estabelecido pelo grupo curatorial o *protagonismo do acervo* do Museu, o que não exclui os recursos midiáticos, interativos e virtuais, que deverão fundamentalmente dialogar com o acervo.

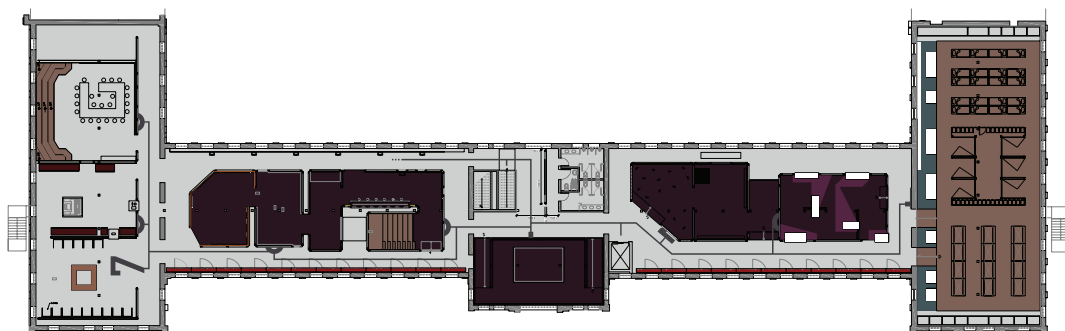
Em conjunto com o projeto arquitetônico, ficou acordado que a exposição não deveria anular a arquitetura do edifício principal do Museu, pois partimos do entendimento de que a história da

Hospedaria e sua edificação constituem um lugar de memória no imaginário paulista e que, portanto, deveria ser trabalhado na exposição. Daí a opção pela construção de nove módulos independentes e comunicáveis, que conterão os oito módulos expositivos e o espaço educativo.

Esta opção também resolveu o problema de fluxo da exposição, pois a edificação, preservada à sua configuração original, possui entrada única e central, o que impossibilita um percurso contínuo para a exposição. Com a criação de um ambiente independente do edifício, a circulação se dará por meio dos corredores laterais e o visitante poderá fazer o percurso da exposição sem repetições.

No detalhamento do roteiro da exposição, em documento separado, estarão explicitados os oito módulos, o espaço educativo e todo o detalhamento da espacialização da exposição com os devidos conteúdos.

Na entrada da exposição de longa duração, no térreo do Prédio 1, haverá ainda um novo espaço de recepção com balcão para encaminhamento de público, bem como um guarda-volume com autosserviço, para o público espontâneo.



Planta da exposição

1.2.2. Exposições temporárias e itinerantes

As exposições temporárias constituem um importante recurso de comunicação do Museu. Podem tratar de temas correlatos à exposição de longa duração ou complementar aspectos já apresentados, explorar novos temas e pesquisas ou abrigar exposições de outras instituições parceiras.

Essas exposições poderão ser elaboradas pela equipe do próprio Museu, equipes mistas ou convênios, ou ainda poderão ser propostas por curadores, pesquisadores ou produtores externos: das comunidades imigrantes ou pesquisadores da comunidade científica, por exemplo.

Deve-se consolidar e formalizar os programas de cooperação com outras instituições que abrigam referências patrimoniais – arquivos, bibliotecas – ou que desenvolvem pesquisa – organizações não-governamentais, institutos, universidades, associações e fundações –,

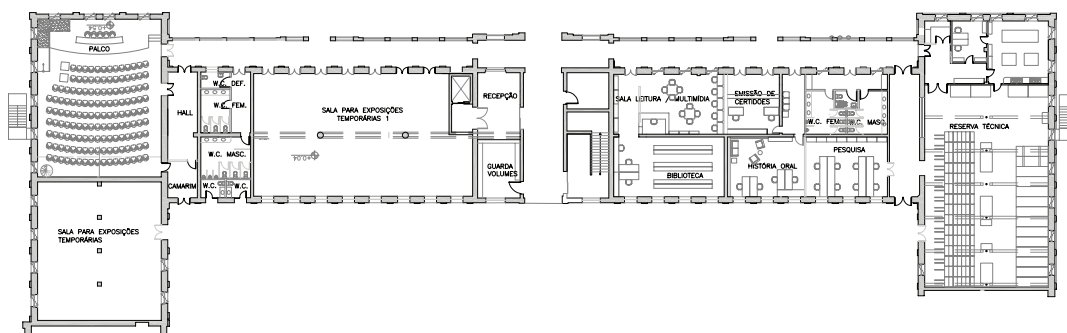
bem como com museus de temática correlata ou complementar.

Estas iniciativas já estão em curso. O Memorial do Imigrante liderou a constituição da Rede Brasileira de Instituições e Organizações de Estudos de Imigração, que se iniciou com 11 entidades, relacionadas num sistema simples de banco de dados e busca, o que visa a facilitar a pesquisa sobre o tema e a localização de acervos existentes em território nacional. A rede possuía um link no antigo site da instituição, o que poderá ser retomado.

Ainda se destaca o protagonismo da instituição, como membro fundador da Rede Internacional de Museus de Migração, promovida pela UNESCO e pela OIM- International Organization for Migration, criada em 2006. Estas redes podem alimentar o programa de exposições, bem como fomentar fóruns, seminários e pesquisas para o Museu.

A pesquisa de fundamentação da exposição de longa duração sugere uma longa série de temáticas que poderiam ser exploradas em itinerâncias e em exposições temporárias.

A nova configuração do edifício, após a requalificação, abrigará dois espaços devidamente capacitados a receber exposições temporárias, um com 259 m² e outro com 169,50 m², com climatização e condições físicas adequadas às exigências internacionais, o que também facilitará novos convênios e parcerias.



Edifício principal – planta do térreo

A média de duração de uma exposição temporária deve ser de três meses, pois cria uma movimentação para a instituição, mas também possibilita o desenvolvimento de programas e pesquisas geradas pela exposição, além de facilitar a mobilização do público escolar e a divulgação. Numa cidade do porte de São Paulo, exposições de curta duração (menos de dois meses) hoje já representam falta de otimização de recursos e impossibilitam o público, muitas vezes, de se organizar em tempo para a visita.

A nova exposição de longa duração objetivou quebrar com a estruturação das exposições por nacionalidade, em nome de contar as histórias da imigração e do edifício e ampliar o espaço para a discussão com o presente. Há, porém, uma crescente demanda das comunidades imigrantes e migrantes por espaço e colaboração dentro da instituição, o que deve ser atendido, em parte, pelas exposições temporárias, para as quais é preciso critério.

Como já enunciado, haverá duas salas para tais mostras, a maior podendo ser ainda dividida, quando necessário, por meio de divisórias móveis; em nossa proposta inicial, pensamos em seu uso em dimensão integral, para garantir que a instituição esteja sempre apresentando uma exposição de médio porte bastante representativa.

A sala maior pode ser utilizada para abrigar exposições ligas às nacionalidades, limitadas a duas por ano, para que uma terceira exposição da programação anual possa ser sobre temática de interesse da instituição; ou, ainda, há a possibilidade de o Museu ter a liberdade de ocupar as duas salas com uma única exposição, de maior interesse e repercussão.

Recomenda-se que as exposições sejam desenvolvidas em parceria com o Centro de Pesquisa e Referência e envolvam as equipes do Museu. É pertinente, pela natureza da instituição, o desenvolvimento de um cronograma anual que considere os anos comemorativos das nacionalidades que passaram pela Hospedaria, sem com isso negligenciar as novas levadas migratórias, ou seja, coreanos, peruanos, angolanos, entre outros, que hoje possuem representativa nacional, tanto numérica como cultural.

A sala menor poderia ser palco de ensaios curatoriais que privilegiassem a aproximação do Museu com as linhas de pesquisas das universidades. Esse diálogo com núcleos das universidades, ONGs e instituições de pesquisas temáticas qualifica o discurso do Museu e reflete sobre os processos migratórios de forma mais sistemática e atualizada.

Ou ainda pode-se pensar a imigração do ponto de vista da *confluência* e da *hibridação*, tema levantado pelo grupo curatorial, para trabalhar aspectos da cultura que são comuns a várias culturas, mas exercem funções ou usos distintos em cada uma delas. A confluência poderia ser abordada através de culinária, festas, língua, etc.

A exposição de longa duração em sua montagem traz a proposta de um módulo temporário que trata de um bairro da cidade de São Paulo – eleito o Bom Retiro para iniciar –, mas que deve ser alimentada e ressignificada pela pesquisa com o mesmo exercício para outros bairros. Os resultados destas pesquisas podem tanto configurar novas exposições para o Museu como gerar módulos itinerantes nos bairros, nas escolas e universidades, nos metrô, etc.

Um tema também tangenciado pelo exercício de investigação dos bairros é a questão dos *territórios migrantes*, nomeada pelo Prof. Dr. Odair Paiva, com a qual ele reflete sobre a formação migrante dos bairros e as transformações que estas diferentes ocupações produzem – umas bem visíveis, outras silenciosas. Essa pesquisa também poderia ser transmutada para uma exposição temporária, ou emprestar sentido a várias delas, focadas em cada um dos territórios migrantes.

Para a reabertura do Museu, propomos uma exposição temporária para a sala menor sobre a Festa dos Imigrantes, contando esta trajetória, com vídeos, fotos e depoimentos de como a parceria e a colaboração entre comunidade, instituição, poder público e imprensa promo-

vem um espaço acessível, afetuoso e condensador das tradições e da dinâmica cultural da imigração em São Paulo.

O Museu deve ampliar o seu repertório de exposições temporárias, o que pode integrar também a divulgação das exposições da comunidade, privilegiando a apresentação de grupos folclóricos de dança e artesanato, usando para isso o SISEM e demais parcerias da Secretaria da Cultura e do próprio Museu.

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo pode desenvolver ainda uma edição itinerante da exposição de longa duração, que poderia itinerar por um ano por todo o interior do Estado, contando a história da permanência da migração na história da humanidade e repertoriando a importância da Hospedaria e do Serviço de Imigração para o povoamento do Estado, buscando promover a reflexão de como esse fenômeno marcou a vida e a cultura dessas regiões.

Essa itinerância certamente alimentará a Pesquisa com novas demandas e mobilizará municípios com outras solicitações de mostras e doação de acervos.

Outro tema de interesse e repercussão nacional é a *migração interna* que, apesar da expressiva quantidade de informações fornecidas pela documentação da antiga Hospedaria, foi pouco estudada e representada no Museu, o que pode gerar exposições temporárias itinerantes, além de abastecer linhas de pesquisa.

Espaços físicos complementares

Prevê-se a instalação de um depósito no Prédio 8, que deve ser utilizado como *sala de expografia* e *depósito* para produção das exposições a serem montadas e desmontadas, assim como para a armazenagem temporária de materiais expográficos.

Esta sala destina-se também à estocagem de materiais diversos. É recomendável que possam ser guardados nesse espaço equipamentos e materiais de manutenção do espaço físico e da montagem da exposição.

O complexo das exposições temporárias contará ainda com um auditório multiuso, devidamente capacitado para receber espetáculos, bem como seminários e outros eventos correlatos às temáticas do Museu.

1.3. Programa educativo

A ação educativa deve permear todas as ações do Museu. No entanto, o Museu não é uma instituição escolar e, portanto, é desaconselhável que vincule suas atividades aos conteúdos curriculares como complemento ou ilustração, do mesmo modo que não deve objetivar suprir as lacunas de formação dos alunos.

Esse fato não diminui sua potência ou função educativa; muito pelo contrário, as instituições museológicas desempenham papel fundamental para a articulação de temas transversais em sala de aula, bem como podem ampliar e estreitar caminhos para a compreensão dos conteúdos trabalhados dentro e fora das suas visitas.

As visitas a museus criam repertórios para os alunos sobre as várias nuances do legado humano. Fazem isso por meio da mediação com novas formas de entendimento do mundo, seja pela arte, pela ciência ou pela história. Expõem aos visitantes realidades distantes, sensibilizam para a preservação patrimonial e são importante elo para a constituição da autoestima, memória e identidade.

O público escolar constitui hoje a grande maioria do público visitante dos museus brasileiros, por isso há algumas décadas discute-se a necessidade de equilibrar a relação museu-escola como forma de contribuir para a democratização do acesso aos espaços culturais e ampliar o seu papel para além da saída da escola.

É desejável, portanto, que o Museu estabeleça parcerias com as Secretarias de Educação (do Estado e do Município), para garantir continuidade no atendimento dos grupos escolares, criando um circuito permanente de visitação e que garanta o retorno frequente dos grupos ao longo de sua formação escolar, e não apenas em visitas eventuais.

O trabalho junto às escolas, porém, não deve limitar o trabalho da ação educativa, pois o Museu deve ter a mesma preocupação em atender com qualidade os mais variados públicos: pesquisadores, públicos especiais, terceira idade, famílias, turistas, comunidades próximas à instituição, entre outros. Para isso, sua equipe deve estar bem formada e a relação com os outros núcleos estabelecida, pois os programas envolverão sempre outros profissionais do Museu, de várias áreas.

O Programa Educativo deve trabalhar com a premissa da inclusão universal e, para atingir esse propósito, contempla a diversidade de público e propõe atendimentos diferenciados para cada tipologia.

Com isso, não se pretende que o Museu atue como uma instituição assistencialista, mas sim que, por meio de programas de ação educativa especializada, possa contribuir para a igualdade social, para o fortalecimento dos indivíduos e grupos em desvantagem e para o incremento de processos democráticos dentro da sociedade.

Segundo a Declaração de Salamanca, da UNESCO, considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social, juntamente com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1988) e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), há um claro direcionamento para a educação inclusiva. Estes documentos têm relação com os movimentos em favor dos direitos humanos e antissegregacionistas do final do século XX. Portanto, devem ser incluídas crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou em risco nas instituições educacionais e, por consequência disto, nos museus.

A ação educativa deve investir em estratégias e ações permanentes para o Museu – o que só é possível se houver a compreensão do Museu, para além de suas funções tradicionais (pesquisar, preservar, comunicar) –, e trabalhar de forma colaborativa, com responsabilidade social, nos processos de acesso à cultura e à cidadania.

1.3.1. Histórico da instituição

Desde a sua formação como Museu, em 1998, a ação educativa do Museu da Imigração foi sendo estruturada e o atendimento a grupos escolares e espontâneos realizado. No entanto, avaliamos que isso sempre foi feito de forma tímida para o potencial da instituição e da temática que opera.

A gestão da instituição, sensível à necessidade de incrementar o potencial educativo, contratou em 2009 a consultoria da educadora Zilda Kessel, que, de outubro a dezembro daquele ano, desenvolveu junto à equipe de educadores e estagiários encontros com os quais buscou discutir o papel da ação educativa para a instituição e estruturar o atendimento para a exposição temporária – Imprensa Imigrante. Todo esse material foi avaliado para elaboração do Plano Museológico e poderá ser readaptado para a formação da nova equipe de educadores.

Na formação, a consultora propôs que o grupo trabalhasse com os visitantes a *discussão dirigida*, tipologia de visita que será abordada neste documento também.

A equipe, antes do fechamento, era composta por nove estagiários e um coordenador. Não havia, porém, orientadores de fluxo, o que dificultava o atendimento a grupos espontâneos. Em 2009, a ação educativa atendeu 43 mil alunos em visitas agendadas, o que nos indica a média de 200 a 250/dia.

1.3.2. Relação museu-escola

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo é um *museu histórico* que, conforme afirma Meneses (1992),

... deveria ser uma instituição não voltada para os objetos históricos, mas para os problemas históricos. Assim, em última instância, seriam históricos

os objetos, de qualquer natureza ou categoria, capazes de permitir a formulação e o encaminhamento de problemas históricos (e por problemas históricos se deveriam entender aquelas propostas de articulação de fenômenos que permitem conhecer a estruturação, o funcionamento e, sobretudo, a mudança de uma sociedade).

A história da imigração e do deslocamento permeia a vida das crianças desde muito cedo, seja pela história familiar, ou pelo convívio com outras nacionalidades ou, ainda, por meio da ficção.

Por isso, a temática do Museu é muito familiar a todas as faixas etárias, podendo ganhar complexidades e diálogos, de acordo com cada uma delas.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), estabelecidos em 2000, um dos temas transversais a ser trabalhado durante os nove anos de ensino básico fundamental é a *pluralidade cultural*, o que deve definir os dois principais objetivos da ação educativa para o público escolar:

- *relacionar a história da imigração com a pluralidade cultural que vivemos;*
- *identificar e reconhecer sinais desta história na sua vida pessoal, na constituição de sua família, seu bairro, sua cidade, seu estado e país.*

Partindo da premissa que o Museu exercitará em todas as ações a pluralidade, a leitura dos PCNs para o ensino de História nos auxilia a estabelecer outros objetivos que dialoguem com as faixas etárias e as necessidades específicas de cada período, o que não deve, no entanto, limitar o acesso ao Museu apenas por intermédio desta disciplina.

De acordo com os PCNs, ao final do primeiro ciclo na escola, espera-se que os alunos sejam capazes de:

- *comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência anterioridade, posterioridade e simultaneidade;*
- *reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana, existentes no seu grupo de convívio escolar e na sua localidade;*
- *reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo, no mesmo espaço de convivência;*
- *caracterizar o modo de vida de uma coletividade indígena, que vive ou viveu*

na região, distinguindo suas dimensões econômicas, sociais, culturais, artísticas e religiosas;

- identificar diferenças culturais entre o modo de vida de sua localidade e o da comunidade indígena estudada; estabelecer relações entre o presente e o passado;

- identificar alguns documentos históricos e fontes de informações, discernindo algumas de suas funções.

O Museu deve, portanto, estabelecer sua comunicação em:

- contextualizar o aluno nas diversas temporalidades tratadas no Museu e nos diferentes atores que participaram destas histórias. A história do deslocamento humano deve ser explorada;

- apresentar, por meio dos depoimentos e objetos-símbolo, a história pessoal (dos que passaram pela Hospedaria e também dos imigrantes contemporâneos), que compõem o acervo do Museu;

- dar entendimento sobre as motivações que impulsionam a migração, nos diferentes períodos históricos tratados na exposição de longa duração e nas temporárias. Abordar os dilemas que são enfrentados pelas crianças, como mudanças de bairro, de escola, etc.

Ainda de acordo com os PCNs, o segundo ciclo do ensino básico fundamental, que compreende do 6º ao 9º ano, tem como eixo temático para o ensino de história, a *história das organizações populacionais*, por meio:

da procedência geográfica e cultural de suas famílias e as histórias envolvidas nos deslocamentos e nos processos de fixação; dos deslocamentos populacionais para o território brasileiro e seus contextos históricos e das migrações internas regionais e nacionais, hoje e no passado.

Espera-se com isso que, ao final do ciclo, os alunos sejam capazes de:

- reconhecer algumas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que a sua coletividade estabelece ou estabeleceu com outras localidades, no presente e no passado;

- identificar as ascendências e descendências das pessoas que pertencem à sua localidade, quanto à nacionalidade, etnia, língua, religião e costumes, contextualizando seus deslocamentos e confrontos culturais e étnicos, em diversos momentos históricos nacionais;

- *identificar as relações de poder estabelecidas entre a sua localidade e os demais centros políticos, econômicos e culturais, em diferentes tempos;*
- *utilizar diferentes fontes de informação para leituras críticas;*
- *valorizar as ações coletivas que repercutem na melhoria das condições de vida das localidades.*

O segundo ciclo compreende a grande fatia dos alunos que visitam as instituições museológicas. Do ponto de vista educacional, esta é a fase em que os alunos estão aptos a compreender, fazer analogias e propor novas relações para os fatos e problemas apresentados. Além disso, já contam com importante autonomia, o que possibilita com maior facilidade a saída da escola. Considerando, portanto, que este grupo de alunos constitui-se como o principal interlocutor da ação educativa, pode-se propor que possam:

- reconhecer quais etnias e nacionalidades foram recebidas pela Hospedaria;
- conhecer a recepção dos milhões de migrantes nacionais e a repercussão deste deslocamento para a cidade de São Paulo;
- identificar as influências das imigrações nos seus bairros de origem;
- propor projetos em parceria com outras disciplinas: geografia, língua portuguesa, inglês e artes, por exemplo;
- refletir sobre os outros países da América que também receberam imigrantes no início do século XX;
- refletir sobre o porquê de a Hospedaria ter sido preservada;
- relacionar o trabalho da ONG Arsenal da Esperança com o trabalho na antiga Hospedaria.

Para o ensino médio, última etapa da educação básica, destaca-se ainda dos PCNs de história, a política da igualdade:

inspiradora do ensino de todos os conteúdos curriculares, é, ela mesma, um conteúdo de ensino, sempre que nas ciências, nas artes, nas linguagens em que estiverem presentes os temas dos direitos da pessoa humana, do respeito, da responsabilidade e da solidariedade, e sempre que os significados dos conteúdos curriculares se contextualizarem nas relações pessoais e práticas sociais convocatórias da igualdade.

Para esta faixa etária, o Museu deve propor programas de ação continuada, nos quais a mesma turma visite as exposições (longa duração e temporárias) durante os três anos de

ensino médio, para com isso explorar a instituição de maneira mais aprofundada, e que ao final deste ciclo possa construir um projeto para a sua escola. Esta integração deve proporcionar o contato com outras áreas da instituição, como História Oral, Centro de Referência, uso da Mídia-teca e acesso colaborativo ao site.

Ainda na educação formal, tem-se o público universitário, que é sempre refratário a programas continuados de educação ligados a instituições museológicas, por isso um desafio de interlocução para este Museu. Esta mediação deve ser fomentada pela articulação com projetos de estágio, acesso a outras áreas da instituição, parceria com o Arsenal, Associação Brasileira do Patrimônio Ferroviário (responsável pelo trajeto da Maria Fumaça, que constitui uma importante vivência na visita ao Museu), além das próprias universidades, em projetos de iniciação científica, horas de estágio na licenciatura, serviço social, entre outros.

Voltando ao texto de Meneses e à sua resposta final para a utilidade de um *museu histórico*, ele conclui:

A resposta é que a evocação e celebração da memória devem estar obrigatoriamente presentes no museu histórico. Não, porém, como objetivo e, sim, como objeto de conhecimento. Em última análise, uma das principais funções e o melhor potencial de um museu histórico referem-se ao entendimento da construção, usos e reciclagens da memória nacional.

Esta afirmação orienta que para buscar e fomentar a reflexão nos seus visitantes, principalmente nos jovens, o Museu não precisa abrir mão da sua vocação celebrativa e memorialística, mas deve encorajar-se a ir além.

1.3.3. Atendimento pedagógico às exposições – visitas orientadas

As visitas orientadas constituem o principal canal de comunicação da ação educativa com o seu público-alvo. Como estratégia educativa, trabalha-se com a perspectiva de propor novos olhares às exposições e também aos seus acervos. As visitas orientadas possibilitam que o público seja satisfeito em suas necessidades educacionais específicas, na medida em que promovem o contato direto com o educador da instituição, permitindo que os objetivos da ação educacional sejam negociados com o público a partir de seus conhecimentos prévios e expectativas em relação ao que encontrará no Museu. As visitas podem acontecer a partir de estratégias pré-definidas – faixa etária, capacidade cognitiva e perfil dos visitantes.

Grinder e McCoy organizaram três tipos de abordagem, que nos servem como importante referência:

- *Visita-palestra*: o educador, ou um estudioso especialmente convidado, aprofunda um tema ou aspecto relevante da exposição. Em formato de palestra, esse tipo de visita tem baixo nível interacional, e será voltada prioritariamente para o público adulto es-

pecificamente interessado no tema abordado.

- *Discussão dirigida*: o educador, por meio de questionamentos, conduz o grupo de visitantes de forma a proporcionar o entendimento de aspectos comunicacionais pertinentes àquela exposição. Para isso, estrutura um roteiro lógico com objetivos educacionais definidos e adaptados para cada grupo. O nível de interação é bastante alto nesse tipo de mediação, já que se pressupõe intensa participação do público.
- *Visita-descoberta*: o educador propõe uma atividade ou jogo que, realizado dentro do espaço expositivo, propicia a descoberta de novos elementos e olhares para um determinado conteúdo exposto. É a mais interativa das modalidades de visita, pois depende quase que exclusivamente do visitante para ser realizada. É uma estratégia voltada à recepção de grupos mistos, com idades e graus de instrução distintos, como é o caso das famílias.

As abordagens possíveis de visitas orientadas não podem ser excludentes e devem ser combinadas conforme os interesses do grupo visitante. É importante que a equipe do Museu domine estas estratégias e possa optar a cada ocasião pela mais adequada.

Para o dia a dia com os grupos escolares agendados, deve-se optar pela visita *discussão dirigida* e um cardápio de roteiros com a opção de visitas à exposição de longa duração e às temporárias. As visitas organizadas para grupos familiares, terceira idade e turistas devem mesclar *visita-palestra e descoberta*.

É importante que o tempo de permanência do visitante com mediação não extrapole o tempo total de duas horas, pois a concentração do público (independentemente da faixa etária), a obtenção de conhecimento e o prazer ficam comprometidos.

1.3.4. Passeio de trem

O imaginário coletivo acerca da imigração e da ocupação do Estado de São Paulo trabalha sempre com duas imagens – a viagem de navio e a manta ferroviária.

O Museu da Imigração contava com um passeio de trem, de quintas-feiras a domingos e nos feriados, o que proporcionava ao visitante uma experiência de “viagem no tempo”. O passeio podia ser agendado tanto por grupos escolares como por visitantes espontâneos.

A antiga estação ferroviária ambientada aciona junto aos visitantes memórias afetivas da imigração e pode ser uma importante estratégia didática para o entendimento das diferentes épocas de que o Museu trata em sua exposição de longa duração. A operação do trem e gestão da Estação Ferroviária é responsabilidade da ABPF, Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – Regional São Paulo, e precisa ser reorientada de acordo com a nova vinculação do Museu, mas acreditamos que o serviço deve permanecer.

1.3.5. Formação dos educadores

Os educadores constituem o principal elo entre o Museu e o público, por isso pensar numa formação sólida e continuada é importante e salutar para a credibilidade da instituição.

A equipe deve ser interdisciplinar, pois isso facilitará a troca e a reflexão sobre a mediação dos conteúdos da exposição, prática necessária para o bom andamento das atividades educativas.

A formação pode oferecer vivências em outras instituições do SISEM, o que possibilitará um melhor entendimento da vinculação institucional e o conhecimento de outras equipes e metodologias de trabalho. No âmbito da exposição de longa duração, a equipe de educadores deve acompanhar o período de montagem da exposição e ter a oportunidade de ouvir dos profissionais envolvidos na sua concepção e implantação os objetivos de comunicação da mostra, bem como ter acesso a todos os textos e materiais produzidos.

Em todas as exposições temporárias recebidas ou concebidas pela instituição, a equipe educativa deve participar desde a concepção até a formatação final da mostra, pois o envolvimento em todas as etapas é fundamental para a vinculação e segurança com os conteúdos e percursos da exposição.

Os educadores devem ter conhecimento também das outras áreas do Museu e programas, podendo inclusive ser parceiros da gestão para a integração entre as áreas e acolhimento de novos funcionários. O conhecimento e vínculo da instituição como um todo é fundamental para que o papel transversal da educação se efetive no Museu.

1.3.6. Formação para professores

Atrelado ao programa de atendimento escolar, o Museu deverá desenvolver encontros e cursos para os professores e educadores, com a finalidade de envolvê-los no processo de preparação da visita. Este vínculo é muito importante para o bom andamento das ações e para isso é relevante que o agendamento seja criterioso e atento, com regras pré-estabelecidas e responsabilidades partilhadas.

Esta ação poderia também acontecer de maneira integrada a outros museus da Secretaria da Cultura e utilizando os programas do SISEM, compondo para o professor um cenário mais atraente, pois ele, num único curso, poderia se habilitar e conhecer os serviços e programas de visitas de várias instituições; para os Museus, seria uma importante oportunidade de intercâmbio de conhecimento e otimização de recursos.

A partir da re-estruturação do Museu e da implantação do Programa de Exposições, o curso para os professores deve se desdobrar em diversos módulos, a fim de contemplar as diversas temáticas da exposição de longa duração e das exposições temporárias. A ação educativa deve integrar, desde a conceituação, tanto as exposições temporárias desenvolvidas

como as acolhidas pela instituição, pois esta participação implica no bom desenvolvimento de linguagem de apoio para os diversos públicos, materiais pedagógicos, jogos e ações de mobilização específicas.

1.3.7. Atendimento a famílias

O Museu do Imigrante tem potencial para ampliar o seu atendimento junto ao público espontâneo, especialmente no que diz respeito a famílias e turistas.

O primeiro grupo tem um interesse efetivo por temas históricos, haja visto o público expressivo que o Museu Paulista recebe. Além disso, o jardim do Museu, bem como a nova estrutura de restaurante e lojas serão muito atraentes para um programa de lazer cultural.

O programa para famílias deveria ocorrer em data fixa, como todo segundo domingo ou sábado de cada mês, com duas horas de duração, e teria atividades especialmente desenvolvidas para estes grupos, tais como jogos, percurso diferenciado e uma atividade de finalização na área externa. Para esta atividade, o enfoque seria dado para as histórias de vida dos imigrantes e migrantes e o dia a dia na Hospedaria.

1.3.8. Público espontâneo

O público eventual ou que não organizou sua ida ao Museu mediante o ingresso em um grupo é, na maioria das vezes, negligenciado pelas instituições museológicas, muitas preocupadas com os grupos agendados e infanto-juvenis, o que é compreensível pelo seu compromisso expresso com a educação e a formação de novos públicos.

No entanto, o Museu da Imigração ocupa um lugar de afetividade no imaginário paulista, por isso espera-se que com a nova exposição este perfil de público cresça consideravelmente, o que deve encontrar sinergia em programas especialmente desenvolvidos para um atendimento qualificado. Além disso, a exposição terá um aumento significativo de peças e conteúdos interativos e midiáticos, o que necessitará de mediação e estímulo para ser efetivo junto ao público.

Por isso, recomendamos a inserção no quadro de funcionários de orientadores de fluxo, educadores alocados em pontos fixos da exposição que possam interagir com os visitantes e auxiliar no percurso da visita.

O programa educativo, aos finais de semana, também deve disponibilizar horários e educadores para o atendimento a grupos espontâneos que se reúnam na instituição e percorrer com mediação a exposição.

1.3.9. Vivências

Em atenção ao público espontâneo, o Museu deve oferecer um programa de saídas orga-

nizadas aos finais de semana e em meses de férias, com o objetivo de visitar lugares de memória da imigração na cidade: de monumentos públicos, restaurantes, teatros, cinemas e feiras públicas a outros centros.

Esses roteiros poderiam ser estabelecidos por nacionalidade e também por regiões. O roteiro direcionado para um bairro teria o olhar voltado para as sobreposições e convivências das nacionalidades e da migração interna na constituição dos espaços públicos da cidade; para o que se pode reconhecer de cada um destes períodos de ocupação; e as marcas que foram quase apagadas pelas novas imigrações. O bairro do Bom Retiro, que estará presente na exposição, poderia ser o bairro-piloto para essa ação.

Essas atividades poderiam ocorrer uma vez por mês.

1.3.10. Seminários e palestras

Além da preocupação com a formação e vinculação com os professores, a ação educativa deve oferecer, para o público em geral, periodicamente, palestras e seminários temáticos com especialistas da instituição e convidados, a fim de divulgar e ressignificar suas pesquisas e programas.

A atualidade da exposição e o desafio de trabalhar com imigração contemporânea deve mobilizar o Museu a promover e sediar seminários e fóruns sobre a temática.

1.3.11. Materiais educativos

“olhar, questionar e comparar...”

Os materiais educativos dos museus devem, em primeiro lugar, ter a preocupação de re-orientar o professor sobre as temáticas tratadas na exposição de longa duração, para que antes e após a visita ele possa desenvolver projetos que nela integrem os conteúdos curriculares.

Esses materiais educativos têm por objetivo facilitar e ampliar a relação dos professores e educadores com a exposição de longa duração do Museu, embora não devam servir como “receituário”; devem, sim, apresentar um conjunto de sugestões que permitam reconhecer a importância da materialidade dos acervos e do discurso museológico no processo de aprendizagem, sugerindo sempre transversalidades entre a questão da pluralidade cultural e a formação das identidades culturais.

A coerência entre os objetivos aos quais os materiais educativos se propõem e as atividades sugeridas, a seriedade dos textos científicos (que podem ser redigidos por pesquisadores do próprio Museu ou por pesquisadores convidados), e a boa qualidade gráfica do material devem estar em consonância com o desenho da instituição, bem como com sua identidade visual.

1.3.11.1. Caderno para o professor

O caderno constitui-se em material educativo que deve ser entregue para o professor que visita a instituição e também serve como material de apoio para a formação e trabalho em sala de aula, antes e depois da visita.

Deve ter uma linguagem clara e objetiva, com o intuito de apresentar ao professor uma possibilidade de relacionar os conteúdos da escola e do Museu, a partir do eixo da pluralidade cultural. Além disso, deve estimular o professor a criar, baseado na sua experiência, outras relações com os acervos e outras apropriações do conteúdo. Não pode prescindir de:

- informações sobre o Museu e sua natureza como instituição que pesquisa, preserva e comunica os testemunhos de diversas sociedades humanas;
- texto científico sobre o deslocamento humano em diferentes momentos da história da humanidade e indicação das principais rotas;
- textos e proposições de atividades relativos aos conteúdos específicos das temáticas estudadas;
- pranchas com fotos ampliadas de objetos museológicos, iconografia e documentação do acervo exposto, bem como trechos de depoimentos de história oral, para que em sala de aula o professor possa explorar as potencialidades da instituição (antes e depois da visita).

Esse material deve ser lançado em conjunto com a reabertura da instituição e, a partir daí, todas as exposições devem ter material educativo específico, desenvolvido e lançado em conjunto com as mostras.

Em paralelo a essas publicações, a ação educativa deve desenvolver materiais paradidáticos que abordem e ampliem as temáticas da exposição, trabalhando em parceria com os núcleos de pesquisa e acervo.

1.3.11.2. Caderno do aluno

É importante para a relação mais próxima do Museu com o público infanto-juvenil a existência de um caderno direcionado ao próprio aluno, no qual ele se torna autor do conteúdo que personaliza como algo seu.

O formato deste material deve ser bastante mutável, podendo se transmutar em jogos, almanaques, mapas, de maneira a conduzir e suscitar no aluno uma experiência pessoal e criativa, que ao mesmo tempo o faça organizar as ideias centrais contidas na exposição visitada e que nele provoque a vontade de retornar.

O material pode ter variações dentro do site, bem como nas linguagens de apoio na exposição e no espaço do Educativo.

1.3.11.3. Jogo de tabuleiro – a aventura do deslocamento

Um grande jogo de tabuleiro pode ser desenvolvido e experienciado pelo visitante no espaço educativo. Esse jogo discorreria sobre as aventuras da imigração ao longo do tempo, as cartas dariam pistas sobre as motivações, perfil de viajantes e aspirações na partida e na chegada. O objetivo do jogo seria mostrar como a imigração contribuiu para a diversidade cultural e quais os aspectos que são perceptíveis ainda hoje. Esta atividade colocaria os jovens em discussão sobre o que mudou no mundo desde os primeiros imigrantes que passaram pela Hospedaria até os dias de hoje.

O jogo proporcionaria ainda um estudo sobre a sociabilidade, por meio das redes que eram estabelecidas, usando para isso o fundo documental do acervo que trata das cartas de chamada, que trazem as comunicações entre as famílias, dando garantias para o recebimento dos familiares na América, e traçando um paralelo entre as redes sociais virtuais de hoje, nas quais ainda é necessário um convite para franquear o ingresso.

1.3.11.4. Folder/Passaporte

Para ingresso dos visitantes ao Museu, propomos a criação de um passaporte que contenha um mapa da instituição, que contemple a área total do complexo da antiga hospedaria e localize o visitante sobre quais serviços e programas podem ser acessados na visita.

O folder deve ter o formato de um passaporte – o visitante deve ser incentivado a preservar este material após a saída do Museu e trazê-lo de volta a cada nova visita, quando ganharia novos carimbos, como num passaporte. No caso das exposições temporárias ou eventos, deve ser confeccionado um selo especial que dialogue com a identidade visual do evento ou exposição.

Esse tipo de material cria empatia entre o público e a exposição, além de trabalhar de forma sensível com a temática do Museu, que imprime, necessariamente, nos seus visitantes, uma relação afetiva com a instituição. Para a confecção deve-se escolher no acervo um passaporte masculino, um feminino e um infantil/jovem para que a documentação original da instituição estampe a frente do folder e direcione a posterior entrega aos visitantes, de acordo com o gênero e a faixa etária do visitante.

1.3.11.5. Periódico da ação educativa

A imprensa imigrante marca uma expressiva forma de comunicação das comunidades imigrantes desde os primeiros anos da Hospedaria, ainda no século XIX. O próprio acervo do Museu conta com uma expressiva parcela de jornais e periódicos contemporâneos de imigrantes e bairros, que veiculam matérias e notícias segmentadas por nacionalidade e regiões da cidade.

Essa temática, que inclusive já foi pauta de uma exposição temporária na instituição, foi apenas tangenciada pela nova proposta de exposição de longa duração, mas não aprofundada, o que abre espaço para a ação educativa e para o programa de pesquisa. Com base na importância desta questão, propomos a circulação de um jornal em formato tablóide com as principais notícias da ação educativa, eventos, programas e serviços do Museu. A periodização desta publicação deve ser trimestral e a cada edição deve contar a história de um dos periódicos do acervo e trazer a reprodução de capa.

Esta iniciativa deve contar com parcerias para distribuição em escolas, metrô, universidades e outras instituições culturais, bem como contar com versão digital para download no site.

1.3.12. Oficinas interdisciplinares (Prédio 9)

As demandas das comunidades de imigrantes, bem como o antigo anseio da instituição de promover sistematicamente oficinas e formação profissionalizante para a comunidade merecem atenção.

A região em torno da instituição é uma área de risco, que necessita de intervenção e mudanças sensíveis para que o projeto de requalificação do Museu se efetive, o que já vêm sendo discutido há algum tempo, pois há o problema recorrente das enchentes e da criminalidade, esta agravada com o fechamento do Museu.

No entanto, esta situação de vulnerabilidade também nos coloca o enorme desafio do Museu como agente de transformação social e urbana, fenômeno bastante discutido ao longo do século XX nas grandes cidades do mundo, que tem como emblema máximo o Guggenheim de Bilbao, Espanha.

O intuito deste Plano é fomentar o uso destes novos espaços multiuso para cursos profissionalizantes, que mobilizem para isso as áreas de conhecimento do Museu (conservação, catalogação, ação educativa) e pensem a inserção profissional destas populações marginalizadas, além de também atender às comunidades, tradicionalmente vinculadas ao Museu, para cursos de artesanato, línguas, danças, etc.

Os resultados do diagnóstico em desenvolvimento com o Núcleo de Antropologia Urbana da USP também nos trarão importantes pistas das necessidades da região.

Ao mesmo tempo, a proximidade com o Arsenal da Esperança nos possibilita uma metalinguagem sobre o uso original deste complexo de edifícios, o que deve ser explorado de forma sistemática, tanto em projetos conjuntos como em parcerias para o desenvolvimento destas oficinas.

O fechamento da instituição e o projeto de restauro, que visa a unificar as fachadas de todo o antigo complexo da Hospedaria de Imigrantes, estreitou os laços entre o Museu e a ONG, que deve agora ser integrada pela gestão atual às novas atividades do Museu, dando-se

continuidade às conquistas já empreendidas.

Para o desenvolvimento das oficinas, contamos com espaços independentes e capacitados no Prédio 9, com área total de 140 m² e possibilidade de divisórias.

1.3.13. Ação educativa em números

O Memorial do Imigrante recebeu 85 mil visitantes em 2009 e 95 mil em 2008, sendo que quase 50% trazidos pelo programa educativo, ou seja, em atendimento escolar ou a grupos organizados.

O horário de funcionamento praticado era das 10h às 17h, de terça-feira a domingo, porém avalia-se a necessidade de um horário ampliado para alguns dias da semana, conforme já ocorre nos demais museus do governo do Estado. Para isso, entende-se necessária a devida atenção ao programa de segurança. Ainda recomenda-se o início do atendimento a grupos escolares às 9h00, o que ampliaria a possibilidade de atendimento e facilitaria o acesso às escolas.

Considerando os públicos dos demais museus do Estado – Museu da Língua Portuguesa, Museu do Futebol, Museu Afro Brasil e Pinacoteca –, acreditamos que o público geral também deve ser ampliado, como consequência de sua reabertura e da nova inserção na mídia que a instituição vem conquistando e, principalmente, do potencial de sua temática. O Museu do Futebol teve, em 2010, um público total de 416.653 visitantes, sendo que 13% passaram por atendimento do programa educativo. O Museu da Língua Portuguesa apresentou média anual de 400 mil visitantes, com o mesmo índice de atendimento em visitas agendadas.

Estabelecemos como meta de atendimento para o primeiro ano de reabertura do Museu um público de 150 mil pessoas, sendo que 13% delas deverão ser atendidas pelo programa educativo. Assim, o foco de divulgação deverá ser o crescimento do público espontâneo, pois o número de visitantes escolares e em grupos organizados que procuram a instituição já é satisfatório.

Com a perspectiva de atingir a meta proposta, propomos a seguinte grade para grupos com atendimento pela equipe do educativo, com capacidade de até 45 visitantes por grupo e dois educadores:

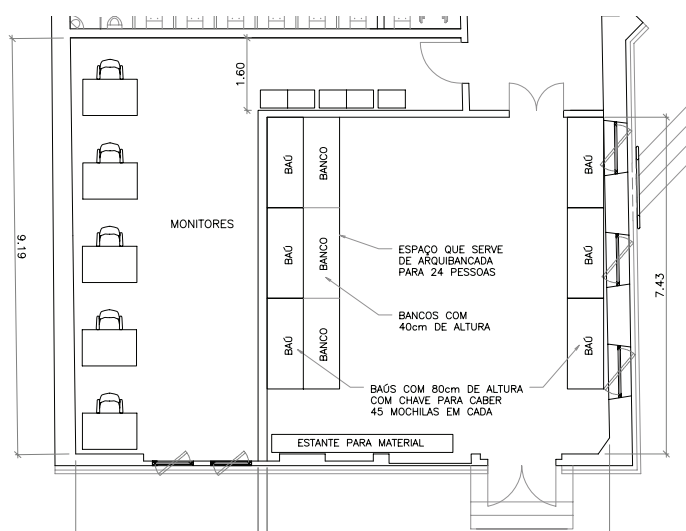
10h00	14h00
10h30	14h30
11h00	15h00
13h30	

Nos mesmos horários, podemos disponibilizar o agendamento de grupos para *visita livre* (que pode ser mediada pelo professor, guia turístico, etc.), mas sem a participação de educadores da instituição. As regras para agendamento nestes horários serão as mesmas: grupos de até 45 alunos, com os mesmos critérios de pagamento, e etc.

Há uma tensão entre os grandes museus da cidade de São Paulo e o turismo cultural, pois muitas vezes os guias contratados pelas escolas são despreparados e fornecem informações equivocadas para os visitantes, o que compromete a credibilidade da instituição, pois sua imagem muitas vezes se confunde com a do educador, propriamente dito. Para isso, o Memorial já desenvolvia um programa de formação, cadastramento e divulgação dos guias cadastrados no site da instituição. Salientamos a importância de ampliação desta iniciativa e inserção do Museu nas discussões do grupo de ação educativa da Secretaria da Cultura, a fim de pensar uma ação em conjunto das instituições museológicas do Estado.

Para a reabertura, a equipe inicial proposta seria: 1 coordenador; 2 supervisores; 1 assistente; 16 educadores e 8 orientadores de fluxo, que poderiam ser estagiários de ensino médio e/ou moradores do Arsenal.

Espaços físicos



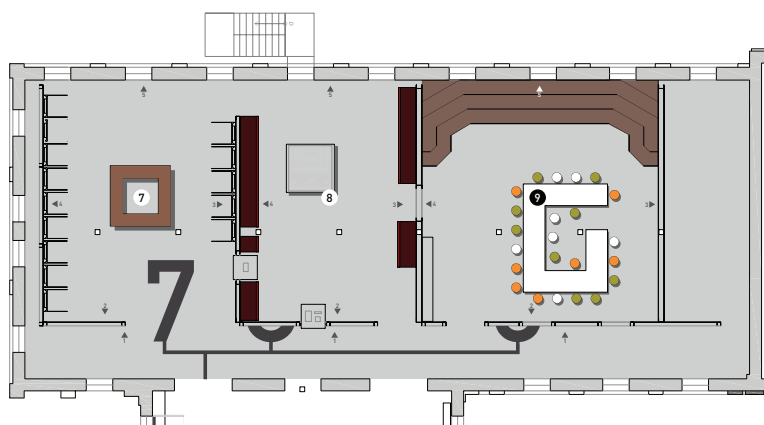
Planta Prédio 7

No Prédio 4, destinado às áreas de acolhimento e recepção do público, a ação educativa contará com dois espaços. O primeiro destinado ao atendimento e à recepção de grupos, com mobiliário adequado para a guarda das mochilas e pertences dos alunos e bancos para uma primeira conversa com a turma e acolhimento. O espaço estará apto a receber o material de até seis escolas simultaneamente, pois possuirá baús para a guarda coletiva das mochilas e comportará até 25 visitantes sentados.

Num espaço contíguo a esta sala, prevê-se um espaço destinado à equipe, com estações de trabalho.

Ação educativa na exposição

Espaço destinado à realização de oficinas pedagógicas e workshops, equipado com uma miniarena para debates. A incorporação deste espaço à área expositiva tem como objetivo estimular a apropriação dos espaços do Museu pelos visitantes jovens, criar estímulos para



Planta do Módulo 9 - Educativo

que estabeleçam vínculos com os conteúdos tratados na mostra, para que reflitam sobre o que viram e, mais do que isso, que exponham suas opiniões e participem ativamente.

Esta proximidade com a exposição e a possibilidade de que o público espontâneo também observe estas atividades, explicita e afirma o papel educativo da instituição.

1.4. Ações de mobilização e comunicação

Assim como na educação, as ações de mobilização devem ser transversais às atividades de comunicação do Museu da Imigração, seja por meio da visitação, da festa, da coleta de acervos, do acesso ao site ou da captação de entrevistas. O envolvimento das comunidades fortalece a missão e os propósitos do Museu. No entanto, cada vez mais a mobilização deve deixar de ser pontual para tornar-se uma constância nos programas e ações continuadas da instituição.

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo atinge milhares de pessoas, de forma direta e indireta, e tem, portanto, um potencial riquíssimo para envolver seus públicos e com isso disseminar e atualizar seus conteúdos e valores.

As ações de mobilização devem engajar o público e compartilhar suas experiências com os temas do Museu e seus objetivos principais de comunicação: o conceito da pluralidade cultural e da mobilidade humana.

Engajar

A grande maioria dos habitantes do Estado de São Paulo tem conexão com as origens do

Museu da Imigração, e por isso poderemos pensar em pontos externos (rodoviárias, aeroportos, embaixadas, universidades) que possam ser catalisadores para o engajamento dos públicos de interesse do Museu, por meio de:

- Terminais de consulta sobre o Museu, seu acervo e serviços.
- Terminais de captação de depoimentos espontâneos (via webcam), que serão moderados pela equipe de comunicação do Museu.
- Formalização e novos acordos com as comunidades de imigrantes que já são parceiras do Museu.
- Estabelecimento de uma parceria com uma rádio para veiculação de um programa diário que contasse pequenos fragmentos da história da imigração, a exemplo do que foi desenvolvido na ocasião das comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo. A seleção destas histórias poderia estar vinculada ao ano comemorativo das nações (Itália, China, México, etc.). Estas histórias também poderiam mesclar dados da imigração contemporânea.
- Coleta de depoimentos e acervos de migrantes, principalmente das regiões Norte e Nordeste do Brasil, que tiveram sua história marcada pela Hospedaria de Imigrantes; e coleta de sobrenomes, para compor o banco de dados do Museu.

Compartilhar

A partir do engajamento dos públicos, deve-se prever ações para compartilhar os resultados alcançados e as experiências mais significativas. Para isso, a internet – por meio do site do Museu e das redes sociais – pode desempenhar um importante papel. Sugere-se:

- Criação de uma rede de relacionamento para o Museu, orientada pelas práticas do Terceiro Setor. Uma das possibilidades para se colocar isso em prática é a rede NING (<http://about.ning.com/>), bastante utilizada no Terceiro Setor e em ambientes corporativos. Esta rede opera de maneira similar às redes sociais mais conhecidas, como o Facebook e o Orkut, no entanto é restrita, mediada e pode seguir a identidade visual da instituição.
- Criação de um Twitter e/ou Facebook para compartilhar preciosidades das histórias coletadas e ampliar o acesso ao site do Museu, aos programas, às exposições temporárias e às demais ações de comunicação do Museu.

Campanhas de engajamento

O Museu poderá preparar campanhas para mobilizar suas comunidades parceiras e fomentar as doações. Há agências de publicidade e marketing que possuem uma cota de inves-

timento pró-bono (sem bonificação) para instituições culturais, o mesmo acontecendo em alguns jornais de grande circulação.

As campanhas devem ser pontuais e ter como objetivo a aquisição de acervos para exposições temporárias, captação de depoimentos e divulgação.

1.4.1. Festa do Imigrante

A Festa do Imigrante desenvolvida pela instituição há 16 anos, sempre nos meses de maio ou junho, integra em dois dias de festa as várias nacionalidades que passaram pela Hospedaria de Imigrantes.

Barracas reúnem apresentações de música, dança e teatro, além de comidas típicas e artesanato. Nos últimos anos, a Festa reuniu mais de 16 mil visitantes e 25 nacionalidades, números bastante expressivos, que se constituem em uma importante ação de mobilização de novos públicos e em articulação de conhecimentos para o Museu.

Avaliamos que este evento deve integrar uma ação de mobilização perene no Museu, com a formalização de um comitê e ações de comunicação que tirem proveito da Festa para extroversão de conteúdos e ações da instituição.

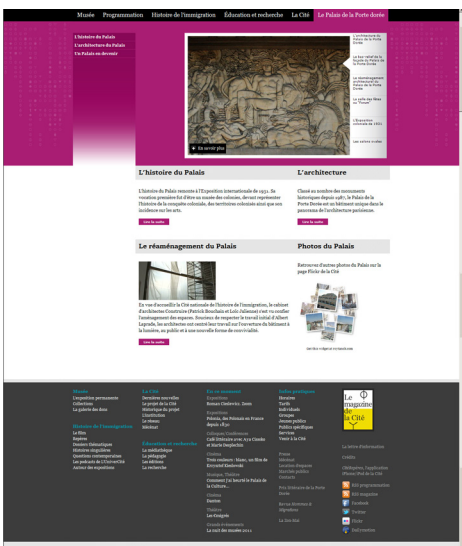
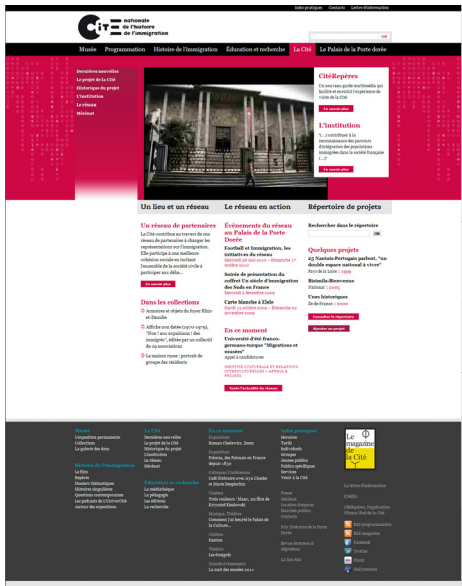
O Museu também pode propor ações na Festa que mostrem a confluência de culturas, como, por exemplo, barracas nas quais imigrantes de várias nacionalidades cozinham juntos e cada qual referencia o elemento cultural trazido de seu país e quais modificações e adaptações sofreu no Brasil.

O registro audiovisual das Festas pode gerar exposições temporárias e itinerantes para a instituição, como já citado neste documento.

A Festa ainda pode ser integrada a outras ações do município, como a Virada Cultural e outras ações de mobilização. Ainda com a revitalização do Museu e seu entorno, podemos avaliar a possibilidade de promover, como já foi sugerido, pela UPPM, unidade gestora do Museu, a produção de uma “Virada Imigrante”, evento similar à Virada Cultural, que poderia integrar as comunidades, metrô, restaurantes e lojas em prol de 24 horas de vivências sobre a imigração na cidade de São Paulo.

1.4.2. Site/Portal

Um museu contemporâneo deve disponibilizar em plataforma de comunicação tecnológica, informações e um canal aberto de extroversão de seus programas, acervos e pesquisas. Essa interface amplia a ação formal do Museu para o público e possibilita o aprofundamento de pesquisas, a observação mais atenta a objetos, o acesso aos conteúdos expositivos e às linhas de pesquisa.



Site do Museu da Imigração, Paris – França

Recomenda-se que o site parta de uma concepção didática, funcionando também como uma ferramenta educacional diferenciada da instituição. Para isso, indica-se a alimentação de uma home page do Museu, que possa, no decorrer de suas atividades, reciclar e acrescentar conteúdos, podendo prover atividades e jogos lúdicos e interativos para diferentes públicos.

A facilidade do acesso virtual pode ser canal de disponibilização para:

- informar parcerias e sinergias da instituição com organismos, institutos, associações e museus internacionais;
- disponibilizar teses, livros e artigos sobre imigração e assuntos correlatos;
- ampliar a conexão com as redes nacionais e internacionais de imigração;
- facilitar o acesso a informações dos programas e serviços da instituição;
- franquear o agendamento de escolas e grupos;
- fornecer para download gratuito as publicações do Museu.

O site do Memorial do Imigrante, além de abrigar a rede de museus e centros de pesquisa de migração, disponibilizava para o público em bases de dados no sistema MySQL, utilizando a linguagem PHP para a manipulação dos dados, os seguintes materiais:

- Banco de dados com 1.763.667 registros referentes ao acervo de Livros de Registro de Imigrantes, Pós-Segunda Guerra, e parte do acervo das listas de bordo de imigrantes japoneses. O mecanismo de busca era sobrenome, nome e ano de chegada.
- Catálogo da biblioteca com 3.653 obras. O mecanismo de busca era autor, título, assunto, tipo de obra (livros, tese, etc.).
- Catálogo de vídeos da História Oral, com 460 depoimentos. O mecanismo de busca era descendência, período de chegada no país (contexto histórico), nome do depoente.
- Além disso, para os pesquisadores e funcionários, havia também o banco de dados com o acervo iconográfico.

O site deve ampliar a disponibilização de acervos para o público, por meio do convênio de digitalização de 80 mil itens do acervo textual firmado com o Arquivo do Estado de São Paulo, o que é de fundamental importância para o estabelecimento do Museu como centro de referência da temática e instituição de divulgação e desenvolvimento de pesquisas.

Ainda pode abrigar um tour virtual pelas exposições do Museu, com a possibilidade de aplicativo para iPhone e outros tablets.

Os visitantes físicos e virtuais do Museu da Imigração são fascinados pela possibilidade de reconhecimento das suas famílias nos livros de registro e de bordo da instituição, o que pode ser feito pela busca no banco de dados de sobrenomes; muitos, porém, convivem com a frustração de não encontrar o que procuram, o que pode ser explicado por várias razões – a principal delas é porque nem todos os imigrantes ou migrantes que ingressaram no Brasil passaram pela Hospedaria. O Museu como instituição viva pode continuar alimentando este banco de dados com os visitantes imigrantes do Museu e suas famílias; para isso, o site pode administrar a criação de uma árvore genealógica, com novos sobrenomes que podem ser incorporados ao banco atual ou sistematizados em plataforma convergente.

No âmbito da colaboração, o site poderia fomentar a criação de uma enciclopédia virtual, a exemplo da Wikipédia, na qual os visitantes criassem verbetes sobre fazeres e saberes trazidos de suas terras de origem.

Outra ação que pode ser incorporada ao site é a fotografia customizada. Assim como no Museu pretende-se manter o espaço do Estúdio Fotográfico, para que o visitante paramentado de roupas antigas simule e tire fotos nas dependências da instituição e na estação ferroviária, o site pode disponibilizar um espaço para estas montagens virtuais.

Outras ações podem ser pensadas a fim de divulgar e ampliar a atuação dos programas do Museu.

1.4.3. Café/Restaurante

Os museus são espaços de sociabilidade, onde o público tem a possibilidade de encontrar um amigo para conversar, ler um livro ou mesmo fazer um lanche rápido. Nesse sentido, justifica-se a instalação de um café/restaurante, que poderá representar uma ótima opção cotidiana de bem-estar para os visitantes, além de constituir uma fonte de recursos para a instituição. É importante que o espaço seja visualmente coadunado com o partido museográfico global e com a identidade visual do Museu então requalificado.

O café do Museu da Imigração poderá fazer uso do jardim, compondo com ele um agradável espaço de descanso e sociabilidade. O cardápio deve ser alusivo à temática do Museu, podendo ter dias para cada uma das nacionalidades, explorar as misturas culinárias originárias da imigração ou ainda explorar as culinárias regionais brasileiras.

Quando bem desenvolvidos esses aspectos em sintonia com o Museu, os resultados simbólicos e comerciais são muito positivos. Deve haver uma preocupação primordial em relação à segurança, por isso não se recomenda cozinha no local, mas pratos prontos. Ainda no âmbito da responsabilidade do Museu, como órgão gestor deste espaço, é preciso estar atento às questões de sustentabilidade em todo o eixo operatório do estabelecimento. Desde a eleição de práticas integralmente “verdes” na seleção de alimentos, na composição dos lanches oferecidos, seleção de utensílios, até as práticas de descarte por meio de lixo seletivo

e consumo responsável de água e de energia.

1.4.4. Loja

As lojas criadas e inseridas no cenário museológico trazem um incentivo à recordação de um lugar interessante conhecido, bem como a possibilidade de angariar recursos contínuos para o Museu, além de criar mais um ponto importante de divulgação e venda de diferentes produtos e objetos diversos, como livros, jogos e brinquedos educativos, camisetas, cartões postais, canetas e outros materiais com a marca do Museu.

É importante que os produtos comercializados sigam a identidade e vocação da instituição, contribuindo assim para disseminação de sua missão e objetivos. Além disso, a loja deve comercializar com exclusividade todos os catálogos e produtos que forem gerados para exposições no Museu, temporárias ou itinerantes, bem como franquear acesso ao seu público a outras publicações e produtos dos equipamentos congêneres da Secretaria da Cultura, ONGs e instituições ligadas ao Museu.

O Museu pode convidar artistas de diversas nacionalidades para desenvolver linhas de produtos temáticos, bem como se apropriar de recursos empregados na exposição de longa duração para incrementar e desenvolver linhas para comercialização; jogos pedagógicos utilizados pelo programa educativo também poderão ser veiculados na loja.

1.5. Programa de pesquisa

A unicidade e importância do acervo do Museu da Imigração tornam primordial o desenvolvimento e o amadurecimento de linhas de pesquisa que deem suporte às demais ações de comunicação da instituição, bem como que alimentem e ampliem a documentação do próprio acervo.

A sua reabertura deve ser marcada por uma atuação mais incisiva na cidade e no Estado de São Paulo, que têm dinâmica e feição atual que em muito podem ser atribuídas à imigração.

As linhas de pesquisa da instituição devem estar ancoradas nos três eixos macro da exposição de longa duração: deslocamento como processo definidor da humanidade, história da Hospedaria de Imigrantes e imigração contemporânea.

O Museu deve ainda ser um centro aglutinador de pesquisas de orientação mais acadêmica, disponibilizando seu acervo museológico e, principalmente, documental para consultas a estudantes tanto do ensino médio como do superior.

Parcerias com universidades e instituições estaduais de fomento, como a Fapesp, poderiam abrir linhas específicas de pesquisa. Cursos de curta duração, ciclos de debates e oficinas de treinamento complementariam essa modalidade destinada a aprofundar os diferentes aspectos do fenômeno migratório contemporâneo.

O Museu também deve alimentar com novas investigações colaborativas, experiências já exploradas pelo programa de exposições; para isso se propõe a criação de uma linha de pesquisas inspirada pelo módulo 6 da exposição de longa duração, onde um bairro (o Bom Retiro) foi escolhido para ilustrar a participação dos migrantes e imigrantes, com suas diferentes tradições, na constituição de uma forma de vida fundada antes no convívio do que no isolamento. Tal como ocorreu no Bom Retiro, todos os bairros da cidade de São Paulo trazem marcas dessa presença; assim, uma proposta que o Museu do Imigrante pode incentivar é que cada um, por meio de suas associações, escolas, centros desportivos e culturais, etc., realize o levantamento e registro dessas marcas constitutivas de sua identidade.

As linhas de pesquisas do Museu devem estar coadunadas com as temáticas de seus acervos, explorando a pluralidade cultural dos imigrantes que passaram pela Hospedaria e marcaram de forma contundente a constituição da identidade da nossa cidade, nosso Estado e país. Usando do recorte por nacionalidade, pode-se estudar influências e confluências nas manifestações culturais (culinária, dança, artesanato, etc.) e formas de trabalho (novos ofícios, formas de sociabilidade e contato).

O acervo também permite o estudo dos percursos de ocupação do Estado de São Paulo e, talvez a mais relevante lacuna a ser explorada pelo novo Museu, os deslocamentos internos, principalmente de migrantes nordestinos, que são responsáveis pela metade dos 2,5 milhões de pessoas que a Hospedaria abrigou. O Museu já produziu algumas iniciativas neste sentido, como uma exposição temporária e uma publicação, no entanto, indica-se a formalização de uma linha sistemática de pesquisa e aprofundamento.

Outra importante linha de pesquisa a ser desenvolvida é a identificação das migrações contemporâneas e sua inserção na cidade.

Para isso é imprescindível que o Museu articule as bases de dados existentes num banco de dados acessível a consultas, com interface no site, revista eletrônica e outros níveis de comunicação. Trata-se, portanto, de integrar os acervos da documentação textual (listas de bordo, livro de registro de imigrantes e migrantes alojados nas Hospedarias do Bom Retiro e do Brás, processos administrativos da Secretaria de Agricultura, processos de serviço de registro de estrangeiros, fichas de registro de imigrantes, documentos pessoais); documentação iconográfica (fotografias, plantas, mapas); o acervo audiovisual (filmes e entrevistas); história oral, hemeroteca e biblioteca.

Essa base relacional deve ser o suporte do novo centro de pesquisa e referência, com a finalidade de transformá-lo num polo de excelência para estudo, pesquisa, divulgação e intercâmbio de interessados e especialistas do país e do exterior sobre o tema da migração.

O *Centro de Referência e Pesquisa* proposto cumprirá as seguintes funções:

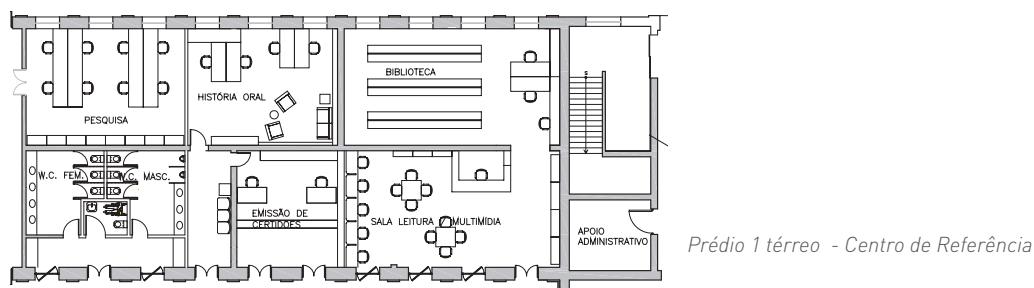
- disponibilização dos acervos da instituição;

- divulgação de fontes patrimoniais externas, ou seja, do repertório de acervos museológicos, arquivísticos, bibliográficos, iconográficos, sonoros, videográficos, etc., disponíveis em outras instituições da cidade, do Estado, do país e do exterior;
- desenvolvimento e divulgação de pesquisas;
- atendimento do público pesquisador, estudante e interessados em geral;
- o centro ainda pode abrigar o serviço de emissão de certidão a partir dos conteúdos virtuais que poderão ser acessados, uma vez que os originais serão mantidos no Arquivo do Estado, item que representa importante elo com as comunidades.

Entre as principais instituições parceiras potenciais atuantes no Estado de São Paulo, destacamos algumas:

- Unesp – Universidade Estadual Paulista
- USP – Universidade de São Paulo
- Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
- Demais universidades públicas e privadas
- Ibram – Instituto Brasileiro de Museus
- Arquivo do Estado de São Paulo
- Condephaat
- Associação Paulista de Municípios
- CEM – Centro de Estudos Migratórios
- LEI – Laboratório de Estudos da Intolerância
- SESC – Serviço Social do Comércio
- Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária
- Rede Ferroviária Federal/Iphan – Coordenadoria Regional de São Paulo

Espaços físicos



O espaço de consulta do Centro de Referência deve articular: história oral, biblioteca e mídia. Este espaço seguirá a nova identidade visual da instituição, com mesas individuais e para reuniões, a fim de facilitar o acesso dos pesquisadores e também dos grupos escolares.

Como apoio às temáticas previstas na exposição, o Centro de Referência também deve abrigar ações de comunicação. Como uma iniciativa, discutida em reunião, propõe-se a elaboração de um *Fichário das nacionalidades*. As nacionalidades referenciadas, a princípio, seriam as que passaram pela Hospedaria (aproximadamente 75), com informações sintéticas: nome do país, breve história, localização geográfica, dados demográficos do país, dados da imigração (ano das primeiras emigrações para o Brasil e população atual no Brasil). Este fichário deverá ter em torno de 1 m de altura X 0,90 m de largura e deverá ser manuseado pelo público. Como exemplo, vemos a imagem do Museu do Futebol, que possui peça semelhante com os históricos dos times de futebol.



Fichário com os históricos dos times de futebol - Museu do Futebol
Foto: Daniel Mobília / Diário de SP

Esse módulo deve ser atualizado periodicamente e pode ter desdobramentos tanto com as populações de migrantes contemporâneos como com outras temáticas.

1.6. Programa de história oral

O uso da metodologia da história oral está ligado teoricamente a mudanças ocorridas na

compreensão da ciência historiográfica ao longo do século XX, principalmente ao movimento conhecido como Nova História, no qual novas fontes historiográficas (música, imprensa, artes e depoimentos) e novos atores (marginalizados) são estudados, o que resulta uma nova historiografia, denominada “história dos vencidos”.

Desde 1995, o Memorial do Imigrante faz o registro de histórias de vida de imigrantes e migrantes que se fixaram no Estado de São Paulo, por meio do seu núcleo de história oral, coleta que reuniu aproximadamente 600 depoimentos. Os registros revelam a fala e as memórias de imigrantes de várias nacionalidades e brasileiros oriundos de vários Estados da Federação. As entrevistas são gravadas em áudio e vídeo e posteriormente são transcritas. Com o Museu em funcionamento, estavam disponíveis ao público na Biblioteca e no antigo site.

No Museu da Imigração, a realização e sistematização de depoimentos dão às linhas de pesquisas uma aproximação sensível do cotidiano, das percepções sobre o Brasil e a política de imigração do Estado, marcadamente no início do século XX. Além disso, nos dão vestígios para a apreensão dos sentimentos – as alegrias, tristezas, dúvidas e sonhos que permeiam a experiência do deslocamento.

Há a demanda de expansão do universo de depoimentos em três sentidos:

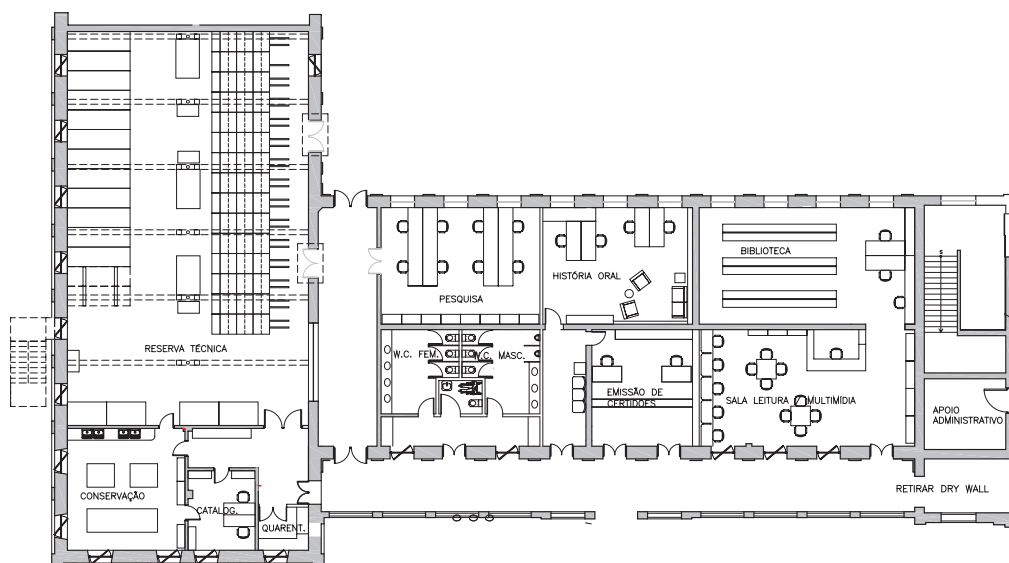
- a. Privilegiar as comunidades que ainda possuem representantes que passaram pela Hospedaria;
- b. Comunidades contemporâneas que vivenciam as novas dimensões da imigração no país;
- c. História de migrantes nacionais que passaram pela Hospedaria.

Outra oportunidade de ampliação deste acervo seria por meio de um sistema de captação de depoimentos sistemáticos e em tempo real: os visitantes seriam incentivados a deixar não apenas suas impressões sobre esta ou aquela exposição, mas a fazer relatos mais completos sobre sua própria experiência, seja como imigrantes ou descendentes. Essa coleta poderia ser feita no espaço do Centro de Referência, com a utilização de um dos terminais de consulta como pequena ilha de captação, uma versão bastante simplificada que simularia a interação já comum nas redes sociais.

A proficuidade e importância histórica das coletas vinculadas à história da imigração direcionam para o estabelecimento de parcerias mais sólidas com programas de história oral vinculados às universidades ou agências de fomento (USP, Unicamp, Fapesp), o que poderia seguir o mesmo molde do Programa de Pesquisa.

O Museu ainda pode ser um ponto de referência e divulgação para programas de história oral que envolvam migrantes e descendentes, sem precisar necessariamente concentrar todas as etapas da coleta.

Espaços Físicos



Dentro da nova museografia prevê-se espaço para guarda, captação e extroversão dos depoimentos, em espaço contíguo ao Centro de Referência.

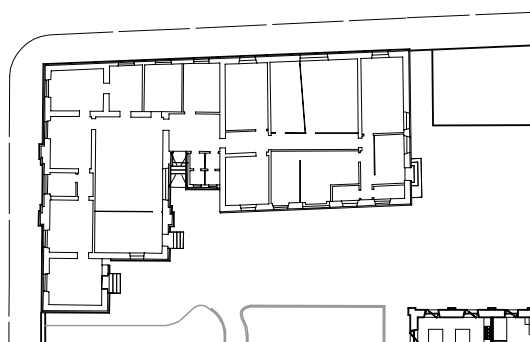
1.7. Programa editorial

Em consonância com o Programa de Pesquisa e o Centro de Referência, o Museu deve constituir um comitê editorial que incentivará a publicação de pesquisas, ensaios e investigações sobre as temáticas do Museu, além das demais publicações, sejam elas educativas, associativas, informativas ou motivacionais.

2. PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO

2.1. Áreas técnicas

Está previsto um conjunto de espaços e programas especialmente concebidos para a preservação, o tratamento, a pesquisa e o manuseio do acervo do Museu, assim como espaços destinados ao desenvolvimento de atividades administrativas, com estrutura de escritório. Apresentamos abaixo as áreas específicas do Museu que foram destinadas a essas atividades. Este conjunto de espaços será de acesso restrito, porém facultado aos funcionários do Museu, por razões de conservação e segurança.



Planta Prédio 4

2.1.1. Museologia

O Núcleo de Museologia é responsável pelo desenvolvimento das diversas atividades ligadas ao acervo: catalogação, empréstimos, planejamento de aquisições, elaboração e preparação de futuras exposições, conservação preventiva e higienização, além de ser um elo agregador da instituição.

Aspectos físicos

A coordenação da Museologia transitará entre o Prédio 4 e 1, com espaço específico junto às áreas administrativas e técnicas do Museu e a Reserva Técnica.

2.1.2. Reserva técnica

O espaço destinado à preservação do acervo foi proposto de acordo com padrões museológicos internacionais.

Para o detalhamento desta área, foram analisadas as especificações e particularidades das diversas tipologias do acervo do Museu, bem como os equipamentos já disponíveis.

Aspectos físicos

A Reserva Técnica do acervo, composto por objetos museológicos bidimensionais e tridimensionais, ficará na lateral esquerda do piso térreo do prédio principal. O local é bastante amplo e possui pé-direito alto. Contíguas ao espaço da Reserva Técnica ficarão a Sala de Conservação e Processamento do Acervo, a Sala de Catalogação e Documentação e a Sala de Quarentena.

De acordo com a tipologia da exposição, ainda está prevista, no piso térreo do Prédio 8, uma Sala para a Armazenagem de Material para Exposições Temporárias, uma Oficina para serviços gerais diversos, e um Almojarifado.

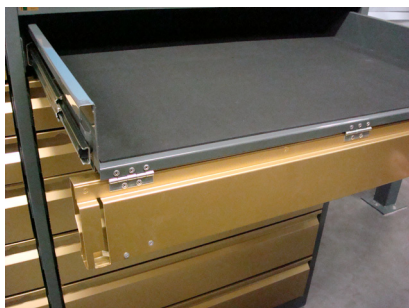
Prédio 1

O espaço possui uma área de 244m². Uma das portas atualmente existentes deverá permanecer continuamente fechada, mas será adaptada para servir de saída de emergência para o pátio interno do Museu, quando necessário. O mesmo acontece com uma das portas que dará acesso à escada de emergência, para saída em direção à Rua Dr. Almeida Lima. Uma segunda abertura hoje existente deverá ser fechada completamente. As janelas deverão ser fechadas e lacradas. No entanto, a Reserva Técnica terá uma grande abertura, protegida por vidro fixo (colocado a 0,80m de altura do piso e com altura de 1,10m). Esse recurso dará visibilidade do interior da Reserva para quem se dirige à Sala de Pesquisa. O acesso principal da Reserva será por uma porta de vidro de duas folhas, permitindo a passagem de objetos de grandes dimensões. Um outro acesso secundário está previsto para ser conectado diretamente a partir da Sala de Conservação. O acesso de objetos se dará pelo corredor coberto, a partir da rampa de acesso, onde caminhões de pequeno porte (VUC – Veículo Urbano de Carga), poderão estacionar somente para carga e descarga.

O espaço destinado à Reserva Técnica terá acabamento com pintura na cor branca e o piso frio, de acordo com a indicação do projeto de restauro, que foi igualmente acordado nas reuniões periódicas realizadas com a empresa responsável pela obra.

A Reserva Técnica será climatizada e a iluminação de acordo com os padrões de conservação, possibilitando um acionamento setorizado. Recomendamos que seja contratado o projeto luminotécnico complementar para as áreas técnicas e administrativas, cuja proposta já foi apresentada pela Fernanda Carvalho. De qualquer maneira, recomendamos que as áreas técnicas tenham a possibilidade de acionamento da iluminação de forma setorizada e que nas áreas de acervo as luminárias sejam blindadas. Caso se opte pela lâmpada fluorescente tubular, a mais indicada para esta situação é a Philips TLD 90 Deluxe, pois tem reprodução de cor de 95%. Pode-se adicionar o filtro Rosco para bloquear UV.

O mobiliário de armazenagem foi previsto em função do volume atual e das tipologias específicas, pensando-se na possibilidade de aumento gradual do volume do acervo. O conjunto



Exemplo de adaptação de prateleiras possível para acondicionamento de objetos tridimensionais.

de arquivos deslizantes, já existente na sala, foi mantido e deverá ser reutilizado, tendo sua posição realocada quando da nova montagem. Dessa forma, foram respeitados os investimentos já dispensados para a conservação do acervo. O conjunto de arquivos, em parte,



será adaptado para o recebimento de objetos tridimensionais de médio porte, criando-se um anteparo frontal em metal, com dobradiça, para facilitar o acondicionamento e a segurança do acervo durante a movimentação do arquivo.



Compact CR 1021

Os objetos tridimensionais de pequeno porte serão acomodados nas gavetas das mapotecas, que para isso deverão receber proteção interna com material tipo Etaphoan. Estão previstas seis mapotecas de 1,02 X 1,35 m, com 10 gavetas de 10 cm de altura cada.

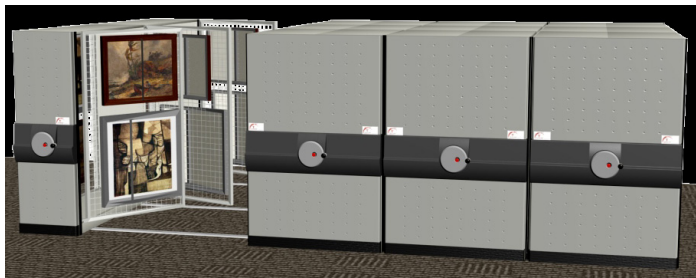
Para os objetos tridimensionais de grande porte, estão previstas duas possibilidades: plataformas deslizantes e estantes. O acervo com peso elevado será acomodado em plataformas



Imagem de referência – Museu de Artes Decorativas de Paris

deslizantes em metal. O conjunto é formado por seis módulos deslizantes, como mostra a imagem ilustrativa. Cada Módulo terá 3,20 m de largura X 1,00 m de comprimento e altura livre.

O acervo de objetos tridimensionais de grande porte, porém mais leve, será acomodado em duas estantes com divisão modular de prateleiras internas, em madeira, com 4,50 m de largura X 1,20 m de profundidade e 3,70 m de altura cada, como mostra a imagem ilustrativa.



Pictus TQ 1021

Para o acervo bidimensional sem molduras, a acomodação será nas mapotecas, com acondicionamento interno adequado aos padrões de conservação. Para as obras emolduradas de pequenas e médias dimensões, foi previsto um conjunto de seis módulos deslizantes adaptados internamente com telas aramadas, como mostra a imagem ilustrativa. Cada módulo



terá 3,20 m de largura X 1,00 m de profundidade e altura de 2,50 m.

O material empregado para equipamentos e acondicionamento atende às necessidades de conservação do acervo quanto à neutralidade e estabilidade.

Para facilitar a movimentação interna do acervo, para levantamento, pesquisa ou higienização, foram previstas quatro mesas móveis, em ferro, com tampo de madeira com revesti-



Exemplo de sinalização interna

mento melamínico, de 1,11 m X 0,81 m X 0,90 m de altura.

Para o deslocamento do acervo entre o espaço da Reserva Técnica e as áreas expositivas do Museu será necessário providenciar carrinhos especiais, com revestimento interno para a proteção do acervo durante o deslocamento. O acesso do pavimento térreo para o pavimento superior do prédio principal deverá ser possível por elevador.

A possibilidade salutar de tornar pública a visibilidade interna da Reserva envolve, além de ajustes de arquitetura e expografia, a utilização de recursos e de comunicação visual, dosando critérios funcionais e estéticos. Recomendamos que na implantação e recondução do acervo para a instituição seja previsto um projeto específico de programação visual para a sinalização interna (localização visual das peças) da Reserva Técnica, com a identificação dos diferentes suportes de armazenagem, com letras de vinil recortado, em diferentes cores.

2.1.3. Sala de conservação e processamento do acervo

Essa sala de 38 m² aproximadamente é contígua ao espaço da Reserva Técnica e à Sala de Catalogação e Documentação. Desse modo, o deslocamento do acervo para a execução das atividades técnicas é minimizado. Seu acesso deve ser limitado aos funcionários do Museu.

A sala possui quatro janelas, que deverão ser protegidas internamente por grades, sem com isso impossibilitar a abertura das mesmas, em função da utilização de iluminação e ventilação natural, de acordo com a necessidade. Da mesma forma, essa sala deverá ser climatizada, possibilitando a armazenagem de acervos durante os processos de trabalho.

O local terá acabamento com pintura na cor branca e o piso frio, de acordo com a indicação do projeto de restauro e que foi igualmente acordado nas reuniões periódicas realizadas com

a empresa responsável pela obra.

O espaço é destinado ao recebimento de acervos e manuseio quanto à conservação preventiva, guarda provisória de obras durante a realização de arrolamento inicial (documentação primária que precede a catalogação), higienização primária antes da armazenagem na Reserva Técnica ou ingresso nas áreas expositivas, confecção de pequenos suportes, apoio aos serviços de documentação e museologia, etc. Esse espaço conta com infraestrutura com bancada com quatro pias e mobiliário específico para comportar a guarda provisória de acervo e a realização das tarefas apontadas acima, com duas mesas/bancadas de 1,20 X 1,40 m e uma de 3,60 X 1,20 m, além de armários com prateleiras para equipamentos, ferramentas e utensílios.

2.1.4. Sala de catalogação e documentação

Essa sala possui 13 m², aproximadamente, é contígua às salas de Conservação e de Quarentena e mantém os mesmos materiais de acabamento interno, já descritos acima. Nessa área se processa toda a documentação museológica, o que inclui os serviços de catalogação e processamento do acervo. Possui dois pontos de trabalho, composto por duas mesas de 1,20 X 1,60 m e três estantes com prateleiras de 1,20 X 0,40 m. Na sala estão previstos ainda os pontos de lógica e elétrica necessários para acesso à informatização do acervo.

Uma das portas da sala faz comunicação com a Sala de Conservação e a outra permite o acesso ao corredor de comunicação interna, onde foi prevista uma bancada de 3,00 X 0,50 m para o apoio temporário do acervo durante algum processamento técnico específico.

Nessa área está previsto um sistema de climatização para conforto humano e iluminação com intensidade variável, preferencialmente com dimerização e focos para cada unidade de trabalho.

2.1.5. Sala de quarentena

É o primeiro espaço do complexo da Reserva Técnica, com 5,25 m², fechamento em parede de dry wall e porta em folha dupla, para o apoio temporário de acervo em processo de doação, por exemplo, ou retorno de exposição temporária externa. É nesse local que serão feitas as devidas análises, incluindo a investigação para o encaminhamento ou não para a desinfestação. A sala é composta por uma estante com prateleiras de 1,40 X 0,60 X 2,50 m de altura e por uma mesa de apoio de 1,96 X 0,60 m.

2.2. Áreas técnicas complementares

Em função das tipologias de exposições temporárias e de longa duração, foram previstos no Prédio 9 alguns locais para a armazenagem ou a realização de atividades de suporte, como:

- Oficina de manutenção: informática, ar condicionado, elétrica, hidráulica, etc. (60 m²)

- Almoarifado (30 m²)
- Sala de apoio para exposição temporária (60 m²)
- Central de controle, monitoramento e segurança, incluindo a automação predial como um todo (14,8 m²)
- Sala de controle de operação e infraestrutura (66 m²)

Além dessas salas, nesse mesmo prédio foi possível a adequação de uma sala de aproximadamente 15 m² com função de Ambulatório, que deverá ser equipada com o mobiliário específico e estar disponível para o público visitante em caso de necessidade, para um acolhimento.

3. PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INTEGRADA

O Museu da Imigração deve criar um programa permanente de avaliação. As estratégias a serem implantadas devem englobar não só a avaliação de resultados ou medição quantitativa de público, mas também a avaliação contínua de métodos e processos de implantação e de rotinas do Museu – processos internos e de extroversão.

Os dividendos de um processo de avaliação contínua poderão dar subsídios a novas argumentações de estratégias de obtenção de recursos e para o redirecionamento de programas e projetos do Museu a médio e longo prazos, além de revisões periódicas no próprio plano museológico.

Entre as modalidades de avaliação que podem ser empreendidas, destacam-se:

- avaliações preliminares (identificação de atratividade, definição de público potencial e suas concepções sobre o tema a ser tratado), formativas (que tragam informação sobre a eficácia da exposição durante seu desenvolvimento), somativas (realizadas após o término da exposição, trazendo elementos para futuras programações), e corretivas de processos de exposição (realizadas quando se percebe algum ponto problemático a ser corrigido);
- avaliações qualitativas por meio de grupos focais para identificação de percepções, valores e interesses de faixas de público e de não-público, tendo como prioridade os públicos das comunidades imigrantes, frequentadores qualificados da instituição;
- ampliação da avaliação quantitativa de perfil de público (quanto à idade, gênero, escolaridade, camada socioeconômica, ocupação, entre outros), já que houve uma pesquisa de pequena expressão desenvolvida pela Universidade vizinha;
- avaliação qualitativa de visitação;

- avaliações quantitativas e qualitativas de apreensão de conteúdos das exposições direcionadas especialmente para as escolas – professores e grupos de alunos;
- avaliação da divulgação dos projetos especiais do Museu e sua programação em diferentes mídias, bem como junto aos grupos de pesquisa.

4. PROGRAMA DE GESTÃO

O Museu da Imigração é uma instituição vinculada à Secretaria de Estado da Cultura do Governo de São Paulo, regida pelo modelo de OS, implementado para as instituições culturais do Estado de São Paulo em 1998.

Segundo o site da Secretaria de Estado da Cultura, *“essa Lei qualifica instituições sem fins lucrativos, que já atuem na área cultural, em Organizações Sociais, transferindo-lhes a gestão de espaços públicos, antes geridos diretamente pela Secretaria de Estado da Cultura”*.

É importante salientar que os espaços públicos administrados pelas Organizações Sociais continuam sendo patrimônio do Estado de São Paulo e são fiscalizados tanto pela Secretaria da Cultura, por meio de suas Unidades Gestoras e da Comissão de Avaliação, quanto por outros órgãos estatais como a Assembleia Legislativa de São Paulo, o Tribunal de Contas do Estado e a Secretaria de Estado da Fazenda, além da sociedade civil, por meio da Ouvidoria da Secretaria.

A formalização da relação entre Organização e Estado se dá por intermédio de um contrato de gestão, no qual estão expressos o plano de trabalho e as metas a serem realizadas no período acordado.

Este modelo proporciona maior agilidade e flexibilidade na gestão de órgãos públicos e vêm apresentando resultados satisfatórios, tanto na qualidade dos serviços prestados ao público usuário das instituições, como têm sido fundamental para a profissionalização na área.

O Museu do Imigrante passou por uma transição recente de organização gestora para um contrato de transição durante o fechamento e obras, e ao fim desta etapa terá o desafio e a oportunidade de arregimentar um novo plano de trabalho com base no Plano Museológico.

Como indicação preliminar, propomos seis núcleos, suficientes para operar, inicialmente, os programas apontados neste documento:

Núcleo de Gestão Institucional: responsável pela administração (recursos humanos, financeiro, administrativo), pelos espaços do Museu (café, loja), pelas relações institucionais, pela tecnologia (software, hardware, infraestrutura, atualizações, gerenciamento de informação), e responsável também por coordenar a parte de avaliação integrada, cujos trabalhos levantarão dados para alimentar e ajustar as ações da instituição.

Núcleo de Comunicação: responsável pelas ações de mobilização e pela comunicação institucional do Museu. Responsável pela assessoria de imprensa, pela alimentação do site e de outras mídias virtuais e pela área de relações públicas, além da elaboração de projetos e captação de recursos.

Núcleo de Museologia: responsável pelas áreas de comunicação museológica e salvaguarda. Coordena a relação entre o Museu e seus públicos por meio dos programas de exposições, assim como a área de salvaguarda responsável pelo programa de documentação, conservação preventiva e política de acervo.

Núcleo de Pesquisa: coordena toda a parte de pesquisa, Centro de Referência, Biblioteca e História Oral (2 coordenadoras e 3 técnicas especialistas).

Comitê especialista para definir as ações do Centro de Referência: Além da equipe de pesquisa, pensamos que seria interessante a composição de um comitê com especialistas notórios para nortear as pesquisas, encaminhamento junto às universidades e agências de fomento. Seria equivalente ao Conselho Gestor.

Núcleo de Educação: coordena todo o programa de educação. Inclui a elaboração de roteiros temáticos para as exposições, elaboração de material de apoio e didático, as atividades de oficina e o atendimento a públicos especiais (deficientes auditivos, visuais, físicos, com transtornos psiquiátricos ou em vulnerabilidade social). Coordena também a parte de formação e capacitação de educadores e orientadores de fluxo, além da concepção dos seminários, encontros e palestras, as publicações educativas e o relacionamento do Museu com a rede de ensino formal pública e privada, e com instituições e entidades da sociedade civil organizada.

5. PROJETOS COMPLEMENTARES

O grande avanço nas tecnologias e técnicas construtivas alcançado na segunda metade do século XX foi acompanhado de uma progressiva sofisticação no desenvolvimento dos projetos complementares, sejam eles de estrutura, elétrica, hidráulica, climatização, sonorização, iluminação, acústica, prevenção contra incêndio, segurança, sustentabilidade, entre outros. Por outro lado, a quebra das barreiras de importação de equipamentos e serviços foi decisiva para a injeção, no mercado nacional, de novas tecnologias a serviço da arquitetura e construção civil, possibilitando a instalação de edifícios inteligentes também no Brasil.

Os museus, grandes ícones do século XX em todo o mundo, hoje elevados a estrelas no cenário do entretenimento no século XXI, beneficiaram-se sobremaneira de todos estes avanços. Investimentos volumosos assegurados por governos e grandes corporações têm garantido aos novos museus internacionais sedes projetadas por grandes nomes da arquitetura mundial, uma sofisticação exemplar em suas instalações, bem como no seu funcionamento cotidiano, propiciando o acolhimento qualificado de um público visitante progressivamente maior.

No Brasil, os conhecimentos técnicos se difundiram rapidamente e os museus nacionais vêm se beneficiando, através das Leis de Incentivo à Cultura, de novos programas de requalificação arquitetônica, museográfica e expográfica.

Os novos museus que vêm sendo instalados, nesta última década, no Brasil, têm procurado se valer de sólidos programas museológicos capazes de harmonizar uma série de conhecimentos necessários ao bom desenvolvimento de um projeto arquitetônico qualificado, que possa capitanear a implantação de projetos complementares que atendam a necessidades museológicas gerais e específicas.

O museu inteligente é agora possível também no Brasil, e pode ser desenvolvido, de forma harmônica, à luz de um bom programa museológico, com o esteio de um projeto arquitetônico líder, capaz de entrelaçar os demais projetos complementares.

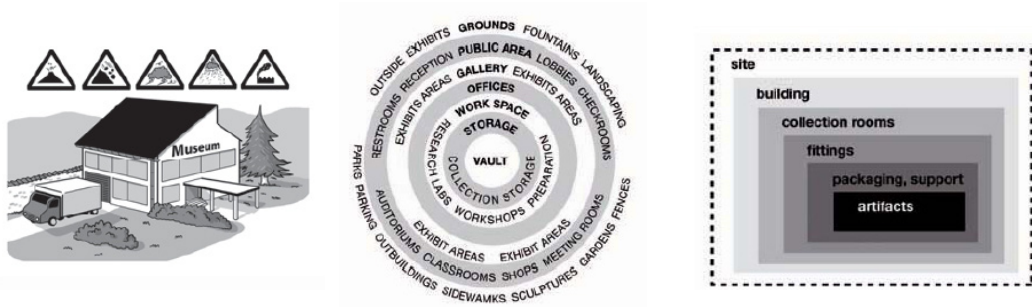
Hoje, tais sistemas co-habitam no museu, de forma articulada, respondendo a uma central única de controle, com vigilância permanente.

Com essa abertura de nicho comercial e empreendedor, as multinacionais e produtoras de tais sistemas estão receptivas a patrocínios ou doações diretas e indiretas em muitos dos novos projetos museológicos realizados no país.

Vamos, portanto, a algumas considerações sobre alguns projetos complementares que interagem no cenário museal:

5.1. Programa de segurança

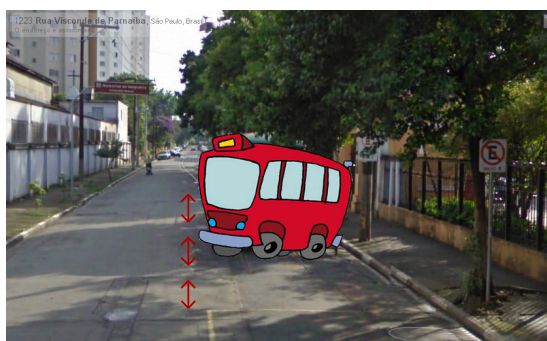
Para a segurança do Museu da Imigração deverão ser observados aspectos mais abrangentes, que envolvem todo o entorno da região. Deve-se ter em mente o envoltório do Museu e a previsão de fluxo.



Nesse sentido, as orientações são em função do desenvolvimento de um planejamento urbano, envolvendo diferentes instâncias de governo, incluindo a Prefeitura e as Sub-prefeituras, as secretarias de Urbanismo, Planejamento, Segurança Pública e do Turismo, a interlocução com a SPTrans – Secretaria Municipal de Transportes (para os serviços públicos e o envolvimento com o sistema viário da região), com a CET – Companhia de Engenharia de Tráfego (para a organização das vagas de estacionamento, provavelmente a 45º); enfim, deverão ser estudadas formas para a requalificação do entorno, trazendo assim conforto e segurança ao público visitante. Deverão ser previstas formas de proteção periférica.



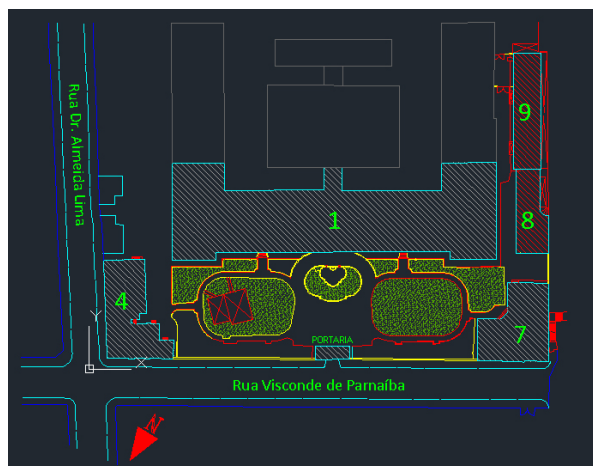
Vista da esquina da Rua Dr. Almeida Lima e Visconde de Parnaíba e vista do Prédio 7, por onde deverá ocorrer o acesso do público



Acesso de ônibus escolares (somente para carga e descarga)

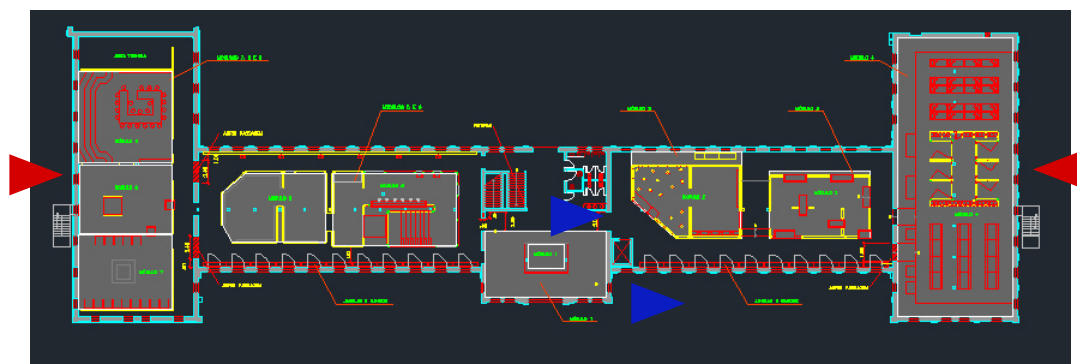
Ao mesmo tempo, já se considerando um raio menor de proteção, deverão ser analisados o distanciamento do Arsenal e a possibilidade de acesso das comunidades, além da necessidade de estudo de sistemas de franqueamento de visitantes, etc.

Assim, foi prevista a entrada de todos os visitantes pelo Prédio 7, com a possibilidade de compra de bilhetes para a exposição de longa duração.



Os visitantes poderão ter acesso a todo o complexo das edificações. Trata-se de um sistema fluido e relevante, que possibilita à comunidade a permanência nas áreas comuns, onde terá oportunidade de desenvolver diferentes atividades – desde o passeio com a locomotiva, no Prédio 8, a visita à loja, ao café no Prédio 7 e um passeio pelo jardim, até assistir uma apresentação no auditório, ver as exposições temporárias, realizar pesquisas no Centro de Referência, entre outras atividades do Prédio 1. Ao mesmo tempo, poderá ter acesso às Salas Multiuso do pavimento superior do Prédio 9.

Para o acesso à exposição de longa duração, o visitante deverá ter adquirido na entrada o bilhete específico para tal, podendo passar pela catraca, seja pelas escadas ou pelo elevador de acessibilidade. Dessa forma será também possível que o Museu mantenha a exposição de longa duração temporariamente fechada, quando da realização de algum evento especial, por exemplo, numa festa. O fluxo dos visitantes para a exposição de longa duração foi previsto de acordo com o desenho ilustrativo.



Em função da própria edificação, a circulação, a partir da subida da escada na parte central, foi prevista para ser realizada de um lado e de outro do prédio, sendo que a saída se dá pelo mesmo local. Os corredores laterais da exposição foram criados como forma de controlar os fluxos naturais, organizando de forma segura o escoamento dos visitantes. Há ainda duas escadas de acesso nas laterais do prédio, para a saída de emergência.

É importante ainda salientar que o projeto de segurança é mutante e poderá ser aos poucos aperfeiçoado, em função das atividades do Arsenal, por exemplo, franqueando acessos e ao mesmo tempo proporcionando a devida proteção. É, portanto, um sistema de segurança maleável às adequações de novas necessidades.

5.1.1. Sistema integrado de segurança patrimonial, automação predial e cabeamento estruturado

No decorrer das reuniões periódicas realizadas entre a equipe da Expomus, da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, da OS Museu do Futebol, e da empresa responsável pelas obras civis, foi identificada a necessidade de contratação de um projeto complementar para um sistema integrado de segurança patrimonial, automação predial e cabeamento estruturado.

Orientamos novamente que esse projeto deverá ser contratado o quanto antes, para que faça interface com os demais projetos, desde o de obras e infraestrutura, até o de iluminação, o de áudio e vídeo, o de combate contra incêndio e o de climatização. Quanto mais cedo esses projetos puderem ser desenvolvidos em conjunto, mais recursos poderão ser otimizados em função da compatibilização das necessidades entre todos.

Relação dos itens do Projeto Complementar de Segurança

- Automação Predial – envolvendo os sistemas de elétrica, hidráulica e ar condicionado.
- Segurança Patrimonial – envolvendo CFTV, controle de acesso, detecção de incêndio e sonorização (*Public address*).
- Cabeamento Estruturado Passivo – definindo os sistemas de dados, voz e imagem.
- Compatibilização dos Projetos de Cabeamento e *Public address* com os projetos de Áudio e Vídeo para as áreas de exposições e outras definidas como necessárias.

Detalhamento das ações previstas

IMPLANTAÇÃO GERAL

Elétrica

- Sistema de Iluminação de Áreas Externas.

Segurança Patrimonial

- Sistema de Segurança Perimetral.
- Sistema de Segurança Externa contra Intrusão.
- Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV.
- Sistema de Som Integrado ao Controle.

MUSEU

Elétrica

- Sistema de Transformação e de Distribuição de Energia Elétrica.
- Sistema de Geração de Energia Elétrica de Emergência.
- Sistema de Controle de Demanda e Fator de Potência.
- Sistema de Iluminação de Áreas Comuns e Externas.
- Tarifações Setorizadas.

Ar Condicionado

- Sistema de Condicionamento de Ar.
- Sistema de Ventilação Mecânica (Ventilação, Exaustão e Pressurização).

Hidráulica

- Sistema de Abastecimento e Armazenamento de Água Tratada.
- Sistema de Águas Servidas.
- Sistema de Água de Reuso.
- Estações de Tratamento de Água e Esgoto.

Gás (se aplicável)

- Sistema de Controle de Consumo.
- Sistema de Detecção e Bloqueio de Vazamentos.

Segurança Patrimonial

- Sistema de Detecção de Incêndio.

- Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV.
- Interface com o Sistema de Transporte Vertical.
- Sistema de Controle Integrado de Acesso de Funcionários e Visitantes.
- Sistema de Som Integrado ao Controle.

Cabeamento Estruturado

Acessos Externos

Trata-se aqui da concepção do acesso ao complexo, seja via cabos seja via antenas, das informações oriundas do mundo exterior, até o POP (Point of Presence). Devem chegar e estar previstos neste ambiente os seguintes tipos de provedores:

- Provedores de Voz – deve ser feito o projeto legal junto à Telefônica e junto a outros prováveis provedores (por exemplo, Embratel).
- Provedores de Dados via Backbone Ótico (definir quantidade de provedores).
- Provedores de Dados via Satélite (definir quantidade de provedores).
- Provedores de Imagem via Cabo Coaxial e via Satélite - TV Aberta, TV a Cabo, Serviços de Notícias, etc. (definir quantidade de provedores).
- Projeto do MTR (Main Telecommunications Room) – deve ser efetuada a conexão do POP para este local, que irá compor então o Datacenter e a Central de Telefonia do empreendimento.
- Avaliação do uso da tecnologia VoIP para telefonia digital.

Redes Wireless

- Utilização do padrão IEEE 802.11g ou mais atual.
- Deverão ser previstos os hot spots para a rede WI-FI.

Áudio e Vídeo

- Projetos de interligação da rede de dados com o cabeamento estruturado para o Projeto Audiovisual.

A Expomus encaminhou em 18/02/2011 a proposta da empresa Jugend Controle Predial para esse projeto complementar.

5.2. Programa de combate a incêndios

No que se refere à prevenção e ao combate a incêndios, esse mesmo sistema monitorado deve estar interligado com os detectores de elevação de temperatura e fumaça, possuindo recursos automáticos para disparo e outras demandas que possam ser programadas. Além disso, o Museu deve possuir extintores de incêndio devidamente localizados e adequados para uso, de acordo com os materiais conservados ou expostos em cada ambiente.

O Museu deverá estar provido de brigada contra incêndio durante 24 horas, de acordo com o dimensionamento previsto no projeto específico a ser aprovado pela municipalidade.

Ao mesmo tempo, a equipe de segurança do Museu deverá planejar uma interface entre os diferentes agentes de proteção. No caso específico do Corpo de Bombeiros, deverá ser levada em consideração a recente Instrução Normativa Nº 40/2011 do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para edificações históricas, museus e instituições culturais com acervos museológicos, que estabelece novas formas de atuação e proteção dos acervos de forma simultânea e paralela à de proteção humana.

Para que se possa estabelecer um diálogo permanente com essa corporação, a equipe de segurança do Museu deverá agendar uma visita de reconhecimento ao local, onde serão indicadas as áreas de exposição e os locais de armazenagem dos acervos, para que se possa estabelecer em conjunto a forma de atuação em caso de emergência e deixar os procedimentos de ação estabelecidos.

Ao mesmo tempo, o Museu deverá ter em sua equipe de segurança membros que possam fazer parte do Comitê Paulista do Escudo Azul, responsável pelas orientações de salvaguarda de acervos em casos de emergência.

O projeto complementar de combate a incêndios prevê o desenvolvimento do sistema de prevenção e os equipamentos de combate a incêndio, que de modo geral devem ter uma instalação discreta, para não causar distúrbios estéticos, porém com cobertura ampla, que evite riscos para a edificação, o patrimônio e o público visitante.

De acordo com o levantamento realizado, já existe um projeto em andamento que foi desenvolvido pela empresa VEC – Engenharia e Gestão, porém é importante ressaltar que a Expomus deverá acompanhar o desdobramento desse projeto na nova etapa de trabalho e que certamente será necessária a revisão do mesmo, pois encontra-se defasado em relação às últimas decisões de uso de cada espaço do prédio.

Seguem algumas referências importantes para os projetos, extraídas do projeto de restauro da VEC:

Enquadramento Legal

- Legislação Básica – Dec. Est. 46076/01.
- Normalização – Instruções Técnicas (IT) e Normas da ABNT (NBR).
- Atividade – Museu.
- Altura – Até 6,00 m.
- Carga Incêndio – F-1 – 300 Mj/m².
- Referência – Artº 5º, alínea I – Reforma de existente – Tabela 6F.1.

Sistemas Exigidos

- Acesso de Viaturas na Edificação.
- Segurança Estrutural contra Incêndios.
- Controle de Materiais de Acabamento.
- Saídas de Emergência.
- Plano de Emergência.
- Brigada de Emergência.
- Iluminação de Emergência.
- Detecção e Alarme de Incêndio.
- Sinalização de Emergência.
- Extintores.
- Hidrantes.

Hidrantes

Sistema de hidrantes com tomadas de água simples, previsto na IT nº 22/04, como Tipo 2, a instalar, adequado com mangueiras de 60 metros.

Tubulações:

- As tubulações são de FºGº DIN 2440, ponta chanfrada para solda ou rosca, nos Diâmetros Nominais (DN) indicados em projeto.

- As conexões são de aço, classe 150, nos DN indicados em projeto.
- O instalador poderá avaliar a utilização de suportes e pendurais do suporte do elevador, em comum acordo com o responsável técnico da construção, respeitando, principalmente, que deverão resistir à carga de 100 Kg, mais 5 vezes a massa do tubo cheio de água, com afastamento máximo de 4,0 m em linhas horizontais e, no mínimo, de 0,30 m para cotovelos horizontais.
- De acordo com a IT nº 22/04, as tubulações aparentes devem ser pintadas na cor vermelha.
- Orientar-se pela IT nº 20/04 para elaboração dos serviços.

Execução das Tubulações e Acessórios:

- Agrupadas, sempre que possível, no mesmo nível.
- Instaladas de modo a permitir expansões e contrações sem pressionar os tubos, juntas ou equipamentos conectados.
- Previamente devem receber preparação para pintura final.
- Não alterar a estrutura dos prédios, sem prévia avaliação do setor responsável, por tratar-se de edificação tombada.
- Os trechos enterrados serão protegidos com coalhar epóxi ou similar, revestidos com fita impermeável.
- As válvulas serão instaladas com o eixo para cima ou na horizontal, nunca invertido.
- O teste do sistema deverá ser efetuado de acordo com a NBR 13.714/00.

Tomada de Água:

- Registro de globo angular 45°, corpo de latão, classe 150, haste ascendente, entrada rosca fêmea NPT DN 65 mm, e saída com rosca macho NPT DN 65 mm, 5PFF, com o olhal para corrente do tampão.
- Adaptador de latão, entrada rosca fêmea NPT DN 65 mm, saída com engate rápido STORZ DN 40 mm.
- Tampão com corrente, latão, engate rápido STORZ DN 40 mm.

Abrigo:

- Mangueira DN 40 mm, fibra sintética com revestimento interno de borracha, Tipo II,

NBR 11.867/98, comprimento de 15,0 m e adaptação STORZ nas extremidades.

- Esguicho cônico, corpo de latão DN 40 mm, jato compacto, requinte de DN 13 mm.
- Chave para conexões de engate rápido STORZ, padrão UNIVERSAL, corpo de latão.
- Armário para mangueiras e acessórios, tipo pendente, com dimensões mínimas de 0,45 X 0,75 X 0,19 m, chapa de aço, provido de venezianas, visor, vidro com inscrição “incêndio”, moldura removível, suporte para 4 mangueiras de DN 40 mm X 15,0m, e piso com furo para drenagem.

Bombas de Recalque:

- O sistema de recalque será composto de uma bomba de recalque, com operação através de acionadores manuais para pressurização da rede.
- Sua manutenção deverá ser orientada pelos seguintes parâmetros técnicos:
 - IT22/04;
 - Recomendações de instalação dos fabricantes.

Registro de Recalque:

- De calçada, instalado na guia, entrada lateral, conforme especificações da IT nº 22/04 e folha de detalhes do projeto técnico.

Detecção e Alarme

Parâmetro de Projeto:

- Adotou-se o sistema de alarme endereçável, de acordo com IT nº 19/04 e NBR 9.441/98, prevendo-se pontos de acionamento manual, sirenes eletrônicas, e central, interligando-se ao sistema de detecção, também a ser instalado.

Características dos componentes:

- Adotado o item 5.3 da NBR 9.441/98 para os componentes do Sistema:
 - Central
 - Painel Repetidor
 - Acionadores Manuais
 - Avisadores Acústicos

- Circuitos
- Conduitos
- Fiação

Considerações:

O livro de controle e manutenção do sistema será de responsabilidade do empreendimento, que definirá, pós-instalação, os parâmetros da prestação do serviço.

Iluminação de Emergência

Parâmetros de Projeto:

- Adotou-se o sistema de iluminação prevista na NBR 10.898/99, com nível de iluminação mínimo que permita a evacuação de pessoas, levando-se em consideração a falta de controle da fumaça.
- O sistema adotado, em razão das dimensões da edificação, deve permitir a fácil instalação.

Bloco Autônomo:

- Nas salas e corredores e demais áreas indicadas no projeto, adotou-se a instalação de bloco autônomo, com lâmpadas fluorescentes, interligados a um circuito elétrico CA, em paralelo, com disjuntor próprio, de modo que seja possível o teste sem a necessidade de desligamento da energia do ambiente coberto pelo sistema;
- Os pontos únicos do ambiente podem ser instalados diretamente nas tomadas, prevenindo-se alcance do equipamento para testes.

Extintores

Parâmetros de Projeto:

- Adotaram-se os parâmetros da IT nº 21/04.
- Os testes e nível de funcionamento dos equipamentos são de responsabilidade do fornecedor especializado e habilitado pela ABNT.

Sinalizações

Parâmetros de Projeto:

- Adotaram-se os parâmetros da IT nº 20/04, com placas fotoluminescentes.

Sinalização Básica – composta das seguintes categorias:

- Proibição.
- Alerta.
- Orientação e Salvamento.
- Equipamentos.

Sinalização Complementar:

- Indicação de Rotas de Saída.
- Indicação de Obstáculos.
- Complementação de Informações para Sinalização Básica.
- Identificação de Sistemas de Proteção Contra Incêndios.

Saídas de Emergência

Parâmetros de Projeto:

- Adotou-se a IT nº 11/04 e NBR 9.077/93 e NBR 9.050/94.

Considerando-se a utilização de escadas, o projeto contempla principalmente os itens:

- Corrimão e Guarda-Corpo para desníveis.
- Distância máxima a percorrer.
- Largura dos corredores para rotas de fuga.
- Saídas através de escada NE.

Características especiais:

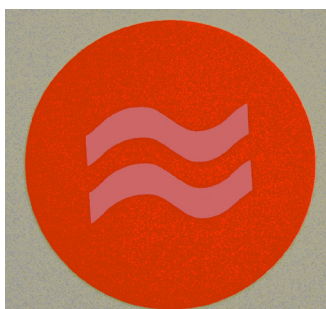
- O instalador deverá executar os serviços de serralheria para corrimão e guarda-corpo, de acordo com a IT nº 11/04, no que couber à característica da edificação.
- Os dimensionamentos e demais parâmetros estão discriminados em projeto.

Em complemento ao projeto acima, o Museu deve ainda assegurar junto ao Corpo de Bombeiros que os veículos de socorro disponham de vias de acesso em número e em quantidade suficientes para acessar a Rua Visconde de Parnaíba, a Rua Dr. Almeida Lima, acesso pela parte posterior, no Arsenal e acesso pela ferrovia na lateral direita. É necessário que, depen-

dendo da situação do edifício em relação a outras construções, tenha-se anulado o risco de propagação do fogo em relação a terceiros (Arsenal).

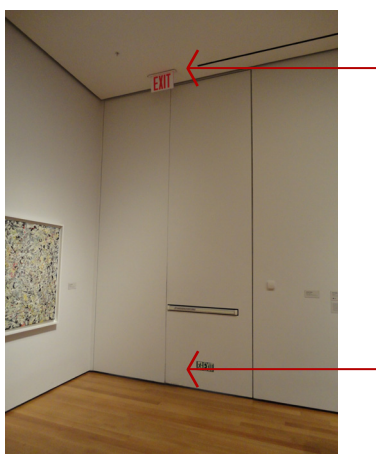
É recomendável que locais considerados de alto risco, como as reservas técnicas, sejam isoladas das demais áreas do imóvel por portas corta-fogo, equipadas com travas de abertura fácil. No local destinado à Reserva Técnica estão previstas duas saídas de emergência. A porta de acesso, próxima à Sala de Quarentena, será do tipo corta-fogo. Nenhuma comunicação entre os locais acessíveis ao público e os locais de alto risco deverá apresentar um grau de corta-fogo inferior a 2 horas.

O Museu deve possuir um plano de emergência, do qual constem as providências a serem tomadas quanto ao acervo (acervo com prioridade de salvamento deverá ser identificado, seja nas exposições temporárias seja na de longa duração, em seus suportes expositivos. Essa identificação deverá ocorrer também nas áreas de armazenagem).



Exemplo de tipo de identificação de acervo da Reserva Técnica do Centre Georges Pompidou, na França, para os acervos a serem retirados com prioridade sob risco de inundação.

Deve-se prever ainda que a iluminação/sinalização de emergência seja colocada na parte superior e inferior, pois em caso de existência de fumaça, quando essa sobe, impede a visualização da sinalização.



Sinalização superior e inferior - MoMA - Museu de Arte Moderna de Nova York

O Museu deverá providenciar equipamentos de segurança, de acordo com as indicações abaixo:

- Extintores de gás Halotron ou gás FE36 para as áreas expositivas – Extintores Kidde Premium (www.kidde.com.br).

- Extintores de C_{O_2} (gás carbônico) de 5 kg, próximo aos locais que apresentam risco elétrico.
- Detectores de fumaça (com emissão de sinais óticos ou acústicos).
- Dispositivos sonoros de difusão do alerta diretamente ligados à central de segurança.

A quantidade de extintores e a posição dos mesmos deverá ser definida em conjunto com o consultor em segurança e deverá constar do projeto específico a ser submetido ao Corpo de Bombeiros. De toda forma, os extintores deverão estar posicionados em locais diversificados e a equipe do Museu deve ser instruída sobre como devem ser usados.

É recomendável a verificação constante do sistema de hidrantes da instituição, quanto ao funcionamento, capacidade, comprimento da mangueira, etc.

5.3. Iluminação

De acordo com o projeto luminotécnico contratado, definiu-se como partido a utilização de fontes luminosas de LEDs, que têm maior vida útil e maior eficiência energética do que as lâmpadas halógenas usadas para iluminação museológica. O custo inicial é maior, mas o “pay-back” do investimento em LEDs pode variar entre 1 ano e meio e 2 anos. Isso significa que o retorno do investimento inicial retorna neste prazo em forma de economia em energia elétrica e manutenção.

Hoje é possível encontrar no mercado lâmpadas de LED com aparência de cor semelhante às lâmpadas halógenas convencionais e reprodução de cor excelente (acima de 80%). Esta melhora da qualidade da luz emitida por alguns fabricantes de LEDs possibilita seu uso para espaços de arte e museologia.

Além da boa qualidade da luz, os LEDs não emitem calor para o ambiente, proporcionando economia em climatização, e também não produzem raios ultra-violeta, responsáveis pelo envelhecimento e desbotamento de objetos históricos e de arte.

Uma outra vantagem dos LEDs em relação à iluminação convencional é uma gama de aplicações maior, devido aos diversos formatos que os LEDs podem apresentar, em fitas, barras finas, e pequenas luminárias. Para a iluminação de vitrines, os LEDs são uma solução muito apropriada, pela instalação discreta e pela ausência de emissão de calor no interior da vitrine.

Há alguns parâmetros quantitativos e qualitativos para comparação entre LEDs e iluminação convencional (comparação entre a lâmpada dicróica com uma substituta em LED). Se comparadas, o comportamento luminoso é muito semelhante. No entanto, chama a atenção a durabilidade (vida útil) de cada uma, favorecendo o LED, em troca de um custo inicial maior. O LED ainda tem a vantagem de não necessitar de reator ou transformador, sendo

ligada em rede 220V, enquanto que a dicróica, por ser 12V, necessita de transformador, que é mais um produto que exige manutenção constante. A ausência de manutenção do LED é o seu maior atrativo.

Cabe salientar que em alguns casos será necessária a utilização de lâmpadas convencionais, inclusive fluorescentes, que também apresentam ótima eficiência luminosa.

De qualquer maneira, o projeto prevê o controle de luz no interior do edifício, de forma a regular a incidência de luz direta, notadamente nas áreas expositivas. Já as áreas de circulação, de informação e de convivência estão liberadas para entradas de luz, principalmente as que podem se fazer por canais próprios da edificação. Dispositivos de controle de incidência de luz são imprescindíveis na sala de Reserva Técnica, de modo a não possibilitar a entrada de luz natural direta.

A classificação dos materiais em relação a sua resistência ao efeito da radiação luminosa varia conforme as instituições, o país e o setor (têxtil, plásticos, tintas, etc.).

Para efeitos museológicos, convém adotar o critério usualmente considerado pelo ICOM (França), ICCROM, Canadian Conservation Institute e UK Institute for Building Services.

LIMITES PARA A ILUMINAÇÃO, EM FUNÇÃO DOS CONTRASTES E DO CALOR DAS FONTES:

Materiais	Iluminação máxima (LUX)
Pedras, metais, cerâmicas (em estado de perfeita conservação), minerais, joias, vidros, esmaltes, algumas madeiras e fósseis.	Livre
Pinturas a óleo, têmperas, couros naturais, lacas orientais, madeiras em geral, chifres, marfim, ossos.	200 a 150 lux
Têxteis com corantes estáveis (exceto seda), tapeçarias, afrescos, vestimentas, madeiras tratadas, couros coloridos.	75 lux
Aquarelas, sedas, material impresso (livros e jornais, principalmente recentes), selos, desenhos, estampas, manuscritos, papel pintado, guaches, miniaturas, espécimes de história natural, botânica, peles, penas.	50 lux

Observações:

Existem divergências quanto ao limite máximo de iluminação para pinturas (200 ou 250 lux).

Os limites referem-se aos efeitos fotoquímicos, subentendendo-se que a radiação na faixa do Ultra Violeta esteja abaixo de 75 microwatts por lúmen.

Subentende-se uma exposição de 3.000 horas por ano.

Limites para objetos compostos de materiais diversos devem ser estabelecidos em função

do material mais frágil.

Levando em consideração a lei de reciprocidade, é possível aumentar os limites máximos (200 lux durante 25 horas produzem um efeito equivalente a 50 lux durante 100 horas).

5.4. Climatização (Sistemas de ar condicionado e de ventilação mecânica)

Orientamos novamente que deverá ser contratado o quanto antes um projeto complementar para o sistema de climatização (sistemas de ar condicionado e ventilação mecânica, que fará interface com o projeto de automação predial e de elétrica. Quanto mais cedo esses projetos puderem ser desenvolvidos em conjunto, mais recursos poderão ser otimizados em função da compatibilização das necessidades. A Expomus apresentou em 18/02/2011 a proposta da empresa Vetor – Consultoria e Projetos de Engenharia, para o desenvolvimento desse projeto.

O sistema de climatização do edifício deverá contemplar dois níveis diferenciados de atendimento:

a) *climatização de conforto* para áreas de circulação, convivência e atividades programáticas para o público visitante e toda a área funcional e administrativa do Museu. Tal climatização não necessita de um controle rígido e sua indicação será entre 20° e 25°C.

b) *sistema para climatização de áreas técnicas*, compreendendo os espaços expositivos, as reservas técnicas e demais dependências de tratamento, preservação ou circulação de acervos, que permitam o controle contínuo das condições de temperatura e umidade, corrigindo as alternâncias exteriores e garantindo indicadores internos estáveis. Isso implica a adoção de soluções diferenciadas e articuladas, para que se obtenha um sistema eficiente e não oneroso para o Museu.

Para que esses espaços técnicos estejam adequados para essa multiplicidade de usos, deve-se provê-los de uma “banda larga”, ou seja, de uma faixa mais versátil de temperatura e umidade que permite o controle total.

As referências para limitar os extremos desse sistema são:

BANDA LARGA	TEMPERATURA (°c)	UMIDADE (%)
Teto mínimo	ENTRE 18° E 20°	55% (tolerância de variação entre 5%)
Teto máximo	ENTRE 22° E 24°	70% (tolerância de variação entre 5%)

O sistema será versátil o suficiente para atender a uma demanda variável e demarcável,

caso a caso, entre estes parâmetros mínimos e máximos indicados.

O projeto a ser contratado desenvolverá as seguintes atividades:

Cálculo de Cargas Térmicas

Será calculada a carga térmica dos ambientes a serem beneficiados pelo sistema de ar condicionado, em software de propriedade e desenvolvimento exclusivo, sendo o cálculo realizado hora a hora para os meses típicos de verão (dezembro, janeiro e fevereiro) e dotado de rotina de pesquisa de carga máxima simultânea para os condicionadores de ar e para a central de água gelada.

O cálculo, realizado da forma como indicado, possui um elevado grau de precisão na determinação dos valores de cargas térmicas e vazões de ar insufladas, garantindo a escolha e especificação de equipamentos com tamanhos e potências adequadas às necessidades específicas dos ambientes e, como consequência direta, economia no investimento inicial, bem como no consumo energético global.

Cálculo da Vazão de Ar do Sistema de Ventilação Mecânica

Será calculada a vazão de ar circulada nos ambientes beneficiados pelo sistema de ventilação mecânica, sendo o cálculo realizado de acordo com as normas vigentes e em função das características arquitetônicas da edificação.

Distribuição de Ar

Todas as redes de distribuição de ar serão dimensionadas através de software de propriedade e desenvolvimento exclusivo, sendo as mesmas indicadas (lay-out e dimensionamento) nos desenhos do projeto.

Redes Hidráulicas

Todas as tubulações do sistema de ar condicionado (água gelada e/ou água de condensação) serão projetadas, dimensionadas e selecionadas por meio de software de propriedade e desenvolvimento exclusivo, sendo o lay-out e os diâmetros indicados nos desenhos.

Equipamentos dos Sistemas

Todos os equipamentos dos sistemas serão calculados, dimensionados e especificados, tomando-se como base os fabricantes de reputação comprovada no mercado.

Assessoria Técnica durante o Desenvolvimento do Projeto

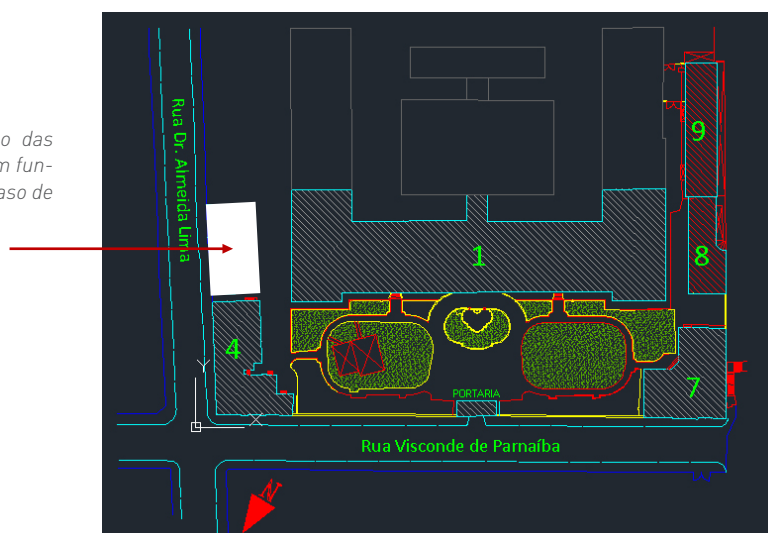
Em paralelo ao desenvolvimento de nossos serviços, será acionada a assessoria técnica com o intuito de possibilitar a elaboração dos serviços dos demais projetistas integrantes da

equipe de trabalho. Neste sentido, serão fornecidas as informações básicas indicadas como:

- Posicionamento e dimensões de casas de máquinas.
- Encaminhamento e espaços físicos necessários à instalação dos dutos e das tubulações.
- Potência e localização dos pontos de força.
- Localização de pontos de dreno e de água.
- Furações em vigas (caso sejam necessárias).

A automação do sistema geral será desenvolvida pelo Projeto de Automação, ligado à central de segurança. Haverá a possibilidade de visualizar o histórico dos registros e da emissão de gráficos, bem como o envio desses gráficos ou relatórios via internet.

Local previsto para a instalação das máquinas de ar-condicionado, em função da facilidade de acesso em caso de manutenção



5.5. Sistema elétrico

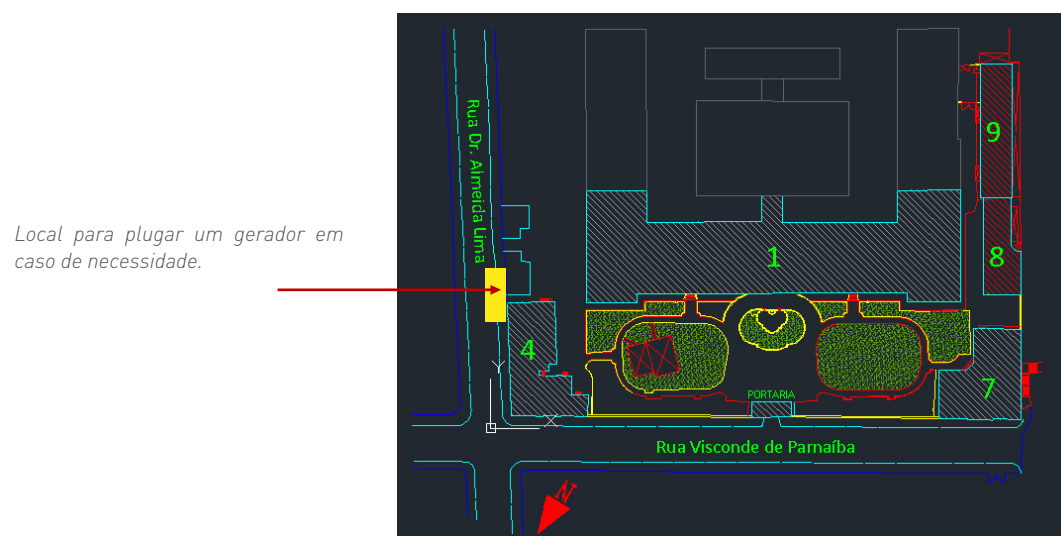
As instalações elétricas serão adequadas, em capacidade e pontos de alimentação previstos segundo os usos indicados para cada espaço, prevendo as seguintes exigências: sistema de iluminação museal para circuito expositivo de longa duração e temporário; sistemas integrados multimeios, de projeção e amplificação de som para o Centro de Referência, equipamentos de informática para uso funcional, gerencial e de controle de acervo; terminais para consulta a serem disponibilizados ao público visitante; sistema de climatização para Reserva Técnica; sonorização ambiente ou dirigida a circuitos específicos; realização de serviços de manutenção para o edifício; uso de equipamentos para montagem de exposições.

Observações:

O sistema elétrico será dimensionado para atendimento às atividades e instalações acima descritas, necessitando de avaliação particularizada com relação à adoção de geradores e

sistemas de *no-break* que permitam o funcionamento contínuo do Museu, sem danos para a conservação dos acervos nem transtornos para o público nos momentos de interrupção de fornecimento de energia.

À carga estimada será acrescido um percentual de expansão, de forma a contemplar novas atividades que venham a surgir com o funcionamento do Museu ou com a ampliação das previsões efetuadas na implantação inicial da unidade. Também há que se considerar estratégias alternativas para eventuais crises energéticas e seus desdobramentos possíveis.



5.6. Projeto paisagístico

Informamos que deverá ser contratado o quanto antes um projeto complementar para o Projeto Paisagístico para todo o complexo que envolve o Museu da Imigração. A Expomus levantou o orçamento para a elaboração do projeto com a empresa Alexandre Freitas e Rosa Kliass, que seguem anexos.

O projeto irá contemplar as seguintes etapas:

- Definição da vegetação de toda a área (inclusive aproveitamento/relocação da vegetação existente).
- Pisos e outras áreas construídas externas (bancos fixos, espelhos d'água, etc.).
- Orlas, muretas, gradis e acabamentos internos e externos.
- Mobiliário de jardim: bancos, vasos e acessórios para condução da vegetação.
- Modulação da topografia do terreno.
- Locação de objetos do acervo (se for o caso).

- Diretrizes para o projeto luminotécnico e de irrigação.
- Memorial descritivo do projeto.

5.7. Sustentabilidade

Apesar de já termos apontado essas indicações em relatório anterior, consideramos de igual importância que sejam mantidas as mesmas recomendações nesse documento. Acreditamos que, com a requalificação do Museu da Imigração, esse processo de conscientização será desenvolvido de forma progressiva, em função das próprias atividades do Museu. Já nessa etapa foi considerada fundamental a decisão que se tomou com relação ao uso da iluminação em LED.

Portanto, é fundamental que haja coerência entre os valores e a prática, e mais do que isso, que eles sejam bem comunicados e facilmente percebidos pelos públicos-alvo, em diferentes níveis de ação do Museu. Assim, acreditamos que é fundamental que o Museu tenha uma ação ambiental efetiva, que deve necessariamente estar também refletida na construção de seu edifício, que deverá ser um “prédio verde”, ecologicamente correto e sustentável. As ações ambientais devem permitir o controle e monitoramento contínuo dos índices de medição.

Assim, para a concepção do Projeto de Sustentabilidade, é preciso considerar o local e seu entorno, a eficiência da utilização da água, da energia, dos materiais e recursos, e a qualidade do ambiente interno.

Para ilustrar essas considerações, podemos citar alguns exemplos considerados necessários para a obtenção da Certificação *LEED*, junto ao *US Green Building Council*.:

O sítio e Entorno Sustentáveis

- Recompensar edifícios projetados e construídos com sensibilidade ambiental, que em consequência permitem a operação e manutenção sustentável com facilidade, incentivando que novos edifícios e novos condôminos realizem projetos e construções certificadas.
- Encorajar práticas de gerenciamento de pisos, fechamentos e áreas externas, que impliquem em exteriores bem mantidos, limpos e seguros, ao mesmo tempo que apoiam operações de alto desempenho, implementando um plano de gerenciamento de áreas externas de baixo impacto, incluindo práticas de limpeza e manutenção “verde”, substituindo equipamentos e derivados de petróleo por equipamentos elétricos, por exemplo.

- Preservar a integridade ecológica, incrementar a diversidade e suportar a manutenção das espécies nativas; e suportar operações de alto desempenho e integração com o entorno natural, desenvolvendo um plano de gerenciamento para os componentes naturais do terreno, que contenha o gerenciamento integrado de pestes, plantas, fungos, insetos e/ou animais, de maneira a não prejudicar a saúde humana e o ambiente. O mesmo plano deve se alinhar com as práticas de controle de pestes no interior do edifício. Prever ainda a erosão e a sedimentação para a manutenção de paisagismo e obras.
- Reduzir a poluição e o impacto em áreas desenvolvidas pelo uso de automóvel.
- Conservar áreas verdes e restaurar áreas para promover habitat e promover biodiversidade.
- Limitar o impacto na hidrologia local pela redução das áreas impermeáveis, aumentando permeabilidade no terreno e gerenciando a descarga de águas pluviais de tempestades.
- Reduzir ilhas de calor (diferenças térmicas entre áreas verdes e desenvolvidas), para minimizar o impacto no microclima, no habitat humano e das espécies locais.
- Minimizar o vazamento de luz do edifício e terreno, reduzir brilho gerado para aumentar o acesso visual ao céu e reduzir o impacto no ambiente noturno.

A eficiência na Utilização de Água

- Maximizar a eficiência das louças e metais no edifício, para reduzir o impacto no sistema de fornecimento de água potável e na hidrologia local.
- Medir os sistemas de água, ao longo do tempo, a fim de compreender os padrões de consumo e identificar oportunidades para economias.
- Limitar ou eliminar o consumo de água potável, ou água de fontes naturais, para irrigação.

A eficiência da Energia e a Atmosfera

- Promover a continuidade da gestão de informações, a fim de assegurar a eficiência energética nas estratégias de operação e manutenção, e prover embasamento para treinamento e avaliação de sistemas.
- Estabelecer níveis mínimos de eficiência energética das operações do edifício, com relação a edifícios semelhantes, a fim de reduzir os impactos econômicos e ambientais associados ao uso excessivo de energia.
- Reduzir a agressão à camada de ozônio.

- Atingir níveis crescentes de eficiência energética nas operações do edifício, a fim de reduzir os impactos econômicos e ambientais associados ao uso excessivo de energia.
- Implantar um processo sistemático para desenvolver um entendimento das operações dos sistemas de energia do edifício e definir opções para otimizar o desempenho energético.
- Implementar pequenas melhorias e identificar investimentos para assegurar que os sistemas de energia estão efetivamente reparados, operantes e mantidos para otimizar o desempenho energético.
- Realizar ajustes periódicos e rever sistemas de operação do edifício e os processos essenciais para otimização da eficiência energética.
- Prover informações para suportar a responsabilidade contínua e a otimização do desempenho energético e identificar oportunidades para maiores economias.
- Prover informações precisas com relação à utilização de energia.
- Encorajar e reconhecer níveis crescentes de utilização de energia renovável, gerada no terreno ou externamente, a fim de reduzir os impactos econômicos e ambientais relacionados à utilização de energia baseada em combustível fóssil.
- Reduzir a agressão à camada de ozônio.
- Documentar as reduções nas emissões geradas pela melhoria de eficiência.

Sobre os Materiais e os Recursos

- Reduzir os impactos ambientais causados por produtos adquiridos para utilização na operação, manutenção e renovação do edifício.
- Facilitar aos ocupantes do edifício a redução na geração de resíduos que são destinados a aterros sanitários ou incinerados.
- Reduzir o impacto ambiental e na qualidade do ar, dos materiais adquiridos para operação e manutenção do edifício.
- Estabelecer e manter um programa de redução de fontes de materiais tóxicos, a fim de reduzir a quantidade de mercúrio trazida para o edifício com a compra de lâmpadas.
- Reduzir o impacto ambiental e o relacionado ao transporte que são associados à produção e distribuição de alimentos.
- Facilitar a redução na geração de resíduos gerados constantemente pelos ocupantes do edifício e suas operações, destinados a aterros ou incineradores.

- Redirecionar produtos recicláveis de volta para os fornecedores e reaproveitáveis para outras obras.

A Qualidade do Ambiente Interno

- Estabelecer níveis mínimos de desempenho para a qualidade do ar interno, contribuindo para a saúde e o bem-estar dos ocupantes.
- Reduzir a exposição dos ocupantes e pessoal de manutenção do edifício a riscos químicos, biológicos e de particulado em potencial, que afetam a qualidade do ar, a saúde humana, os acabamentos do edifício, sistemas e o meio ambiente.
- Melhorar a qualidade do ar interno, otimizando práticas para prevenir o desenvolvimento de problemas no edifício, corrigi-los quando ocorrerem, e manter o bem-estar dos ocupantes.
- Prover capacidade de monitoração dos sistemas de ventilação do edifício para auxiliar a manter o conforto e o bem-estar dos ocupantes.
- Prover renovação do ar adicional para melhorar a qualidade do ar interno, o conforto e o bem-estar dos ocupantes.
- Reduzir a exposição dos ocupantes do edifício e pessoal de manutenção a particulados com perigo em potencial, que podem afetar a qualidade do ar, a saúde humana, os sistemas do edifício e o meio ambiente.
- Prevenir problemas na qualidade do ar gerados por atividades de obras de ampliação ou reformas, a fim de manter o conforto e bem-estar dos ocupantes.
- Verificar o nível de conforto dos ocupantes do edifício, relativo a conforto térmico, acústico, de qualidade do ar, limpeza do edifício e qualquer outro item relacionado ao conforto ambiental.
- Prover um alto nível de controle individual sobre as condições de iluminação para os ocupantes, ou grupos de ocupantes (auditórios ou de reuniões) para promover produtividade, conforto e bem-estar dos ocupantes.
- Prover sistemas de operação e manutenção apropriados para garantir que o edifício e os sistemas prediais provenham conforto térmico, que amplia a produtividade e o bem-estar dos ocupantes.
- Prover aos ocupantes conexão com o exterior pela introdução de luz natural e acesso a vistas externas.
- Reduzir os impactos ambientais de produtos de limpeza, papel para limpeza e sacos de lixo.

III. BIBLIOGRAFIA

AIDAR, Gabriela. O papel social dos museus. *Revista da Faculdade Porto Alegre de Educação, Ciências e Letras*. Porto Alegre, 2002.

AIDAR, Gabriela e Mila, CHIOVATTO. Ação educativa em museus. In: PARK, Margareth Brandini et al (org.). *Palavras-chave em educação não-formal*. Editora da Unicamp, Campinas, 2007.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A musealização em São Paulo: os caminhos interpretativos da cidade. In: *Expedição São Paulo 450 anos: Uma viagem por dentro da metrópole*. São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura e Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2004.

GRINSPUM, Denise. *Educação para o Patrimônio: Museu de Arte e Escola - Responsabilidade compartilhada na formação de públicos*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2000.

MENESES, Ulpiano Bezerra. *O Museu de cidade e a consciência da cidade*. In: Atas do Seminário Internacional Museu e Cidade. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, janeiro de 2003.

_____. *A Exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea*. In: Ciências em Museus. Belém, 1992.

PAIVA, Odair da Cruz. *Territórios da Migração na Cidade de São Paulo: entre a afirmação e negação da condição migrante*, 2010. (artigo no prelo).

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. *Museu de arte e público especial*. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

Jornal O Estado de São Paulo. *Caderno Especial*. Terça-feira, 25 de janeiro de 2011.

Jornal Folha de São Paulo. *Caderno 457 anos*. 25 de janeiro de 2011.

Sites de referência:

<http://larchmontgazette.com/2007/travel/20071018hamburg.html>

<http://www.immd.gov.hk/ehhtml/museum.htm>

<http://9teen87spostcards.blogspot.com/2010/09/canadas-immigration-museum-pier-21.html>

<http://www.danishimmigrationmuseum.com/index.php?page=om-museet>

<http://tourtoo.com/australia/immigration-museum-2/>

<http://www.gothereguide.com/ellis+island+new+york+place/>

<http://www.histoire-immigration.fr/musee/l-exposition-permanente>

<http://www.history.sa.gov.au/migration/about.htm>

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>

Anexo 4. Museu Afro Brasil. **Plano Museológico**. São Paulo, Dezembro, 2011.

Plano Museológico

Museu Afro Brasil

Dezembro/2011

SUMÁRIO

1	Definição da Instituição.....	5
1.1	Histórico do Museu Afro Brasil	6
1.1.1	Da sua criação, em 2004, até 2009	6
1.1.2	A constituição da Associação Museu Afro Brasil como Organização Social da SEC – São Paulo	7
1.2	Pavilhão Manoel da Nóbrega – breve histórico	7
1.3	Missão. Visão. Valores e princípios. Objetivos.....	9
1.3.1	Missão	9
1.3.2	Visão	9
1.3.3	Valores e Princípios	9
1.3.4	Objetivos	9
1.4	Conceito do Museu	10
1.4.1	Museu Afro Brasil. Um Conceito em Perspectiva	10
1.5	Diagnóstico.....	13
1.5.1	Institucional.....	13
2	Programas	17
2.1	Programa de Gestão Pessoal.....	18
2.1.1	Manual de Recursos Humanos.....	19
2.1.2	Plano de Cargos e Salários.....	32
2.2	Programa de Acervo.....	78
2.2.1	Linhas Gerais	79
2.2.2	Temas e Tipologia do Acervo	79
2.2.3	Dinâmica de Aquisição de Obras.....	81
2.2.4	Organização e Gerenciamento do Acervo.....	82
2.3	Programas de Exposições.....	83
2.3.1	Exposições e a Dinâmica de Ampliação do Acervo	84
2.4	Programa de Museografia.....	86
2.4.1	Apresentação	87
2.4.2	A Geografia Expositiva.....	87
2.4.3	Fluxo de produção das exposições temporárias	88

2.4.4	Equipes de trabalho	89
2.4.5	Plantas Museográficas	92
2.5	Programa de Salvaguarda	95
2.5.1	Referências Teóricas e Princípios Orientados	96
2.5.2	Conservação Preventiva	99
2.5.3	Documentação	99
2.5.4	Gestão Documental.....	99
2.5.5	Reserva Técnica Visitável	100
2.6	Programa de Pesquisa e Documentação.....	111
2.6.1	Apresentação	112
2.6.2	Justificativa	112
2.6.3	Objetivos Gerais	113
2.6.4	Objetivos Específicos.....	114
2.6.5	Manual de Arquivos	116
2.6.6	Índice Biográfico e Cultural de Artistas do Acervo.....	122
2.7	Programa de Educação.....	129
2.7.1	Introdução	130
2.7.2	Pressupostos que orientam a ação educacional do museu Afro Brasil.	131
2.7.3	Projetos	139
2.7.4	Produção de materiais e espaços criativos	141
2.7.5	Encontros, Cursos e Seminários	142
2.7.6	Projetos Especiais.....	142
2.7.7	Programa Singular e Plural	144
2.8	Programa de Comunicação	147
2.8.1	Análise Situacional	148
2.8.2	Comunicação Interna	149
2.8.3	Comunicação e Educação.....	150
2.8.4	Comunicação Institucional	151
2.8.5	Plano de Captação.....	154
2.9	Programa de Segurança	156
2.9.1	Trabalho em Altura.....	157
2.9.2	Procedimentos de Segurança para Trabalho de Manutenção.....	163
2.9.3	Elevador.....	173

2.9.4	Plano de Segurança	174
2.9.5	Segurança de Acervo – Plano de Salvaguarda e Contingência.....	189

APRESENTAÇÃO

O presente Plano Museológico é o resultado de reflexões e trabalhos realizados desde a criação do Museu Afro Brasil, em 2004. A partir de 2009, quando a Associação Museu Afro Brasil tornou-se uma Organização Social, da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, um conjunto de conceitos, conteúdos, princípios e procedimentos foram sistematizados, pelas equipes técnicas do Museu, sob a orientação de seu Diretor Curador e das diretrizes da UPPM-SEC.

O Plano Museológico apresentado se encontra em conformidade com a Portaria Normativa do Iphan nº 1 de 05/07/06 e dentro de uma nova perspectiva institucional, norteadada pela Política Nacional de Museus, implantada em 2003.

2 DEFINIÇÃO DA INSTITUIÇÃO



2.1 Histórico do Museu Afro Brasil

2.1.1 Da sua criação, em 2004, até 2009

O Museu Afro Brasil criado a partir da coleção particular de Emanuel Araújo, nasceu por sua iniciativa. Ao longo de duas décadas, Emanuel Araujo realizou uma série de pesquisas, publicações e exposições relacionadas à herança histórica, cultural e artística do negro no Brasil. A partir da década de 1990, o artista plástico organizou importantes mostras sobre o tema, em diversas cidades do Brasil e em alguns países europeus, culminando com duas mega-exposições: Negro de Corpo e Alma, apresentada durante a "Mostra do Redescobrimento", em 2000, e Brazil: Body and Soul, no Museu Guggenheim de Nova Iorque, em 2001. Durante esse tempo, Emanuel Araujo também amou uma valiosa coleção particular, com mais de 5 mil obras referentes ao universo cultural afro-brasileiro.

Em 2004, apresentou a proposta museológica à então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. Encampada a ideia pelo poder público municipal, iniciou-se o projeto de implementação do Museu. A criação se deu pelo decreto 44.816 de 01/06/2004. Foram, então, utilizados recursos advindos de patrocínio da Petrobrás e do Ministério da Cultura (Lei Rouanet), que ficaram sob gestão financeira do Instituto Florestan Fernandes, por meio de termo de colaboração com a Secretaria Municipal de Cultura – SMC.

Para formar o acervo inicial, Emanuel Araujo cedeu 1100 peças de sua coleção particular em regime de comodato. Ficou decidido que o museu seria instalado no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega. O edifício, pertencente à Prefeitura, encontrava-se cedido ao Governo do Estado desde 1992 e abrigou por um tempo uma extensão da Pinacoteca do Estado. Em 2004, retornou à administração municipal e passou por adaptações para receber o Museu. A 23 de outubro desse mesmo ano, o “Museu Afro Brasil” foi inaugurado, na presença do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e de outras autoridades.

Em 18 de outubro de 2005, o Museu Afro Brasil se tornou uma instituição administrada pela Associação Museu Afro Brasil, qualificada como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e teve o apoio, por meio de Termo de Parceria, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e supervisão da Divisão de Iconografia e Museus – DIM / DPH.

2.1.2 A constituição da Associação Museu Afro Brasil como Organização Social da SEC – São Paulo

Em 2009, a Associação Museu Afro-brasil se constituiu como Organização Social, vinculada a Secretaria de Estado da Cultura, recebendo recursos do governo estadual e traçando novas metas e novos rumos, de acordo com as diretrizes da UPPM-SEC e, com a natureza conceitual do Museu.

Para que a Associação Museu Afro Brasil fosse constituída como entidade privada de caráter público, na forma de OS, houve a doação de cunho pessoal do curador Emanuel Araujo, de 2163 obras para o Estado de São Paulo, além da doação de 314 obras da Associação Museu Afro Brasil, bem como, doação de duas coleções internacionais de obras de arte: Arte ancestral e contemporânea do Benin e Artes do Povo Bijagó.

Nesse processo de configuração da AMAB como Organização Social, houve também a doação de cerca de dois mil títulos de livros do acervo da Biblioteca Maria Carolina de Jesus para o Estado de São Paulo.

2.2 Pavilhão Manoel da Nóbrega – breve histórico

O Pavilhão Manoel da Nóbrega integra um conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1997 e projetado por Oscar Niemeyer e sua equipe (Eduardo Kneese de Mello, Zenon Lotufo, Hélio Cavalcanti; colaboração de Gauss Estelita e Carlos Lemos). Inaugurado em dezembro de 1953 — integrando as atividades oficiais de comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Esse conjunto arquitetônico é o resultado do convite a Oscar Niemeyer por Francisco Matarazzo — o “Ciccillio”, então presidente da comissão para as comemorações do IV centenário — e compreende a Marquise, os Pavilhões da Agricultura (atual Detran), das Indústrias (atual prédio da Fundação Bienal), dos Estados (hoje prédio da Prodam), das Exposições (a OCA) e um auditório, previsto no projeto original, mas com a construção iniciada apenas em 2004, atualmente com alterações do próprio Niemeyer no projeto.

O conjunto arquitetônico pretendia concentrar no Parque Ibirapuera uma imensa gama de atividades de cultura, lazer e entretenimento, transformando o novo parque num centro irradiador de arte e cultura.

No mesmo ano de 1953 se confirma a vocação deste conjunto. O parque Ibirapuera recebe a II Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. No marco dos 400 anos da cidade o Pavilhão das Indústrias e o das Nações abrigam obras de artistas do mundo inteiro. O primeiro pavilhão destinado às representações das Américas, do Brasil e à Mostra Internacional de Arquitetura; enquanto o Pavilhão das Nações fora destinado às representações da Europa e do Oriente. Entre estas obras estava Guernica, ao lado de outras 74 em uma sala especial para o catalão Pablo Picasso. A mostra contou com 3.374 obras de 33 países.

A Edição seguinte da Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo ainda ocupou os dois Pavilhões do conjunto, e embora a terceira edição da Bienal consolidasse os propósitos do evento, não conseguiu repetir o impacto da anterior.

Mas é logo em seguida que a vocação deste Pavilhão de 11 mil m² é interrompida. Entre os anos de 1961 e 1991 a sede do Gabinete da Prefeitura transfere-se para o prédio. No entanto, estes trinta anos de intermezzo não foram suficientes para apagar a vocação original.

Após 1992 o Pavilhão, cedido ao governo do Estado de São Paulo, é cogitado para abrigar a Pinacoteca do Estado, o que acaba não acontecendo. Mas nos anos de 1990 e início de 2000 recebeu o projeto Pinacoteca no Parque, que ocupou o Pavilhão com uma série de exposições relevantes, como as de Joaquim Tenreiro e Rubem Valentim.

Em 2004 o Pavilhão Manoel da Nóbrega retornou à administração municipal. No dia 23 de outubro deste mesmo ano o Museu Afro Brasil é inaugurado. Naquele que foi primeiro nomeado Pavilhão das Nações, 11 mil m² agora estão destinados a contar uma história que foi escamoteada pelas narrativas oficiais, revelar as faces negras de nosso país e, assim como fez a primeira exposição temporária deste museu, “Brasileiro, Brasileiros”, assumir a face negro-mestiça deste país. Romper o silêncio imposto sobre os conteúdos culturais de origens africanas e que agora formaram, por efeito de muitas lutas e resistências, os conteúdos culturais brasileiros, ao lado e não menos mesclados a conteúdos indígenas e europeus. Valendo-se de seu acervo de artes plásticas e visuais, de sua biblioteca Carolina Maria de Jesus e de seu anfiteatro Ruth de Souza, o antigo Pavilhão das Nações retoma sua vocação original valendo-se de todas essas forças.

Se em 1953 o Pavilhão das Nações abrigava Guernica, que não nos deixava esquecer os horrores da guerra, desde 2004 o Pavilhão Manoel da Nóbrega, abriga um acervo de artistas negros, de negras memórias para nunca esquecer.

2.3 Missão. Visão. Valores e princípios. Objetivos.

2.3.1 Missão

Promover o reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro, africano e afro-brasileiro e sua presença na cultura nacional.

2.3.2 Visão

Ser organização de referência na concepção, implantação e gestão de projetos, instituições culturais e educativas voltadas à cultura brasileira, africana e afro-atlântica.

2.3.3 Valores e Princípios

- ÉTICA em todas as dimensões e ações institucionais.
- TRANSPARÊNCIA na gestão dos recursos e do patrimônio sob sua responsabilidade.
- COMPROMISSO com a dimensão social do Museu
- RESPEITO nas relações interpessoais, profissionais e institucionais.

2.3.4 Objetivos

Objetivo Geral

Promover o reconhecimento, valorização, preservação e difusão da arte, da história e da memória cultural brasileira, tendo como referência a presença luso afro brasileira, indígena e africana.

Objetivos Específicos

- Reconhecer a matriz afro-atlântica na identidade da cultura nacional.
- Respeitar a integridade do acervo, como meio de valorizar o patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro.
- Buscar a qualidade nos projetos e programas institucionais.
- Promover ações que fortaleçam a auto-estima positiva da população negra.

- Desenvolver ações educativas no âmbito da cultura afro-brasileira.
- Proporcionar amplo acesso ao Museu, às exposições e todas as atividades por ele desenvolvidas.
- Pesquisar os conteúdos do acervo e das exposições temporárias, dando-lhe ampla divulgação.

2.4 Conceito do Museu

2.4.1 Museu Afro Brasil. Um Conceito em Perspectiva¹

A criação do Museu Afro Brasil se concretizou como resultado de mais de duas décadas de pesquisas e exposições exibindo como negro quem negro foi e quem negro é no Brasil, de séculos passados aos dias atuais. Esta foi, assim, mais uma etapa em um processo em curso.

Criar um Museu que possa registrar, preservar e argumentar *a partir do olhar e da experiência do negro* a formação da identidade brasileira foi o desafio de uma equipe de consultores, especialistas em museologia, história, antropologia, artes e educação, diante de uma coleção inicial de 1100 obras, entre pinturas, esculturas, gravuras, de artistas brasileiros e estrangeiros, além de fotografias, livros, vídeos e documentos, para delinear um fio condutor desse ambicioso projeto, já com algumas premissas definidas, mas ainda com muito a se trabalhar para torná-lo uma realidade consolidada.

No ponto de partida há a certeza de que não se poderia contar essa história por uma visão oficial já escamoteadora, que insiste em minimizar a herança africana como matriz formadora de uma identidade nacional, ignorando uma saga de mais de cinco séculos de história e de dez milhões de africanos triturados na construção deste país. Da perspectiva do negro, este não é um processo exclusivo ao Brasil, pois sua presença, aqui como nas Américas, é indissociável da experiência de desenraizamento de milhões de seres humanos graças à escravidão. Assim, assumindo essa perspectiva, o Museu Afro Brasil, sendo um museu *brasileiro*, não pode deixar de ser também um museu da *diáspora africana* no Novo Mundo.

É a escravidão que, na diáspora, força o contato e o intercâmbio entre membros de diferentes nações africanas e produz as mais diversas formas de assimilação entre suas culturas e as de seus senhores, bem como de resistência à

¹ Emanuel Araujo, 2004

dominação que estas lhes impõem. Como um museu da diáspora, o Museu Afro Brasil, portanto, registra não só o que de africano ainda existe entre nós, mas o que foi aqui apreendido, caldeado e transformado pelas mãos e pela alma do negro, salvaguardando ainda o legado de nossos artistas – e foram muitos, anônimos e reconhecidos, os que nesse processo de miscigenação étnica e mestiçagem cultural contribuíram para a originalidade de nossa brasilidade.

Entretanto, não se pode esquecer que a cultura mestiça que se forma na diáspora envolve relações entre *desiguais*, em se tratando de *senhores e escravos*. Da perspectiva do negro, esta é uma história de muito e doloroso trabalho, de incertezas, incompreensões e inconsciência, que ainda hoje persiste na mentalidade de parte da elite brasileira. Não é só uma história de preconceitos e racismo e discriminação, mas, sobretudo, uma história de exclusão social das mais danosas e permissivas, nesse abismo das desigualdades criadas e cristalizadas no Brasil como herança da escravidão.

O Museu Afro Brasil tem, pois, como missão precípua a desconstrução de estereótipos, de imagens deturpadas e de expressões ambíguas sobre personagens e fatos históricos relativos ao negro, que fazem pairar sobre eles obscuras lendas que um imaginário perverso ainda hoje inspira, e que agem silenciosamente sobre nossas cabeças, como uma guilhotina, prestes a entrar em ação a cada vez que se vislumbra alguma conquista que represente mudança ou o reconhecimento da verdadeira contribuição do negro à cultura brasileira.

Este museu pretende unir História, Memória, Cultura e Contemporaneidade, entrelaçando essas vertentes num só discurso, para narrar uma heróica saga africana, desde antes da trágica epopéia da escravidão até os nossos dias, incluindo todas as contribuições possíveis, os legados, participações, revoltas, gritos e sussurros que tiveram lugar no Brasil e no circuito da diáspora negra. Um Museu que reflita uma herança na qual, como num espelho, o negro possa se reconhecer, reforçando a autoestima de uma população excluída e com a identidade estilhaçada, e que busca na reconstrução da autoimagem a força para vencer os obstáculos à sua inclusão numa sociedade cujos fundamentos seus ancestrais nos legaram.

O Museu Afro Brasil é, portanto, um museu histórico que fala das origens, mas atento a identificar na ancestralidade a dinâmica de uma cultura que se renova mesmo na exclusão. Um centro de referência da memória negra, que reverencia a tradição que os mais velhos souberam guardar, mas faz reconhecer os heróis anônimos de grandes e pequenos combates, e os negros ilustres na esfera das ciências, letras e

artes, no campo erudito ou popular. Um museu que expõe com rigor e poesia ritos e costumes que traduzem outras visões de mundo e da história, festas que evidenciam o encontro e a fusão de culturas luso-afro-ameríndias para formar a cultura mestiça do Novo Mundo, mas que também registra as inovações da cultura negra contemporânea na diáspora. Um museu de arte, passada e presente, que reconhece o valor da recriação popular da tradição, mas reafirma o talento negro erudito, nas artes plásticas e nas artes cênicas, na música como na dança.

Sobretudo, o Museu Afro Brasil é um museu contemporâneo, em que o negro de hoje pode se reconhecer. Um museu que integra os anseios do negro jovem e pobre ao seu programa museológico, contribuindo para sua formação educacional e artística, mas também para a formação intelectual e moral de negros e brancos, cidadãos brasileiros, em benefício das gerações que virão. Um museu capaz de colaborar na construção de um país mais justo e democrático, igualitário do ponto de vista social, aberto à pluralidade e ao reconhecimento da diversidade no plano cultural, mas também capaz de reatar os laços com a diáspora negra, promovendo trocas entre a tradição, a herança local e a inovação global.

Um Museu que está na maior cidade brasileira e numa das maiores do mundo, a qual, por ser ela própria multicultural e multirracial, é o palco ideal para concretizar essa utopia, assumindo uma tarefa pioneira na criação de uma instituição que pode servir como instrumento para se repensar novos conceitos de inclusão social, e espelho para refletir uma sociedade enfim disposta a incorporar o outro nas suas diferenças. Afinal, foi nesta cidade de São Paulo que a herança de sangue, suor e lágrimas de africanos que souberam conservar o patrimônio de sua cultura e sua memória ergueu os quilombos do Jabaquara e da Saracura e gerou personalidades como André Rebouças e Luis Gama, cidadãos negros, heróis brasileiros na luta contra a escravidão.

2.5 Diagnóstico

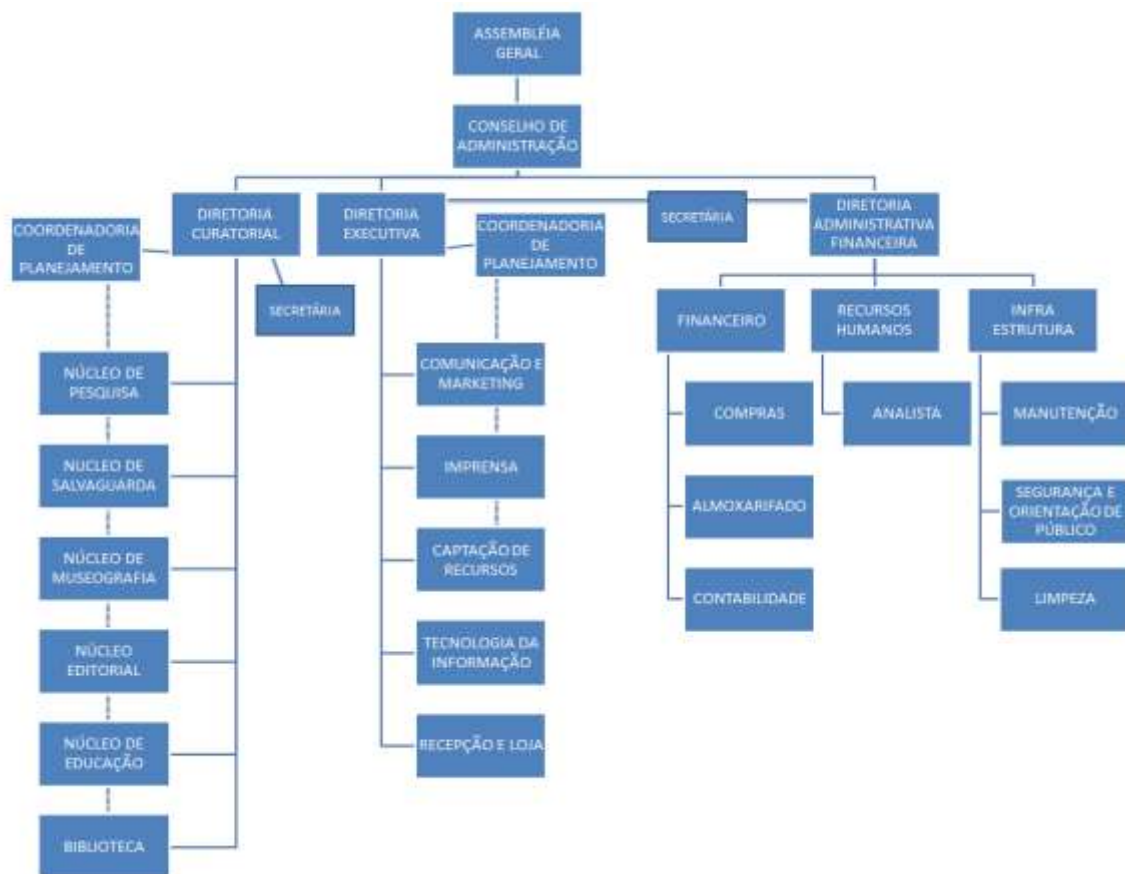
2.5.1 Institucional

Instrumento Institucional de Gestão

O regimento interno e o estatuto - em anexo - balizam a organização institucional. De acordo com o art. 2º do estatuto social as suas atividades são:

- a. Promover campanhas de esclarecimento da comunidade sobre a importância artístico-cultural do acervo e das atividades do Museu Afro Brasil, mobilizando a opinião pública para garantir sua conservação e proteção, bem como para participar de suas atividades;
- b. Realizar, patrocinar e promover exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais da arte, estudantes, entidades e Poder Público;
- c. Promover o treinamento, capacitação profissional e especialização técnica de recursos humanos incentivando a formação artística e cultural;
- d. Prestar serviços de apoio técnico por meio de acordos operacionais ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da associação;
- e. Estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de obras de arte e divulgação do patrimônio artístico cultural do Museu Afro Brasil;
- f. Manter ou auxiliar na manutenção do acervo cultural decorrente de seus objetivos;
- g. Explorar comercialmente espaço de alimentação, venda de objetos, livros e outros itens ligados à divulgação de suas atividades, como apoio e captação de recursos para as atividades do Museu;
- h. Promover estudos, pesquisas e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às suas finalidades, produzidos por si ou por terceiros, divulgando-os por quaisquer meios.

Organograma



Pontos Fortes e Pontos Fracos do Museu Afro Brasil

Pontos Fortes	Pontos Fracos
O Curador	Captação de Recursos
O Acervo	Comunicação
As exposições temporárias	Estacionamento
Publicações	
Competência das equipes	
Acessibilidade	

Considerações Metodológicas

O Plano Museológico foi revisto e ampliado a partir da consulta realizada aos documentos de registro da sua primeira versão, produzida entre 2004 e 2005. Durante o ano de 2010 e 2011, as coordenações dos núcleos que integram à Diretoria Curatorial debateram e reescreveram seus programas de trabalho, do mesmo modo que os núcleos da Diretoria Administrativo-Financeira produziram seus programas e manuais específicos.

Para a revisão do planejamento estratégico houve uma primeira reunião com todos os profissionais do Museu, seguida de encontros com cada grupo de trabalho. Todos os grupos de trabalho foram ouvidos e suas percepções e sugestões registradas e encaminhadas às diretorias com o objetivo de ampliar as possibilidades de alinhamentos necessários entre as diretorias e, também, dentro de cada uma delas.

O Conselho Administrativo da Associação Museu Afro Brasil, em reunião de trabalho específica reviu a Visão, a Missão, os Valores e Princípios e os Objetivos da Instituição.

Informações Gerais

Localizado no Parque Ibirapuera, em São Paulo, o Museu tem uma área total de 12.060 m², sendo 4.550 m² destinados à exposição do acervo; 2070m² às exposições temporárias; 660m² à biblioteca e 4.780m² à área administrativa e operacional.

A biblioteca do museu, cujo nome homenageia a escritora, “Carolina Maria de Jesus”, possui cerca de 8.000 títulos com especial destaque para uma coleção de obras raras sobre o tema do Tráfico Atlântico e Abolição da Escravatura no Brasil, América Latina, Caribe e Estados Unidos. A presença negra africana nas artes, na

vida cotidiana, na religiosidade, nas instituições sociais são temas presentes na biblioteca.

O Museu mantém um sistema de visitação gratuita para todas as exposições e atividades que oferece; um Núcleo de Educação com profissionais que recebem grupos pré-agendados, instituições diversas, além de escolas públicas e particulares. Por meio do Núcleo de Educação também mantém o programa “Singular Plural: Educação Inclusiva e Acessibilidade”, atendendo exclusivamente pessoas com necessidades especiais e promovendo a interação deste público com as atividades oferecidas.



3 PROGRAMAS

3.1 Programa de Gestão Pessoal



A Gestão de pessoal é coordenada pela Diretoria Administrativo-Financeira e está balizada nos termos do Manual de Recursos Humanos, elaborado a partir das especificidades da ação museal, salvaguardando as relações trabalhistas previstas por Lei.

3.1.1 Manual de Recursos Humanos

Este manual tem como objetivo estabelecer os princípios que deverão ser observado pela Associação Museu Afro Brasil na gestão de seu pessoal, dispondo sobre procedimentos quanto:

- Recrutamento, seleção e admissão de pessoal;
- Salários e Benefícios dos empregados;
- Controle de Frequência e Acesso;
- Treinamento, desenvolvimento e avaliação de pessoal;
- Desligamento de empregado;
- Direitos, Deveres e Regime Disciplinar.

Definições

Empregados: São todos aqueles que prestam individualmente serviços à Associação com vínculo empregatício sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Servidores públicos cedidos à Associação: Em decorrência do Contrato de Gestão, seguem regime empregatício próprio definido pelo Estatuto do Servidor.

Estagiários: São todos aqueles que desenvolvem na Associação atividades relacionadas à sua área de formação escolar e acadêmica, de acordo com contrato próprio de estágio e sem vínculo empregatício, nos termos da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Princípios

Cumprir: Este Manual de Recursos Humanos deverá ser cumprido pelos empregados, colaboradores e estagiários da Associação, naquilo que for próprio da sua condição.

Certificação dos valores: A política geral de pessoal contida neste Manual visa assegurar que os recursos humanos, da Associação Museu Afro Brasil componham elemento importante e estratégico para a manutenção e crescimento da Associação, devendo ser investidos esforços na qualificação e valorização de seu quadro de pessoal, pautando-se por princípios éticos e legais.

Discriminação: Na gestão de seu pessoal, a Associação não fará qualquer tipo de discriminação, seja de raça, cor, sexo, porte ou presença de deficiência física, e adotará ações e medidas que valorizem a diversidade.

Cônjuges e parentes: É proibida a contratação de cônjuge ou parente até o 3º grau dos colaboradores, empregados ou ocupantes de cargos de confiança da Associação Museu Afro Brasil.

Se ocorrer, que seja em área organizacional distinta da que trabalha o parente, e condicionar o ingresso, sempre ao cumprimento dos processos de recrutamento e seleção.

Contratações temporárias: Será permitida a contratação, por tempo limitado, de especialistas para realização de atividades de pesquisa, consultoria e desenvolvimento no âmbito da Associação, de acordo com seu Regulamento próprio de Compras e Contratações.

Abertura de Vagas

O recrutamento do pessoal efetivo será precedido de ampla divulgação, inclusive quanto aos critérios técnicos de seleção, em veículos de comunicação que possam atingir o público alvo desejado.

O procedimento de contratação do museu Afro Brasil, deve seguir os seguintes passos:

Requisição de Pessoal: preencher o Formulário de Requisição de Pessoal para aprovação da Diretoria; onde deverá conter a descrição do cargo e as características da vaga.

Divulgação: Divulgar a vaga no site do Museu Afro Brasil, outros sites e instituições ligadas ao propósito do Museu; o período de divulgação deve ser de no máximo 15 dias; imprimir a tela da divulgação da vaga e arquivar a mesma.

Tiragem: Triagem de Currículos enviados para o site do Museu Afro Brasil.

Qualificação: Qualificação mínima condizentes com a formação profissional e experiência, sugeridas para o exercício do cargo, função, etc.

Avaliação: Mensurar os critérios de avaliação do candidato.

Convocação: Contatar os candidatos dos currículos pré-aprovados e agendar entrevista com RH e com o responsável do Departamento contratante.

Seleção: A seleção será realizada mediante entrevistas e/ou técnicas específicas de seleção, observando as peculiaridades de cada cargo ou função, visando obter para a Associação candidatos que preencham os requisitos desejados.

Seleção Interna: Para que funcionários participem do processo de seleção interno deve ter no mínimo 6 (seis) meses de Trabalho na função para qual foi contratado, e fazer todo o procedimento como os demais candidatos.

Aprovação: Aguardar aval do solicitante da requisição e solicitar ao candidato aprovado a documentação necessária para dar andamento ao processo de contratação.

Divulgação: Os resultados do Processo seletivo inclusive ordem de classificação se for o caso deverão ser divulgados na pagina da Associação na Internet.

Processo de Contratação

As exigências previstas no processo de recrutamento e seleção não se aplicam à contratação de serviços técnicos especializados, às locações de serviços, ao preenchimento de funções de direção de indicação pelo Conselho de Administração e aos serviços contratados, por prazo determinado ou pelo prazo previsto para o término de trabalho objeto da contratação.

Documentação: Nesta fase, solicitamos ao candidato que se apresente com os documentos solicitados nos tópicos abaixo:

- Exame médico admissional: Será agendado pelo RH em uma empresa credenciada pela Associação o exame médico admissional, para que o colaborador apresente na data inicial da contratação;
- Documentos pessoais solicitados pelo RH:
 - ✓ Carteira de Trabalho e Previdência Social- original
 - ✓ 02 fotos 3x4 colorida e atual
 - ✓ Cópia da Cédula de identidade
 - ✓ Cópia do CPF
 - ✓ Cópia do Título de eleitor
 - ✓ Cópia do Cartão do PIS/PASEP
 - ✓ Cópia Certificado de Reservista/Alistamento militar
 - ✓ Cópia de comprovante do grau de escolaridade do candidato
 - ✓ Cópia Certidão de casamento, quando couber.
 - ✓ Documentos de filhos menores de 21 anos;
 - ✓ Cópia Comprovante de endereço
 - ✓ Declaração de dependentes para imposto de renda;

- ✓ Preenchimento da solicitação de vale transporte;
- ✓ Preenchimento da solicitação de convenio médico e odontológico;
- ✓ Formulário de recebimento de Uniforme e de EPI's (quando a função exigir);
- ✓ Documentação para carteira do SESC;

Contrato

Após a conferência dos documentos, segue fase final do processo de contratação:

Ponto eletrônico: Cadastrar colaborador no relógio de ponto, caso não vá exercer cargo de confiança.

Folha de pagamento: Cadastrar colaborador no sistema de Folha de Pagamento.

Assinaturas: Emitir o contrato e colher assinatura do contrato de experiência.

CTPS: Preenchimento da CTPS pelo Departamento de RH.

Livro de registro: Assinatura no Livro de Registro de Colaboradores.

Devolução da CTPS: Recibo de entrega e devolução da CTPS.

Ficha cadastral: Imprimir ficha cadastral de cada colaborador para arquivar na pasta de fichas cadastrais.

Crachá: Mandar confeccionar e entregar crachá com foto ao novo colaborador.

Benefícios

Os benefícios concedidos pela Associação Museu Afro Brasil são:

Vale Refeição: (pago por dia útil de trabalho)

Vale Alimentação

Vale Transporte: (desconta-se 6% do salário bruto do colaborador)

Convênio Médico

Convênio Odontológico

Auxílio Educação: Para colaboradores que ganhem até R\$ 1.000,00, mediante comprovante mensal de pagamento da Instituição de estudo, após o prazo de experiência que é de noventa (90) dias corridos.

A bolsa está ligada a critérios de avaliação do candidato tais como:

- Pontualidade;
- Não possuir advertências, reclamações ou suspensão por quaisquer motivos;
- Entrega do boleto da instituição de ensino pago. Entre outros critérios estipulados pelos líderes diretos de departamento e aprovados pela diretoria.

Pasta de documentos pessoais

Cada colaborador deverá ter uma pasta individual contendo.

Folha de Ponto: Folhas de ponto mensais assinadas pelo mesmo.

Documentos pessoais: Fotocópias de todos os documentos pessoais do colaborador.

Holerites: Demonstrativos mensais de pagamento (Holerites).

Atestados Médicos

Requisições e Avaliações: Requisição de pessoal; avaliação de competência; solicitação de mudança de cargo e/ou salário.

Documentos Diversos: Aditivos contratuais, formulários, ocorrências, advertências.

Acompanhamento: Acompanhamento, espaço para processo do funcionário desde a requisição até as avaliações de competências entre outros.

Integração do Funcionário

O colaborador do Departamento de Recursos Humanos deve fazer a **integração do novo colaborador** e garantir que ele passe por todas as etapas deste processo:

Vídeo: Assistir ao vídeo de integração.

Apresentação: Ser apresentado aos departamentos, líderes e colaboradores da Associação.

Visita: Participar de visita orientada.

Integração: Preencher formulário de integração.

Manual de Conduta Ética: Receber o manual de Conduta Ética para que tenha ciência de todos os benefícios determinações direitos e deveres.

Acompanhamento de Desenvolvimento

O processo de avaliação do colaborador deve ser feito continuamente, através dos documentos:

Continuidade: Continuidade de Contrato, caso o colaborador seja efetivado após o contrato de experiência que tem o prazo de 90 dias.

RADEP: Relatório de Acompanhamento do Desenvolvimento Profissional (anual).

Ações disciplinares: Avaliação de ações disciplinares - Ocorrência, Advertência e suspensão.

Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal

Após levantamento das necessidades e prioridades das Coordenadorias dos Núcleos da Associação, será elaborado um programa de formação e treinamento, devendo ser aprovado pela Diretoria.

Política: A Associação poderá adotar uma política de desenvolvimento de pessoal na qual deverão estar previstos os princípios e regras de desenvolvimento técnico-profissional dos empregados; de adequação e gerenciamento dos auxílios a serem conferidos aos empregados com os objetivos da instituição; de racionalização e efetividade dos gastos com auxílios para os empregados, dentre outros.

Capacitação de Gestores: A Associação poderá adotar um plano de capacitação para gestores das diversas áreas, com um programa de reuniões mensais para acompanhamento do desenvolvimento do trabalho, balcão de dúvidas referente aos procedimentos administrativos e de pessoal. Estabelecer programa de treinamento e planejamento de cursos para líderes.

Treinamento para colaboradores: Devem ser desenvolvidos programas de treinamentos contínuos para departamentos, elaborados pelos líderes para que se conheçam as especificidades da área de atuação este processo deve se acompanhado pelo departamento de Recursos Humanos.

Auxílio a Funcionários

O departamento de Recursos Humanos deve prestar auxílio aos funcionários de diversas formas três são relacionadas neste manual, pois englobam muitas das necessidades dos funcionários.

Balcão de Atendimento.

Quadro de Avisos e Comunicados.

Controles gerais de funcionários.

Estagiários

Convênio: Mediante convênio com empresa especializada e instituições de ensino, a Associação se propõe a receber estudantes estagiários, proporcionando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural de acordo com a necessidade e solicitação das Coordenadorias dos Núcleos da Associação.

Jornada de trabalho: A jornada de trabalho será determinada pela Associação respeitando-se a carga horária limite que o estagiário poderá cumprir, de acordo com o previsto em lei.

Acompanhamento: Os estagiários serão obrigatoriamente acompanhados por um supervisor designado que periodicamente fará relatórios de atividades desenvolvidas e ao final fará avaliação de desempenho do estágio.

Pagamento: Os estagiários receberão bolsa-auxílio, bem como auxílio-transporte e alimentação o que não caracteriza vínculo empregatício.

Controle de Frequência e Acesso

Obrigatoriedade: O regime de frequência diário é obrigatório, a partir do qual deverá ser calculada a remuneração dos empregados.

Penalidades: O registro de frequência é pessoal, sendo que o registro feito por outro e para outro empregado constitui falta grave, que poderá ensejar, inclusive, demissão por justa causa.

Liberação: A Diretoria ou quem esta indicar poderá liberar o empregado do Registro do Ponto, quando para isto houver justificativa.

Tolerâncias: Respeitadas as peculiaridades de cada função, é tolerado um atraso máximo de 10 (dez) minutos na entrada para o trabalho e para registro da frequência, e 10 (dez) minutos na saída.

Falta grave: Será considerada falta grave, passível de suspensão ao empregado que, responsável por alguma forma de atendimento ao público, não encontrar-se no seu posto de trabalho no período determinado sem motivo justificável.

Abonos: Serão abonadas as faltas do empregado nos seguintes casos:

- Casos previstos na CLT;
- Greve geral do sistema de transporte;
- Impedimentos: catástrofes naturais que comprovadamente impeçam o comparecimento no local de trabalho.

Ausências: Quando o empregado se ausentar do trabalho, por qualquer motivo, deverá informar ao Coordenador de seu Núcleo de atuação, se possível com antecedência, e apresentar, logo após o retorno, justificativa e documento comprobatório, quando aplicável (por exemplo, atestado médico).

Direitos, Deveres e Regime Disciplinar

Estatuto e CLT: Os direitos, deveres e regime disciplinar estão definidos na legislação estatutária, no caso dos colaboradores, e na CLT, no caso dos empregados.

Visita ao Museu: Os empregados, colaboradores e estagiários da Associação deverão respeitar as mesmas regras dos visitantes do Museu quando frequentarem suas dependências públicas fora do horário de trabalho.

Atos Incompatíveis: Constatada a ocorrência de atos de empregados incompatíveis com o Estatuto e as normas internas da Associação, com as deliberações dos órgãos sociais e Coordenadorias, ou com os objetivos e o decore da

entidade e do cargo, será aberto processo interno de apuração de responsabilidade pela Diretoria, conferindo-se direito de defesa ao empregado.

Penalidades: Julgando a Diretoria que os atos mencionados no item anterior resultaram em prejuízo para a Associação, poderão ser aplicadas aos empregados as seguintes penalidades:

- advertência;
- suspensão;
- demissão por justa causa.

Folha de ponto: A folha de ponto é computada do dia 21 de um mês ao dia 20 do mês seguinte, ou seja, os descontos ou acréscimos serão feitos nesse período.

Folha de pagamento: Temos até o quinto (5º) dia útil do mês para efetuar o pagamento de salário mensal, porém optamos por fazê-lo no dia trinta (30) de cada mês.

Encargos: Após a conferência e o fechamento da folha de pagamento, são emitidas as guias de pagamento dos encargos mensais que são:

ENCARGOS	VENCIMENTO
FGTS	7
CAGED	7
ISS	10
IRRF	19
INSS	20
PIS	25

Férias

De acordo com a CLT, todo empregado tem direito a férias após 12 (doze) meses de trabalho.

Solicitação: A solicitação de férias deve ser efetuada junto ao setor responsável de atuação do empregado, com antecedência mínima de um mês antes do início das requeridas férias.

Concessão: A concessão e o período de férias serão determinados pelo responsável do setor de atuação do empregado, procurando-se sempre adequar a solicitação do empregado com as necessidades de trabalho.

Contribuição Sindical

A Contribuição Sindical é descontada dos colaboradores anualmente, todo mês de março, após decisão do sindicato sobre o dissídio coletivo. O valor descontado é de um (1) dia de trabalho, sob o salário vigente. O Sindicato dos Empregados da Associação Museu Afro Brasil é o SENALBA.

Contribuição Assistencial

A Contribuição Assistencial é descontada dos colaboradores anualmente, todo mês de abril. O valor descontado é de três por cento (3%) do salário vigente.

Banco de Horas

Regra do Banco de horas aprovada pelo sindicato SINDELIVRE.

- 50% (cinquenta por cento) de acréscimo, em relação à hora normal, quando trabalhada em qualquer dia de segunda-feira a sábado, desde que não ultrapasse o limite de duas horas diárias;
- 100% (cem por cento) de acréscimo, em relação à hora normal, as horas trabalhadas excedentes ao limite de duas horas em qualquer dia de segunda-feira a sábado, bem como aquelas trabalhadas em dias de folga e repouso.
- O Museu Afro Brasil, oferecerá ainda aos funcionários folgas de dois dias para, cada domingo ou feriado trabalhado. (Definindo que de segunda-feira a Sábado a cada hora trabalhada será considerada uma hora de folga; domingos e feriados serão horas dobradas).
- A Cada Seis Meses o Banco será zerado e pago os valores referentes às horas extras trabalhadas devidamente observadas se 50% ou 100%, em caso de banco negativo serão descontadas as horas normais, uma por uma.

Processo de Desligamento

O processo de desligamento é tão importante quanto o de contratação de um colaborador. Todos os procedimentos devem ser seguidos fielmente no momento da demissão.

Comunicação pelo setor: Formulário de comunicado de desligamento assinado pelo supervisor direto.

Informação: Informar o desligamento ao colaborador.

Entrevista: Entrevista de Desligamento e avaliação do colaborador sobre o Museu Afro Brasil (não obrigatório).

Desativação de e-mail: Solicitação do RH de desativação do e-mail ao Departamento de TI.

Exame médico demissional.

Documentos Rescisórios

Citamos os dois tipos de desligamento mais comuns: dispensa por parte da empresa e por parte do colaborador. Abaixo informaremos as documentações solicitadas nesses casos.

Desligamento por parte da empresa:

- Carta de Preposto: Carta de Preposição (para homologação, caso o colaborador tenha mais de um ano de contratação);
- TRCT: (Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho) em cinco (5) vias e cópia do comprovante de pagamento (sendo três vias para o colaborador, uma para a empresa e outra para o sindicato, caso haja homologação);
- Aviso Prévio: assinado pelo colaborador em três vias;
- Seguro Desemprego: Formulário de Seguro Desemprego (preenchido pelo RH);
- G.R.R.F.: Preenchimento do G.R.R.F (Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS) em três (3) vias; três (3) cópias do comprovante de pagamento; três (3) cópias da Chave de Identificação FGTS;
- Extrato do FGTS: para fins rescisórios;

- Documentos de Registro: Carteira de Trabalho e livro de registro devidamente preenchidos;
- Contribuições Sindical e Assistencial: Comprovante das contribuições - Sindical, Assistencial e relação de contribuintes (em caso de homologação no sindicato).

Desligamento por parte do colaborador:

- Carta de Preposto: Carta de Preposição (para homologação, caso o colaborador tenha mais de um ano de contratação);
- TRCT: (Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho) em cinco (5) vias e cópia do comprovante de pagamento (sendo três vias para o colaborador, uma para a empresa e outra para o sindicato, caso haja homologação);
- Aviso Prévio: carta de Aviso Prévio, redigida e assinada pelo colaborador;
- Extrato do FGTS: para fins rescisórios;
- Documentos de Registro: Carteira de Trabalho e livro de registros devidamente preenchidos;
- Contribuições Sindical e Assistencial: Comprovante das contribuições: Sindical, Assistencial e relação de contribuintes (em caso de homologação no sindicato).

Exames Médicos

Os exames médicos devem ser feitos antes de o colaborador começar a exercer suas funções. Além do exame médico Admissional, o departamento de Recursos Humanos deve prestar atenção também nos seguintes exames:

Periódicos: Esses exames devem ser feitos a cada hum (01) ano de serviço depois da contratação.

Retorno: Há ainda o exame médico de retorno onde após afastamento por doença ou acidente por mais de 3 meses, o colaborador deverá fazê-lo antes de reiniciar suas funções.

Troca de Função: O exame de troca de função deve ser feito quando o funcionário muda de departamento ou de função, antes de começar a desempenhar a nova função conforme cada caso.

Plano de Cargos e Salários

Preâmbulo: A Associação elaborará Plano de Cargos e Salários que permita atender à complexidade de suas atribuições, criando uma estrutura de cargos e carreiras que reflita a organização de seu trabalho.

Finalidade: O Plano de Cargos e Salários deverá ser elaborado com foco no reconhecimento do mérito, na capacitação profissional e no desempenho dos empregados.

Salários: Os salários deverão ser estabelecidos conforme os padrões utilizados no terceiro setor para cargos com responsabilidades semelhantes.

Plano Salarial: O Plano Salarial deverá levar em consideração a capacidade financeira da instituição, preservando o equilíbrio orçamentário da organização.

Documentar o Plano de Cargos e Salários: O plano de Cargos e Salários deverá ser apresentado anualmente com atualizações para a Diretoria Administrativo Financeira.

Os níveis salariais dos cargos de diretoria e os demais cargos da Associação devem ter como referências pesquisas salariais de mercado.

As descrições dos cargos devem ser revisadas todos os anos para atualizações de funções e de novos contratados.

Plano de Saúde e Segurança do Trabalho

A Associação elaborará o plano de saúde e segurança do Trabalho Plano para garantir aos funcionários, melhores e mais seguras condições de trabalho tendo como objetivo principal:

- Conscientização de todos os funcionários para prática de segurança em todas as atividades exercidas de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida, a promoção da saúde dos funcionários e a preservação do meio ambiente.
- Finalidade: Proteção de acidentes é responsabilidade de todos os funcionários em seu horário de trabalho, observando algumas regras simples contidas no manual de Segurança e Saúde do Trabalho e salientadas em palestras anuais como a **Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT)**.

Qualidade de Vida no Trabalho

O Plano de qualidade de vida no trabalho deve desenvolver anualmente ações que melhorem e incentivem o equilíbrio pessoal e do ambiente de trabalho, harmonia, cooperação integração e melhores condições físicas para os funcionários, visando o bem estar e melhor desempenho em suas funções diárias.

3.1.2 Plano de Cargos e Salários

Objetivos do plano: A função do Plano de Cargos e Salários é a de implantar um sistema de remuneração que mantenha adequada a relação vertical e horizontal entre salários, ajustando esse plano à realidade de mercado e estabelecendo um correto regime de estímulos ao aumento da eficiência e produtividade do trabalhador.

Na elaboração deste trabalho visamos:

- Dotar o Museu Afro Brasil de um método racional e sistemático para medir o valor interno de cada cargo e estabelecer uma estrutura congruente de salários.
- Estabelecer o equilíbrio interno entre os cargos, de forma a proporcionar, uma remuneração condizente com as atribuições e a complexidade de cada cargo.
- Promover o equilíbrio externo dos cargos em relação aos salários praticados no mercado congênera.
- Manter a equidade salarial, corrigindo desigualdades internas e remunerando melhor os cargos mais complexos e que envolvem maior responsabilidade.

Introdução de Cargos

Avaliação de cargos: A avaliação de Cargos é definida como o conjunto de procedimentos sistemáticos, utilizados para medir o valor e a importância dos cargos, com a finalidade de estabelecer diferenciais de salários, que correspondam, tanto quanto possível, ao valor do trabalho.

A Avaliação e a Classificação de Cargos buscam basicamente:

- Simplificar a política salarial do Museu, reduzindo o número e tipos de salários.

- Estabelecer uma base para atribuição de salário para os cargos que não tenham similar no mercado.
- Corrigir as distorções provocadas pela lei de oferta e da procura, preservando uma hierarquia dos valores salariais dentro do Museu.

Método de avaliação: O método selecionado para avaliação de cargos foi o do “Sistema de Pontos”. A escolha desse método deveu-se, principalmente, à possibilidade que oferece de eleição e subdivisão de fatores, em tantos quantos forem necessários, para avaliar os diferentes cargos do Museu e estabelecer a importância relativa dos cargos.

Esses fatores são subdivididos em graus, conforme o número de exigências a medir. Os graus são ponderados, recebendo determinado número de pontos, de acordo com sua importância relativa. A soma dos pontos obtidos por um cargo, em todos os fatores, resultará na avaliação deste cargo.

Comitê de Avaliação de Cargos: Para atribuição dos fatores e graus foi constituído pelo comitê: a Coordenadora de Planejamento Curatorial, a Assistente da Diretoria, e Assistente de Recursos Humanos do Museu Afro Brasil.

Estes membros discutiram os fatores que impactam o desempenho das atribuições e responsabilidades dos cargos de cada área, atribuíram pesos e graus para cada fator de avaliação, conforme a seguir exposto.

Fatores de Avaliação

Objetivos: Determinar os Fatores de Avaliação que servirão como elemento de comparação e análise para os diferentes cargos do Museu.

Escolha de fatores: Através da análise daquilo que impacta o desempenho das atribuições dos cargos foi selecionados fatores genéricos para os cargos do Museu.

Os fatores foram descritos de forma precisa e sucinta e cada um deles subdivididos em graus perfeitamente distintos, de modo a traduzir as diferenças existentes entre os cargos.

Todos os fatores e a respectiva subdivisão em graus foram aprovados pela Diretoria Administrativa Financeira do Museu Afro Brasil, assegurando, assim, sua adequação e consistência.

As atividades funcionais do Museu foram mensuradas através dos seguintes fatores:

- FORMAÇÃO/ESCOLARIDADE
- EXPERIÊNCIA
- IDIOMAS
- JULGAMENTO E INICIATIVA
- CRIATIVIDADE
- DECISÃO TÉCNICA
- GESTÃO DE PESSOAS
- ESFORÇO FÍSICO

Definição dos fatores e graus:

Formação/Escolaridade

1.01	Este fator avalia o grau de escolaridade ou formação exigida do cargo para que o ocupante possa desempenhar suas funções.
<i>GRAU</i>	<i>GRADUAÇÃO</i>
A	Ensino Médio Completo
B	Superior Completo
C	Pós Graduação/Especialização
D	Mestrado/Doutorado ou Notória Competência

Experiência anterior essencial

2.01	Este fator avalia a experiência anterior, exigida do cargo, para o ocupante desempenhar satisfatoriamente as tarefas. Deve ser considerada a vivência profissional, bem como a sua anterior atuação no cargo/área em questão. Entende-se por experiência o tempo de trabalho em áreas específicas ou cargo similar.
<i>GRAU</i>	<i>GRADUAÇÃO</i>
A	Até 1 ano de vivência profissional
B	De 1 a 3 anos de vivência profissional
C	De 3 a 5 anos de vivência profissional
D	Mais de 5 anos de vivência profissional

Idiomas

3.01	Este fator avalia a necessidade do uso de algum idioma estrangeiro para o desempenho das atividades do cargo
<i>GRAU</i>	<i>GRADUAÇÃO</i>
A	O cargo não requer conhecimento de idioma estrangeiro
B	Noções de idioma estrangeiro suficiente para conversação simples e redação primária

C	Domínio de idioma estrangeiro em nível intermediário adequado para negociações, conversão, discussão e redação de documentos
D	Domínio de idioma estrangeiro em nível avançado, sua aplicabilidade constante e redação aprimorada

Julgamento e iniciativa

4.01	Este fator analisa a capacidade do ocupante do cargo de encontrar soluções, de pensar e agir diante de eventual ausência de normas, orientação superior ou situações imprevistas de trabalho, bem como de se adaptar às mudanças nos objetivos e rotinas.
<i>GRAU</i>	<i>GRADUAÇÃO</i>
A	O cargo requer baixa capacidade
B	O cargo requer média capacidade
C	O cargo requer alta capacidade
D	O cargo requer extrema capacidade

Criatividade

5.01	Este fator destina-se a analisar a capacidade de desenvolver padrões de pensamento, ter ideias originais e propor soluções alternativas.
<i>GRAU</i>	<i>GRADUAÇÃO</i>
A	As tarefas estão limitadas pelas normas e procedimentos
B	Espera-se que o ocupante do cargo apresente soluções e ideias com impacto nas suas tarefas
C	Espera-se que o ocupante do cargo apresente soluções e ideias com impacto nas suas tarefas diárias bem como nos processos de sua área de atuação
D	Espera-se que o ocupante do cargo apresente soluções e ideias com impacto nos processos de sua área de atuação e do Museu como um todo

Decisão técnica

6.01	Este fator avalia as decisões técnicas necessárias ao exercício do cargo e os cuidados ou controles necessários para prevenir a ocorrência de erros e possíveis perdas de material ou equipamento, incluindo peças do acervo.
<i>GRAU</i>	<i>GRADUAÇÃO</i>
A	As decisões técnicas são sempre dentro das rotinas e relativas ao dia a dia com baixa exposição a erros/perdas
B	As decisões técnicas do cargo estão limitadas pelas normas e procedimentos do Museu e com média exposição a erros/perdas.
C	As decisões técnicas do cargo estão limitadas pelas políticas do Museu.
D	As decisões técnicas nem sempre são norteadas pelas políticas do Museu e dependem do conhecimento que o ocupante possui e da necessidade dos processos de sua área com alta exposição a erros/perdas

Gestão de Pessoas

7.01	Este fator avalia as exigências do cargo para gerir pessoas, com o objetivo de integrar e harmonizar atividades, objetivos e resultados.
<i>GRAU</i>	<i>GRADUAÇÃO</i>
A	O cargo não exige exercício de função de liderança e se limita a executar tarefas e/ou planos
B	O cargo exige exercício de liderança de pessoas e atividades, todas elas homogêneas, de natureza simples, rotineira e padronizada
C	O cargo exige liderança de pessoas e funções heterogêneas, que demandam a administração de conflitos em atividades de natureza nem sempre rotineira ou padronizada
D	O cargo exige liderança de pessoas e funções que demandam administração de muitos conflitos em atividades de natureza não rotineira ou padronizada

Esforço físico

8.01	Este fator considera o esforço físico exigido pelo trabalho ou condições de atuação desagradáveis, desconfortáveis e perigosas, bem como sua
------	--

	frequência.
<i>GRAU</i>	<i>GRADUAÇÃO</i>
A	Trabalhos leves, que não exigem esforço físico nem implicam condições de atuação desconfortáveis ou perigosas, como maior parte
B	Esforço físico pequeno no manejo de objetos leves ou operando equipamento ou condição de atuação desconfortáveis ou perigosas, como maior parte do tempo
C	Esforço físico constante no trabalho com material de peso mediano, que exige atividade contínua ou operação de mais de um equipamento ou em condições de atuação desagradáveis ou perigosas, como maior parte do tempo
D	Esforço físico contínuo, em trabalho árduo, seja por manuseio constante de material pesado, seja por permanência de condições de atuação desagradáveis ou perigosas, como maior parte do tempo

Avaliação e Ponderação dos Cargos

Ponderação dos valores: O valor relativo a cada fator foi determinado pelo Comitê de Avaliação de Cargos e pela Consultora, resultando na seguinte ponderação:

FATORES	PESO/PONTOS
1. Formação/Escolaridade	20%
2. Experiência	20%
3. Idiomas	10%
4. Julgamento/Iniciativa	10%
5. Criatividade	10%
6. Decisão Técnica	15%
7. Gestão de Pessoas	10%
8. Esforço Físico	5%
TOTAL	100%

Ponderação dos graus: Para atribuição de pontos aos graus de cada fator, foi utilizada a Progressão Geométrica, resultando na seguinte "Tabela de Ponderação".

	FATORES	GRAU	PONTOS	GRAU	PONTOS	GRAU	PONTOS	GRAU	PONTOS	TOTAL PESO %
1	ESCOLARIDADE	A	30	B	62	C	130	D	270	20%
2	EXPERIÊNCIA ANTERIOR ESSENCIAL	A	30	B	62	C	130	D	270	20%
3	IDIOMAS	A	15	B	31	C	65	D	135	10%
4	JULGAMENTO E INICIATIVA	A	15	B	31	C	65	D	135	10%
5	CRIATIVIDADE	A	15	B	31	C	65	D	135	10%
6	DECISÃO TÉCNICA	A	23	B	47	C	97	D	203	15%
7	GESTÃO DE PESSOAS	A	15	B	31	C	65	D	135	10%
8	ESFORÇO FÍSICO	A	8	B	16	C	32	D	68	5%
			150		312		649		1350	100%

Interpolação Geométrica ----> 2.08008

Para construção da Tabela foi utilizada a metodologia do consenso onde foi fixado arbitrariamente um valor numérico para o somatório da coluna referente ao primeiro grau (A) e ao último (D).

Centenas de experiências laboratoriais de construção de tabelas, tem demonstrado que a otimização deste instrumento de medição enquanto sistema consegue-se ao utilizar uma razão (r) entre 8 e 10, nos valores dos somatórios da primeira e última colunas da tabela. Neste trabalho foi utilizada uma razão (r) de nove.

TÍTULO DO CARGO	PONTOS	TÍTULO DO CARGO	PONTOS
Diretor Curador	1291	Assist. Adm Educação Agendamento	239
Diretor Executivo	1151	Assist. Adm Educação Acolhimento	361
Diretora Adm Financeiro	1081	Auxiliar de Educação	151
Secretaria da Curadoria	423	Apoio a Educação	423
Secretaria da Diretoria	375	Guarda Volumes	273
Coordenadora de Planej. Institucional	1011	Biblioteca	273
Coordenadora de Planej. Curatorial	1011	Assistente de Biblioteca	255
Assistente de Projetos	595	Assistente de Comunicação	735
Assistente de Diretoria	627	Tec. em Documentação e Arquivo Adm.	273
Coordenador de Museografia	905	Coordenador do Núcleo Financeiro	426
Técnico em Montagem	373	Assistente Financeiro Sênior	596
Serviços Gerais I	255	Assistente Financeiro Pleno	257

Serviços Gerais II	291	Assistente Financeiro Junior	217
Marceneiro	375	Analista de Controladoria Pleno	560
Auxiliar de Marcenaria	347	Analista de Controladoria Sênior	595
Pintor	291	Analista de controladoria Junior	255
Eletricista	291	Anal. de Rec. Hum. e Gestão de Pessoas	560
Auxiliar de Eletricista	247	Assistente de Recursos Humanos	273
Coordenadora de Produção	735	Auxiliar em Recursos Humanos	245
Assistente de Coordenação do Núcleo de Pesquisa	601	Estagiário em Recursos Humanos	423
Pesquisador de Conteúdo	557	Coordenador do Núcleo de Compras	361
Auxiliar de Pesquisa	423	Analista de Compras	273
Coord. do Núcleo de Salva Guarda	735	Assistente de Compras	167
Museóloga	735	Auxiliar de Compras	273
Tec. em Documentação Museológica	407	Auxiliar de Escritório	170
Especialista em Conservação e Restauro	507	Almoxarife	183
Assist. de Documentação Museológica	361	Auxiliar de Almoxarife	255
Designer Gráfico	905	Recepcionista	170
Assistente de Edição	735	Supervisora de Loja	255
Coordenador do Núcleo de Educação	735	Vendedor	170
Assistente de Coordenação	627	Encarregado de infraestrutura	361
Supervisora de Educação	381	Auxiliar de Infraestrutura	247
Educador Pleno	361	Monitora de Orientadores de Publico	198
Educador Sênior	337	Bombeiros	183
Educador Junior	273	Orientadores de Publico	151

Tabela Salarial – Data base: maio/2011

Amplitude Faixa Salarial: 15%

	Cargo	Museu Afro Brasil	MENOR	MPEDIO	MAIOR
1	Diretor Curador	R\$ 23.628,00	R\$ 13.164,00	R\$ 28.485,00	R\$ 42.485,00
2	Diretor Executivo	R\$ 17.768,26	R\$ 10.575,00	R\$ 17.278,00	R\$ 33.582,00
3	Diretora Adm Financeiro	R\$ 13.326,20	R\$ 6.368,00	R\$ 16.914,00	R\$ 27.891,00
4	Secretaria da Curadoria	R\$ 3.331,55	R\$ 3.992,00	R\$ 5.004,00	R\$ 5.817,00
5	Secretaria da Diretoria	R\$ 4.000,00	R\$ 3.060,00	R\$ 33.565,00	R\$ 4.983,00
6	Coordenadora de Planej. Curatorial	R\$ 8.885,13	R\$ 8.500,00	R\$ 9.500,00	R\$ 13.500,00
7	Assistente de Projetos	R\$ 4.296,00	R\$ 4.688,00	R\$ 5.391,00	R\$ 6.200,00
8	Assistente de Diretoria	R\$ 4.442,07	R\$ 1.843,00	R\$ 2.224,00	R\$ 2.398,00
9	Coordenador de Museografia	R\$ 5.552,58	R\$ 3.508,00	R\$ 4.034,00	R\$ 5.639,00
10	Técnico em Montagem	R\$ 3.007,20	R\$ 1.559,82	R\$ 1.794,17	R\$ 2.062,93
11	Assistente de Montagem	R\$ 1.500,00	R\$ 1.065,32	R\$ 1.409,32	R\$ 1.620,02
12	Serviços Gerais I	R\$ 1.332,84	R\$ 773,07	R\$ 1.317,09	R\$ 1.550,00
13	Serviços Gerais II	R\$ 1.776,83	R\$ 963,00	R\$ 1.317,09	R\$ 1.800,00
14	Marceneiro	R\$ 2.776,29	R\$ 2.519,80	R\$ 5.592,12	R\$ 332,50

15	Auxiliar de Marcenaria	R\$ 1.332,84	R\$ 1.225,50	R\$ 1.409,32	R\$ 1.620,02
16	Pintor	R\$ 1.777,47	R\$ 1.730,75	R\$ 1.990,90	R\$ 2.288,67
17	Eletricista	R\$ 1.777,47	R\$ 1.150,00	R\$ 1.637,14	R\$ 3.000,00
18	Auxiliar de Eletricista	R\$ 1.332,84	R\$ 974,00	R\$ 1.202,60	R\$ 1.900,00
19	Coordenadora de Produção	R\$ 4.997,33	R\$ 4.161,00	R\$ 6.733,00	R\$ 10.955,00
20	Assist. de Coord. do Núcleo de Pesquisa	R\$ 4.442,07	R\$ 3.466,87	R\$ 4.006,36	R\$ 6.810,20
21	Pesquisador de Conteúdo	R\$ 3.331,55	R\$ 2.688,57	R\$ 3.555,02	R\$ 4.702,05
22	Coord. do Núcleo de Salva Guarda	R\$ 5.552,58	R\$ 4.995,52	R\$ 5.744,80	R\$ 6.606,95
23	Tec. em Documentação Museológica	R\$ 1.933,20	R\$ 1.959,72	R\$ 2.253,20	R\$ 2.980,97
24	Especialista em Conservação e Restauro	R\$ 3.110,31	R\$ 2.351,02	R\$ 3.777,55	R\$ 4.995,52
25	Assist. de Documentação Museológica Pleno	R\$ 3.007,20	R\$ 2.253,30	R\$ 2.591,82	R\$ 2.980,97
26	Assist. de Documentação Museológica Junior	R\$ 2.470,20	R\$ 1.481,35	R\$ 1.703,87	R\$ 1.959,72
27	Designer Gráfico	R\$ 5.552,58	R\$ 4.500,00	R\$ 5.200,00	R\$ 6.700,00
28	Coordenador do Núcleo de Educação	R\$ 4.997,33	R\$ 3.073,42	R\$ 4.064,57	R\$ 5.376,07
29	Assistente de Coordenação de Educação		R\$ 1.888,00	R\$ 3.078,00	R\$ 5.256,00
30	Supervisora de Educação	R\$ 2.776,29	R\$ 2.213,42	R\$ 2.545,60	R\$ 2.927,22
31	Educador Sênior	R\$ 2.221,04	R\$ 1.931,77	R\$ 2.554,20	R\$ 3.377,65
32	Educador Pleno	R\$ 1.888,10	R\$ 1.262,05	R\$ 1.669,47	R\$ 2.060,50
33	Educador Junior	R\$ 1.665,78	R\$ 923,42	R\$ 1.221,20	R\$ 1.403,95
34	Assist. Adm Educação Agendamento	R\$ 1.332,84	R\$ 1.432,80	R\$ 2.031,75	R\$ 2.337,05
35	Assist. Adm Educação Acolhimento	R\$ 1.332,84	R\$ 1.432,80	R\$ 2.031,75	R\$ 2.337,05
36	Auxiliar de Educação	R\$ 2.221,04	R\$ 1.570,57	R\$ 2.338,65	R\$ 2.746,62
37	Apoio a Educação	R\$ 1.426,28	R\$ 938,47	R\$ 1.079,30	R\$ 1.427,60
38	Bibliotecária	R\$ 3.331,55	R\$ 3.356,15	R\$ 4.438,67	R\$ 5.104,10
39	Assistente de Biblioteca	R\$ 1.665,78	R\$ 1.570,57	R\$ 2.076,90	R\$ 2.746,62
40	Assistente de Comunicação	R\$ 1.665,78	R\$ 2.195,15	R\$ 252,17	R\$ 2.903,57
41	Tec. em Documentação e Arquivo Adm.	R\$ 2.050,00	R\$ 2.070,00	R\$ 2.381,00	R\$ 2.738,00
42	Coordenador do Núcleo Financeiro	R\$ 4.997,33	R\$ 4.432,00	R\$ 7.915,00	R\$ 10.862,00
43	Assistente Financeiro Sênior	R\$ 2.148,00	R\$ 1.889,00	R\$ 2.890,00	R\$ 4.052,00
44	Assistente Financeiro Pleno	R\$ 1.665,78	R\$ 1.200,00	R\$ 1.928,00	R\$ 2.390,00
45	Assistente Financeiro Junior		R\$ 884,00	R\$ 1.398,00	R\$ 1.707,00
46	Analista de Controladoria Sênior	R\$ 3.759,00	R\$ 4.422,00	R\$ 7.801,00	R\$ 9.363,00
47	Analista de Controladoria Pleno		R\$ 1.888,00	R\$ 3.078,00	R\$ 5.256,00
48	Analista de controladoria Junior	R\$ 1.800,00	R\$ 1.371,00	R\$ 1.914,00	R\$ 2.399,00
49	Coordenadora de Recursos Humanos		R\$ 4.535,00	R\$ 7.872,00	R\$ 9.873,00
50	Anal. de Rec. Hum. e Gestão de Pessoas	R\$ 3.096,35	R\$ 2.410,00	R\$ 3.184,00	R\$ 4.474,00

51	Assistente de Recursos Humanos	R\$ 1.800,00	R\$ 1.599,00	R\$ 1.856,00	R\$ 2.832,00
52	Auxiliar em Recursos Humanos	R\$ 1.214,70	R\$ 951,00	R\$ 1.256,00	R\$ 1.561,00
53	Coordenador do Núcleo de Compras		R\$ 5.255,00	R\$ 7.822,00	R\$ 10.389,00
54	Analista de Compras	R\$ 3759,00	R\$ 2.253,00	R\$ 3.122,00	R\$ 4.144,00
55	Assistente de Compras	R\$ 1.890,24	R\$ 1.546,00	R\$ 2.150,00	R\$ 3.111,00
56	Auxiliar de Compras		R\$ 1.307,00	R\$ 1.450,00	R\$ 1.882,00
57	Auxiliar de Escritório	R\$ 859,20	R\$ 666,00	R\$ 1.179,00	R\$ 1.547,00
58	Almoxarife	R\$ 2.148,00	R\$ 1.378,00	R\$ 2.111,00	R\$ 2.525,00
59	Auxiliar de Almoxarife	R\$ 889,28	R\$ 912,00	R\$ 1.376,00	R\$ 1.734,00
60	Recepcionista	R\$ 1.300,00	R\$ 818,00	R\$ 913,00	R\$ 1.079,00
61	Supervisora de Loja	R\$ 1.332,84	R\$ 1.341,00	R\$ 1.679,00	R\$ 2.588,00
62	Vendedor	R\$ 889,28	R\$ 796,00	R\$ 1.120,00	R\$ 1.540,00
63	Coordenador de Infraestrutura		R\$ 4.005,00	R\$ 4.262,00	R\$ 4.920,00
64	Encarregado de Infraestrutura	R\$ 3.096,35	R\$ 1.862,00	R\$ 2.693,00	R\$ 3.524,00
65	Auxiliar de Infraestrutura	R\$ 1.101,93	R\$ 1.137,00	R\$ 1.451,00	R\$ 1.853,00
66	Monitora de Orientadores de Público	R\$ 889,28	R\$ 886,87	R\$ 1.020,17	R\$ 1.172,82
67	Bombeiros	R\$ 1.166,37	R\$ 998,68	R\$ 1.745,00	R\$ 2.100,00
68	Orientadores de Público	R\$ 777,58	R\$ 708,00	R\$ 883,91	R\$ 1.300,00
69	Copeira		R\$ 726,00	R\$ 834,00	R\$ 960,00
Programa de Estagiário					
	Estagiário em Recursos Humanos	R\$ 966,60	Menor	Médio	Maior
	Penúltimo Ano		R\$ 816,00	R\$ 1.124,00	R\$ 1.479,00
	Último Ano		R\$ 969,00	R\$ 1.326,00	R\$ 1.636,00

Tabelas Atualizadas em junho-2011

Fontes:
Jornais de grande circulação
Internet
Qualyafro Recrutamento e Seleção
Organizações Sociais de Cultura
Secretaria da Cultura

Benefícios Sociais

O salário pago em relação ao cargo ocupado constitui somente uma parcela do pacote de compensação que o Museu oferece aos seus colaboradores. A remuneração é também constituída em benefícios sociais, que representam um aspecto importante do pacote total de compensação.

Os benefícios sociais são uma forma de remuneração indireta, que visa oferecer aos funcionários uma base para a satisfação de suas necessidades pessoais.

A vantagem dos benefícios para o Museu abrange: elevar o moral dos empregados, reduzir a rotatividade e o absenteísmo, elevar a lealdade do empregado para com o Museu; aumentar o bem-estar dos empregados; facilitar o recrutamento e seleção e a retenção do pessoal; reduzir distúrbios e queixas, etc.

Os benefícios também trazem vantagens aos funcionários como: oferece conveniências não avaliáveis em dinheiro; oferece assistência disponível na solução de problemas pessoais; aumenta a satisfação no trabalho, oferece meios de melhorar o relacionamento social entre os funcionários; reduz sentimento de insegurança e as causas de insatisfação.

O Museu oferece os seguintes benefícios sociais aos seus colaboradores:

BENEFÍCIOS		
TIPO	VALOR PAGO PELO MUSEU	CUSTO EMPREGADO
Vale Refeição	R\$ 15,00 por dia trabalhado	0%
Vale Alimentação	R\$ 200,00 por mês	0%
Vale Transporte	Valor excedente a 6% do salário do funcionário	Até 6% do seu salário mensal
Assistência Médica Porto Seguro	Até R\$ 120,00 por funcionário	Varia de acordo com o nº de dependentes e se exceder a R\$ 120,00
TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO		
Curso de Inglês	Professor contratado ao custo de R\$ 400,00 por mês para todos os participantes.	0%
Curso de Francês	Professor contratado ao custo de R\$ 400,00 por mês para todos os participantes.	0%

Classificação dos Cargos por Faixa Salarial

FAIXA 1 – até 200 pontos

Auxiliar de Educação
Assistente de Compras
Almoxarife
Recepcionista
Serviços Gerais I
Vendedor
Monitora de Orientador de Publico
Bombeiros
Orientador de Publico
Auxiliar de Recursos Humanos

FAIXA 2 – de 201 a 270 pontos

Serviços Gerais I
Auxiliar de Eletricista
Assist. Adm Educ. Agendamento
Assistente de Biblioteca
Assistente Financeiro pleno
Analista de controladoria Junior
Assistente de Recursos Humanos
Auxiliar de compras

FAIXA 3 – de 271 até 350 pontos

Almoxarife
Assistente de Comunicação
Assistente de Biblioteca
Assistente de RH
Assistente Financeiro II
Auxiliar de Compras
Educador Junior I
Serviços Gerais II
Eletricista
Pintor
Educador Pleno

FAIXA 4 – de 351 até 374

Analista de Suporte
Assist. Docum. Museológica
Assistente de Compras
Auxiliar de Núcleo de Educação
Educador Sênior
Encarregado de Infra Estrutura
Técnico em Montagem

FAIXA 5 – de 375 até 550 pontos

Marceneiro
 Secretária da Diretoria
 Supervisora de Educação
 Analista de Compras
 Assistente de Curadoria
 Auxiliar de Pesquisa
 Bibliotecária
 Secretária de Curadoria
 Espec. em Conservação e Restauro I

FAIXA 6 – de 551 até 700

Assistente de Pesquisa
 Analista de RH e Gestão de Pes.
 Assist. Coord. Sênior
 Assistente de Diretoria
 Analista de Controladoria
 Assistente de Projetos

FAIXA 7 – de 701 até 900 pontos

Coord. Educação
 Coord. Núcleo Gestão Financeira
 Coord. Conserv. E Restauro
 Coord. Produção
 Museóloga

FAIXA 8 – de 901 até 1000 pontos

Designer Gráfico
 Museógrafo

FAIXA 9 – de 1001 até 1080 pontos

Coord. Planej. Curatorial
 Coord. Planej. Institucional

FAIXA 10 – Acima de 1080

Diretor Adm. Financeiro
 Diretor Executivo
 Diretor Curador

Tabela de pontos

	Mínimo	Máximo
1	-	200
2	201	270
3	271	350
4	351	374
5	375	550
6	551	700
7	701	900
8	901	1000
9	1001	1080
10	1081	-

Política e Diretrizes

Participação: Houve a participação e co-responsabilidade das lideranças do Museu Afro Brasil, sob orientação da Diretoria Administrativa Financeira.

Construção da tabela salarial: A tabela estabelece os valores básicos (salário fixo) pagos pelo Museu Afro Brasil e pelo mercado, para todos os cargos, com data-base em 1º de março.

Revisão da pesquisa salarial: Recomenda-se a realização de pesquisa salarial com periodicidade anual, a fim de aferir as bases praticadas pelos museus de São Paulo.

Admissão e enquadramento: A admissão de novos profissionais no quadro do Museu é feita no nível "A" a "D", da faixa em que seu cargo esteja classificado e sua efetivação é feita no nível "E" da mesma faixa, que representa a média de mercado. As exceções a esta regra deverão ser resolvidas pela Diretoria Administrativa Financeira.

O enquadramento dos profissionais do quadro atual é feito no nível salarial mais próximo daquele que vem percebendo atualmente, ressalvados os casos de flagrante distorção, visando a garantir os princípios de equilíbrio interno e externo de salários.

Políticas e diretrizes de movimentação de pessoal: A movimentação das pessoas, na tabela salarial, pode ocorrer de duas formas:

- Horizontal (Progressão): passagem para o nível imediatamente superior, dentro da mesma faixa.
- Vertical (Promoção): passagem para cargo de faixa superior, dentro da respectiva carreira.

Proposta de Novos Cargos

Mudança de Nomenclatura	Funcionário Correspondente
Nome atual	Sugestão de Novo nome
Assistente Administrativo de Educação	Assistente de Educação – Acolhimento Debora Quadros
Assistente Administrativo de Educação	Assistente de Educação- Agendamento Tayná de Carvalho

Auxiliar de Educador	Apoio a Educador em oficinas Wasawulua Daniel
Assistente Financeiro II	Assistente Financeiro Sênior Cristina Toledo
Assistente Financeiro I	Assistente Financeiro Pleno Elida Malaquias
Almoxarife	Encarregado de setor de Almoxarifado Joas Menezes

Proposta de Novo Cargo	Funcionário Correspondente
Analista de Controladoria Junior	<i>Daniela Miranda</i>
Analista de Controladoria Pleno	
Analista de Controladoria Sênior	<i>José Roberto Gonçalves</i>

Descrições de Cargos

- Diretor Curador
- Diretor Executivo
- Diretor Administrativo Financeiro

Título do Cargo: Diretor Curador	
<p>Missão do Cargo:</p> <p>Responsável pela linha artística do Museu. Cabe-lhe decidir as mostras que compõem o cronograma anual, assim como articular os diversos setores que dão suporte à realização da exposição: Acervo, Publicações, Biblioteca e Educativo.</p> <p>Responsável pela composição, manutenção e exibição de coleções. Cuida da vida do acervo. Busca lacunas na coleção, constrói parcerias para aquisição de peças, enxerga novas linhas a serem implementadas. Planeja a circulação do acervo por outras instituições, divulgando o Museu e ampliando as interpretações sobre o próprio acervo.</p>	
<p>Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar a guarda e destinação do acervo do Museu • Efetivar a representação estratégica do Museu, inclusive internacionalmente • Apresentar anualmente plano de gestão e proposta de atuação cultural para o Conselho de Administração • Colaborar com o Diretor Executivo e o Diretor Administrativo Financeiro em todos os atos de gestão do Museu • Desempenhar papel crítico divulgando as obras dos artistas em exposição no Museu • Ajudar na elaboração do folheto de apresentação ou o catálogo da exposição, escolhendo as imagens mais representativas e fazer o texto de apresentação • Tornar conhecido o acervo através da realização de exposições e eventos de divulgação • Organizar a exposição permanente do Museu e exposições temporárias • Firmar contratos com entidades congêneres e outras de caráter público ou particular nacional ou estrangeiro para realização de programas de intercâmbio e cooperação 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior Completo
Experiência Comprovada:	Mais de 5 anos
Idiomas:	Inglês avançado/fluyente
Desejável:	Notória competência

Título do Cargo: Diretor Executivo	
Missão do Cargo: Coordenar e conduzir os negócios do Museu Afro, controlando e avaliando a gestão da OS, garantindo o cumprimento do Contrato de Gestão, assim como coordenar as atividades dos setores vinculados.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo: <ul style="list-style-type: none"> • Representar o Museu perante terceiros e instituições públicas em geral, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente • Praticar todos os atos da gestão administrativa • Formular e implementar políticas de desenvolvimento institucional, da governança do Museu, bem como de relacionamento com seus associados • Apresentar ao Conselho de Administração proposta do regimento interno e de regulamento próprio contendo os procedimentos a serem adotados para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e o plano de cargos, salários e benefícios dos funcionários do Museu • Dirigir os trabalhos do Museu como um todo, colaborando com os demais órgãos sociais nas áreas de atuação destes • Ordenar as despesas autorizadas, movimentar as contas bancárias e assinar os cheques de contas a pagar • Atuar na coordenação dos empregados e demais colaboradores do Museu • Constituir procuradores via outorga de procurações, <i>ad judícia</i> ou não • Ter sob sua guarda e responsabilidade o arquivo e os valores do Museu • Angariar recursos para o cumprimento das finalidades do Museu, em conjunto com os outros diretores e o Conselho de Administração. 	
Pré Requisitos	
Experiência Comprovada:	Mais de 15 anos na função
Idiomas:	inglês e francês

Título do Cargo: Diretor Administrativo Financeiro	
Missão do Cargo: Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de diversas áreas de apoio administrativo e da área financeira do Museu (compras e RH, inclusive), fixando políticas de gestão dos recursos financeiros disponíveis, estruturação, racionalização, e adequação dos serviços de apoio administrativo tendo em vista os objetivos do Museu. Responsável pelo financeiro e administrativo perante diretoria e conselho de administração, bem como perante a secretária Estadual de Cultura e seus órgãos reguladores em assuntos pertinentes à sua área.	
Principais Atribuições do Cargo: <ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar o Diretor Executivo na prática de todos os atos de administração executiva do Museu • Oferecer ao Conselho de Administração todos os elementos de ação previstos no Estatuto, como: <ol style="list-style-type: none"> 1. Proposta de orçamento do Museu e o seu programa de investimento 2. Relatórios gerenciais e de atividades do museu • Executar todos os procedimentos necessários ao fiel cumprimento das normas contábeis, trabalhistas e fiscais; • Elaborar demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais do museu • Coordenar a elaboração e execução dos orçamentos, contas anuais e outros documentos contábeis e financeiros do museu. 	
Pré Requisitos	

Escolaridade:	Superior em Ciências contábeis, Economia ou Administração de empresas. Pós-graduação em área financeira: controladoria, gestão estratégica ou gestão de projetos.
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada mínima de 5 anos
Idiomas:	Fluência em inglês
Desejável:	Preferencialmente, ter trabalhado em entidades multinacionais ou empresas de auditoria renomadas. Profundos conhecimentos sobre gestão, relações empresariais, recursos humanos, macroeconomia, além de conhecimentos em informática e tecnologia.

1. Secretária de Curadoria	29. Bibliotecária
2. Secretária de Diretoria	30. Assistente de Biblioteca
3. Coordenadora de Planejamento Curatorial	31. Assistente de Comunicação
4. Assistente de Projetos	32. Coordenador de Núcleo de Gestão Financeiro
5. Coordenador de Museografia	33. Assistente Financeiro Sênior
6. Técnico de Montagem	34. Assistente Financeiro Pleno
7. Marceneiro	35. Assistente Financeiro Junior
8. Auxiliar de Marcenaria	36. Analista de Controladoria Sênior
9. Pintor	37. Analista de Controladoria Pleno
10. Eletricista	38. Analista de Controladoria Junior
11. Auxiliar de Eletricista	39. Arquivista
12. Serviços Gerais I	40. Analista de Recursos Humanos e Gestão de Pessoal
13. Serviços gerais II	41. Assistente de Recursos Humanos
14. Coordenador de Produção	42. Estagiária em MUseologia
15. Assistente de Coordenador de pesquisa	43. Coordenador de Núcleo de Compras
16. Pesquisador de Conteúdo	44. Assistente de Compras
17. Coordenador do Núcleo de Salva Guarda	45. Auxiliar de Escritório
18. Técnico em Documentação Museológica	46. Almoxarife
19. Especialista em Conservação e Restauo	47. Auxiliar de Almoxarife
20. Assistente de documentação Museológica	48. Recepcionista
21. Designer Gráfico	49. Supervisor de Loja
22. Coordenador de Núcleo de Educação	50. Vendedor
23. Assistente de Coordenação	51. Encarregado de Infraestrutura
24. Supervisora de Educação	52. Auxiliar de Infraestrutura
25. Educador	53. Monitora de Orientador de Publico
26. Acolhimento	54. Orientador de Publico
27. Agendamento	55. Bombeiro Civil
28. Auxiliar de Núcleo de Educação	56. Estagiária em Recursos Humanos
	57. Contador

Título do Cargo: Secretária de Curadoria
Missão do Cargo: Assistir o Diretor-Curador em suas atividades.
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo: <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as ações do Diretor-Curador, na revisão dos textos elaborados por ele; • Eventualmente, apoiar na confecção de textos e relatórios, pareceres sobre arte e pesquisas correlatas, sempre que solicitado; • Apoiar, quando solicitado, a coordenação de planejamento curatorial em ações que envolvam

pesquisa e confecção de textos e/ou relatórios;	
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o Núcleo Editorial e de Pesquisa, com as anuências do Diretor-Curador e da coordenação de planejamento curatorial. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior completo
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada na área de 10 anos. Desejável ser proveniente da área de cultura.
Idiomas:	Fluência em Inglês e Francês desejáveis
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos.

Título do Cargo: Secretária da Diretoria	
<p>Missão do Cargo: Prestar serviços de secretaria a uma pessoa, setor ou atividade, executando tarefas de anotação, redação, digitação e organização de documentos e compromissos. Manter contatos e preparar informações para eventos agendados. Proceder segundo normas específicas rotineiras ou de acordo com seus próprios critérios para assegurar o fluxo de trabalhos administrativos da sua área de atuação.</p>	
<p>Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Secretariar os diretores em atividades de comunicação interna e externa, por telefone, por ofícios ou por e-mail. • Receber, triar e encaminhar ligações telefônicas, elaborar e encaminhar ofícios, agendar compromissos e arquivar documentos diversos. • Administrar os e-mails da direção, esclarecendo dúvidas, atendendo solicitações, sugestões e direcionando os assuntos aos diretores responsáveis. • Colaborar com os coordenadores de núcleos quanto à comunicação interna e externa. • Assistir seu superior ou setor na organização e administração de eventos e informações, marcando e cancelando compromissos, visando à melhor fluidez das atividades e adequação do tempo. • Preparar a infra-estrutura das reuniões, verificando a adequação do espaço e providenciando materiais e equipamentos necessários. • Registrar, quando solicitado por seu superior, o evento em ata, com posterior distribuição aos participantes. • Controlar e organizar documentos e correspondências e dar encaminhamento a ofícios, memorandos e comunicações internas. • Pesquisar e realizar reservas de passagens e hospedagem. • Solicitar suprimentos de escritório e manter o controle do estoque do setor. • Organizar arquivos e orientar o envio e recebimento de documentos pertinentes de sua área de atuação. • Executar tratamento e descarte de resíduos provenientes de seu trabalho. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior Completo
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada na profissão de 10 anos
Idiomas:	Fluência em Inglês.

Desejável:	Conhecimentos em editores de textos e planilhas de cálculo e sistemas de busca.
------------	---

Título do Cargo: Coordenadora de Planejamento Curatorial	
Missão do Cargo:	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do planejamento de exposições juntamente com o Diretor curador; • Elaboração, gestão e acompanhamento de políticas da instituição; • Desenvolver, sistematizar, aperfeiçoar e corrigir métodos e técnicas de trabalho em programas, projetos e serviços da Organização Social de Cultura “Museu Afro Brasil”, individualmente ou em equipes multidisciplinares • Participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais, para realização de diagnósticos, análises e estudos, destinados a programas e projetos que envolvam conhecimentos de interesse da Organização Social de Cultura “Museu Afro Brasil • Responsável pelo acompanhamento dos projetos e seus orçamentos; • Responsável pela área técnica das prestações de contas de projetos, convênios entre outros; • Responsável pelas áreas subordinadas à curadoria e respectivo desempenho positivo; • Responsável pelo acompanhamento do plano de trabalho e direcionamento dos núcleos. • Entrega de relatórios da área curatorial; 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Doutorado em de ciências sociais ou áreas afins
Experiência Comprovada:	10 anos de experiência comprovada; Experiência em órgãos públicos; Notória Competência.
Idiomas:	Desejável segunda língua
Demais Requisitos:	

Título do Cargo: Assistente de Projetos	
Missão do Cargo: Assistir a Diretoria em suas atividades rotineiras	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Participar da formulação, planejamento, coordenação, execução e acompanhamento de políticas, programas, projetos e ações públicas no âmbito municipal, estadual e federal;; • Redigir relatórios, textos, ofícios, correspondências técnico-administrativas, com observância das regras gramaticais e das normas e instruções de comunicação oficial; • Analisar e emitir pareceres técnicos específicos, relatórios, demonstrativos, tabelas, gráficos e outros instrumentos técnicos relacionados à sua área de atuação, por determinação legal ou quando solicitado pela diretoria;”; • Preparar e analisar tabelas e gráficos, elaborar relatórios dos trabalhos executados, orientar e participar da elaboração de estudos e análises de contratos firmados; • Analisar processos, realizar estudos levantamentos de dados, conferir a exatidão da documentação, observando prazos, normas e procedimentos legais, individualmente ou em equipe multidisciplinares; • Operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas de informação postos à sua disposição, contribuindo pra os processos de automação, alimentação de dados e agilização das rotinas de trabalho relativas à sua área de atuação; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Manter-se atualizando sobre as normas e sobre a estrutura da Organização Social de Cultura “Museu Afro Brasil”; • Participar de cursos de qualificação e requalificação profissional e repassar as informações e conhecimentos técnicos adquiridos aos colaboradores envolvidos. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	superior completo
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada em OS de 3 a 5 anos
Idiomas:	Fluência em Francês é pré-requisito para o cargo
Desejável:	Manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações; Ter capacidade de liderança; Ter conhecimento avançado em Pacote Office

Título do Cargo: Coordenador de Museografia	
Missão do Cargo: Execução de projetos museológicos, planejamento de disposição de objetos e sistemas de iluminação, segurança e conservação.	
Principais Atribuições/Responsabilidade do Cargo: <ul style="list-style-type: none"> • Efetuar a execução de projetos museológicos, através de diferentes recursos; • Planejamento de disposição de objetos, vitrines ou outros suportes expositivos, legendas e sistemas de iluminação, segurança e conservação; Dispor a exposição de longa duração, para que transmita uma proposta favorável na interpretação da linguagem visual e espacial; • Monitorar e vistoriar equipamentos e instalações museográficas das exposições; • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança pelas obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução dos serviços. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Notória Competência
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada em museus - 5 anos.
Idiomas:	Conhecimentos em outras línguas.
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Técnico em Montagem	
Missão do Cargo: Executar tarefas específicas, típicas de sua área de atuação, relacionadas à reparação, conservação, confecção, montagem e manutenção.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo: <ul style="list-style-type: none"> • Executar serviços de gerais de montagem de moveis e detectando os defeitos, visualmente ou através de instrumentos específicos e/ ou reparando as peças e componentes necessários. • Preparar estimativas detalhadas sobre quantidade e custos de materiais e mão-de-obra, 	

- efetuando cálculos.
- Efetuar aplicação de material impermeabilizante.
 - Remover materiais e resíduos provenientes da execução dos trabalhos.
 - Identificar e resolver problemas que surjam, aplicando seus conhecimentos teóricos e práticos.
 - Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios quando da execução dos serviços.
 - Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior

Pré Requisitos

Escolaridade:	Nível médio completo ou cursando Superior
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada na Área de 3 anos
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Marceneiro

Missão do Cargo:
Confeccionar e reparar, suportes expositivos, móveis e utensílios de madeira guiando-se por desenhos e especificações utilizando ferramentas apropriadas para o atendimento das necessidades.

Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:

- Confeccionar e reparar suportes expositivos, móveis e utensílios de madeira.
- Colocar ferragens, como dobradiças, puxadores e outras nas peças e móveis montados, para possibilitar o manuseio dos mesmos e atender aos requisitos exigidos no seu acabamento.
- Envernizar ou encerar as peças e os móveis confeccionados, para atender as exigências estéticas do trabalho.
- Montar e desmontar tablados, coberturas, arquibancadas e divisórias.
- Auxiliar na carga e descarga dos suportes expositivos e mobiliários confeccionados, até o local a ser montado, bem como na desmontagem e montagem de móveis, em mudanças internas de um local para o outro.
- Executar descarte de materiais e resíduos provenientes da execução dos serviços.
- Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução dos serviços.
- Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho.
- Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil.

Pré Requisitos

Escolaridade:	Ensino Médio
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada como marceneiro de 3 a 5 anos
Desejável:	Curso de Marceneiro e disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Auxiliar de Marcenaria

Missão do Cargo:

Auxiliar na confecção e reparo, de móveis e utensílios de madeira auxiliando os marceneiros em suas necessidades diárias em cumprimento dos deveres de suportes expositivos

Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:

- Montar e desmontar tablados, coberturas, arquibancadas e divisórias.
- Auxiliar na carga e descarga dos suportes expositivos e mobiliários confeccionados, até o local a ser montado, bem como na desmontagem e montagem de móveis, em mudanças internas de um local para o outro.
- Executar descarte de materiais e resíduos provenientes da execução dos serviços.
- Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução dos serviços.
- Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho.
- Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil.

Pré Requisitos

Escolaridade:	Ensino Médio
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada como marceneiro de 1 a 3 anos
Idiomas:	
Desejável:	Curso de Marceneiro e disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Pintor

Missão do Cargo:
Executar trabalhos de pintura e acabamento

Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:

- Efetuar pintura predial e expositiva, à mão, com compressor ou com outras técnicas, e também sua manutenção.
- Executar trabalhos de alvenaria relacionados à manutenção preventivo/corretiva dos locais a serem pintados.
- Efetuar a limpeza a remoção do material de descarte decorrente do seu trabalho.
- Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços.
- Executar tratamento e descarte de resíduos provenientes do seu local de trabalho.
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.
- Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil.
- Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil.
- Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho.
- Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil.

Pré Requisitos

Escolaridade:	Escolaridade mínima: nível médio completo ou cursando
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada como pintor de 3 a 5 anos.
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Eletricista	
Missão do Cargo: Realizar instalações elétricas de baixa tensão, manutenção preventiva e corretiva das mesmas.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Instalar e efetuar manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas prediais. • Instalar e efetuar manutenção preventiva e corretiva da instalação elétrica expositiva e de eventos. • Efetuar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos elétricos de baixa tensão. • Realizar serviços de manutenção elétrica em geral, em baixa tensão, em quadros de distribuição de energia, quadro de bombas d'água, pára-raios, alimentações diversas, incluindo a limpeza e desobstrução de eletrodutos. • Realizar a limpeza e manutenção periódica das luminárias expositivas. • Anotar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços, encaminhando os itens faltantes para providências de compra. • Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços. • Transportar peças, materiais, ferramentas e o que mais for necessário à realização dos serviços. • Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais provenientes de seu local de trabalho. • Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Ensino Médio
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada como eletricista de 3 a 5 anos
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Auxiliar de Eletricista	
Missão do Cargo: Auxiliar o eletricista nas instalações elétricas de baixa tensão, manutenção preventiva e corretiva das mesmas.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar nas rotinas de elétrica, manutenção de equipamentos elétricos. • Troca de lâmpadas e fiações • Desenvolver parte elétrica nas exposições • Trabalho, na cabine primária. • Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais provenientes de seu local de trabalho • Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. 	
Pré Requisito	
Escolaridade:	Ensino Médio

Experiência Comprovada:	Experiência comprovada como eletricista de 1 a 1 ano e meio
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Serviços Gerais I	
Missão do Cargo: Auxiliar em trabalhos de manutenção, realizando tarefas gerais de suporte administrativo e/ou operacional.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar na movimentação de móveis, materiais e equipamentos. • Auxiliar na montagem das exposições e eventos. • Cuidar do transporte dos instrumentos, equipamentos e materiais utilizados em sua área de atuação. • Executar o tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho. • Desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de segurança do trabalho. • Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior. • Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Escolaridade mínima: ensino médio completo ou cursando
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada em serviços gerais de 1 a 2 anos.
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Serviços Gerais II	
Missão do Cargo: Auxiliar em trabalhos de infraestrutura, realizando tarefas gerais de suporte administrativo e/ou operacional.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Executar trabalhos de infraestrutura, manutenção e conservação em geral no Museu Afro Brasil e exposições, utilizando os materiais e instrumentos adequados e rotinas previamente definidas. • Auxiliar na montagem das exposições e eventos. • Cuidar do transporte dos instrumentos, equipamentos e materiais utilizados em sua área de atuação. • Efetuar pequenas compras e pagamentos, serviços de correio, conforme solicitações. • Controlar a utilização dos materiais de sua área de atuação. • Executar atividades de copa, quando necessário. • Separar os materiais recicláveis para descarte. • Executar o tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho. • Desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de segurança do trabalho. 	

- Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços.
- Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil.
- Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil.
- Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho.
- Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil.

Pré Requisitos

Escolaridade:	Escolaridade: Ensino médio completo
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada em serviços gerais de 2 a 3 anos.
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Coordenador de Produção

Missão do Cargo:

Atuar no planejamento, desenvolvimento e implementação de projetos de exposições e eventos.

Principais Atribuições do Cargo:

- Exercer atividades de planejamento, organização, montagem e desmontagem de projetos de exposição e eventos.
- Apresentar relatórios de atividades efetuadas.
- Colaborar no desenvolvimento de projetos de mobiliário e demais suportes para as exposições e eventos.
- Participar do exame periódico e minucioso das condições da exposição e eventos.
- Participar do controle, organização e manutenção dos equipamentos, materiais técnicos e recursos necessários às atividades.
- Colaborar no levantamento e orçamentos de materiais e serviços para exposições e eventos.
- Colaborar, quando necessário, no acondicionamento, conservação, identificação, registro e seleção de documentação.
- Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil.
- Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil.
- Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho.
- Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil.

Pré Requisitos

Escolaridade:	Nível superior, desejável pós graduação
Experiência Comprovada:	Experiência em produção de exposições e/ou eventos de grande porte de 1 a 3 anos
Idiomas:	Desejável conhecimento básico em outra língua
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos e aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Assistente de Coordenação de Pesquisa	
<p>Missão do Cargo:</p> <p>Atuar em diferentes áreas do Museu, tais como: pesquisas de campo, documental, pesquisas interdisciplinares, ou em áreas afins de interesse para o museu; concepção, desenvolvimento e implementação de projetos de exposição; análise e diagnóstico das peças a serem conservadas e restauradas; desenvolvimento de trabalhos de administração de acervos e coleções, planejamento e implementação de sistemas de documentação museológica, assegurando a organização e formalização dos elementos do acervo.</p>	
<p>Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colaborar em todas as etapas de planejamento, organização e conservação de coleções dos museus; montagem e desmontagem de projetos de exposição; desenvolvimento e implantação de projetos de conservação e classificação de documentação museológica; identificação de materiais, visando apresentação de proposta de intervenção, conservação ou restauro, utilizando métodos apropriados. • Contribuir em outras tarefas do museu, envolvendo pesquisas, divulgação, educação, conservação, restauro e organização das reservas técnicas do museu, quando sua habilidade for necessária • Participar de projetos, colaborando com as atividades do museu, desde que suas habilidades sejam requeridas, participando de atividades de pesquisa, divulgação e extensão, pertinentes à sua área de atuação. • Preparar projetos dentro de sua área de atuação, visando ou não à captação de recursos. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior Completo
Experiência Comprovada:	Experiência na área de 2 a 4 anos.
Idiomas:	Nível intermediário
Desejável	

Título do Cargo: Pesquisador de Conteúdo	
<p>Missão do Cargo:</p> <p>Auxiliar o Assistente de Pesquisa nas pesquisas de campo, documental, pesquisas interdisciplinares, ou em áreas afins de interesse para o museu; concepção, desenvolvimento e implementação de projetos de exposição; análise e diagnóstico das peças a serem conservadas e restauradas; desenvolvimento de trabalhos de administração de acervos e coleções, planejamento e implementação de sistemas de documentação museológica, assegurando a organização e formalização dos elementos do acervo.</p>	
<p>Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuar em diferentes áreas do Museu, tais como: pesquisas de campo, documental, pesquisas interdisciplinares, ou em áreas afins de interesse para o museu; concepção, desenvolvimento e implementação de projetos de exposição; análise e diagnóstico das peças a serem conservadas e restauradas; desenvolvimento de trabalhos de administração de acervos e coleções, planejamento e implementação de sistemas de documentação museológica, assegurando a organização e formalização dos elementos do acervo • Elaborar relatórios técnicos dentro de sua área de atuação • Executar tratamento e descarte de resíduos, provenientes de seu trabalho. • Normalizar atividades que envolvam sua área de atuação 	
Pré Requisitos	

Escolaridade:	Superior Completo
Experiência Comprovada:	Experiência de 3 a 5 anos na área
Idiomas:	Noções do idioma estrangeiro
Desejável:	

Título do Cargo: Coordenador do Núcleo de Salva Guarda	
<p>Missão do Cargo: Coordenar a conservação e restauro de peças e acervo, executar tarefas de análise e laudos das peças a serem conservadas e restauradas; Desenvolver trabalhos de conservação preventiva e elaboração e detalhamento de exposições quanto à conservação das obras expostas;</p>	
<p>Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e aplicar ações de conservação e restauro de peças e acervo. • Executar tarefas de análise e laudo das peças a serem conservadas e restauradas. • Planejar, estabelecer e orientar a aplicação de técnicas de trabalho, visando a qualidade dos serviços prestados pelos funcionários na sua área de atuação. • Elaborar e adaptar métodos de tratamento do acervo. • Desenvolver e coordenar os trabalhos de conservação preventiva do acervo, evitando danos, ou reparos freqüentes. • Participar na elaboração e detalhamento de exposições quanto à conservação e segurança das obras expostas. • Apresentar laudos e programas de execução da tarefa, indicando recursos físicos, materiais e financeiros necessários para a execução de restauro. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho. • Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do núcleo. • Ser responsável pela organização e acondicionamento das obras na Reserva Técnica. • Elaborar relatórios técnicos dentro de sua área de atuação. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específicos, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	graduação completa. Desejável pós-graduação na área (stricto ou lato sensu).
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada na área de conservação e restauro de 1 a 3 anos.
Idiomas:	
Desejável:	Conhecimentos em editores de textos e planilhas de cálculo e banco de dados. Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados. Cursos Técnicos e/ou específicos somando no mínimo 180h

Título do Cargo: Técnica em Documentação Museológica	
Missão do Cargo: Prestar suporte aos serviços de catalogação, pesquisa e conservação do acervo do Museu	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo: <ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar na execução de atividades relativas elaborações da documentação museológica, auxiliando nas pesquisas junto ao acervo e alimentação do banco de dados. • Auxiliar na organização das reservas técnicas do Museu Afro Brasil, no desenvolvimento de padrões de acondicionamento do acervo. • Auxiliar na organização da documentação museológica envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados. • Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução dos serviços. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do museu. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Desejável formação em área de arquivologia ou correlata.
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada na área de documentação museológica, em acompanhamento de montagem de exposições e catalogação de acervos com diferentes tipologias.
Idiomas:	
Desejável:	Conhecimentos em Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados

Título do Cargo: Especialista em Conservação e Restauro	
Missão do Cargo: Responsável pelo desenvolvimento de ações de conservação, documentação, coleta, pesquisa e organização do acervo exposto e das reservas técnicas.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo: <ul style="list-style-type: none"> • Responsável pelo acervo exposto ou acondicionamento, quer quanto à manutenção, organização, manejo e catalogação. • Acompanhamento técnico, coleta, transporte, embalagem, montagem/desmontagem mostras internas ou externas- nacionais ou internacionais • Elaboração e acompanhar projetos internos ou externos, orientação e acompanhamento da limpeza e conservação do acervo • Elaboração e executar laudos técnicos, registro fotográfico do estado de conservação da obra, pré e pós restauro, execução de higienização, consolidação e restauro de peças. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	graduação completa. Desejável pós-graduação na área (stricto ou lato sensu).
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada na área de conservação e restauro de 1 a 3 anos.
Idiomas:	

Desejável:	Conhecimentos em editores de textos e planilhas de cálculo e banco de dados. Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados. Cursos Técnicos e/ou específicos somando no mínimo 180h
Título do Cargo: Assistente em Documentação Museológica	
Missão do Cargo: Prestar suporte aos serviços de catalogação, pesquisa e conservação do acervo do Museu	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo: <ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar na execução de atividades relativas elaborações da documentação museológica, auxiliando nas pesquisas junto ao acervo e alimentação do banco de dados. • Auxiliar na organização das reservas técnicas do Museu Afro Brasil, no desenvolvimento de padrões de acondicionamento do acervo. • Auxiliar na organização da documentação museológica envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados. • Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução dos serviços. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do museu. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Desejável formação em área de arquivologia ou correlata.
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada na área de documentação museológica, em acompanhamento de montagem de exposições e catalogação de acervos com diferentes tipologias.
Idiomas:	
Desejável:	Conhecimentos em Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados

Título do Cargo: Designer Gráfico	
Missão do Cargo: Dar assistência à pesquisa curatorial, à montagem e à comunicação visual das exposições.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo: <ul style="list-style-type: none"> • Prestar suporte e coordenar o encaminhamento das demandas da Curadoria do Museu • Acompanhar a montagem das exposições e o remanejamento das áreas expositivas, conforme definição da Curadoria • Acompanhar o trabalho das equipes envolvidas na montagem e remanejamento das exposições • Contatar artistas, instituições e fornecedores necessários às atividades da Curadoria • Pesquisar conteúdos necessários aos projetos curatoriais • Elaborar, finalizar e coordenar a aplicação da comunicação visual das exposições e do Museu • Encaminhar as demandas de compras necessárias no trabalho que coordena, respeitando os prazos definidos e procedimentos • Atender as solicitações de cessão de imagem, gravações, entrevistas no Museu Afro Brasil • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliários, instrumentos e materiais utilizados de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior Completo

Experiência Comprovada:	Mais de 5 anos de experiência na função
Idiomas:	Idioma estrangeiro em nível avançado
Desejável:	

Título do Cargo: Acolhimento	
<p>Missão do Cargo: Recepcionar e organizar o público das redes de ensino pública e privada de. Recepcionar e atender o público espontâneo, recepcionar convidados. Executar outras atividades afins ou correlatas, de acordo com as necessidades ou por solicitação da Coordenação do Núcleo de Educação</p>	
<p>Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistir a coordenação do Núcleo de Educação em suas atividades. • Recepcionar e organizar o público das redes pública e privada de ensino esclarecendo ao mesmo as normas que regem co comportamento deste durante a visitação. • Recepcionar e atender o público espontâneo esclarecendo ao mesmo as normas que regem co comportamento deste durante a visitação. • Acompanhar eventos internos e externos e recepcionar convidados, conforme demanda; • Executar outras atividades afins ou correlatas, de acordo com as necessidades ou por solicitação da Coordenação do Núcleo de Educação. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança pelas obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. • Fluência em inglês para realizar a apresentação do Museu ao Público. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior Completo
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada em serviços administrativos básicos.
Idiomas:	Fluência em inglês.
Desejável:	Conhecimentos em editores de textos e planilhas de cálculo e sistemas de busca na internet. Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos e aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Agendamento	
<p>Missão do Cargo: Assistir a coordenação do Núcleo de Educação em suas atividades diárias, contribuindo em projetos e materiais educativos, elaborando escalas de horários dos educadores, organizando e conferindo folha de ponto, acompanhando agendamento de grupos para visitas e exercendo outras atividades, de acordo com as necessidades do Núcleo.</p>	
<p>Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistir a coordenação do Núcleo de Educação em suas atividades. • Colaborar no desenvolvimento de projetos e materiais educativos; • Coordenar e conferir as escalas de horários e dias de trabalho dos educadores; • Acompanhar agendamento de grupos para visitas ao Museu Afro Brasil e operacionalizar fluxo de visitas espontâneas; • Documentar ações decorrentes das atividades do núcleo; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Orçar materiais e serviços relacionados a atividades educativas; • Mapear escolas, instituições e organizações sociais e organizar e elaborar mailing; • Ministras oficinas e atividades educativas com usuários do Museu Afro Brasil; • Elaborar relatórios sobre pautas ligadas ao núcleo; • Acompanhar eventos internos e externos e recepcionar convidados, conforme demanda; • Organizar cursos de capacitação para a equipe do núcleo; • Executar outras atividades afins ou correlatas, de acordo com as necessidades ou por solicitação da Coordenação do Núcleo de Educação. • Participar de reuniões do Núcleo de Educação. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança pelas obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior Completo
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada em serviços administrativos básicos.
Idiomas:	Noções de idioma estrangeiro, preferencialmente Inglês
Desejável:	Conhecimentos em editores de textos e planilhas de cálculo e sistemas de busca na internet. Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos e aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Auxiliar do Núcleo de Educação	
Missão do Cargo: Auxiliar a Coordenação do Núcleo Educação nas atividades do Museu na implementação de projetos e atendimento dos diferentes tipos de público.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar educadores na mediação de visitas, na execução de projetos e na pesquisa • Atender às demandas gerais do Museu, no que diz respeito ao seu núcleo. • Exercer outras atividades afins ou correlatas, de acordo com as necessidades de sua área ou por solicitação de seu coordenador. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior Completo
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada de 1 a 3 anos na área
Idiomas:	Noções do idioma estrangeiro
Desejável:	

Título do Cargo: Bibliotecária	
Missão do Cargo: Promover a interface entre os usuários e a informação, executando tarefas relativas à seleção, aquisição, registro de acervo, classificação, catalogação, bem como os serviços de disseminação da informação.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	

- Coordenar e executar atividades diárias na Biblioteca.
- Solicitar a aquisição de material bibliográfico, controlar o seu recebimento e manter atualizados os respectivos controles.
- Executar análise temática, representação descritiva e classificação dos materiais do acervo bibliográfico.
- Promover o controle bibliográfico através da coleta de informações e atualização de bases / bancos de dados.
- Acompanhar o atendimento de consulta e empréstimo.
- Selecionar material para encadernação, higienização e/ou restauro.
- Atender os usuários e orientá-los quanto aos recursos de informação da biblioteca e do sistema, bem como no uso dos equipamentos da biblioteca.
- Localizar documentos através dos catálogos de outras entidades, disponibilizando publicações através dos empréstimos entre bibliotecas
- Organizar e coordenar o inventário de coleções.
- Supervisionar as tarefas de conservação e preservação do acervo bibliográfico.
- Supervisionar o trabalho de encadernação e material bibliográfico.
- Zelar pelo uso adequado da biblioteca, bem como pela, guarda, conservação, manutenção e higiene do acervo, dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local.
- Coletar e analisar dados para avaliação de coleções, serviços e outras atividades de interesse da biblioteca, de outros núcleos ou do Museu Afro Brasil.
- Executar a seleção de material bibliográfico para aquisição e descarte, mantendo atualizado o programa de desenvolvimento do acervo.
- Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil.
- Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho.

Pré Requisitos

Escolaridade:	Superior Completo
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada em trabalho em biblioteconomia de 3 a 5 anos
Idiomas:	Desejáveis conhecimentos básicos em inglês.
Desejável:	Conhecimento e experiência em CDD – Dewey Decimal Classification. Conhecimentos das Normas da ABNT e AACR2. Conhecimentos em editores de textos, planilhas de cálculo, sistemas de busca na internet e sistemas de classificação bibliográfica. Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Assistente de Biblioteca

Missão do Cargo:

Auxiliar trabalhos auxiliares em tarefas na biblioteca.

Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:

- Recepção e registro das publicações recebidas;
- Atendimento e orientação a usuários;
- Controle do fluxo de empréstimos;
- Seleção de artigos;
- Inserção de dados no Sistema de Controle Bibliográfico;
- Auxílio nas atividades técnicas de classificação, catalogação e de indexação na hemeroteca;
- Etiquetagem e inserção dos livros catalogados no acervo;
- Auxílio nas atividades administrativas;
- Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho.

Pré Requisitos	
Escolaridade:	Estudantes que estejam cursando graduação em biblioteconomia, a partir do 3º ano ou 6º semestre, ou recém formada.
Experiência Comprovada:	Desejável experiência em biblioteca de 1 ano.
Idiomas:	
Desejável:	Conhecimentos avançados em editores de textos, planilhas de cálculo e sistemas de buscas na Internet. Facilidade de pesquisa em bases de dados bibliográfica. Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos e aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Assistente de Comunicação	
Missão do Cargo: Elaborar estratégias de comunicação interna e externa para divulgação e fixação da marca do Museu Afro Brasil. Coordenar, acompanhar e avaliar todas as atividades relativas à comunicação interna.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Participar de reuniões mensais com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo para padronização da comunicação de divulgação dos museus do Estado; • Gerenciar diariamente páginas de divulgação do Museu Afro Brasil no facebook e no twitter; • Responder e acompanhar o “Fale Conosco” do site do Museu Afro Brasil e enviar mensagens de agradecimento no facebook; • Redigir e Editar as publicações do Museu Afro Brasil e conteúdo para internet • Acompanhar notícias divulgadas pela internet (sites de relacionamentos); • Pesquisar novas ferramentas na internet para ampliar a divulgação do Museu Afro Brasil; • Responsável pelo “Fale Conosco” do site do Museu Afro Brasil; • Selecionar imagens audiovisuais que serão divulgadas pela internet; • Trabalhar junto a Assessoria de Imprensa para alinhamento da comunicação interna e externa; • Gerenciar Intranet; • Alimentar plataforma da agenda virtual junto a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo; • Elaborar relatório de atividades, tendo o cuidado de fazer uma avaliação crítica dos resultados de cada evento, com vistas a sua melhoria futura. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior Completo
Experiência Comprovada:	De 1 a 3 anos
Idiomas:	Idioma estrangeiro avançado, preferencialmente Inglês
Desejável	Pós Graduação

Título do Cargo: Coordenador do Núcleo de Gestão Financeira	
Missão do Cargo: Coordenar as atividades orçamentárias, contábeis e financeiras do Museu Afro Brasil, controlando pagamentos e recebimentos, procedimentos de compras, elaboração de contratos de gestão de uso, recolhimento de encargos e tributos e fechamento contábil e da folha de pagamento.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	

- Elaborar a proposta orçamentária anual e fazer seu acompanhamento;
- Elaborar prestação de contas anual para aprovação pelo Diretor Administrativo Financeiro, Diretor Executivo e Conselho fiscal;
- Executar as atividades de controle financeiro, escrituração contábil e fiscal;
- Elaborar o Fluxo de caixa e processar os pagamentos devidos;
- Controlar a utilização, pelas áreas do Museu Afro Brasil, do fundo rotativo de caixa;
- Elaborar minutas de editais, contratos, convênios, cessões, doações e comodatos;
- Controlar recebimentos de contratos de eventos e de cessão de uso;
- Controlar procedimentos de compras: requisição de materiais, cotação de preços e fechamento das compras;
- Elaborar contratos de cessão de uso e de fornecimento de serviços e materiais;
- Acompanhar e controlar recolhimentos dos encargos e tributos sobre serviços de pessoa jurídica e pessoa física;
- Conferir e responsabilizar-se pelo fechamento contábil balancetes e outros;
- Elaborar relatórios contábeis e financeiros e encaminhá-los à Secretaria de Cultura do Estado;
- Coordenar reuniões de seu núcleo e participar de reuniões de outros núcleos e, quando convocado, de reuniões da Diretoria;

Pré Requisitos

Escolaridade:	Nível Superior em Administração ou Contábil.
Experiência Comprovada:	Experiência em área contábil e financeira de 3 a 5 anos.
Idiomas:	
Desejável:	Conhecimentos em editores de textos, Fluxo de caixa, planilhas de cálculo, sistemas de buscas na internet, contas a pagar e receber. Desejável pós-graduação.

Título do Cargo: Assistente Financeiro Sênior

Missão do Cargo:

Assistir o Coordenador e/ou executar atividades de gestão financeira, de acordo com as políticas, normas e procedimentos desse núcleo.

Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:

- Preparar e/ou executar atividades de gestão financeira, de acordo com as políticas, normas e procedimentos dessa área;
- Auxiliar no fechamento da folha de pagamento;
- Apurar e recolher os impostos relativos à Folha de Pagamento;
- Providenciar o pagamento de reembolso de benefício para os funcionários;
- Entregar recibos, colher assinaturas e arquivá-los;
- Informar e imprimir guias de recolhimento/encargos e encaminhá-las para o Coordenador Financeiro;
- Preparar processos de contas a pagar e encaminhá-los ao Coordenador Financeiro;
- Lançar receitas de locações, eventos e de patrimônio no sistema financeiro;
- Atualizar planilha orçamentária e submetê-la ao Coordenador Financeiro;
- Executar outras atividades afins ou correlatas, de acordo com as necessidades do núcleo.
- Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil.
- Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil.
- Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho.
- Zelar pela segurança pelas obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil.

Pré Requisitos

Escolaridade:	Nível Superior completo ou cursando
---------------	-------------------------------------

Experiência Comprovada:	Experiência em área contábil e financeira.
Idiomas:	
Desejável:	Conhecimentos em editores de textos, Fluxo de caixa, planilhas de cálculo, sistemas de buscas na internet, contas a pagar e receber.

Título do Cargo: Analista de Controladoria Sênior	
Missão do Cargo: Administrar as atividades da área contábil e financeira, assegurando o cumprimento das exigências legais e regulamentares da contabilidade na área pública. Prestar apoio às áreas de planejamento e de tomada de decisão, sobre recursos físicos e financeiros.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Planejar e controlar o desenvolvimento e implantação de projetos financeiros, de interesse da administração geral e do Museu. • Coordenar os processos de trabalho pertinentes à área, distribuindo as atividades entre os colaboradores da equipe, conforme prioridades estabelecidas. • Realizar a contabilização de todos os eventos que envolvam transações econômicas e financeiras, utilizando critérios técnicos específicos, para que possam ser agrupados, organizados e registrados adequadamente, conforme legislação vigente. • Elaborar relatórios parciais e finais, com demonstração de posição contábil da instituição, a qual servirá de base para futuros planejamentos financeiros e orçamentários. • Prestar orientação aos funcionários quanto aos procedimentos necessários para utilização de verbas orçamentárias. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho. • Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor/departamento. • Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério da Diretoria Administrativa Financeira. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Pós Graduação
Experiência Comprovada:	Mais de 5 anos na mesma função
Idiomas:	Idioma estrangeiro em nível avançado
Desejável:	

Título do Cargo: Arquivista	
Missão do Cargo: Organizar e controlar os arquivos de documentos e outros materiais, agrupando e classificando em o/a, cronológica, por assuntos ou outros sistemas para facilitar a localização e consulta. Proceder ao arquivamento dos documentos segundo a classificação adotada e manter controle sobre as consultas e retiradas para evitar o extravio dos mesmos.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Planejar e organizar serviços de Arquivo • Planejar e organizar as atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias • Planejar e organizar de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos • Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos • Orientação da avaliação e seleção de documentos para fins de preservação • Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos • Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa 	

<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior Completo - Arquivologia
Experiência Comprovada:	3 a 5 anos
Idiomas:	Desejável inglês
Desejável:	

Título do Cargo: Analista de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	
Missão do Cargo:	
<p>Coordenar as atividades de gestão de recursos humanos e de gestão de pessoas, supervisionando e orientando as respectivas equipes na implantação e manutenção das políticas e procedimentos específicos da área.</p>	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> Atender a fiscalização trabalhista e previdenciária. Consultar empresas para licitações de interesse de sua área e elaborar relatórios informativos de apresentação de resultados das licitações ao seu Diretor. Controlar a elaboração da Folha de Pagamento, garantindo a aplicação do sistema de remuneração do Museu e o cumprimento das normas e rotinas trabalhistas e previdenciárias e seu encaminhamento em tempo hábil para as áreas contábil e financeira, providenciarem seu processamento e pagamento dos salários, benefícios e consignações. Controlar as atividades dos membros de sua equipe, orientando-os, avaliando-os e conduzindo-os ao desenvolvimento pessoal e profissional, promovendo um ambiente propício para sua integração, trabalho em equipe e bom relacionamento com todos os funcionários da Instituição; Coordenar a implantação e manutenção do Plano de Cargos, Salários e Benefícios, zelando por sua correta aplicação no que diz respeito ao equilíbrio interno e externo do sistema de remuneração do Museu Afro Brasil. Coordenar o processo de recrutamento, seleção, integração e treinamento de recursos humanos, de acordo com a política específica, monitorando e avaliando os serviços prestados por empresas e profissionais terceirizados quando for o caso. Coordenar o Sistema de Avaliação de Desempenho dos recursos humanos do Museu Afro Brasil, orientando os avaliadores e todos os funcionários quanto aos seus objetivos e procedimentos. Zelar pelo cumprimento das normas e procedimentos internos relacionados com a Administração de Pessoal, bem como no que diz respeito à Legislação Trabalhista e Previdenciária, com vistas ao bem estar e à qualidade de vida dos funcionários. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Ensino superior completo em Recursos Humanos ou Administração.
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada na área de recursos humanos e/ou gestão de pessoas de 3 a 5 anos.
Idiomas:	
Desejável:	Conhecimentos em editores de textos e planilhas de cálculo. Conhecimentos em sistemas de Folha de pagamento e afins

Título do Cargo: Assistente de Recursos Humanos	
Missão do Cargo: Atuar rotinas da área de recursos humanos, na área de gestão de pessoas. Auxiliar na rotina de RH: admissão, benefícios e desempenho dos funcionários.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Lançar admissão e benefícios • Agendar ASO (Atestado de Saúde Ocupacional). • Atender Colaborador, realizar entrega de EPI, EPC e uniformes. • Confeccionar crachá. • Arquivar prontuário de colaborador. • Realizar recrutamento e seleção de pessoal. • Treinamento e desenvolvimento de pessoal, • Análise e descrição de cargos e avaliação de desempenho • Entrevistas de seleção, aplicação de testes • Elaborar e Aplicar a Pesquisa de clima • Levantamento de necessidade de treinamento • Avaliação de desempenho • Descrição de cargos e salários • Diagnóstico de desempenho organizacional individual • Encaminhamento de ficha de admissão • Comunicação interna e quadro de avisos • Elaboração de projetos de melhorias das problemáticas identificadas e integração • Planejar e Implantar programas de Responsabilidade Social 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior completo ou cursando
Experiência Comprovada:	Experiência com rotinas gerais de departamento de RH; Superior completo ou cursando. Desejável estar atualizado com elaboração de cargos e salários, projetos e confecção de relatórios.
Idiomas:	
Desejável:	Desejável estar atualizado com as legislações; Conhecimentos em informática como usuário pacote Office

Título do Cargo: Auxiliar de Recursos Humanos	
Missão do Cargo: Auxílio nas tarefas rotineiras do departamento e nos controles de ponto eletrônico e benefícios.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos arquivos do Departamento • Controle e pedido de benefícios • Acompanhamento e apontamento do ponto eletrônico • Auxílio nos processos de contratação e demissão de funcionários • Ida ao sindicato para homologações • Auxílio no controle de exames médicos • Participação em programas de treinamento, quando convocado. • Execução de tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. • Execução de outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. • Zelo por todos os materiais utilizados na realização das tarefas. 	
Pré-Requisitos	
Experiência na área de Recursos Humanos, atenção, bom relacionamento interpessoal, dinamismo, conhecer pacote Office, ter noções de sistema de ponto eletrônico, ter conhecimento do sistema de benefícios.	

Escolaridade:	Graduado ou Cursando Superior em Recursos Humanos
Experiência Comprovada:	Mínimo de 06 meses
Idiomas:	
Desejável:	Conhecimentos de impostos

Título do Cargo: Coordenador do Núcleo de Compras	
Missão do Cargo: Executar atividades relativas ao planejamento das contratações de bens.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo: <ul style="list-style-type: none"> • Produzir subsídios para a fixação de parâmetros econômicos; • Executar as atividades relativas à gestão do cadastro de fornecedores, compreendendo atividades de registro, exclusão e alteração cadastral, com o objetivo de manter a base de dados atualizada e ampliando as alternativas de fornecedores habilitados; • Executar a gestão do cadastro de produtos e preços, compreendendo atividades de registro, exclusão e alteração cadastral, com o objetivo de manter a base de dados atualizada e abrangendo as necessidades de compras; • Prover a Administração com os preços de referência para os procedimentos de aquisição de materiais e de serviços, e executando levantamentos estatísticos sobre a performance dos preços praticados; • Instruir e executar os procedimentos de aquisição. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior completo
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada na área de 3 a 5 anos
Idiomas:	
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos fins de semana e feriados.

Título do Cargo: Assistente de Compras	
Missão do Cargo: Efetuar as cotações de compras e serviços necessários ao Museu Afro Brasil.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo: <ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisas de preços de fornecedores de mercadorias e serviços. • Receber e avaliar em conjunto com o núcleo solicitante, os materiais e/ou serviços solicitados. • Solicitar orçamentos e efetuar pedidos de materiais e serviços dos núcleos do Museu Afro Brasil. • Manter fluxo de informações com outras áreas relacionadas à sua, para assegurar o cumprimento normal das rotinas de trabalho dentro dos dispositivos legais e normas internas. • Elaborar relatórios, demonstrativos e registros diversos. • Efetuar registro e controle das atividades da área, mantendo-os organizados e atualizados. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob 	

a guarda do Museu Afro Brasil.	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Formação em curso superior (completo ou cursando) na área administrativa
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada na profissão de 1 ano.
Idiomas:	
Desejável:	Conhecimentos em editores de textos e planilhas de cálculo

Título do Cargo: Auxiliar de Escritório	
Missão do Cargo: Executar tarefas administrativas simples e auxiliar as atividades internas por orientação e solicitação da secretária da Diretoria Administrativa Financeira.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Atender clientes internos • Tratar de documentos variados e cumprir todo procedimento necessário referente aos mesmos • Preparar relatórios e planilhas • Executar serviços gerais de escritório 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Ensino Médio Completo ou Cursando
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada em serviços de escritório de 1 ano.
Idiomas:	
Desejável:	

Título do Cargo: Almojarife	
Missão do Cargo: Executar as atividades de recepção, estocagem, manipulação e expedição de materiais e equipamentos, visando assegurar controle, abastecimento e armazenamento adequado dos mesmos.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Executar adequadamente o armazenamento dos materiais, visando preservar sua integridade e segurança. • Planejar e organizar a disposição dos materiais estocados, facilitando sua identificação, localização. • Examinar a qualidade dos materiais adquiridos, informando ao Núcleo Administrativo qualquer desvio em relação às especificações estabelecidas. • Identificar necessidades de aprimorar e modernizar equipamentos e instalações de uso do almoxarifado, visando melhorar seu desempenho e produtividade. • Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução dos serviços. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Escolaridade mínima: nível médio e curso de armazenagem, almoxarifado ou área correlata
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada como Almojarife de 1 a 3 anos
Idiomas:	
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Auxiliar de Almoxarife	
Missão do Cargo: Auxiliar na conservação e estoque de materiais.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza do almoxarifado • Organização do estoque • Acompanhamento no recebimento de materiais • Fechamento de requisições de saída de material • Embalagem de catálogos • Levantamento de estoque • Envio de mercadorias para serem consertadas • Ajuda nos trabalhos do almoxarifado e outros departamentos, quando necessário. • Participação em programa de treinamento, quando convocado. • Participação, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino • Execução de tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. • Execução de outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. 	
Pré-Requisitos: Experiência na área de almoxarifado e estoque, cordialidade, bom relacionamento interpessoal, dinamismo.	
Escolaridade:	Ensino Médio
Experiência Comprovada:	Mínimo 06 meses
Idiomas:	
Desejável:	Cursos de Atualização

Título do Cargo: Recepcionista	
Missão do Cargo: Recepcionar, informar e encaminhar visitantes para as diversas áreas do Museu Afro Brasil, receber e encaminhar correspondências e auxiliar na recepção e acompanhamento das pessoas que comparecem aos eventos do Museu Afro Brasil.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Recepcionar visitantes e encaminhá-los às pessoas indicadas, após consulta por telefone; • Atender e transferir chamadas telefônicas; • Responder perguntas gerais sobre a Instituição ou direcionar as perguntas para os funcionários qualificados a responder; • Receber correspondências ou produtos e encaminhar aos destinatários; • Anotar recados de visitantes ou chamadas telefônicas e encaminhá-los aos destinatários internos; • Ajudar na recepção das pessoas que comparecem aos eventos da Instituição; • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Ensino Médio
Experiência Comprovada:	Experiência comprada em atendimento ao público ou telefonista

Idiomas:	Conhecimento em nível intermediário em idioma estrangeiro
Desejável:	Conhecimentos em editores de textos e planilhas de cálculo. Nível médio completo. Desejável curso técnico de recepção. Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos e aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Supervisor de Loja	
Missão do Cargo: Supervisionar e controlar o serviço da loja do Museu, abrindo, suprindo e fechando o caixa.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Emitir relatórios do movimento da loja, tanto de arrecadação quanto de visitantes • Colaborar na organização de eventos • Abrir caixas no horário determinado • Manter o coordenador informado sobre suas atividades e sobre ocorrências excepcionais na loja ou caixa • Prestar informações aos clientes, inclusive, aos sábados e domingos. • Executar outras tarefas afins ou correlatas, de acordo com as necessidades ou por solicitação dos coordenadores 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Superior Completo
Experiência Comprovada:	Experiência em vendas e atendimento ao cliente de 1 ano
Idiomas:	Noções do idioma estrangeiro
Desejável:	

Título do Cargo: Vendedor	
Missão do Cargo: Venda de produtos na loja do Museu Afro Brasil.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento ao cliente na loja ou por telefone; • Receber pedidos de mercadorias e passar para o departamento de compras através de relatório diário; • Manter a Loja organizar e limpar manter os produtos organizados nas estantes e vitrines com etiquetas e informações; • Providenciar a reposição de mercadoria; • Controlar estoque de mercadorias da loja; • Atualização de cadastro, de clientes de pedidos e elaboração de relatórios; • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Ensino médio completo
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada em Área de Vendas de 1 ano
Idiomas:	Noções de idioma estrangeiro, preferencialmente inglês

Desejável:	Conhecimentos em editores de textos, planilhas de cálculo e sistemas de buscas na internet e disponibilidade para trabalhar em horários alternativos e aos finais de semana e feriados.
------------	---

Título do Cargo: Encarregado de Infra Estrutura	
Missão do Cargo: Exercer trabalhos de zeladoria, contribuindo para a segurança das pessoas e do patrimônio. Executar e/ou controlar os serviços executados pelos orientadores de público, verificando se os postos de trabalho estão todos cobertos, observando a atitude dos orientadores no espaço de trabalho, bem como relatar por rádio ocorrências que demandem intervenção e providências por parte das equipes técnicas e de manutenção.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Checar o bom funcionamento de todos os equipamentos do edifício e partes externas a "saúde" da estrutura predial. • Fazer vistorias periódicas em toda a estrutura da edificação. • Cumprir e zelar pelo cumprimento das determinações do Regulamento Interno. • Realizar pequenos reparos ou providenciar serviços de terceiros quando necessário. • Conduzir o elevador quando necessário. • Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior. • Manter a Direção informada sobre suas atividades, relatando verbalmente ou por escrito as ocorrências internas. • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. • Fazer rondas, diariamente, em intervalos irregulares para verificar se todos os postos de trabalho estão cobertos pelos orientadores de público; • Relatar ocorrências, por rádio, para as equipes técnicas e de manutenção providenciarem as medidas corretas; • Dar suporte para os orientadores de público; • Observar e avaliar as atitudes dos orientadores no espaço de trabalho; • Auxiliar na comunicação entre as várias equipes do Museu; • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança pelas obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Escolaridade mínima: nível médio completo
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada na Área de 1 a 3 anos
Idiomas:	
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Orientador de Público	
Missão do Cargo: Recepcionar e orientar o público visitante do Museu, tirando dúvidas, passando informações, organizando filas, controlando o uso de equipamentos, a fim de garantir o cumprimento das normas e procedimentos de visitação.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e orientar o acesso do público nas dependências do Museu Afro Brasil; • Orientar a permanência e garantir o cumprimento das normas e regulamentos, quanto ao 	

patrimônio e comportamento no interior do Museu Afro Brasil.	
<ul style="list-style-type: none"> • Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou orientação do Núcleo responsável; • Participar das reuniões e treinamentos propostos pelo Museu Afro Brasil. • Dar assistência emergencial aos outros núcleos do Museu Afro Brasil. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Ensino médio completo.
Experiência Comprovada:	1 ano de experiência na função
Idiomas:	
Desejável:	Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados. Noções de algum idioma estrangeiro

Título do Cargo: Bombeiro Civil	
Missão do Cargo: Desenvolver junto ao Museu ações de prevenção e de combate a incêndio e atendimento a primeiros socorros.	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Zelar pela segurança individual e coletiva, objetos históricos e documentos em exposição. • Elaborar periodicamente relatórios informando o estado dos equipamentos, condições e atos inseguros, apresentando análise de riscos e situações anormais. • Fazer inspeções nos abrigos (hidrantes), conferindo o acesso e a sinalização e se não há obstrução, fazer inspeções nas mangueiras, juntas de união, chaves de mangueira, esguichos, botoeiras. • Inspeccionar periodicamente os extintores, observando a data de validade, lacre e condições gerais de utilização. • Conferir e testar periodicamente a central de detecção de incêndio, detectores de fumaça e o correto funcionamento da iluminação de emergência. • Testar as bombas de incêndio, pressurização e funcionamento correto. • Inspeccionar as diversas áreas periodicamente procurando observar instalações elétricas improvisadas, material combustível em locais inadequados, ponta de cigarros acesa no lixo, acúmulo de material de fácil inflamabilidade, obstrução de ventilação dos equipamentos, fiações expostas ao tempo, equipamentos ligados desnecessariamente, informando imediatamente o responsável imediato pelo setor. • Inspeccionar a correta utilização de equipamentos de proteção individual, tanto por parte de funcionários do Museu Afro Brasil, como daqueles que estejam prestando serviço no local. • Informar e orientar os funcionários sobre atos ou condições inseguras e, se for o caso, impedi-las. • Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, mobiliário, instrumentos e materiais utilizados, de uso geral ou específico, bem como do local de trabalho. • Zelar pela segurança das obras de arte, objetos históricos e documentos em exposição e/ou sob a guarda do Museu Afro Brasil. 	
Pré Requisitos	
Escolaridade:	Ter realizado curso de bombeiro civil com carga horária igual ou superior a 160h. Escolaridade mínima: nível médio completo.
Experiência Comprovada:	Experiência comprovada como Bombeiro Civil.
Idiomas:	
Desejável:	Possuir curso de primeiros socorros. Disponibilidade para trabalhar em horários alternativos, aos finais de semana e feriados.

Título do Cargo: Contador	
Missão do Cargo: Executar a contabilidade geral do Museu Afro Brasil	
Principais Atribuições/Responsabilidades do Cargo:	
<ul style="list-style-type: none"> • Organização e controle dos trabalhos inerentes à contabilidade. • Planejamento dos sistemas de registros e operações contábeis, atendendo as necessidades administrativas e as exigências legais. • Proceder e/ou orientar a classificação e avaliação das receitas e despesas • Acompanhamento da formalização de contratos no aspecto contábil. • Análise, acompanhamento e fiscalização da implantação e a execução de sistemas financeiros e contábeis. • Realização de serviços de auditoria, emissão de pareceres e informações sobre sua área de atuação, quando necessário. • Desenvolvimento e gerenciamento de controles auxiliares, quando necessário. • Coordenação, orientação, desenvolvimento e execução das atividades de elaboração do orçamento geral da Instituição. • Elaboração e assinatura de relatórios, balancetes, balanços e demonstrativos econômicos. • Participação em programa de treinamento, quando convocado. • Participação, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão em sua fase de planejamento, de coordenação, de desenvolvimento, de orientação e de ministração; • Execução de tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. • Execução de outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. 	
Pré-Requisitos	
Agir eticamente Guardar sigilo Raciocinar logicamente Zelar pelas informações Manter-se atualizado com a legislação	Demonstrar objetividade Iniciativa Demonstrar flexibilidade Trabalhar em equipe Manter-se informado
Escolaridade:	Graduação em Ciências Contábeis
Experiência Comprovada:	Mínimo de 06 meses
Idiomas:	
Desejável:	Cursos de Atualização

3.2 Programa de Acervo



O Programa de Acervo apresenta as linhas conceituais que definem o acervo do Museu Afro Brasil, sua abrangência tipológica, seus temas centrais e as formas de sua ampliação.

3.2.1 Linhas Gerais

A coleção que originou o acervo do Museu Afro Brasil, permite por sua natureza a identificação de três linhas mestras, da *história*, da *memória* e da *arte*. Essas linhas contam com abordagens específicas que podem ser percebidas tanto nas obras que compõe o acervo, como na narrativa curatorial da exposição de longa duração.

A abordagem histórica que orientou a coleção nos permite perceber *continuidades*, *transformações* e *simultaneidades* registradas em documentos, obras, personagens, depoimentos em diferentes tempos e espaços. A perspectiva antropológica da *igualdade como base da humanidade* fica evidenciada quando se percebe a *diversidade* da criação cultural afro brasileira sendo apresentada em um mesmo status de importância para a salvaguarda da memória do país.

A *arte* e a dimensão *estética* são a pedra fundamental do acervo que protege e exhibe de modo contundente a presença afro brasileira na constituição da identidade nacional.

3.2.2 Temas e Tipologia do Acervo

O acervo está organizado a partir dos seguintes temas centrais e constituído de uma tipologia abrangente:

- 1-África, Áfricas;
- 2-Trabalho e Escravidão;
- 3-Religiosidade Afro-brasileira;
- 4-Festas: O Sagrado e o Profano;
- 5-História e Memória;
- 6-Arte do Século XVIII a Arte Contemporânea

África, Áfricas

Caracterizado por obras que mostram a diversidade das culturas africanas e da arte por elas produzidas. Um dos objetivos centrais desse núcleo é o de enfatizar a competência das culturas africanas, por meio das obras de arte, que eram produzidas muito antes da escravidão atlântica. Outro e importante objetivo é o de proporcionar a observação de características formais de abstração e síntese evidenciadas pelas obras de arte africanas sem, contudo, deixar de perceber a mão

do artista, embora anônimo. Daí também a importância da presença de diversas obras de um mesmo povo.

Tipologia

Máscaras, Esculturas, Estatuetas, Tecidos, Jóias, Adornos, Roupas, Apliqués.

Trabalho e Escravidão

Trata do papel dos africanos escravizados e seus descendentes na construção da sociedade brasileira, como trabalhador essencial em todos os períodos do desenvolvimento econômico do País.

A ênfase do núcleo é a competência tecnológica trazida pelas populações africanas que foram empregadas e adaptadas segundo as necessidades da produção econômica. A condição desse processo foi a violência brutal que impôs o domínio sobre o corpo e a alma do escravizado, suscitando, em contrapartida, diferentes estratégias de resistência, da rebelião aberta à silenciosa e inúmeras tentativas e conquistas negociadas.

Tipologia

Ferramentas, Equipamentos de trabalho rural e urbano, Instrumentos de castigo, Gravuras, Litografias, Pinturas, Esculturas, Documentos históricos, Fotografias, Objetos do cotidiano.

Religiosidade Afro-brasileira

No Brasil, a escravidão colocou em contato as religiões de diferentes povos africanos, que acabaram por assimilar e trocar entre si elementos semelhantes de suas culturas. As religiões afro-brasileiras surgiram a partir da fusão de ritos de origem distintas e receberam nomes diferentes nas regiões do País. A relação com o catolicismo popular e com expressões religiosas indígenas também influenciou a formação de algumas dessas religiões. O núcleo evidencia as permanências e transformações africanas nas religiões afro-brasileiras.

Tipologia: Ferramentas de orixás, Roupas, Esculturas, Pinturas, Gravuras, Fotografias, Objetos de Culto, Estatuetas, Instrumentos Musicais, Máscaras, Móveis.

O Sagrado e o Profano. As Festas.

Os africanos aqui escravizados acabaram por encontrar, no cristianismo que lhes foi imposto, espaços sociais para a preservação de suas culturas de origem. Este núcleo contém obras que destacam a apropriação pelos escravizados africanos e seus descendentes de celebrações festivas católicas, a partir da referência de suas culturas, permitindo-lhes preservar muitos de seus elementos que se conservam ainda hoje no catolicismo popular e nas festas conhecidas como de expressão popular no Brasil.

Tipologia

Máscaras, Roupas, Esculturas, Mobiliário, Adereços, Santos Negros, Ex-votos, Litografias, Pinturas, Fotografias, Jóias, Balangandãs, Instalações, Estandartes, Instrumentos Musicais.

História e Memória

Procura resgatar como negro, quem negro foi e quem negro é na história e na memória do Brasil. Reúne momentos nos quais personalidades negras se destacaram ou tiveram participação fundamental em diversas e diferentes áreas, da Colônia aos dias atuais. Assim, referencia ao público em geral, principalmente crianças e adolescentes, importantes nomes da história brasileira que foram ou são negros.

Tipologia

Fotografias, Pinturas, Documentos, Esculturas, Objetos.

Artes. A mão afro-brasileira

Este núcleo reúne obras da arte brasileira desde o Barroco e o Rococó, passando pelo século XIX, a Academia e os acadêmicos, bem como pelas artes de origem popular, ou arcaica e genuína, segundo Clarival de Valadares, para chegar à arte moderna, arte moderna geométrica, arte moderna figurativa e à arte contemporânea, sob a perspectiva da mão afro-brasileira na origem de sua criação.

Tipologia

Pinturas, Esculturas, Gravuras, Instalações, Fotografias, Documentos

3.2.3 Dinâmica de Aquisição de Obras

O Museu Afro Brasil como explicita seu fundador é um museu singular, devido à sua natureza, aos conceitos que o estruturam e à tipologia abrangente de seu

acervo. O acervo tem como dinâmica para aquisição de obras três procedimentos gerais:

- 1- Aquisição de Obras segundo levantamento do curador e das equipes técnicas;
- 2- Aquisição de Obras a partir das exposições temporárias;
- 3- Doação.



3.2.4 Organização e Gerenciamento do Acervo

A documentação do acervo, seu gerenciamento, bem como a conservação e o restauro são de responsabilidade do Núcleo de Salvaguarda e Conservação. O programa do Núcleo apresenta as diretrizes de seu funcionamento

3.3 Programas de Exposições



3.3.1 Exposições e a Dinâmica de Ampliação do Acervo

Exposição de Longa Duração

A narrativa museal da exposição de longa duração está organizada em três eixos transversais e seis núcleos temáticos.

Os eixos *trabalho, ancestralidade e arte*, ao mesmo tempo em que podem ser observados em linhas simultâneas, transversalizam toda narrativa curatorial.

Os núcleos temáticos: *África, Áfricas; Trabalho e Escravidão;-Religiosidade Afro-brasileira; Festas: O Sagrado e o Profano; História e Memória;Arte do Século XVIII a Arte Contemporânea* evidenciam seus conteúdos tanto pelas obras, como pelo arranjo curatorial proposto entre elas. Uma leitura atenta dos núcleos revelará os subnúcleos que compõem cada um.

O Lado de Fora do Museu

As paredes envidraçadas do Museu abrigam exposições que só podem ser vistas pelo lado de fora. Em geral, são recortes do acervo que se alternam. Assim, o Museu permanece aberto mesmo quando está fechado.

Exposições Temporárias e o Acervo

As exposições temporárias são definidas pelo curador, como processo que dinamiza o Museu. Na medida em que ilumina e aprofunda temas do acervo, realiza mostras individuais, revela artistas pouco conhecidos, reitera memórias, abre espaço para a contemporaneidade e abarca exposições internacionais.

As exposições podem ser temáticas, mostras individuais de artistas, exposições nacionais ou internacionais. O Diretor Curador planeja as exposições a partir de temas que considera relevante do ponto de vista da memória, da arte, da observação social, da história, de revelação de fragmentos do Brasil desconhecidos do grande público, mas que integram a nossa brasilidade em diferentes regiões do País.

As diferentes expressões artísticas podem ser objeto dessas exposições. As efemérides, personagens importantes, na perspectiva afro-brasileira, também geram exposições temporárias.

As exposições temporárias alimentam a dinâmica do Museu, não só para o público que as visita, mas ela é a pedra angular da relação entre os núcleos curatoriais

e o acervo. Do ponto de vista do trabalho interno, quando uma exposição temporária destaca um conteúdo expositivo pertencente ao acervo, os núcleos de Pesquisa, Salvaguarda, Educação têm proposição planejada de estudo, ampliação e aprofundamento de conteúdos relacionados à coleção do Museu.

As obras adquiridas para as exposições temporárias passam a integrar o acervo. Alguns recortes curatoriais dessas exposições, segundo avaliação do curador, podem ser incorporados à exposição de longa duração, enriquecendo o núcleo de que faz parte.

Exposições Itinerantes

SISEM

O projeto de exposições itinerantes ora realizado em parceria com o Sistema Estadual de Museus - SISEM-SP por meio da sua Secretaria de Cultura, expande as possibilidades de apreciação pelo público, do importante legado do Museu Afro Brasil.

O Museu Afro Brasil realiza em parceria com o **SISEM – Sistema Estadual de Museus**, exposições que itineram pelo interior do Estado de São Paulo visitando diversos equipamentos culturais. Em acordo com essa ação estão as oficinas de arte educação que visam subsidiar o equipamento cultural que recebe essas mostras das informações necessárias ao esclarecimento do público ali atendido.

As exposições itinerantes são parte importante de uma política que cria acesso a acervos que de outra maneira só estariam à disposição da população da grande capital: São Paulo. Não menos relevante, essas exposições fomentam a troca de experiências entre instituições e transferem expertise acumulada pelo Museu Afro Brasil, refinando e ampliando suas atuações.

Exposições Itinerantes Interestaduais e Internacionais

O Museu Afro Brasil organiza exposições itinerantes, que são abrigadas em diversas instituições museais, a partir de recortes temáticos de seu acervo e de exposições temporárias com curadoria de Emanuel Araujo, Diretor Curador do Museu.

3.4 Programa de Museografia



Uma singularidade do Museu Afro Brasil é a de que suas exposições, quase a totalidade delas, são gestadas no próprio Museu, desde o conceito expositivo, a concepção museográfica e a produção dos suportes museográficos. Portanto, a museografia, aspecto fundamental da identidade visual de qualquer instituição voltada à exibição de acervos, tem no Museu Afro Brasil caráter próprio e inconfundível.

Os conteúdos expositivos não se apresentam apenas pelas obras expostas, há um *entre obras*, revelador de conceitos, percepções, conteúdos. É por meio da concepção e dos arranjos museográficos que conteúdos silenciosos ganham voz e visibilidade.

3.4.1 Apresentação

A concepção museográfica da exposição de longa duração e das exposições temporárias é definida pelo Curador do Museu.

Uma singularidade do Museu Afro Brasil é a de que suas exposições, quase a totalidade delas, são gestadas no próprio Museu, desde o conceito expositivo, a concepção museográfica e a produção dos suportes museográficos. Portanto, a museografia, aspecto fundamental da identidade visual de qualquer instituição voltada à exibição de acervos, tem no Museu AfroBrasil caráter próprio e inconfundível.

Por contar com um artista de renome e grande relevância no cenário cultural como seu diretor e curador, cada mostra, retrospectiva ou exposição temática adquire caráter orgânico entre seus fundamentos teóricos, sua abrangência e vitalidade, como uma obra de arte em si mesma.

A sintonia entre esta visão curatorial e a equipe que a executa - também composta por artistas e designers, além de técnicos e artesãos - confere às ações do Museu teor de integração e coesão que acolhe o público visitante como uma verdadeira experiência de imersão cultural, uma oportunidade de presenciar eventos complexos em seus fundamentos e ao mesmo tempo envolventes.

O olhar a um só tempo histórico, formal, antropológico, sociológico e estético, torna cada evento ou exposição um paradigma vivencial, um ponto de ampla reflexão sobre as relações interculturais e artísticas que caracterizam a trajetória da sociedade brasileira ao longo do tempo e em seus possíveis desdobramentos futuros.

A matriz africana constitutiva da nação humana que nos acolhe e representa tem aqui um ponto de convergência, difusão e análise.

3.4.2 A Geografia Expositiva

O Museu Afro-Brasil é antes de tudo um fórum de debate que fala por diversas linguagens, sempre buscando integrar o observador como agente da história e testemunha da vida coletiva consubstanciada em obras visíveis, depoimentos em forma de imagens e ícones da riqueza cultural brasileira.

A intenção de promover o diálogo entre o passado e a contemporaneidade, a produção artística erudita e a popular - em todas as épocas - bem como trazer aos

olhos do público a vanguarda do pensamento estético, constitui meta primordial da instituição.

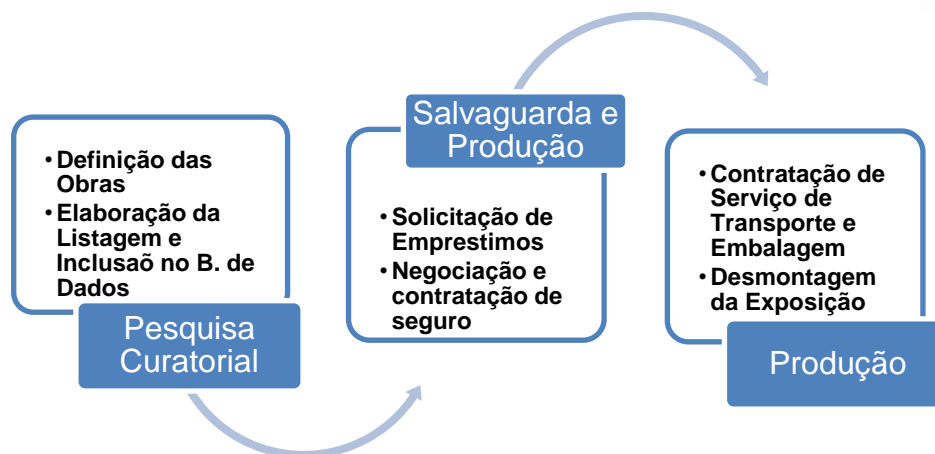
Apesar de seu caráter construtor de linguagem a museografia no Museu Afro-Brasil constitui um meio, não um fim em si mesmo, de modo a evitar que se sobreponha ao conjunto de obras, voz última e principal a ser ouvida. É por meio da concepção e dos arranjos museográficos que conteúdos silenciosos ganham voz e visibilidade. Os conteúdos expositivos não se apresentam apenas pelas obras expostas, há um *entre obras*, revelador de conceitos, percepções, conteúdos.

A geografia da exposição de longa duração, segundo seu curador, é contemporânea. Não está submetida aos modelos convencionais expográficos. O público visitante é provocado a escolher percursos expositivos, há uma proposição dialética distribuída pelos núcleos que constituem a exposição. Conteúdos se duplicam e aparecem referenciados em obras e arranjos expográficos diferentes, provocando percepção de continuidades, transformações e simultaneidades entre tempos e espaços próximos e distantes, por meio das representações contidas nas obras e da dinâmica expositiva.

O Museu Afro-Brasil se propõe um espaço expositivo, mas também um polo de emanção cultural, de geração de conhecimento, não apenas mediando o que já é conhecido com seu virtual público.

3.4.3 Fluxo de produção das exposições temporárias

O processo de construção de uma exposição exige um fluxo de ações, que envolvem profissionais de diferentes núcleos do Museu. Assim, uma exposição temporária é preparada a partir de reuniões entre os núcleos de trabalhos envolvendo a salvaguarda, a expografia, a produção, a pesquisa e a educação, na articulação do orçamento, do processo de aquisição e empréstimo de obras, do seguro das obras, do transporte, da desmontagem e devolução de obras.



3.4.4 Equipes de trabalho

O Núcleo de Museografia está formado por setores que, de modo integrado, respondem pelo conjunto das ações relativas à pré-montagem, montagem e manutenção da exposição de longa duração do acervo, das exposições temporárias e das itinerantes.

As equipes de museografia, montagem, marcenaria, elétrica e pintura integram o núcleo e garantem o cumprimento do Programa Museográfico a partir das seguintes funções e ações:

Técnico em Museografia

- Assessoria na concepção e desenvolvimento de projetos museográficos de exposições temporárias e de longa duração, desenvolvendo projetos de mobiliário e demais suportes para as exposições.
- Garante a melhor visibilidade às obras, por critérios de adequação museológica e museográfica, bem como, colabora no cumprimento das diretrizes curatoriais para as exposições de longa duração (acervo) e temporárias, a partir da conceituação determinada pelo diretor curador do Museu Afro-Brasil.
- Promove remanejamento periódico das obras do acervo segundo afinidade dos diversos módulos da exposição de longa duração.

- Proporciona condições de acessibilidade na configuração das exposições desenvolvidas pelo Museu.
- Assessora a diagramação das obras das exposições temporárias e de longa duração, para que cada uma das peças apresentadas comuniquem individualmente uma informação e que no conjunto, relatem conteúdos sobre os temas escolhidos.
- Desenvolve ações integradas a outros núcleos e parceria com outras instituições.
- Levantamento de materiais e serviços para as exposições e também em pesquisas em sua área de especialização.
- Elabora e executa várias técnicas de revestimento para painéis, vitrines, praticáveis, suportes e displays.
- Elabora e executa cenografias, com diversos materiais e técnicas.
- Planeja, estabelece e orienta a aplicação de técnicas de trabalho, visando a qualidade dos serviços prestados pelos funcionários na sua área de atuação.
- Realiza exame periódico e minucioso das condições das exposições temporárias e de longa duração.

Montagem

- Responsável pela colocação e fixação das obras, dos projetos museográficos de exposições temporárias e de longa duração (acervo), nas montagens e desmontagens. Garantindo a melhor visibilidade à obras, por critérios de adequação museológica e museográfica
- Manutenção das obras, vitrines e painéis em exposição, do acervo e temporárias.
- Manutenção da aparelhagem elétrica e eletrônica, presentes na exposição do acervo, trocando peças e ou equipamentos quando se fizer necessário
- Adequação do espaço expositivo do acervo, segundo indicação da curadoria e da própria museografia.
- Colocação de molduras e passepartour nas obras
- Juntamente com a Conservação realiza periodicamente a higienização das obras

- Manutenção das legendas
- Ações integradas a outros núcleos e outros setores.
- Realiza exame periódico e minucioso das condições das exposições temporárias e de longa duração.
- Colocação e fixação das mercadorias para a Loja do Museu.
- Zelar pela guarda, conservação, limpeza e manutenção dos equipamentos, instrumentos e materiais peculiares ao seu trabalho.

Marcenaria

- Execução dos projetos museográficos de exposições temporárias e de longa duração, construindo peças de cenografia, mobiliário e demais suportes para as exposições.
- Confecção do mobiliário de vários setores do museu.(mesas / armários / gaveteiros / display / etc)
- Executa remanejamento periódico das vitrines e painéis do acervo e das exposições temporárias, segundo indicação da curadoria e da própria museografia.
- Proporciona condições de acessibilidade na configuração das exposições desenvolvidas pelo Museu.
- Ações integradas a outros núcleos.
- Levantamento de materiais e serviços para as exposições e também em pesquisas em sua área de especialização.
- Zelar pela guarda, conservação, limpeza e manutenção dos equipamentos, instrumentos e materiais peculiares ao seu trabalho.

Pintura

- Responsável pela pintura, de todas as exposições temporárias, do acervo e de outros espaços do museu.
- Também é de sua competência a manutenção da pintura e a sua conservação.
- Zelar pela guarda, conservação, limpeza e manutenção dos equipamentos, instrumentos e materiais peculiares ao seu trabalho.

Elétrica

- Responsável pela elétrica, e de todas as instalações nas exposições temporárias, do acervo e de outros espaços do museu.
- Também é de sua competência a manutenção das instalações elétricas e a sua conservação.
- Zelar pela guarda, conservação, limpeza e manutenção dos equipamentos, instrumentos e materiais peculiares ao seu trabalho.

3.4.5 Plantas Museográficas

Exposição de Longa Duração



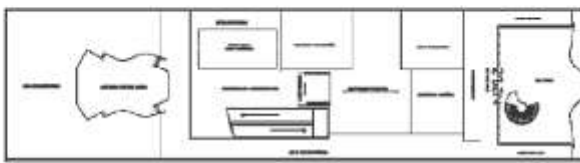
PLANTA MUSEOLÓGICA
EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO (ACERVO)



EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO (ACERVO)

4,3 mil m² de exposição de longa duração apresentando:
 Esculturas, Documentos, Grêmios, Ordens de, Relíquias, Votos,
 Obleas, Relíquias, Inscrições, Tatuagens.

- Salas autônomas**
- 1. Arca Unceana e Penitências 100
 - 2. Sinal e Escândalo 100
 - 3. Impulsão Afro-brasileira 100
 - 4. Fatos e segredos e gênero 100
 - 5. História e Memória 10
 - 6. Arca 100



Exposições Temporárias



Av. Pedro Álvares Cabral,
 portão 10 Pq. Ibirapuera
 São Paulo- SP CEP 04064-050
 Fone: 55 11 3320 8900
 Terça-feira a domingo das 10h
 às 17h
 www.museuafrobrasil.org.br

PROJETO MUSEOGRÁFICO



- Piso superior**
Exposição de longa duração
1. Área Diversidade e Personalidade
 2. Trabalho e Escravidão
 3. Resistência ao Ostracismo
 4. Povo, o negro e a cidade
 5. História e Memória
 6. Arte
- Órgão central**
1. Biblioteca
 2. Auditório
 3. Administração



- Piso térreo**
Exposição Temporária
1. Hall/Recepção
 2. Espaço Memória São
 3. Espaço Pedro Inácio
 4. Espaço Pedro Brito
 5. Área Técnica



- 1**
Piso inferior
Exposição Temporária
1. Espaço Grande Sala



3.5 Programa de Salvaguarda



Uma das mais importantes funções do museu é a preservação do acervo que tem sob sua guarda.

Ao reconhecer que preservar é muito mais do que garantir a integridade física de cada obra, o Núcleo de Salvaguarda atua, também, na reconstituição da história particular contida em cada obra do acervo, em um esforço de contribuir para uma nova leitura da história e cultura do Brasil narrada curatorially a partir dos fragmentos históricos que cada uma das obras do acervo contém.

É grande a responsabilidade do Núcleo de Salvaguarda ao reconhecer que o Museu Afro Brasil, apoiado na potencialidade de seu acervo, tem o propósito de preservar, revelar e divulgar a história, a arte e a memória brasileiras, sob a perspectiva da matriz negra, quase sempre sub-representada na história oficial do País.

3.5.1 Referências Teóricas e Princípios Orientados

Durante muito tempo o museu foi considerado como um local de culto à memória e ao poder. Atuava sob a vontade política das classes dominantes fazendo um recorte da memória que não correspondia à realidade dos fatos. Este conceito veio se desenvolvendo e evoluindo através do tempo, se aprimorando de acordo com o amadurecimento do próprio homem e sua crescente preocupação com seus caminhos, suas necessidades sociais e, principalmente, a importância crescente que tem dado à preservação do patrimônio como algo muito maior do que simples objetos a se cultivar.

A partir da segunda metade do século XX, órgãos internacionais como o ICOM - International Council of Museums e a UNESCO através de Encontros, Seminários e Mesas Redondas promovidos entre os profissionais de museus e pesquisadores da área museológica constataram a necessidade das mudanças que os museus deveriam promover em seus conceitos e modo de ação para acompanhar as transformações pela qual a sociedade estava passando.

Em 1974, o ICOM em seus Estatutos definiu o museu como sendo: “O museu é uma instituição a serviço da sociedade, que adquire, conserva, comunica e exhibe com a finalidade de ampliação do saber, de salvaguardar e de desenvolvimento do patrimônio, da educação e da cultura, dos bens representativos da natureza e do homem”.

O museu traz em si a potencialidade de ser um elemento transformador, pois possibilita o conhecimento do passado não como um fato acabado em si mesmo, ao contrário, vivo e que permite a agregação de novos valores se tornando um eixo de transformações. A tentativa de fazer aflorar o seu potencial social e educativo e trazê-lo para dentro da vida das pessoas tem sido o grande desafio que os profissionais da área têm enfrentado nos últimos anos.

Bruno ressalta que,

“Ao lado de seu evidente compromisso com a preservação, o museu deve ser pensado e realizado como um canal de comunicação capaz de transformar o objeto testemunho em objeto diálogo, permitindo a comunicação do que é preservado... A preservação da herança cultural passou a exigir outros mecanismos de transmissão, na tentativa de interagir com uma sociedade que convive com o objeto descartável, com o desequilíbrio ecológico e

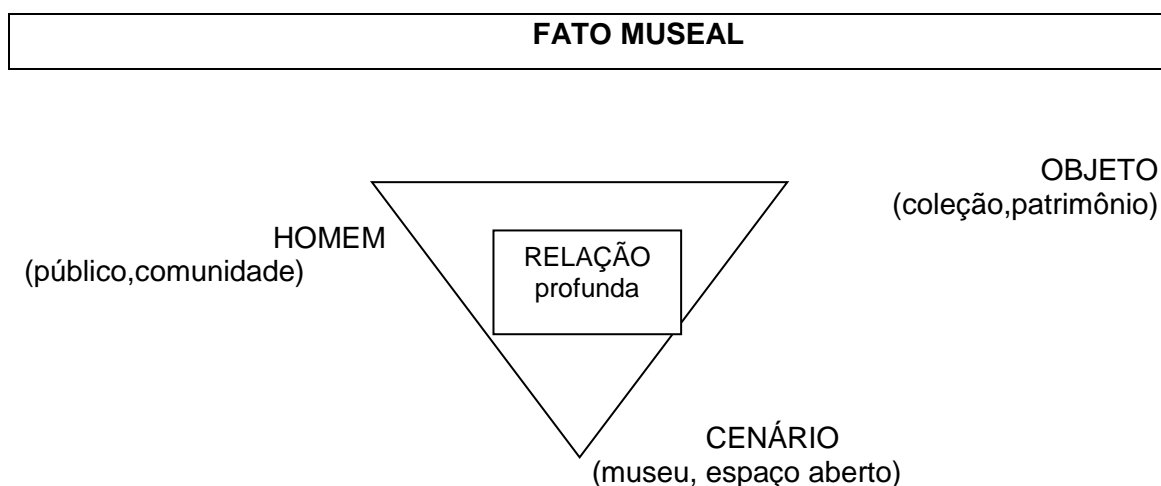
com inúmeros estímulos visuais muito potentes e com dinâmicas variadas". (Bruno, 1977b, p. 37)

Para o museu realizar as suas atividades basilares que são a preservação e a comunicação do bem cultural, ele se alicerça nas práticas museológicas preconizadas pela Museologia que como ciência está alicerçada em pressupostos teóricos-metodológicos.

Segundo Bruno (2006), a Museologia pode colaborar com a sociedade contemporânea na identificação de suas referências culturais, na normalização de procedimentos preservacionistas e na implementação de processos comunicacionais.

Waldisa Rússio em seu texto originalmente publicado no MuWoP – Museological Working Papers (Stockolmo: ICOFOM/SHM, 1981) aponta que a museologia possui um objeto específico de estudo que é o fato “museal”, ou fato museológico que é a relação profunda entre o homem que é o sujeito conhecedor e o objeto que é parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir, num espaço determinado que pode ser o museu ou ser ampliado para muito além do museu.

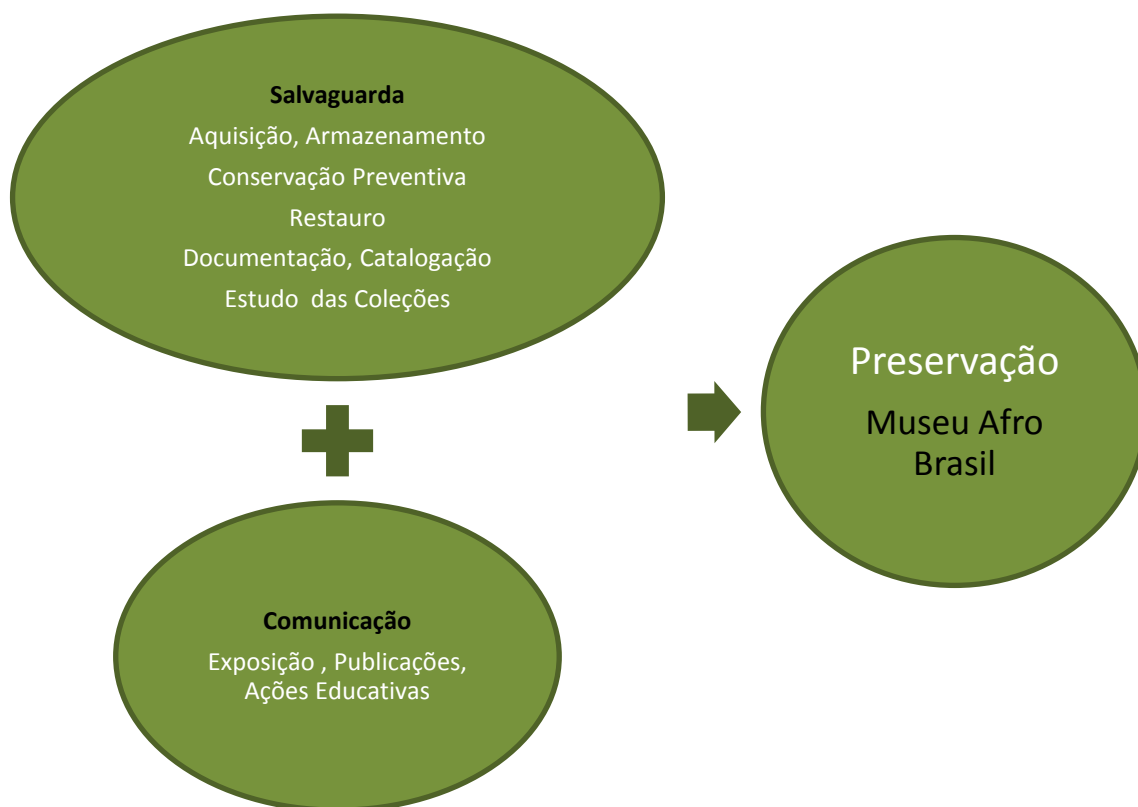
Desta relação e o que pode advir dela é que resulta toda a riqueza e a base onde o museu deve se alicerçar para cumprir o seu papel social junto à sociedade.



A museologia se fundamenta no conceito de preservação e os museus assumindo a sua função preservacionista podem desempenhar um importante papel junto à sociedade na qual ele está inserido. Bruno, no texto Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos (In: Cadernos de Sociomuseologia, número 10. Lisboa: ULHT, 1997) pontua que a preservação é a função básica de um museu e que a partir dela estão subordinadas todas as outras, como formas de aquisição e estudo

dos objetos, salvaguarda das coleções e/ou referências patrimoniais (conservação e documentação) e comunicação (exposição, educação e ação sócio-cultural).

PRESERVAÇÃO



O princípio do trabalho da Museologia está em estabelecer-se como disciplina aplicada, atuando-refletindo-atuando no âmbito de seus parâmetros conceituais. No caso do Museu Afro Brasil, isso representa identificar demandas específicas por trás de escolhas e decisões da curadoria, mesmo quando não formalizadas e, então buscar recursos e soluções técnicas com o intuito de melhor representar o papel do museu.

Seguindo as diretrizes preconizadas pela Museologia, o Museu Afro Brasil, por meio de seu Núcleo de Salvaguarda, procura preservar os bens culturais que tem sob sua guarda atuando em sintonia com os demais núcleos da Diretoria Curatorial do Museu. Suas atividades correspondem aos esforços para manter a integridade física e o conhecimento acerca das obras, em ações de documentação, conservação e gerenciamento documental.

3.5.2 Conservação Preventiva

A Conservação Preventiva visa a permitir a preservação da integridade física do acervo através de ações como o diagnóstico do estado de conservação, higienização e monitoramento das condições ambientais do espaço museológico.

Atua na escolha do material apropriado e modo mais adequado de exposição do acervo no setor expositivo, assim como no acondicionamento dos mesmos quando estes estão armazenados em sua Reserva Técnica ou quando são emprestados para participarem de exposições em outras instituições museológicas. Esses procedimentos são rigorosamente documentados.

Registra o remanejamento das obras no acervo tanto na exposição de longa duração como nas exposições temporárias.

3.5.3 Documentação

A Documentação Museológica atua no registro das informações intrínsecas aos objetos e provenientes de sua contextualização, em um banco de dados desenvolvido especialmente para atender as especificidades do museu. Este banco é ferramenta indispensável para se realizar o inventário e a catalogação do acervo, sistematizando o uso de um vocabulário controlado que permita a recuperação de informações específicas necessárias aos diversos setores do museu como o Núcleo de Educação, o Núcleo Editorial, a Curadoria, o Administrativo e a Pesquisa.

A partir dessas informações indexadas, dispõe os objetos para as exposições e empréstimo para outras instituições, elaboração das legendas expositivas de identificação das obras expostas, elaboração da documentação relativa aos empréstimos de obras.

3.5.4 Gestão Documental

A criação de instrumentos específicos para o controle do processo de aquisição, empréstimos, trânsito de obras é alimentada continuamente pelo Núcleo de Salvaguarda. O fluxo desses procedimentos gera uma intensa rotina de trabalho.

A oficialização das aquisições e doações das obras de arte junto à Secretaria de Estado da Cultura, a mobilização do acervo por meio do registro de comodatos às

entidades nacionais e internacionais, o conjunto de procedimentos referentes às obras que integram as exposições temporárias abrigadas no Museu, impõem um contínuo importante de trabalho.

Ainda na gestão documental fica sob responsabilidade da Salvaguarda atender às solicitações de suporte técnico aos profissionais responsáveis por ações de pesquisa, educação, produção, além, do próprio curador.

3.5.5 Reserva Técnica Visitável

O Museu Afro Brasil, por meio de seu Núcleo de Salvaguarda, reconhece a necessidade de implantar uma Reserva Técnica Visitável de acordo com as normas técnicas de Conservação Preventiva, referendadas pelo ICOM-CC através do gerenciamento ambiental e acondicionamento adequado das obras pertencentes ao seu acervo museológico. Este acervo, por ser bastante diversificado, reúne em sua composição diferentes materiais que determinam cuidados diferenciados em sua conservação.

A moderna Reserva Técnica de conceito visitável, projetada com divisórias de vidro e desenho pormenorizado do mobiliário, estará integrada à estética expográfica do Museu Afro Brasil, provocando a curiosidade do público ao permitir que os visitantes contemplem os objetos acondicionados. As visitas internas ao local serão mediante ao agendamento e realizadas com o acompanhamento dos técnicos especializados do Núcleo de Salvaguarda, incluindo um espaço reservado à pesquisa de especialistas. A Reserva irá dispor de condições de segurança para garantir a proteção e a integridade do seu acervo, bem como dos visitantes, funcionários e das instalações, permitindo o acesso de públicos com necessidades especiais, ao atender às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

A criação de um centro de documentação e pesquisa no Museu Afro Brasil também permitirá a utilização de fontes antes não disponíveis para inúmeros pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento, contribuindo para o aumento da produção científica de áreas correlatas ao foco de pesquisa da instituição.

Objetivos Específicos

- Requalificar a Reserva Técnica adotando as normas técnicas estabelecidas pelo ICOM-CC para a preservação do acervo

museológico do Museu Afro Brasil, promovendo-o como espaço de pesquisa e comunicação.

- Instalar o mobiliário especializado adequado ao armazenamento das diversas tipologias que compõe este acervo e que permita a sua visualização sem comprometer a sua conservação.
- Realizar o gerenciamento ambiental através das informações fornecidas pelos aparelhos dataloggers que possibilitam o registro das condições climáticas (temperatura e umidade relativa) do museu em tempo real.
- Promover o acesso visual do público aos trabalhos desenvolvidos dentro da instituição museológica pelos técnicos do Núcleo de Salvaguarda relativos a conservação preventiva do acervo armazenado na Reserva Técnica.
- Possibilitar a visita do público via agendamento prévio ao interior da Reserva Técnica.
- Incentivar a visita do público com necessidades especiais, via agendamento prévio, adequando o espaço de acordo com as normas técnicas da ABNT , permitindo que essas pessoas desfrutem de uma certa autonomia através da instalação de pisos táteis, legendas das obras em braile, espaço adequado para movimentação de cadeiras de rodas entre o mobiliário, estantes com portas de vidro possibilitando a visualização das obras em seu interior.
- Promover e facilitar a consulta e pesquisa do acervo por parte de pesquisadores, estudantes e profissionais da área em local adequado, junto ao espaço destinado a Reserva Técnica.
- Garantir a segurança patrimonial e contra sinistrose de pessoas através da instalação de sistemas anti-incêndio.

Após Instalação da Reserva

A Secretaria de Estado da Cultura, pelo contrato de gestão firmado com a Associação Museu Afro Brasil, provém todas as atividades museológicas desenvolvidas pelo museu, o que garantirá a sustentabilidade do acervo após a instalação da reserva visitável, que será realizada por meio de ações preservacionistas, gerenciamento ambiental e acondicionamento adequado para a manutenção da coleção realizada pelos técnicos conservadores que integram a equipe do Núcleo de Salvaguarda do Museu.

Atividades contínuas de conservação preventiva e controle das peças acondicionadas no local serão realizadas. Por outro lado, esse novo conceito de reserva permitirá que a instituição crie mais um espaço de pesquisa sobre a arte, a história e a memória afro-brasileira, promovendo o acesso de diversos públicos, inclusive de portadores com necessidades especiais, com o acompanhamento da equipe interdisciplinar dos Núcleos de Salvaguarda, Pesquisa e Educação.

Instrumentos Legais da Gestão Documental

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE OBRA DE ARTE

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

PROPRIETÁRIO VENDEDOR: NOME, CPF Nº, RG Nº, residente e domiciliado
ENDEREÇO, BAIRRO/CIDADE/ESTADO.

COMPRADOR: Associação Museu Afro Brasil, Organização Social de Cultura do Estado de São Paulo, com sede na Av. Pedro Álvares Cabral, S/N-Portão 10, Parque Ibirapuera - São Paulo – capital, CNPJ 07.258.863/0001-02, nesta ato representada por seu Diretor Executivo e Curador, Emanuel Alves de Araujo, RG. nº 6.987.926-6 - SSP-SP e inscrito no CPF sob o nº. 004.231.815-72.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Compra e Venda de obra de arte, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

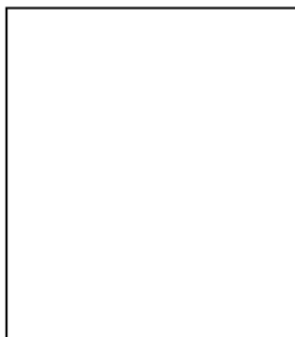
DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª.

O presente contrato tem como OBJETO, a venda da seguinte obra:

DESCRIÇÃO DO OBJETO.

IMAGEM



Autoria:
Título:
Data:
Técnica:
Dimensões:

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 2ª. O VENDEDOR no ato da assinatura deste instrumento confirma ser o legítimo proprietário da obra citada, que esta não configura herança e/ou partilha de bens, e livre de que quaisquer litígios jurídicos e penhoras.

Cláusula 3ª. O VENDEDOR através deste cede juntamente também todos os direitos de uso de imagem para quaisquer fins do OBJETO deste contrato.

Cláusula 4ª. O VENDEDOR deverá entregar o OBJETO deste contrato ao COMPRADOR, livre de quaisquer ônus ou encargo.

DO PREÇO

Cláusula 5ª. O COMPRADOR pagará ao VENDEDOR, pela compra dos objetos deste contrato, a quantia R\$ XXX (XX reais), pagos à vista.

CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 6ª. O presente contrato passa a valer a partir da assinatura pelas partes, obrigando-se a ele os herdeiros ou sucessores das mesmas.

DO FORO

Cláusula 7ª. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, como único e competente para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato ou de sua execução, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, XXXXXXXXX.

NOME
Proprietário

Emanoel Alves de Araujo
Diretor Executivo e Curador

1ª Testemunha
Nome:
RG:

2ª Testemunha
Nome
RG:

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE OBRA DE ARTE

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

PROPRIETÁRIO VENDEDOR: NOME, CPF Nº, RG Nº, residente e domiciliado
ENDEREÇO, BAIRRO/CIDADE/ESTADO.

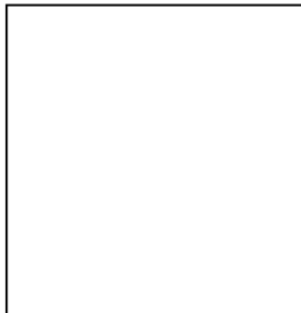
COMPRADOR: Associação Museu Afro Brasil, com sede na Av. Pedro Álvares Cabral, S/N-Portão 10, Parque Ibirapuera - São Paulo – capital, CNPJ 07.258.863/0001-02, neste ato representada por seu Diretor Executivo e Curador, Emanuel Alves de Araujo RG. nº 6.987.926-6 -SSP-SP e inscrito no CPF sob o nº. 004.231.815-72.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Compra e Venda de obra de arte, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O presente contrato tem como OBJETO, a venda do quadro
DESCRIÇÃO DO OBJETO.

IMAGEM



Autoria:
Título:
Data:
Técnica:
Dimensões:

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 2ª. O VENDEDOR no ato da assinatura deste instrumento confirma ser o legítimo proprietário da obra citada, que esta não configura herança e/ou partilhas de bens, e livre que quaisquer litígios jurídicos e penhoras.

Cláusula 3ª. O VENDEDOR através deste cede juntamente também todos os direitos de uso de imagem para quaisquer fins do OBJETO deste contrato.

Cláusula 4ª. O VENDEDOR deverá entregar o OBJETO deste contrato ao COMPRADOR, livre de quaisquer ônus ou encargos.

DO PREÇO

Cláusula 5ª. O COMPRADOR pagará ao VENDEDOR, pela compra do objeto deste contrato, a quantia de R\$ XXX (XX reais), à vista.

CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 6ª. O presente contrato passa a valer a partir da assinatura pelas partes, obrigando-se a ele os herdeiros ou sucessores das mesmas.

Cláusula 7ª. De que fica garantido ao COMPRADOR a possibilidade da reprodução das obras, ora compradas, em todo e qualquer meio de circulação e/ou comunicação, tais como, mas não somente, internet, peças gráficas, vídeo e/ou áudio reprodução, mídias permanentes e temporárias a serem editadas pelo COMPRADOR ou por este aprovadas.

DO FORO

Cláusula 8ª. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, como único e competente para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato ou de sua execução, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, XXXXXXXXX

NOME
Proprietário

EMANOEL ALVES DE ARAUJO
Associação Museu Afro Brasil
Diretor Executivo e Curador

1ª testemunha
NOME:
RG:

2ª testemunha
NOME:
RG:

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **NOME**, **NACIONALIDADE**, residente e domiciliado à **ENDEREÇO COMPLETO**, portador do RG n°. **XXX**, **ÓRGÃO EMISSOR**, inscrito no CPF sob o n°. **XXXX**, entrega em doação à Associação Museu Afro Brasil, Organização Social de Cultura, do Estado de São Paulo, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob n° 07.258.863/0001-02, com sede na Av. Pedro Álvares Cabral, S/N-Portão 10, Parque Ibirapuera - São Paulo – capital, representada legalmente por seu Diretor Executivo e Curador, sr. **Emanoel Alves de Araujo**, brasileiro, portador do RG n° 6.987.926-6 emitido pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o n°. 004.231.815-72, a obra de arte abaixo, para integrar o acervo do Museu Afro Brasil sob as seguintes condições:

IMAGEM:



Autoria:
Título:
Técnica:
Data:
Dimensões:

1. O DOADOR faz a presente doação de obra de sua propriedade, sem encargos presentes ou futuros, em caráter irreversível e irrevogável, do bem acima discriminado.
2. De que a doação é feita de livre e espontânea vontade, sem coação nem influência de quem quer que seja, a título gratuito, transferindo ao DONATÁRIO, desde já, todos os direitos de ação e posse sobre o bem doado e declara sob as penas da Lei que o mesmo se encontra livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus judicial ou extrajudicial, comprometendo-se a fazer a presente doação respeitando por si própria herdeiros e/ou sucessores, bem como respondendo pela procedência da obra.
3. De que fica garantida ao DONATÁRIO a possibilidade de reprodução da obra, ora doada, em todo e qualquer meio de circulação e/ou comunicação, tais como, mas não somente, internet, peças gráficas, vídeo e/ou áudio reprodução, mídias permanentes e temporárias a serem editadas pelo DONATÁRIO ou por este aprovadas.
4. De que os créditos de doação deverão seguir da seguinte forma: Acervo Museu Afro Brasil – Doação **XXXXXXX**.

5. De que os termos e condições ora apresentados referem-se exclusivamente à obra acima

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E por estarem as partes assim, de pleno acordo, firmam o presente instrumento, em 2(duas) vias de idêntico teor, na presença de duas testemunhas, para todos os fins e efeitos de direito.

XXXXXXXXXX
Proprietário

Emanoel Alves de Araujo
Associação Museu Afro Brasil
Diretor Executivo e Curador

Testemunha:
NOME:
RG:

Testemunha:
NOME:
RG:

TERMO DE COMODATO

O presente Termo tem por objetivo, o empréstimo à Comodatária, para a exposição **NOME**, a ser realizada de **DATA**, nas dependências do **NOME DA INSTITUIÇÃO, CIDADE/ESTADO** das obras do acervo do Comodante, discriminada na relação anexa que passará a fazer parte integrante deste Termo.

COMODATÁRIO

Proprietário: Associação Museu Afro Brasil – Instituição privada sem fins lucrativos, qualificada pelo governo do Estado de São Paulo como uma Organização Social de Cultura.

CGC/CNPJ: 07258863/0001-2

Endereço: Av. Pedro Álvares Cabral, S/N-Portão 10, Parque Ibirapuera

Cidade / Estado: São Paulo - SP

Diretor Executivo e Curador: Emanuel Alves Araujo

RG: 6.987.926-6 SSP/SP

CPF: 004.231.815-72

COMODATANTE

Proprietário:

CGC/CNPJ:

Endereço:

Cidade / Estado:

Responsável:

RG:

CPF:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Comodatária é obrigada a conservar e zelar pela integridade das peças, não podendo usá-las senão de acordo com a sua natureza e destinação, conforme supra citado, assim como não mudá-las de local sem o consentimento do Comodante sob pena de responder por perdas e danos não cobertos pelo seguro, inclusive contra terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA

As obras do acervo do Comodante ficarão sob a guarda e responsabilidade da Comodatária.

CLÁUSULA TERCEIRA

As obras ficarão expostas no **NOME DA INSTITUIÇÃO**, de onde não poderão sair sem autorização expressa do Comodante

CLÁUSULA QUARTA

O seguro, a embalagem e o transporte das peças correrão por conta da Comodatária e deverão ter a aprovação prévia do Comodante.

CLÁUSULA QUINTA

A Comodatária manterá, pelo prazo do empréstimo, as peças do Comodante, devidamente seguradas, responsabilizando-se ela, Comodatária, pelos ônus daí decorrentes.

CLÁUSULA SEXTA

Em caso de danos parciais ou totais às Obras objeto deste Termo, a ocorrência deverá ser comunicada imediatamente ao Comodante e a Seguradora, pela Comodatária, para a devida indicação dos serviços que se façam necessários.

CLÁUSULA SÉTIMA

A Comodatária não poderá jamais recobrar do Comodante as despesas com o uso e gozo das peças emprestadas.

CLÁUSULA OITAVA

A Comodatária enviará 05 (cinco) exemplares (doação) do catálogo da exposição e material gráfico (folder, cartaz, convite) para o Comodante, sem o ônus da despesa postal.

CLÁUSULA NONA

O prazo do Comodato terá vigência até 16 de agosto de 2010 a 06 de maio de 2011, devendo as peças, objeto deste Termo serem devolvidas ao Comodante até aquela data, podendo ser prorrogado de comum acordo, caso seja do interesse da Comodatária prorrogar o prazo de realização da Exposição e desde que o Comodante não tenha assumido outros compromissos para a utilização das peças.

CLÁUSULA DÉCIMA

Elegem as partes, de comum acordo, o Foro da cidade de São Paulo – SP, para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando a qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

São Paulo, XXXXXXXX.

Assinatura do Comodante

Assinatura do Comodatário
Associação Museu Afro Brasil
Emanoel Alves de Araujo

Testemunhas

NOME:
RG:

NOME:
RG:

3.6 Programa de Pesquisa e Documentação



O Núcleo de Pesquisa e Documentação toma como ponto de partida a perspectiva, os conceitos e os conteúdos elaborados pela Curadoria do Museu Afro Brasil para as exposições de longa duração e as exposições temporárias.

3.6.1 Apresentação

O Núcleo de Pesquisa e Documentação toma como ponto de partida a perspectiva e os conceitos elaborados pela Curadoria do Museu Afro Brasil para investigar a contribuição das populações negras à sociedade brasileira. Os esforços estão, portanto, voltados para a pesquisa, preservação e registro de seus aspectos culturais, tecnológicos, artísticos, religiosos, entre outros, em bibliografias especializadas e em diferentes fontes de pesquisa.

Esse trabalho visa a seleção ou produção de textos com temáticas relacionadas ao acervo museológico, por um lado, e a manutenção de sua memória documental, por outro. Essas atividades são realizadas tanto para uso interno quanto para difusão externa em variados meios, tais como no portal digital da instituição, em catálogos, em edições de revistas, entre outras publicações.

3.6.2 Justificativa

O Museu Afro Brasil tem a responsabilidade de produzir e veicular um *saber da memória* afro-brasileira, construindo e reconstruindo uma gama de significados, muitas vezes desvinculados do discurso histórico oficial. Assim, o Núcleo de Pesquisa e Documentação tem a responsabilidade de examinar e documentar essa herança articulando a memória afro-brasileira em seus contextos históricos e estéticos. Esse modo de atuação adquire importância particular dentro da proposta do museu, na medida em que a real contribuição africana e afrodescendente na formação do país é muitas vezes minimizada ou mesmo encoberta na historiografia. Ressalta-se também o pioneirismo em sediar um museu com essa temática na maior cidade brasileira, amplamente marcada por sua diversidade cultural e pela expressiva presença da população negra.

Assumindo o desafio de revelar, por meio de métodos consistentes, o legado da herança africana à cultura brasileira em seus diversos âmbitos, o Núcleo de Pesquisa e Documentação resgata e conserva uma memória marginalizada e historicamente excluída das formas consagradas e “oficiais” da história do Brasil, que minimizaram o protagonismo e mesmo a participação dos negros nos episódios fundamentais de sua história.

Nesse contexto, uma das principais linhas condutoras do Núcleo de Pesquisa é a de elucidar e desvelar aspectos dessa memória e dessa contribuição obscurecidas,

investigando sua singularidade e difundindo o resultado da pesquisa ao público. Por isso, as ações do Núcleo de Pesquisa e Documentação estão também em consonância com a aplicação da Lei 10.639/2003 no que respeita a valorização da história e cultura afro-brasileira através da produção de subsídios para a ampliação do estudo, conservação, divulgação desse patrimônio material e imaterial.

O Museu Afro Brasil assume assim, a transparência política das modernas instituições museológicas, possibilitando – através da organização documental, pesquisa e difusão de informações – o livre acesso do público visitante à pluralidade cultural. A existência do Núcleo de Pesquisa e Documentação garante essa vocação natural, educativa e democrática que todo museu deve possuir para desenvolvimento de seu papel cultural e social.

3.6.3 Objetivos Gerais

Um museu acumula naturalmente documentos de variados tipos no decorrer do empenho de suas atividades: documentos iconográficos, textuais, sonoros e audiovisuais, assim por diante, gerando conseqüentemente, arquivos institucionais e documentos museológicos, que farão parte da história da instituição.

De modo geral, o Núcleo de Pesquisa e Documentação, em seus objetivos gerais, se destina a fazer a coleta, a avaliação, classificação, preservação e o fomento dessa grande quantidade de informações produzidas em várias áreas do museu. Fica a cargo dele também fazer a gestão institucional desse acervo arquivístico, apoiando a Curadoria e os demais Núcleos do Museu ao criar subsídios para suas atividades técnicas e administrativas e permitindo também a disponibilização de fontes e referências de pesquisa para a criação de exposições, publicações, atividades educativas e atendimento a consultantes externos. Uma pesquisa que seja capaz de alimentar a demanda interna dos diferentes núcleos do museu, bem como possibilitar a comunicação de seus programas museológicos para o público em geral demonstra o compromisso com a diversidade e a atenção às especificidades que este museu possui como desafio.

3.6.4 Objetivos Específicos

Do ponto de vista de seus objetivos específicos o Núcleo de Pesquisa e Documentação desempenha atividades de estudo em acervos bibliográficos, documentais e iconográficos. Tomando como princípio o próprio acervo do Museu Afro Brasil e seus diferentes eixos temáticos, os pesquisadores e técnicos em documentação coletam, selecionam, organizam e apresentam materiais que fornecem informações de contextualização histórica, etnográfica e estética às peças expostas pelo museu, elucidando suas múltiplas dimensões enquanto fenômenos articulados a diversos âmbitos sociais e culturais. Além disso, fornecem subsídio para as exposições temporárias, baseando-se no projeto curatorial para realizar o levantamento de informações e o aprofundamento de temas relacionados a elas.

A fim de bem desempenhar essas funções, as atividades do Núcleo de Pesquisa e Documentação são diversificadas. Em relação ao acervo do museu, por um lado ele fornece dados de contextualização a respeito das peças e de seus autores e desenvolve projetos de pesquisa que aprofundam questões relativas aos eixos temáticos que organizam o acervo, por outro, promove o registro documental e histórico das peças, organizando-os metodologicamente em arquivos que poderão ser consultados a curto, médio e longo prazo.

No tocante às exposições temporárias, auxilia no levantamento de informações e na elaboração dos catálogos. Também é ele responsável por colaborar, por exemplo, com o Núcleo de Educação na seleção e elaboração de materiais de apoio à ação educativa. Sua interface com o público é realizada por meio de ações de divulgação do acervo (em publicações impressas ou no portal virtual do Museu Afro Brasil) e do atendimento direto a pesquisadores externos, sugerindo fontes de pesquisa e elucidando dúvidas em consultas físicas, junto à Biblioteca Carolina Maria de Jesus, e em consultas virtuais.

Dentre as principais atribuições do núcleo de pesquisa e documentação, podemos citar as seguintes atividades:

- Reunir e organizar os documentos intermediários das atividades Meio e Fim geradas pelos diversos Núcleos do Museu Afro Brasil;
- Resgatar e conservar a memória marginalizada e historicamente excluída das formas consagradas e “oficiais” de consciência histórica do Brasil;

- Elucidar e desvelar aspectos dessa memória e dessa contribuição obscurecidas, investigando sua singularidade e difundindo o resultado da pesquisa ao público;
- Promover parcerias e intercâmbios com instituições de pesquisas e ensino tanto no Brasil quanto no exterior, cujas temáticas sejam comuns às do Museu Afro Brasil;
- Promover seminários, encontros e palestras de divulgação e discussão de resultados de pesquisas relativos à temática do Museu;
- Servir como apoio a pesquisadores externos que buscam subsídios para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos em variados níveis;
- Fornecer suporte e elementos a equipes do museu para o desenvolvimento de projetos institucionais, com produção que visará o próprio desenvolvimento e ampliação do acervo;
- Criar e controlar o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade do acervo documental, atribuindo o devido prazo de guarda e destinação aos documentos classificados;
- Atender e administrar os parâmetros técnicos e requisitos legais estabelecidos pela Secretaria de Estado da Cultura e pelo SAESP (Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo) por meio da aplicação de suas respectivas normas técnicas e instrumentos jurídicos;
- Preservar e divulgar a memória e a história da instituição;
- Produção de subsídios para a ampliação do estudo, conservação, divulgação do patrimônio material e imaterial manifestado na cultura brasileira, vista sob a perspectiva afro-brasileira.
- Funcionar como um espaço de interlocução entre o público interessado, pesquisadores, visitante e colaboradores em relação às atividades desenvolvidas pelos diversos Núcleos;
- Coletar, organizar, referenciar, disseminar e publicar informações sobre a cultura e a arte afro-brasileira por meio da pesquisa, divulgação e extroversão de seu acervo documental e do acesso público às plataformas e ferramentas de referência informativa;
- Realizar o levantamento de informações e o aprofundamento de temas relacionados ao acervo e às exposições temporárias;
- Disponibilizar fontes de pesquisa para a produção de conhecimento científico;

- Organizar metodologicamente o registro documental e histórico das peças museológicas em arquivos que poderão ser consultados;
- Apoiar tecnicamente a administração do museu nas atividades de normalização e dinamização da produção e do trâmite documental institucional, auxiliando na organização e manutenção de um sistema de protocolo de documentos integrado com a Gestão Arquivística de Documentos;
- Fornecer dados de contextualização a respeito das peças museológicas, de sua origem e de seus autores.

3.6.5 Manual de Arquivos

Apresentação

A criação de um Manual de Procedimento é etapa fundamental e relevante que garante o controle de documentos desde sua criação até sua destinação final. Para tanto, se faz necessária a criação de um Arquivo Central que padronize os procedimentos a serem adotados pelos diversos departamentos da instituição, no que concerne a guarda, envio, consulta e descarte dos documentos gerados.

O resultado deste esforço conjunto será a agilidade de recuperação e acesso da informação, proporcionando economia de tempo, espaço físico e maior eficácia nas tarefas da instituição.

Finalidade

Padronizar os procedimentos adotados nos departamentos e Arquivo Central a fim de preservar e facilitar a localização dos documentos gerados e recebidos pelo Museu Afro Brasil, visando atender as necessidades administrativas e exigências legais.

Objetivos

- Padronizar a transferência dos documentos para guarda do Arquivo Central;
- Implantar critérios de funcionamento nos Departamentos e Arquivo Central;

- Implantar critérios de consulta e empréstimo de documentos.

Considerações

Arquivos de Departamentos: São de responsabilidade de seus setores. Nesses arquivos, estão os documentos temporários produzidos no ano corrente e de uso freqüente.

Arquivo Central: É o local que recebe e guarda os documentos departamentais quando encerram suas funções freqüentes. Aqui permanecem disponíveis por um período maior de tempo, até serem encaminhados ao arquivo permanente.

Procedimentos

Formas de Arquivamento

Cada Departamento definirá a forma de organização de seus documentos de uso frequente, utilizando para isso as ordens alfabéticas, numérica ou cronológica segundo sua conveniência;

Após a transferência ao Arquivo Central, os documentos departamentais receberam o tratamento e normas exigidos pela SAESP, permanecendo os mesmos disponíveis para consulta dos departamentos;

Recomenda-se o uso de Caixas de Arquivo tipo poliondas. Internamente, divisórias ou pastas que impeçam o dobramento dos documentos acondicionados;

Preserve os documentos. Não rabisque, não rasgue, mantenha-os longe de alimentos; evite guardá-los em locais úmidos ou empoeirados. Fique sempre atento ao surgimento de fungos e insetos.

Recebimento do Documento pelo Arquivo Central:

Para a transferência de documentos ao Arquivo Central, exige-se comunicar com antecedência a quantidade de caixas e agendar uma data;

A transferência dependerá da disponibilidade de espaço físico no Arquivo Central;

Não serão aceitos pelo Arquivo Central, entregas não programadas e documentos do ano corrente;

Os documentos entregues devem estar acondicionados em caixas poliondas e com o modelo de Espelho que se encontra em anexo neste manual;

Toda transferência de documentos deverá vir acompanhada do Termo de Transferência de Documentos (em duas vias), preenchido e assinado;

Temporalidade de Guarda dos Documentos:

A Tabela de Temporalidade criada para o Museu Afro Brasil, tem por finalidade, o controle de guarda e descarte de documentos, respeitando as normas da SAESP e a legislação vigente.

Consulta:

A consulta ao Arquivo Central é livre aos funcionários do Museu Afro Brasil, bastando para isso contatar antecipadamente via telefone ou e-mail, fornecendo os dados desejados do documento solicitado;

O Arquivo Central reserva o direito de vetar o uso de documentos cuja importância não seja pertinente ao departamento que o solicita;

O funcionário poderá consultar documentos referentes a outros setores que não o seu, mediante autorização por escrito do departamento produtor original;

A pesquisa no Arquivo Central só é permitida para não funcionários mediante autorização por escrito da Diretoria Executiva ou Administrativa do Museu Afro Brasil;

Empréstimo:

Para tomar por empréstimo os documentos do Arquivo Central, os funcionários devem preencher o Formulário de Solicitação de Documentos existente em anexo neste Manual;

O prazo de empréstimo é de 10 dias úteis, podendo ser prorrogado em caso de necessidade;

O empréstimo será feito apenas pessoalmente. Em caso de impossibilidade de presença, deve ser solicitada ao responsável pelo Arquivo Central a entrega em mãos do documento desejado;

A reprodução do documento, em caso de necessidade, fica a cargo do solicitante;

O solicitante deve se responsabilizar pela integridade dos documentos, não sendo permitido danificá-lo, nem desviar anexos pertencentes ao mesmo.

Documentos em Meio Digital:

O Arquivo Central não disponibiliza espaço nem condições climáticas para guarda deste tipo de material.

Outros Materiais:

Materiais como cartazes, porta retratos, troféus, objetos tridimensionais, quadros, folhinhas, banners e similares não devem ser encaminhados ao Arquivo Central;

Convites de eventos e folders de exposições podem ser encaminhados ao Arquivo Central, e respeitarão seus prazos de guarda.

Formulários Utilizados

Todos os formulários necessários para entrega e solicitação de documentos, assim como os designados para eliminação e transferência dos mesmos, encontram-se ao final deste Manual.

São eles:

- Espelho de Caixas;
- Formulário de Solicitação de Documentos;
- Listagem de Eliminação;
- Termo de Transferência de Documentos.

Considerações Finais

A observação dos requisitos deste Manual é de fundamental importância para garantir a padronização e integração entre os departamentos e o Arquivo Central do Museu Afro Brasil; garantir a integridade dos documentos e respeitar as normas designadas pela SAESP.

Em caso de dúvida, consulte o técnico em documentação responsável pelo setor.

Anexos

Espelho das Caixas

	
Departamento	01
<u>TIPO DOCUMENTAL:</u> <u>DATAS BALIZAS:</u>	

Obs: É aconselhável que os espelhos das caixas não ultrapassem 15 cm de altura.

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS					
UNIDADE:				LISTAGEM N.:	
SUBUNIDADE:				FOLHA N.:	
CLASSE/ SUBCLASSE	TIPO DOCUMENTAL	DATAS-LIMITE	UNIDADE DE ARQUIVAMENTO		OBSERVAÇÃO/ JUSTIFICATIVA
			QUANTIDADE (em caixas)	ESPECIFICAÇÃO (Em metros lineares)	

Técnico em Documentação

Data ____/____/____

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação

Data ____/____/____

Chefe da Unidade/Subunidade

Data ____/____/____

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS

Solicitação de Documentos - Nº _____

São Paulo - SP, ____ de _____ de ____.

Departamento: _____

Para: Arquivo Central

Tipo Documental	
Nº documento	
Nome interessado	
Localização	
Observação	
Nome, fone e e-mail do solicitante	

Tipo Documental	
Nº documento	
Nome interessado	
Localização	
Observação	
Nome, fone e e-mail do solicitante	

Atenciosamente,

Assinatura/Nome /Departamento

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE DOCUMENTOS

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, foi efetuada a transferência dos documentos abaixo relacionados ao Arquivo Central

Departamento: _____

Tipo Documental	Datas limite	Quantidade	Observação

Responsável pela Transferência

Responsável pelo Recebimento

Data ____/____/____

Data ____/____/____

3.6.6 Índice Biográfico e Cultural de Artistas do Acervo

Apresentação geral

Este novo projeto para o Índice Biográfico e Cultural de Artistas do Acervo é uma reelaboração que toma como ponto de partida o projeto anterior para o Índice Biográfico e Ilustrado dos Artistas da Mostra de Longa Duração (elaborado por Milton dos Santos, Assistente de Coordenação desligado das atividades desde 01/11/2010, e cujos primeiros resultados parciais foram apresentados em 11/2010), mas busca aprofundar sua proposta e articulá-la de maneira mais íntima com os conceitos que subjazem ao projeto curatorial do museu, em conformidade com as sugestões da Curadoria. Seu objetivo geral é o de elaborar e implementar um guia *online* de referências a respeito dos artistas e obras do acervo, disponível a partir do site do museu.

Fundamentação Teórica

O Índice Biográfico e Cultural de Artistas do Acervo sustenta-se em duas linhas teóricas, a primeira das quais diz respeito aos conceitos do projeto curatorial do museu. Dentre os objetivos do Museu Afro Brasil está o de produzir e veicular um

saber da memória afro-brasileira (ARAUJO, 2006), isto é, um corpo de conhecimentos, amiúde excluídos dos processos institucionais de preservação do saber histórico oficial (SCHWARCZ, 1993; TROUILLOT, 1995), a respeito do legado estético, histórico e cultural das populações de origem africana no Brasil. Este *corpus* pode ser concebido como uma forma de *memória* social e histórica, tal como esta noção é definida por Jacques Le Goff (1984), ou seja, como um conjunto de representações a respeito do passado elaboradas por diversos grupos sociais, em circulação por meio de canais não necessariamente institucionalizados. Como tal, esse saber se articula com uma série de dimensões da vida social, pretérita e presente, não podendo ser compreendido apenas em suas dimensões institucionais e oficiais.

A partir de uma segunda matriz teórica, este projeto propõe conceber a trajetória de cada artista como uma narrativa em que se articulam múltiplos aspectos da vida histórica e social de sua época, um cruzamento de dimensões históricas de significado (DILTHEY, 1944), transcendendo uma concepção puramente individual da biografia. Encarada dessa forma, a biografia se torna uma ferramenta, em escala *microhistórica*, para a elucidação de fenômenos sociais mais amplos (GINZBURG, 1987). Isso não significa que as trajetórias individuais sejam meros decalques de “tipos” ou “categorias” sociológicas gerais; pelo contrário, elas desenvolvem uma relação complexa com seus contextos históricos, de afastamento e aproximação em relação a tendências gerais.

Com base nessas premissas, esse projeto propõe uma abordagem a respeito dos artistas do acervo que articule a especificidade de suas trajetórias particulares com processos históricos mais amplos envolvendo as populações afro-brasileiras, e que contemple o caráter plurifacetado da memória social com que dialogam e a partir da qual elaboraram suas propostas estéticas. A diversidade dessa memória foi frequentemente minimizada, desqualificada ou simplesmente ignorada pelas instituições artísticas oficiais, ancoradas numa concepção eurocêntrica da História da Arte. Por isso, este índice não deve se ater apenas à trajetória individual dos artistas no interior das instituições oficiais (sua educação artística formal, as exposições das quais participaram, os prêmios oficiais que azealharam, as instituições que adquiriram e expõem sua produção), devendo abordar sua relação com uma tradição mais ampla (expressa na religiosidade, nas festas, na culinária e na cultura popular de uma forma geral). O percurso individual dos artistas no interior das instituições artísticas constitui um elemento importante de sua trajetória e não será ignorado, mas deverá ser contemplado como uma entre outras dimensões, mostrando como, em muitos casos,

as instituições circunscreveram o desenvolvimento de sua obra, quer no sentido da adequação de suas tendências estéticas aos estilos artísticos socialmente prestigiados, quer no sentido do direcionamento de sua produção por um mercado consumidor de obras de arte portador de preferências específicas. Assim sendo, este índice não poderá ser apenas “biográfico”, devendo converter-se também em um índice “cultural” da produção artística afro-brasileira.

O projeto curatorial da exposição de longa duração do Museu Afro Brasil empreende sempre a articulação entre as dimensões estéticas, históricas, sociológicas, religiosas e culturais das populações afrodescendentes no Brasil; motivo pelo qual entendemos que o índice de artistas do museu deve rerepresentar, na escala “microhistórica” de cada artista do acervo, essa mesma estrutura narrativa. Desta forma, pretende-se criar o entendimento da produção artística afro-brasileira como um *campo social* marcada pela intersecção de forças múltiplas e nem sempre convergentes (BOURDIEU, 1992), de forma análoga à maneira como Lísias Negrão propõe entender as religiões afro-brasileiras (1996).

Revisão Geral dos Antecedentes

Durante a pesquisa para a elaboração dos verbetes biográficos que foram apresentados em novembro de 2010, o Núcleo de Pesquisa consultou as fontes disponíveis no acervo da Biblioteca Carolina Maria de Jesus e os bancos de dados *online* de instituições de patrimônio artístico, tais como o Itaú Cultural, o Instituto Moreira Salles ou o SENAC, que já dispõem de ferramentas semelhantes em seus *sites*. Entre as fontes impressas contam-se dicionários especializados, catálogos de museus e exposições e monografias a respeito da obra de artistas individuais.

De uma maneira geral, em formatos mais abreviados ou mais estendidos, constatou-se a recorrência de um certo “modelo implícito” para a apresentação da trajetória dos artistas, privilegiando os seguintes dados: 1. sua formação artística em instituições oficiais e seus “mestres”; 2. uma relação das exposições e mostras das quais participaram; 3. uma lista de prêmios oficiais que conquistaram com sua obra e dos cargos institucionais que ocuparam; 4. uma descrição geral de sua obra, normalmente vinculando-a a alguma “escola” artística; e 5. comentários críticos a respeito da obra. Seja na forma de texto corrido (como em verbetes de dicionários e em catálogos), seja em formato hipertextual, quase todas as fontes consultadas se desenvolvem de acordo com esses critérios.

Esse “modelo” foi sistematizado pelo Núcleo de Pesquisa em agosto de 2010 e serviu como guia para a elaboração dos verbetes do índice. Muitos desses critérios foram abreviados e resumidos, com vistas à produção de verbetes mais concisos. Por conta disso, a pesquisa precisaria ser retomada e aprofundada para poder contemplar esses critérios com maior profundidade (como ocorre no modelo adotado pela Enciclopédia de Artes Visuais do Itaú Cultural). Contudo, em vez de reproduzir esse modelo “canônico”, seria interessante que o Museu Afro Brasil empreendesse uma crítica a ele a partir da perspectiva singular de seu projeto curatorial. Esse “modelo implícito” identificado pelo Núcleo de Pesquisa na quase totalidade do material biográfico a respeito dos artistas reproduz uma visão talvez demasiadamente institucional e oficial a respeito deles, não fazendo jus à riqueza das abordagens propostas pelo projeto curatorial do Museu Afro Brasil. Um índice de artistas fundamentado em outras bases (ancorado nas premissas acima desenvolvidas) não apenas será mais condizente com a proposta do museu, como também constituirá uma inovação em relação às fontes já disponíveis, apresentando ao público uma maneira alternativa de conceber a história das artes visuais no Brasil.

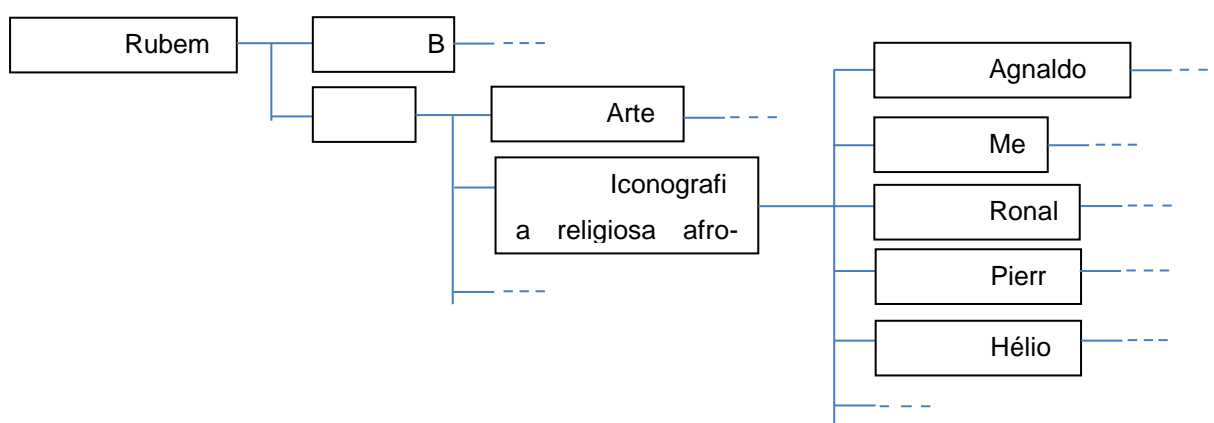
Proposta de modelo alternativo: um índice “biográfico e cultural”

Este projeto propõe uma forma de organizar as informações a respeito dos artistas que não se fundamente exclusivamente nos critérios acima indicados. Em primeiro lugar, é interessante abarcar outras informações de contextualização que ultrapassem o âmbito meramente individual da biografia. Informações adicionais sobre as tendências estéticas às quais se filiaram, sobre as instituições que frequentaram, sobre as tradições e manifestações da cultura popular com as quais se relacionaram e sobre as variadas recepções de sua obra oferecem um contexto mais rico e complementam as informações para além de uma perspectiva “oficial” ou meramente individual.

Os verbetes já elaborados na primeira fase do projeto trazem, sempre que possível, referências a respeito da recepção da obra de cada artista pela crítica especializada. Trata-se, contudo, de certa maneira, de uma visada “oficial”, emanada sempre a partir da perspectiva de uma História da Arte de cunho mais ou menos acadêmico. Seria interessante incluir também as percepções a respeito da obra oriundas de outros grupos sociais. Uma sugestão, nesse sentido, é realizar, em parceria com o Núcleo de Educação, uma compilação de opiniões sobre cada artista, colhidas junto ao público visitante do museu. Adicionalmente, os visitantes do site

poderiam ter a opção de deixar seus próprios comentários a respeito dessas obras, aumentando a variedade das leituras e criando canais interativos a partir do quais o público poderia enriquecer a diversidade das perspectivas sobre as obras.

Na medida em que se reconhecem também relações entre os artistas e manifestações culturais ou processos históricos que os transcendem, propõe-se que essa vinculação possa ser virtualmente acessada e reconstruída por meio de uma estrutura de *links*, num modelo hipertextual não-linear. Tomemos o exemplo de Rubem Valentim para exemplificar em pequena escala o funcionamento de uma tal ferramenta: já que sua obra cruza a estética da arte concreta com a iconografia religiosa dos cultos afro-brasileiros (FONTELES; BARJA, 2001), o visitante poderia obter uma comparação, lado a lado, de exemplares de ambas (ressaltando suas aproximações e distinções), podendo ainda acessar, por *links*, textos complementares sucintos que apresentem essas duas dimensões relacionadas a sua obra. Ao acessar o texto a respeito da iconografia religiosa afro-brasileira, por exemplo, ele ainda teria acesso a *links* para outros artistas cujas obras estejam vinculadas à mesma estética. Segue um exemplo ilustrativo de um dos possíveis caminhos a percorrer nessa estrutura hipertextual pelo visitante:



Caso optasse por se concentrar na arte concreta (ou eventualmente na região onde o artista esteve ativo, nas instituições que frequentou, na religião que professava etc.), o visitante poderia trilhar um caminho diferente de *hiperlinks* e descobrir outras relações possíveis entre Rubem Valentim e os demais artistas do acervo. Potencialmente, cada aspecto abordado em cada verbete poderia ser posteriormente desdobrado em uma nova entrada ao índice, adicionando mais uma camada de conteúdo e mais interligações com outras entradas. Com isso, na prática, cada artista teria associada a si uma série de *tags* (rótulos, em linguagem da web) que podem ser

usados para buscar possíveis associações com outros artistas e fenômenos culturais representados no acervo, seja por meio de *links*, seja por um sistema de busca que permita ao visitante identificar os artistas vinculados aos *tags* que ele procura (por exemplo, todos os artistas relacionados a “Academia Imperial de Belas Artes” ou a “maracatu”). Assim sendo, a abordagem de cada artista se daria por meio de múltiplas *camadas de significação* que poderiam ser separadas e rearticuladas de acordo com os interesses do visitante.

Com isso, tem-se uma estrutura que permite uma apreensão mais ampla das obras contempladas no acervo do Museu Afro Brasil, e mais condizente com a natureza híbrida e multidisciplinar de sua proposta curatorial. O visitante do índice biográfico e cultural de artistas teria uma experiência não-linear, análoga (embora não idêntica) àquela proporcionada pela visita física ao museu (que permite uma multiplicidade de relações narrativas entre as obras e materiais expostos). Uma integração com outras ferramentas da web, como a possibilidade de que os visitantes divulguem e comentem partes específicas desse material em redes sociais (Facebook, Twitter, Orkut, Yahoo!, Google, Flickr etc.), potencializaria ainda mais a divulgação do acervo.

Condições de realização do projeto

Para realizar a pesquisa de conteúdos necessária à apresentação de um índice de artistas realizado nesses moldes, será preciso haver um trabalho integrado entre o Núcleo de Pesquisa, um profissional responsável pela implementação das ferramentas de web necessárias (as *tags*, a estrutura hipertextual necessária à ampliação das entradas, as ferramentas de interatividade etc.), o Núcleo de Comunicação (que poderia ser envolvido em ações de divulgação do índice em redes sociais e canais de mídia) e, eventualmente, o Núcleo de Educação (para a coleta e a organização das impressões deixadas pelos visitantes acerca das obras).

Em relação ao trabalho específico do Núcleo de Pesquisa, a produção do material necessário ao índice exigiria o aprofundamento da pesquisa que o núcleo vem realizando, ainda insuficiente para desenvolver os conteúdos relacionados a cada artista com a profundidade proposta. O acervo da Biblioteca Carolina Maria de Jesus é insuficiente para a obtenção de todas as informações que seriam necessárias para a complementação dos verbetes, de modo que uma das condições para a realização do trabalho seria a possibilidade de trabalho externo constante em outros acervos

(bibliotecas universitárias e de centros de pesquisa e acervos de instituições artísticas, inclusive com a possibilidade de pesquisa em fontes primárias documentais no caso de alguns artistas) a fim de localizar fontes mais completas de informação.

Deve-se ressaltar ainda que este trabalho demanda prazos de pesquisa mais longos, inviabilizando o ritmo de produção adotado pelo Núcleo de Pesquisa desde agosto de 2010 (que realizou uma média acima de 10 verbetes por mês). O resultado seria um volume menor de artistas por trimestre de trabalho, contemplados, contudo, a partir de um modelo ao mesmo tempo mais aprofundado e flexível, e mais coerente com a proposta do Museu Afro Brasil

Referência Bibliográficas

ARAUJO, Emanuel. *Saber da memória*. In: MINISTÉRIO DA CULTURA/FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Para nunca esquecer*. Negras memórias, memórias de negros. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002, p. 25-27 (catálogo).

DILTHEY, Wilhelm. *El mundo historico*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1944.

FONTELES, Bené; BARJA, Wagner (Org.). *Rubem Valentim: artista da luz*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2001 (catálogo).

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*: vol. I: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 11-50.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Entre a cruz e a encruzilhada: a formação do campo umbandista em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SCHWARCZ, Lilia K. Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

3.7 Programa de Educação



As ações planejadas pelo Núcleo de Educação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Curatorial, visam ampliar compreensões e reflexões acerca das exposições por meio de visitas orientadas e de atividades de extroversão dos seus conteúdos, adequadas aos diferentes públicos.

3.7.1 Introdução

Um Programa de Educação do Museu Afro Brasil tem que estar em consonância com a concepção que orienta o próprio Museu. "Um museu brasileiro que possa registrar, manter e salvaguardar a memória, e narrar a contundente história da formação da identidade da civilização brasileira a partir de uma perspectiva específica que representa o ponto de vista do negro, é a inovadora e inadiável tarefa que a constituição do Museu Afro Brasil de São Paulo hoje nos propõe como desafio... O Museu foi definido pelo seu curador - Emanuel Araújo - como um museu de história, de memória e de artes. ...O Museu Afro Brasil será, portanto, um museu histórico, que fale das origens, mas que também recupere o diálogo negro na diáspora, nas ciências como nas artes, no campo popular ou erudito... Mas, sobretudo, o Museu Afro Brasil quer ser um museu contemporâneo. O que significa dizer, um museu em que o negro seja capaz de se reconhecer hoje...". - Emanuel Araújo-

Esta concepção, que aproxima tempos e espaços diferentes e distantes e os atualiza no tempo de hoje e no espaço do Museu, imprime uma marca que nos obriga estar, de modo ousado e permanente, em busca da inovação, da adequação e da ampliação da sua função educativa e pública. Deste modo, de acordo com a natureza conceitual do Museu Afro Brasil, antes de apresentar um programa educacional que deve ser aberto o suficiente para o novo e consistente o suficiente para a diversidade das solicitações, algumas considerações acerca do processo educativo e sua relação com o Museu precisam ser feitas.

É através do processo educativo que construímos culturas e nos tornamos humanos, numa linha de constante transformação. Neste sentido, o comportamento humano está sempre significado culturalmente, desde os hábitos, aparentemente, simples de como comer, o modo de andar e de falar, até os valores morais que nos orientam. Os comportamentos que indicam a que cultura cada um pertence não fazem parte de nossa bagagem genética, mas são aprendidos significados e transformados, evidenciando, assim, a diversidade das representações sociais tanto para cada cultura, grupo social, ou até mesmo, para cada indivíduo. O que nos une, então, como humanos é essa capacidade e necessidade de representar e de aprender que nos acompanha desde o nascimento, nas mais diferentes culturas e tempos.

Considerando o Museu como uma instituição social que escolhe o que mostra e, portanto, também aquilo que oculta das representações sociais, legitimando, prestigiando e difundindo determinados conteúdos de um imaginário social, ele se torna um espaço educativo, por excelência, já que goza da liberdade de transitar,

através das suas escolhas, por representações passadas e presentes, construindo leituras de grupos e de momentos sócio-históricos e culturais diversos, ancoradas na intencionalidade que orientou essas escolhas e, desta forma, provoca movimentos de identificação e reafirmação de valores e experiências tanto no nível social, como no nível individual.

Portanto, a natureza educativa do Museu Afro Brasil está vinculada à complexa tarefa de, a partir do seu acervo, das exposições temporárias e das demais atividades desenvolvidas, desconstruir um imaginário da população negra, construído fundamentalmente pela ótica da subalternidade, ao longo da nossa história, e transformá-lo em um imaginário fundado no prestígio e no pertencimento, reafirmando assim o respeito, no seu sentido etimológico – olhar para trás – por uma população matriz da nossa brasilidade e, ao mesmo tempo, garantindo um espaço educativo confortável de reconhecimento e importância desta mesma população.

Ainda recuperando o sentido etimológico das palavras e tomando o respeito como uma de nossas bases conceituais, podemos dizer que a missão educativa desse museu é a de propor ações que possibilitem encontros identitários positivos, visto que faz uma retrospectiva histórica e cultural e tem na arte seu mais forte veículo para resgatar e atualizar a memória brasileira, na perspectiva da presença marcante e fundante do negro em nosso País. Os encontros identitários positivos ampliam o diálogo com culturas irmãs, em outros países e continentes e consideram o enorme patrimônio intangível da matriz africana em nossa cultura.

3.7.2 Pressupostos que orientam a ação educacional do museu Afro Brasil.

Apresentaremos cinco pressupostos que orientam, organizam e permeiam as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Educação:

- Espaço e tempo
- Arte – educação
- Preconceito e autoestima
- Princípios e métodos educacionais
- Avaliação

Espaços, tempos e suas implicações educativas

As ações desenvolvidas pelo Núcleo Educacional do Museu consideram, como um dos elementos estruturadores, os diferentes tempos e espaços.

Porém, antes de trazer para reflexão ecos de significação de outros tempos e espaços, se faz necessário ressaltar, em primeiro lugar, a importância da conquista de um espaço de prestígio, reconhecido na cidade de São Paulo, para abrigar o Museu Afro Brasil, que é o Parque Ibirapuera. Do ponto de vista simbólico, o Parque Ibirapuera, identificado pelos moradores da cidade como um de seus cartões postais e, por isso mesmo, objeto do desejo de muitos, resgata um *outro espaço* – o da dignidade – de uma população que sempre esteve colocada à margem desses lugares culturais e que agora recebe a possibilidade de ver representada sua presença e experiências com status de patrimônio cultural, para si e para o conjunto da sociedade, não em qualquer lugar, periférico e reduzido, mas, sim, em um amplo espaço – O Pavilhão Manuel da Nóbrega – dentro de um dos parques públicos mais bonitos da metrópole paulistana.

A dimensão pública desses lugares – o Parque e o Museu – garante a presença de públicos diversos, que têm diferentes tempos em relação à intimidade com espaços expositivos e que vêm dos mais diferentes pontos da cidade para o Museu.

O fato de estar localizado dentro de um espaço público de prestígio traz a presença de um público visitante específico que só tem como tempo para visita o fim de semana, principalmente o domingo, em um lugar que só é possível ser conhecido pelas condições de acesso que um parque público oferece, garantindo, inclusive, o piquenique familiar.

Reconhecer as distinções de espaços e tempos dos visitantes, desde os visitantes escolares, dos portadores de necessidades especiais, que têm tempos diferentes e precisam, portanto, de outras experiências espaciais, até o público dos finais de semana, nos leva a construir linhas de acolhimento e atendimento que considerem essas diversidades. É preciso, então, criar ações que permitam ampliar a compreensão dos conceitos e conteúdos expositivos, adequando-os aos diferentes públicos e às diversas linguagens e, em constante diálogo, com a dimensão estética do Museu.

Um outro aspecto a ser considerado nas relações de *tempo* e *espaço* é o seu caráter estruturador das exposições, principalmente a de longa duração que, ao tratar

da história, da memória e da arte, atravessam tempos e espaços diversos numa linha de simultaneidade e que tem na arte o seu registro. Nesta medida, os diálogos travados entre público e exposição evocam impressões, sentimentos, emoções, reconhecimentos que fazem do momento da visita a criação de um outro patrimônio intangível gerado pelos encontros dessas dimensões *espaços-temporais* e afetivas.

O significado do *espaço* público, nos *tempos* atuais, também é merecedor de alguns cuidados, quando se quer tratar do Museu e do seu caráter público e educativo.

O espaço público, atualmente, está tomado pelo espaço privado. É comum ver pessoas das mais diferentes idades comportando-se inadequadamente no lugar que é de todos e que, por isso mesmo, possui regras gerais de convivência, necessárias para garantir o seu uso democrático. Mas, neste caso, trata-se de um lugar onde o que vai ser visto é parte da nossa memória e deve ser entendido como patrimônio social.

Refletir sobre a valorização do que se encontra exposto e sobre a dedicação e o trabalho em reunir obras, criando um acervo que nos faça lembrar e conhecer, também nos ajuda a formar pessoas respeitadas e atentas. Conversar com os visitantes, principalmente crianças e jovens, sobre o passado e o presente, sobre os registros e documentos que nos remetem a eles é criar possibilidades de vislumbrar um futuro. A relação com o futuro está ancorada no passado como perspectiva temporal.

Arte educação no Museu e sua relação com as atividades desenvolvidas

Embora o Museu Afro Brasil seja não só um museu de arte, mas um museu também de história e de memória, duas razões justificam a importância do trabalho de arte educação nas suas dependências: o acervo, que é composto, em sua maioria, por peças de arte, e a necessidade de tornar a experiência estética, consciente e transformadora.

Portanto, a arte educação no Museu Afro Brasil existe para, em primeiríssimo plano, auxiliar o público a criar seus próprios caminhos interpretativos e aprofundar as relações intermediadoras entre educadores, exposição e visitantes. As demais funções se ramificam a partir daí como, por exemplo, a formação, fidelização e ampliação do público.

Na sua especificidade, o Museu nos coloca alguns desafios, dentre eles a relação entre arte e identidade merece especial atenção, por determinar a valorização de uma arte brasileira ligada à matriz africana, seja por inspiração ou por laços

ancestrais. Esta relação ajuda na construção da identidade do negro e mestiço brasileiro, na reelaboração de sua autoestima e na memória de grupos e indivíduos que tiveram ou têm atuado pela manutenção e respeito à nossa cultura mestiça.

Os projetos desenvolvidos pelo setor de arte educação têm caráter transdisciplinar, pois nascem do entendimento da conceituação do Museu para, então, construir uma prática acordada com seus princípios amplamente discutidos por consultores ligados a diversas áreas do conhecimento.

Diálogos com a arte

“As coisas não são, portanto, simples objetos neutros que contemplaríamos diante de nós; cada uma delas simboliza e evoca para nós uma certa conduta, provoca de nossa parte reações favoráveis ou desfavoráveis, e é por isso que os gostos de um homem, seu caráter, a atitude que assumiu em relação ao mundo e ao ser exterior são lidos nos objetos que ele escolheu para ter à sua volta, nas cores que prefere, nos lugares onde aprecia passear”. Merleau Ponty

A arte como parte da cultura exerce função mediadora, contribuindo para que possamos estabelecer relações e criar novas representações a partir das diferentes visões de mundo e diversas culturas. Em uma exposição, os objetos são as fontes diretas de informação. Dentre os objetos, as obras de arte trazem gravados, em sua superfície e estrutura, os processos de criação e construção que a geraram. Para ler estas informações e desvendar-lhes os significados são necessárias estratégias de compreensão e caminhos que conduzam à investigação, reflexão, interpretação e avaliação das produções artísticas e manifestações simbólicas de caráter visual.

Sobre estes caminhos e estratégias, sabemos que são uma forma de ampliar o acesso aos territórios da estética e da arte, já que é através deles que realizamos na arte educação a aprendizagem do ver. Isto se dá por meio de processos de mediação que incluem a reflexão, análise e interpretação do que é observado, sem que sejam negligenciados o contexto histórico e cultural e a experimentação de modalidades expressivas reveladoras.

As propostas educativas do Museu Afro Brasil se configuram como processos de mediação que objetivam a organização da experiência estética em diferentes dimensões do conhecimento.

Projetos de mediação – orientações teóricas e processos: para elaborarmos projetos de mediação, para o público, partimos das potencialidades dos trajetos elaborados pelos educadores, do estudo de vários modelos de ações focados no

desenvolvimento da experiência estética e, também, nas metodologias de avaliação dos mesmos.

A escolha de modelos e orientações teóricas pressupõe uma avaliação das mudanças que têm ocorrido no mundo da arte e do ensino da arte nos últimos anos.

“...o aumento do interesse das artes tradicionais pela arte de muitas culturas, e até mesmo pela arte popular e estrangeira; uma mudança do sentido progressivo à frente na arte e a importância do estilo e da originalidade, para um interesse na história, de apropriação e citação; o aumento da arte comprometida com várias causas sociais e culturais, o uso de novos meios.....; a passagem de crença na objetividade embutida na obra de arte; as mudanças incluem também uma crescente conscientização da importância das atividades interpretativas do espectador e das possibilidades de interpretação alternativas do mesmo trabalho.” Michael J Parsons

Atentos a essas mudanças e, em especial, às pesquisas e ações educativas geradas a partir das propostas desenvolvidas pela Getty Center Foundation in the Arts nos USA que enfatizam *“as quatro mais importantes coisas que as pessoas fazem com arte. Elas produzem, elas vêem, elas procuram entender seu lugar na cultura através dos tempos, elas fazem julgamento acerca da sua qualidade”*, nas palavras de Eliot Eisner. E, portanto, são ações que trabalham com as quatro dimensões do conhecimento em arte - produção, estética, crítica e história da arte ou, na versão da abordagem triangular de Ana Mae Barbosa – produção, leitura de obra e história da arte. A isso somamos os princípios do próprio Museu Afro Brasil, ao valorizar em nossos processos a leitura dos conteúdos estéticos, da arte brasileira e a interpretação da história cultural e social dos mesmos.

Leitura de Obra

Os métodos de leitura de obras se configuram como um quesito à parte nos nossos projetos e partem do exercício e a avaliação de roteiros inspirados nas propostas de Edmund Feldman e do Dr. William Ott.

Feldman nos interessa pela objetividade com que realiza leituras mais centradas em atividades comparativas e Dr. Ott por pensar processos mais detalhados do ponto de vista das etapas envolvidas. Edmund Feldman utiliza quatro etapas – descrição, análise, interpretação e julgamento e Dr. Ott – descrição, análise, interpretação, fundamentação e revelação, além do que ele chama de “thought watching” que é um aquecimento ou preparação para o exercício da crítica, do mesmo modo que a revelação é o momento da expressão através da produção.

Estes processos influenciam não só a leitura crítica de obras de arte como das demais imagens que compõem a exposição. Não podemos deixar de dizer que entendemos as etapas - análise, interpretação, julgamento e fundamentação - como uma unidade e seu desenvolvimento depende muito da sensibilidade do educador, pois a leitura não pode ser mecanicista sem interagir com as respostas verbais e posturais do público.

Outras Mediações

Também fazem parte das ações mediadoras para compreensão da arte os materiais produzidos no Museu, a exemplo dos Roteiros de Visitação, Livros e Jogos educativos, que utilizam as imagens do seu acervo, para criar familiaridade com os temas da arte, e auxiliar no desenvolvimento de atitudes críticas e pensamentos mais autorais acerca da nossa história da arte.

Desconstruir o preconceito e reafirmar a autoestima

Um dos pressupostos-chaves que orientam o nosso trabalho educativo é a desconstrução do preconceito racial e a reafirmação de uma autoestima positiva em relação à população negra e mestiça. As manifestações de preconceito racial aparecem cotidianamente nas relações de sociabilidade e precisam da escuta atenta para desmontá-las e atuar de modo afirmativo na reconstrução da imagem do negro e mestiço.

O preconceito racial se manifesta, fundamentalmente, na desvalorização do corpo e da sua imagem, na desvalorização intelectual e cultural e na desmoralização moral. As expressões que denotam o preconceito racial estão de tal forma impregnadas na nossa sociabilidade que já ficaram naturalizadas no nosso cotidiano, como padrão predominante de comportamento social e, por isso mesmo, nos obrigam a ampliar a observação e interferência nessas situações.

Desta perspectiva, fica nítida a importância crucial de trazer à tona a igualdade humana como base para se conhecer as diferentes culturas africanas, que aparecem pasteurizadas para o senso comum e conferir-lhes o *status* de culturas igualmente diferentes entre as outras diferentes culturas do ocidente e oriente. A informação adequada pode não superar o preconceito, mas, sem dúvida, o constrange.

O Museu Afro Brasil é inédito, neste sentido, pois recupera em profundidade a memória da população negra, que ficou sub-representada no imaginário social, em termos de legitimidade e prestígio e que se encontra, ao mesmo tempo, reconhecida

como símbolo de identidade nacional, através de várias manifestações culturais. É, portanto, um novo patrimônio cultural construído, que traz consigo uma inadiável missão educativa de fazer reconhecer, entender e, sobretudo, *respeitar* essa população, em uma tentativa ousada de reescrever a nossa memória e a nossa história.

Os encontros com o reconhecimento, com o prestígio e com a dignidade têm lugar marcado no Museu Afro Brasil, tornando possível crianças, jovens e adultos negros e mestiços se verem representados e valorizados, contribuindo e proporcionando a ampliação de uma autoestima positiva. Essa é, sem dúvida, a matéria-prima da ação educativa do Museu.

Princípios educacionais e considerações metodológicas

Os princípios educacionais que orientam as ações educativas no Museu Afro Brasil têm como base uma concepção de educação que inclua as dimensões *afetiva*, *cognitiva* e *estética* do conhecimento, reafirmando seu potencial transformador, numa perspectiva cultural e histórica.

Os museus têm uma especificidade que é a de conservar e salvaguardar experiências e expressões humanas como patrimônio cultural e, ao consideramos a conservação do ponto de vista da aprendizagem como fundamental no papel da *memória* e da educação humana, pois só podemos transformar aquilo que foi conservado e, sem ela – *a conservação* - as aprendizagens de novos conteúdos ficam comprometidas, os museus encerram múltiplas possibilidades de aprendizagens e de reconstruções de significados. Desta perspectiva, do museu reconhecido e respeitado como *patrimônio* é que as ações educativas devem se pautar e, portanto, promover experiências afetivas, intelectuais e estéticas na relação com os mais diversos públicos.

Do ponto de vista educacional e pedagógico, precisamos tomar a aprendizagem como um processo que se funda na relação com *o outro* e, assim, se constituindo em conhecimento. Alguns teóricos do desenvolvimento e da aprendizagem nos trouxeram contribuições fundamentais para o entendimento dessas relações, de tal forma que não podemos mais prescindir da crença que o outro, mesmo uma pequena criança, possui um conhecimento que tem que ser considerado se quisermos estabelecer um contato profícuo de aprendizagem. *Eu conheço o conhecimento do outro*, é o que nos diz Sara Pain, e é o conhecimento que me

constitui como sujeito, portanto, um princípio inegociável na nossa tarefa educativa é o de legitimar esse conhecimento que o outro traz, tanto para a partir dele desconstruir conteúdos preconceituosos e possibilitar a construção de novos conteúdos, como para ampliar as diversas experiências com o conhecimento.

Para tanto, *socializar* as informações e as experiências é a contrapartida pedagógica em ter o outro como referência, pois a experiência museal, pela sua especificidade, aciona privilegiadamente o repertório que cada um traz, como conhecimento prévio e, assim, facilita a socialização de vários outros, na dinâmica da aprendizagem.

Considerações Metodológicas

O conjunto das interferências didáticas, que orientam as atividades desenvolvidas, está ancorado, principalmente, em três momentos da aprendizagem: *observar, descobrir ou imaginar e registrar - expressar*. São solicitações que mediarão a relação entre o educador e o público e que se adequarão à atividade e ao público específico.

A *observação* é, sem dúvida, a atitude que inaugura e possibilita os outros momentos da aprendizagem. Eles não se dão, obrigatoriamente, na ordem escrita acima, mas estão presentes em todo processo de gestação de conhecimento, portanto, de aprendizagem. Outro aspecto a ser considerado é a natureza da atividade desenvolvida, se for, por exemplo, uma atividade voltada, fundamentalmente, para a arte, o *imaginar* e o *expressar* podem ganhar um tom mais forte nas nossas solicitações, da mesma forma que o *descobrir* e o *registrar* em atividades com outros objetivos.

Um cuidado que precisamos ter nas nossas atividades é o de não fragmentar a experiência estética sob a justificativa de se fazer compreender do ponto de vista racional. A pedagogização da estética é uma armadilha para a qual precisamos estar atentos, pois em lugar de aproveitar a natureza estética do Museu, que privilegia, sobremaneira, o contato com essa dimensão do conhecimento, podemos acabar por engessá-la com desmontagens didáticas inadequadas.

Em relação ao *registro*, é importante ressaltar que, quando registramos uma experiência pessoal, seja de que forma for o registro, este é o momento de fazer a experiência “caber” dentro de nós. E no processo de aprendizagem, registrar é expressão de conhecimento, no tamanho real ou possível ali.

Esses momentos estão vinculados aos princípios pedagógicos, já descritos, e serão repensados e planejados permanentemente, tendo como fonte a avaliação constante dos nossos processos.

Avaliação

A avaliação é um processo contínuo para então ser interventivo e alterar conteúdos e posturas.

Na perspectiva museal, o Núcleo de Educação é um fiel contribuinte para uma avaliação mais sistêmica do Museu. A interface com os outros núcleos, a useologia, a pesquisa, o *inter artes* e a montagem se dará, em um fluxo constante, a partir das informações obtidas, da observação do público, reunindo indicadores que nos permitam organizar uma reflexão acerca dos objetivos e da sua materialização nos conteúdos e espaços expositivos. A avaliação, desta maneira, é um desafio a ser enfrentado e conquistado para que estejamos permanentemente encontrando soluções adequadas às necessidades percebidas e exercitando a nossa capacidade de antecipação ao propor conteúdos que ampliem e fortaleçam a natureza deste Museu.

As atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Educação terão a avaliação como integrante do seu planejamento. E, os educadores, tanto para essas atividades quanto para a escuta e observações do público, farão registros sistemáticos dos conteúdos avaliativos.

3.7.3 Projetos

Os projetos estão organizados pelos diferentes públicos, produções de materiais e espaços criativos, e encontros formadores.

Os Diferentes Públicos

O público escolar

Os alunos: uma das condições básicas para a aprendizagem é a possibilidade de deslocamento, isto é, no caso da aprendizagem, ver os objetos do conhecimento de diferentes lugares e, também, entrar em contato com diversos objetos que permitam ampliar o conhecer. Nesta medida, a experiência com museus privilegia esses contatos e, portanto, amplia a da sala de aula, pela natureza própria de um

museu. As situações de aprendizagem entre o museu e a escola devem ser vistas como complementares na formação dos alunos.

Para isso, oferecemos visitas orientadas para grupos escolares, de diferentes faixas etárias, tendo como referência as exposições de longa duração e as exposições temporárias. Essas visitas têm como ponto de partida o acolhimento, com a função de, ao mesmo tempo, garantir e facilitar o contato entre o educador e o grupo, e a de prepará-los para a visita, com atividades que os desloquem e aproximem dos conteúdos expositivos, através de contação de histórias, cirandas, músicas e outras estratégias. Elas poderão ser:

A - Acompanhadas de uma pequena oficina expressiva;

B - Realizadas com a definição de um tema escolhido e relacionado à oficina. Essas visitas são organizadas a partir do pedido da escola e têm o seu tempo proporcionalmente dividido entre a visita no espaço do Museu e o tipo de oficina criativa solicitada;

C - Organizadas como um pequeno projeto integrado entre o Museu e a escola, no qual a escola faz uma preparação inicial, os alunos realizam a visita, voltam à escola, desenvolvem atividades que aprofundam os conteúdos e a oficina experimentados e retornam ao Museu, com os seus resultados e trazendo novas questões.

Os professores: o primeiro contato que gostaríamos de ter nessa relação com o público escolar é com o professor. Realizar uma visita orientada pelas exposições, verificando junto a ele as adequações necessárias ao seu projeto, contribuindo para a elaboração de outros projetos e disponibilizando os nossos conteúdos expositivos e oficinas criativas, através de cursos e encontros, tornará o contato dos alunos com o Museu mais completo e articulado.

O público das organizações da sociedade civil

As atividades educativas desenvolvidas junto ao público organizado sob a forma de ongs, fundações, institutos e associações são muito semelhantes àquelas dedicadas ao público escolar, sabendo, entretanto, que ele se constitui de modo diverso ao da escola e, portanto, traz expectativas e experiências que precisam ser consideradas nas nossas interferências educacionais.

O público espontâneo

A atenção e o acolhimento do público espontâneo, facilitando a relação entre eles e o Museu, é uma tarefa educativa cotidiana e que se caracteriza pela dimensão

educativa e pública do Museu. Com o intuito de ampliar e diversificar as possibilidades de leituras das exposições, a equipe de educadores, em observação constante do público, elaborará roteiros de visitação. São roteiros impressos de visitação que orientam o visitante, sugerindo diferentes olhares sobre a exposição. Os trajetos e obras escolhidas organizam os significados e conduzem o visitante pelos caminhos da experiência estética.

O público interno do Museu

O Museu, como instituição que tem no público o seu objeto principal, precisa se voltar para o seu corpo de funcionários, como equipe integral do mesmo. E, para isso, eles precisam conhecer, admirar, entender os conteúdos expositivos e, ao mesmo tempo, entender a importância desse patrimônio cultural. Encontros com os vários grupos de funcionários é uma das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Educação.

O público dos finais de semana.

O público do final de semana, principalmente no domingo, como já foi mencionado anteriormente, merece uma orientação que esteja voltada para a sua organização, que acontece em grupos familiares ou de amigos. Para tanto, uma linha de atendimento deverá ser criada.

A equipe de educadores

A formação continuada da equipe de educadores do Museu se fará através de reuniões semanais, encontros e cursos que enfatizarão conceitos e processos ligados à produção, história e leitura de obras de arte, e construção de uma prática adequada aos princípios do Museu, além da ampliação da compreensão dos outros eixos que o organizam, explicitados nos núcleos expositivos. O estudo constante das exposições temporárias faz parte desse aprofundamento.

3.7.4 Produção de materiais e espaços criativos

Materiais - Linhas de publicação

A produção de materiais para os diferentes públicos, que os aproximem dos conteúdos expositivos, faz parte de um projeto específico do Núcleo de Educação. Esses materiais, sob a forma de jogos, série de livros roteiros de visitação ou outras publicações, estarão disponíveis ao público espontâneo, ao público escolar, aos professores - como suporte pedagógico - e ao público portador de necessidades

especiais. Eles estarão organizados, também, considerando as diferentes faixas etárias e às diversas abordagens que um museu de história, memória e arte contemplam.

Oficinas de registro

As oficinas de criação estão ligadas aos roteiros de visita que são oferecidos aos grupos agendados. Acontecem em três formatos: *Visitação e registro*, como forma de garantir o registro e expressão do que foi apreendido, *oficina para aprofundamento*, que será realizada num segundo encontro e poderá ampliar as descobertas, tanto no que diz respeito aos conteúdos como à linguagem e *oficinas nucleares* onde a investigação da obra de um artista, de um núcleo temático ou de uma técnica de expressão caracterizam a oficina. Também estarão abertas aos grupos familiares, de acordo com o projeto realizado para este público.

3.7.5 Encontros, Cursos e Seminários

A organização de encontros, cursos e seminários estará voltada para a formação do público de educadores e, em especial de professores, que lidam cotidianamente com as questões relativas à identidade étnico-racial. Em relação aos professores, desde os da educação básica até os do ensino superior, o Museu Afro Brasil oferece referências materiais e simbólicas importantes, no processo de reconstrução da identidade nacional, sob a perspectiva do negro como uma de nossas matrizes fundantes.

Nosso acervo é um suporte vigoroso para entender a diversidade das culturas africanas e para aprender sobre a presença negra em nossa cultura, que são conteúdos exigidos, atualmente, nos programas escolares, sobre os quais quase nada se conhece e se tem publicado. Neste sentido, a criação do Museu Afro Brasil, em si, já é uma referência. Os encontros e cursos propostos terão o nosso acervo como base para a sua organização, porém, contarão com uma ampliação temática, a partir do que o próprio acervo provoca.

3.7.6 Projetos Especiais

Projeto Baobá – Leitura ao pé da Arvore

Promover a Leitura de Contos infantis da tradição Africana e Afro brasileira.

Periodicidade: quinzenal

Biblioteca Carolina Maria de Jesus

Escutar e contar. Escutar e contar faz parte de uma tradição que em África se sedimenta desde tempos imemoriais. Escutar e contar os contos e histórias das tradições afro brasileira e africana possibilita o resgate de valores fundamentais, enrique o imaginário, propaga princípios, recupera sagas, confere dignidade visando o fortalecimento de sujeitos para uma sociedade que se pretende plural e justa.

Formação de Professores

10.639 Avanços e perspectivas.

A experiência a partir do Museu Afro Brasil

Periodicidade: Anual (mês do professor)

Apresentar a experiência em educação desenvolvida no Museu Afro Brasil como subsidio a reflexão e ampliação de recursos e repertório para ações de professores, pesquisadores, artistas e público geral.

Plano de Formação para Agentes Pedagógicos da Fundação Casa

O Museu Afro Brasil a por meio do seu Núcleo de Educação desenvolve um Plano de Formação, objetivando complementar a formação e/ou preparação dos profissionais da FUNDAÇÃO CASA, no que diz respeito a uma aproximação pertinente e profícua com os diversos aspectos e nuances da cultura afro-brasileira e africana.

O Museu Afro Brasil tem como uma de suas premissas a produção, preservação e disseminação de informações alusivas as culturas africana e afro-brasileira, recebe anualmente, dentro de seu programa de educação, a visita de milhares de crianças, jovens e adultos oriundos das redes de ensino publica e privada e ainda ONGs e instituições diversas. Neste contexto recebemos regularmente jovens da Fundação Casa que cumprem medidas sócio-educativas.

A formação está organizada em 10 encontros presenciais. Os encontros tem como função principal a aproximação, o aprofundamento dos conteúdos contidos na exposição de longa duração. Ao longo dos trabalhos questões específicas voltadas à reflexão e proposição de projetos pedagógicos são tematizadas.

Assim como, já foi dito, o trabalho ora proposto complementa e acrescenta um conhecimento específico ao difícil e importante trabalho desenvolvido pelos profissionais da Fundação Casa. E é ainda dada à reciprocidade de interesses entre o Museu Afro Brasil e a Fundação Casa que vimos a oferecer o **Programa de Formação** aos profissionais da referida instituição. Essa formação auxilia e aprofunda o entendimento de elementos de nossa cultura e da população afro descendente que são fundamentais na construção de uma auto-estima positiva para milhares de jovens privados de liberdade.

3.7.7 Programa Singular e Plural

A acessibilidade já é um princípio organizador da educação museal. O projeto Singular e Plural tem como objetivo garantir e proporcionar visitas orientadas, privilegiando os potenciais que cada grupo ou visitante apresenta.

Apresentação

Singular Plural é um programa do Núcleo de Educação que tem como objetivo possibilitar aos grupos especiais e inclusivos a acessibilidade física e sensorial às exposições e demais programações do Museu Afro Brasil;

O programa Singular Plural atende a pessoas com:

- Deficiência auditiva;
- Deficiência visual;
- Deficiência intelectual;
- Deficiência neuro-motora;
- Transtornos mentais.

Desde sua criação, o programa Singular Plural (assim denominado desde 2010 pelo diretor curador Emanuel Araujo) vem investindo na elaboração de materiais e recursos didáticos multissensoriais para contemplar de maneira satisfatória o envolvimento dos grupos em todas as atividades de educação do Museu Afro Brasil. Atualmente o Singular Plural conta com uma seleção de obras originais, bem como reproduções de obras liberadas ao toque que permitem a interatividade e a compreensão do público alvo com o acervo do museu, a partir da manipulação de esculturas, máscaras e estatuetas africanas, instrumentos musicais, maquetes tridimensionais com legendas em dupla leitura (tinta e Braille), reproduções em relevo

de obras de arte, jogos educativos, entre outros. O programa conta também com uma educadora surda que disponibiliza visitas em Libras. Os educadores envolvidos no programa Singular Plural e demais funcionários do Museu Afro Brasil também participam de formações e cursos e passam por constantes reciclagens.

As ações do Singular Plural abrangem “linguagens artísticas e múltiplas identidades e expressões culturais, até então desconsideradas pela ação do Estado”, como preconiza o Plano Nacional de Cultura; estabelece programas de estímulo ao acesso de crianças, adolescentes e adultos aos bens culturais de comunidades das quais eles são próximos de forma cultural, social, histórica e, por vezes, étnica. Além disso, reforça o acesso como a oferta de gratuidade na realização de visitas agendadas, atividades em instituições e escolas e entrada franca todos os dias da semana.

O programa Singular Plural conta com a parceria de instituições voltadas para a área de inclusão e reabilitação de pessoas com deficiência. Em 2010 e 2011, por exemplo, o programa firmou parceria com o Lar Escola São Francisco e em ambos os anos ofereceu atividades para os alunos na sede do LESF. No ano de 2011, o programa Singular Plural está desenvolvendo igualmente uma parceria com a Associação Transformar, oferecendo visitas educativas acompanhadas de oficinas.

O Singular Plural investe também na participação em eventos, encontros e seminários ligados à inclusão e acessibilidade. Em 2010, o programa Singular Plural participou da Virada Inclusiva, uma iniciativa da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo promovendo visitas para públicos especiais. No ano de 2011 um educador do programa foi convidado a ministrar aula no curso “Ensino da arte na educação especial e inclusiva” oferecido pela Pinacoteca do Estado de São Paulo. No segundo semestre deste ano, o programa foi convidado a realizar uma exposição de seus materiais multissensoriais no Memorial da Inclusão, espaço pertencente à Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo e novamente participou da segunda edição da Virada Inclusiva, no início de dezembro.

Justificativa

Segundo o Censo Demográfico de 2000 o Brasil tinha 24,6 milhões de pessoas portadoras de alguma deficiência, o que correspondia a 14,5% da população brasileira. - Em 2000, das 24,6 milhões de pessoas que se declararam portadoras de

deficiência (14,5% da população total), 19,8 milhões estavam nas zonas urbanas e 4,8 milhões nas zonas rurais. São Paulo é o estado com o maior número de cegos (23.900).

Mesmo com esse número expressivo de pessoas com deficiência, ainda são precárias as ações culturais e educacionais permanentes oferecidas pelas instituições museológicas brasileiras voltadas para esse público específico. O programa Singular Plural, portanto, é uma iniciativa diferenciada, pois, o fato de suas ações serem permanentes favorecem a qualidade dos atendimentos e o reconhecimento do público destinado, estabelecendo maior empatia por ser um equipamento cultural acessível.

Os esforços destinados à elaboração e aprimoramento das ações podem ser notados no expressivo aumento do número de visitantes com esse perfil. Em 2009, ano de implantação do programa, foram atendidas 132 pessoas com deficiência. Em 2010, esse número aumentou para 925 pessoas beneficiadas por este programa. Em 2011, até o mês de novembro, mais de 1000 pessoas já foram atendidas.

Objetivos

Os principais objetivos do programa Singular Plural são:

- Possibilitar o acesso pleno das pessoas com deficiência ao conhecimento da História do Brasil, na perspectiva africana e afro-brasileira, através do contato com seu patrimônio material e imaterial.
- Desenvolver e ampliar as potencialidades e repertórios das pessoas com deficiência;
- Estimular as pessoas com deficiência a explorarem os equipamentos culturais e o convívio social;
- Servir como aliado das instituições voltadas para a educação de pessoas com deficiência no que diz respeito ao processo de aprendizado;
- Estimular o contato e interação entre as pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, através do compartilhamento da História, Memória e Patrimônio comuns.

3.8 Programa de Comunicação



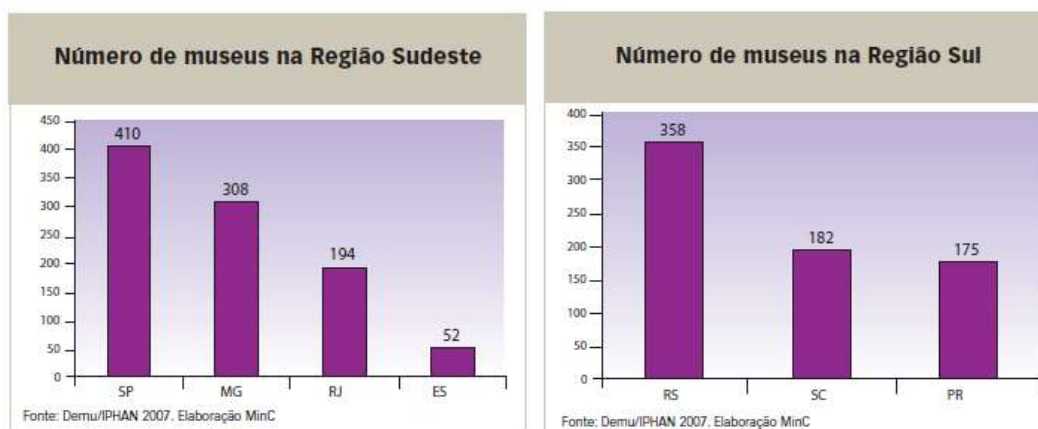
3.8.1 Análise Situacional

Visão Geral

De acordo com o Ministério da Cultura do Estado de São Paulo (MinC), um estudo revela que o Brasil tem hoje mais de 3 mil museus². A informação foi extraída da publicação *Cultura em Números*, editada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)³. A pesquisa demonstra a importância dos museus na vida cultural do país, bem como a necessidade de acesso a essas instituições culturais. Dos municípios brasileiros, 21% têm pelo menos 01 museu.

A maioria dos museus está concentrada nas regiões sudeste e sul. São Paulo é a cidade com maior número, seguido pelo Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Abaixo, os gráficos retirados da publicação *Cultura em Números* demonstram esta estatística⁴:



Esta é a região que mais tem museus cadastrados pelo IPHAN, especialmente influenciada pelos números dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Nessa região, observa-se equilíbrio entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. O Rio Grande do Sul apresentou o maior número de registros.

Segundo informações do IBRAM, 67,5% dos museus brasileiros são dedicados à história, 53,4%, às artes visuais, e 48,2% à imagem e som.

A cultura no Brasil não apresenta bons índices de consumo. Pesquisas do IBGE e estudos do MinC comprovam que apenas uma pequena parcela da população brasileira costuma ir ao museu, cinemas, teatros ou espetáculos de dança.

Em relação às atividades voltadas à cultura afro-brasileira, a aprovação da Lei nº 10.639 – que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da

² Dados publicados pelo Ministério da Cultura – Agência Brasil, dezembro de 2010 <http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/15/estudo-revela-que-brasil-tem-mais-de-3-mil-museus/>

³ *Cultura Em Números: Anuário de Estatísticas Culturais*, 2ª. Edição, Ministério da Cultura, 2010. <http://www.marketingcultural.com.br/115/pdf/cultura-em-numeros-2010.pdf>

⁴ *Cultura Em Números*, pág. 81

temática "História e Cultura Afro-Brasileira"⁵ – ofereceu outra visibilidade aos assuntos que abarcam esta temática. Atualmente existe um grande movimento nas instituições de ensino que valoriza a cultura afro-brasileira e envolve tanto a formação de professores quanto a produção de novos materiais.

3.8.2 Comunicação Interna

As ações que serão descritas abaixo pretendem aprimorar o relacionamento entre o Museu e seus funcionários.

Boletim Eletrônico

Por meio do endereço de e-mail de Comunicação Interna (ci@museuafrobrasil.org.br), o Museu Afro Brasil procura manter uma comunicação constante com seus funcionários.

Para aprimorar este relacionamento, a Comunicação pretende criar um Boletim Eletrônico a fim de divulgar internamente as atividades e novidades que envolvem o Museu.

O intuito deste boletim é noticiar toda a programação e outras informações relacionadas com os temas tratados pelo Museu, como eventos, exposições, atualizações no quadro de funcionários e dicas diversas.

Todos os núcleos do Museu poderão interagir enviando assuntos e temas que acharem interessantes para dividir com os demais colegas de trabalho.

O Boletim Eletrônico será enviado mensalmente para o endereço de e-mail de todos os colaboradores e uma cópia impressa será anexada ao mural de informações.

Visitas de Integração

Promover visitas orientadas com os novos funcionários para que os mesmos tomem conhecimento do trabalho desenvolvido pelo Museu Afro Brasil. A visita será guiada por um dos educadores, traçando um roteiro de maneira que os funcionários compreendam o acervo e a história do Museu. Ao final da visita, o educador poderá propor uma atividade de integração.

⁵ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm

Palestras e Seminários

A Comunicação, junto com o Núcleo de Educação, trabalhará na elaboração de palestras e seminários que terão como tema principal as exposições temporárias do Museu. O objetivo é levar maiores informações para todos os funcionários sobre as atividades regulares do Museu, incentivando-os a conhecer os artistas e seus trabalhos.

Eventos de Confraternização

Além das atividades que envolvem informação e conhecimento, a Comunicação pretende trabalhar, junto com o departamento de Recursos Humanos, em eventos de confraternização que serão realizados de acordo com datas comemorativas. Serão eventos de distração e relaxamento para manter um bom relacionamento entre os funcionários.

3.8.3 Comunicação e Educação

As ações a seguir pretendem apoiar as atividades educativas desenvolvidas pelo Núcleo de Educação do Museu. Os trabalhos educativos do Museu Afro Brasil serão frequentemente divulgados no site e nas redes sociais. O objetivo é aumentar esta divulgação entre o público interno e externo e tornar pública as atividades programadas e os resultados alcançados.

Informativo Interno

Constatou-se uma deficiência de informação sobre as atividades educativas entre os funcionários do Museu Afro Brasil. Para solucionar este problema, a Comunicação criará um boletim a fim de divulgar entre seus colaboradores as atividades programadas pelo Núcleo de Educação. Além disso, este informativo pretende expor todos os resultados conquistados.

O informativo eletrônico será mensalmente enviado aos funcionários e uma cópia será fixada no mural de informações.

Informativo Trimestral – Público Agendado

Para criar um canal de comunicação com o público de visitas agendadas, a Comunicação e a Educação trabalharão em conjunto no desenvolvimento de um informativo eletrônico dirigido especificamente pra estudantes, professores, pesquisadores, etc., a fim de repassar informações relevantes sobre os temas abordados pelo Museu para um melhor aproveitamento das visitas.

Este informativo abordará os temas das exposições temporárias e do acervo do Museu e será atualizado trimestralmente.

Mailing – Educação

Criar um mailing específico para o perfil de público identificado anteriormente. Universitários e professores serão foco principal para as visitas agendadas no período noturno. As atividades educativas serão amplamente divulgadas para este mailing a fim de aumentar o número de participantes.

Educação – Revista Afro B

O Núcleo de Educação terá um espaço na Revista Afro B para divulgar as atividades programadas. Este será mais um meio de divulgar a qualidade do trabalho, bem como, o conceito que orienta as ações do Núcleo.

3.8.4 Comunicação Institucional

As ações de comunicação institucional pretendem melhorar o relacionamento entre o Museu e o público externo. Outro objetivo é expandir a marca do Museu Afro Brasil e aumentar o número de frequentadores.

Exposições Temporárias

As ações que trazem maior visibilidade ao Museu são as grandes exposições temporárias, nacionais e internacionais. Para o ano de 2012 foi apresentado para o MinC para benefício da Lei de Incentivo Fiscal – Lei Rouanet, um Plano Anual de 13 exposições, sendo que uma delas será apresentada em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre e 4 delas são internacionais. Além deste plano de exposições, foi

proposto à esta Secretaria 8 exposições temporárias. Em todas as exposições são produzidos, catálogo, convite impresso e eletrônico, folder, cartaz e camiseta. Serão mais de 150.000 exemplares destes produtos com a marca Museu Afro Brasil.

Material Institucional

Atualizar e reimprimir dois materiais importantes: o “Roteiro de Visita ao Acervo” e o guia de visita infantil “Uma Visita ao Museu Afro Brasil”. Estes dois materiais são importantes para o público em geral compreender o acervo do Museu e aproveitar melhor suas visitas.

A revista Afro B, que já é um importante meio de comunicação, continuará com a distribuição quadrimestral gratuita, além de ser disponibilizada no site oficial. O Núcleo de Educação terá um espaço exclusivo na revista para divulgar sua programação.

O guia infantil pode ser disponibilizado para os professores, de maneira que eles tenham oportunidade de trabalhar com seus estudantes antes das visitas agendadas.

Além do roteiro de visita, haverá também folders sobre as exposições temporárias em cartaz. Estes folders serão distribuídos gratuitamente.

Produtos Museu Afro Brasil

Reformular o projeto de criação de produtos com a logomarca do Museu. O principal objetivo deste projeto é gerar uma identificação do público com a marca, divulgar o Museu Afro Brasil e criar em conjunto uma nova fonte de arrecadação de verbas para manutenção e realização de novos eventos culturais do Museu. Baseado nisto, fica evidente que a expansão do uso da logomarca é um grande instrumento para auxiliar na fixação do nome Museu Afro Brasil, assim como oferece a possibilidade de obtenção de novas fontes dos recursos financeiros.

Programa de Sócios

A intenção é criar um vínculo entre o Museu Afro Brasil e os associados para que os mesmos estejam ligados diretamente com o que acontece no Museu e participem de atividades relacionadas às artes e à cultura afro-brasileira. Os

associados terão acesso a materiais, eventos e benefícios exclusivos. A contribuição associativa (semestral ou anual) cobrirá as despesas geradas por este programa e permitirá a produção de novos eventos e atividades do Museu Afro Brasil que, atualmente, tem verba limitada disponível para tais fins.

Este programa será, também, uma iniciativa para o desenvolvimento de um Programa de Sócios para o público em geral, gerando aumento de verba e de visitantes do Museu.

Internet e Redes Sociais

Para auxiliar na divulgação da programação, o Museu conta com o site oficial (www.museuafrobrasil.org.br) e com as redes sociais *Facebook* e *Twitter*.

Apesar do site oficial receber atualizações constantes sobre exposições temporárias, eventos e demais informações referentes às atividades do Museu, ele precisa ser reformulado e modernizado, tornando-o mais atrativo ao público. Além disso, o site precisa ser disponibilizado em outras línguas como o inglês e o espanhol.

Com as redes sociais, que também recebem atualizações constantes, a equipe de comunicação pretende disseminar de maneira mais eficaz a programação e manter um relacionamento mais próximo com o público frequentador do Museu.

Publicidade e Imprensa

Expandir a divulgação da marca Museu Afro Brasil na imprensa e conquistar um público ainda maior para o acervo e as exposições temporárias, além de conquistar um espaço para as atividades educativas nos meios de comunicação.

Plano de Ação de Comunicação 2012

Ações	O que?	Como?	Quem?	Indicador de Resultado	Quando? (2012)												Situação
					J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Comunicação Institucional	Bolletim Eletrônico	produção e distribuição de conteúdo eletrônico		layout e principais idéias aprovadas; início de distribuição	■	■	■										
	Visitas de Integração	apoio às atividades de RH em conjunto com Educação		visitas planejadas; início da prática de integração													■
	Palestras e Seminários	elaboração do conteúdo; escolha dos palestrantes		conteúdo aprovado; datas definidas	■	■											■
	Outros Eventos	eventos de confraternização em datas comemorativas		realização de 5 eventos				■	■	■							■
Comunicação e Educação	Informativos Eletrônicos	produção e distribuição de conteúdo eletrônico		layout e principais idéias aprovadas; início de distribuição	■	■											■
	Mailing List - Educação	levantamento de nomes e informações		mailing inicial com 500 nomes													■
	Índice Biográfico- Artistas	Pesquisa e distribuição de conteúdo eletrônico		Nº de acesso no site													■
	Publicação - Revista Ano II	definição do conteúdo		conteúdo aprovado publicado na segunda revista de 2012									■				■
Relações Institucionais	Publicação Institucional	Atualização do material existente		conteúdo aprovado; publicação impressa e eletrônica													■
	Publicação - Exposições Temporárias	Produção e publicação de material impresso de acordo com as exposições		publicações conforme plano anual													■
	Publicações - Educativo	Produção e publicação de material impresso de acordo com as atividades		publicações conforme plano anual													■
	Revista Ano II	Cumprir a periodicidade		Revista publicada a cada 4 meses													■
Comunicação Institucional	Exposições Temporárias	Planejamento e realização das exposições		Exposições realizadas conforme o plano anual	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	Produtos Museu Afro Brasil	reformulação do projeto e busca de patrocinio		Projeto pré-aprovado; empresas patrocinadoras em definição.													■
	Programa Sócios	reformulação do projeto		projeto aprovado pela diretoria e associados													■
	Mailing list - Geral	atualização constante do mailing principal do Museu		mailing atualizado													■
	Site Oficial	reformulação do site; tradução de conteúdo		layout reformulado; conteúdo atualizado; publicação do site em inglês													■
	Internet e Redes Sociais	atualização de redes		Facebook e Twitter constantemente atualizado	■	■											■
	Publicidade e Imprensa	continuação e aumento de divulgação da marca Museu Afro Brasil		Ampliação em 1% da divulgação da marca Museu Afro Brasil													■

■ atividade não iniciada
 ■ atividade em andamento
 ■ atividade concluída
 ■ atividade atrasada

3.8.5 Plano de Captação

Definição

- Imagem
- Receita
- Estrutura

Estratégia de Captação de Recursos

- Definição das possibilidades de Captação a partir da análise de dados institucionais;
- Elaboração dos objetivos quantitativos e qualitativos de metas a captar;
- Avaliação de Cotas Institucionais X Cotas de projetos;
- Definição da visão de longo prazo com revisão dos objetivos de Receita, Estrutura e Imagem.

- Identificação dos Ativos do Museu com Diretrizes gerais para avanços institucionais do Museu

Focos para Captação

- Formas de Doações Potenciais e doação de empresas (Responsabilidade Social, Patrocínios, Marketing Cultural);
- Elaboração de um Mapa de Cotas e Contrapartidas: Cotas Patrocínio empresarial e contrapartidas promocionais;
- Definição de Perfil/critérios para seleção das Empresas-alvo;
- Produção de materiais de Captação.

3.9 Programa de Segurança



O espaço usado para abrigar o Museu não foi construído para este propósito e, por isso, os requisitos de segurança tinham importância diferente em seus projetos e construções originais. O seu tombamento restringe alterações ou ampliações, a menos que se possa obter uma autorização legal.

Para proteger as pessoas que trabalham ou frequentam o Museu, algumas políticas e procedimentos foram estabelecidos pelo Programa de Segurança.

3.9.1 Trabalho em Altura

Objetivo

Estabelecer os procedimentos necessários para a realização de trabalhos em altura, visando garantir a segurança, preservar a integridade física e a saúde dos colaboradores, funcionários de empresas terceirizadas que realizam este tipo de trabalho, e todos que transitam nas áreas próximas, reduzindo/eliminando os riscos de acidentes.

Legislações Pertinentes

Normas Regulamentadoras:

- NR 01 – Disposições Gerais
- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual
- NR 18 – Obras de Construção, Demolição e Reparos

Responsabilidade

Museu

- Adquirir o Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao risco;
- Fornecer EPI com Certificados de Aprovação (CA) emitidos pelo Ministério do Trabalho;
- Exigir o uso dos mesmos;
- Comunicar ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) qualquer irregularidade que o EPI apresente;
- Orientar e capacitar os funcionários quanto ao uso, acondicionamento e conservação dos EPIs;
- Substituí-los imediatamente, quando danificados ou extraviados;
- Registrar o seu fornecimento ao trabalhador mediante ficha-recibo devidamente assinada.

Funcionários e Contratados

São responsáveis por cumprir todas as etapas deste procedimento.

Coordenadores de todos os setores e os representantes da CIPA

São responsáveis pela implementação e manutenção desta norma em suas áreas de atuação, bem como pela aplicação das medidas disciplinares necessárias ao seu cumprimento;

Os representantes da CIPA são responsáveis pelo suporte técnico e auditoria quanto à aplicação correta desta norma.

Obs.: Os coordenadores/chefes imediatos dos funcionários que executam os serviços definidos no campo de aplicação desta norma são responsáveis pela liberação das Permissões de Trabalhos.

Os representantes da CIPA e os bombeiros civis

São responsáveis por fazer cumprir esta instrução, avaliando os locais de trabalho, envolvendo outros níveis de responsabilidades.

Solicitante do serviço

Cabe à área e/ou setores envolvidos na atividade a fiel observância das recomendações contidas no presente procedimento e outras que vierem a ser adotadas, zelando pelo cumprimento das mesmas junto a seus subordinados e terceiros.

Obs.: O não-cumprimento deste procedimento implicará em um alerta de segurança e/ou advertência para o trabalhador, podendo ser aplicada por membros da CIPA e coordenadores da área.

Campos de Aplicação

Aplica-se o disposto nesta Instrução de Segurança do Trabalho a todos os serviços em altura realizados por colaboradores internos ou terceiros, especialmente aqueles relativos às operações de:

- Manutenção no telhado (telhas);
- Pintura, limpeza, lavagem, serviços de alvenaria nas fachadas e limpeza dos vidros;
- Instalação e manutenção elétrica;

- Montagem de exposição.

Procedimentos

Para realizar serviços em altura, os funcionários devem possuir treinamento e orientação com relação à segurança que este trabalho exige. O Médico do Trabalho indicará a realização de exames médicos complementares, para assegurar que os mesmos têm condições de desempenhar estas tarefas.

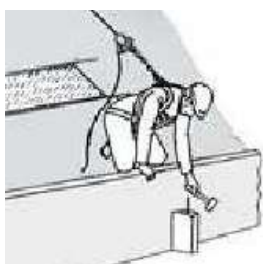
- A validade do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) para trabalho em altura será de 6 meses e a data do seu vencimento e anotação de “apto” para altura deverá constar no crachá do funcionário.
- Antes de iniciar a atividade, todos os funcionários têm que verificar a permissão de trabalho que define qual EPI deverá ser utilizado, bem como o tipo de serviço que será realizado.
- O trabalhador deverá ter entre 21 e 45 anos e biótipo adequado.
- Ser especializado no trabalho que for executar, bem como estar familiarizado com os equipamentos inerentes ao serviço.
- Utilizar os EPIs, conforme disposto na NR 6 e NR 18 da Portaria n.º 3.214/78 do Ministério do Trabalho.
- Os trabalhos em altura só poderão ser executados após as orientações dos representantes da CIPA e do bombeiro civil de plantão.
- Todos os trabalhadores em serviço em altura devem usar capacete com jugular, bem como vestir roupas adequadas ao trabalho executado, não sendo permitido o uso de sandálias e chinelos.
- Não é permitido brincadeiras, ou jogar ferramentas do local elevado.
- Utilizar cinto porta-ferramentas, com bolsa própria para guardar e transportar ferramentas manuais.
- Antes do início da realização de qualquer trabalho, os representantes da CIPA e bombeiro de plantão deverão fazer uma rigorosa inspeção do local onde serão realizados os trabalhos.
- É obrigatória a utilização de sinalização de advertência e de isolamento, nos locais sob as áreas onde o trabalho será desenvolvido, a fim de prevenir/orientar as pessoas quanto a ocorrência de acidentes por eventual queda de materiais, ferramentas e equipamentos.

- É obrigatório o uso do cinto de segurança tipo paraquedista com dois talabartes, para trabalhos em altura superior a 2 (dois) metros.
- O transporte de materiais para cima ou para baixo deverá ser feito com a utilização de cordas em cestos especiais.
- Materiais e ferramentas não devem ser deixados desordenadamente nos locais de trabalho sobre andaimes ou qualquer estrutura elevada, para evitar acidentes com pessoas que estejam trabalhando ou transitando sob os mesmos.
- Instalações elétricas provisórias devem ser realizadas exclusivamente por eletricista autorizado.

Telhado

- Avaliar previamente o local (verificar se há marimbondos, abelhas ou outros insetos que possam atrapalhar de alguma forma o funcionário na realização do serviço);
- Sinalizar com placas indicativas e isolar o local para prevenir acidentes com transeuntes ou pessoas que estejam trabalhando abaixo. Ex.: **“Cuidado - Homens trabalhando acima desta área”**.
- Utilizar o cinto porta-ferramenta para o transporte de ferramentas manuais.
- Além dos equipamentos de segurança específicos para a atividade que será realizada, utilizar cinto de segurança tipo paraquedista e capacete de segurança com jugular.
- Comunicar o setor usuário sobre a realização do serviço.
- Não pisar diretamente sobre as telhas, mas sempre nas tábuas que devem ser dispostas como passarelas.
- Verificar as condições das telhas (rachaduras, trincas, fissuras, etc.).
- Não pisar sobre as telhas de fibra de vidro translúcidas.
- Isolar a área imediatamente abaixo com fita zebreada, quando for içar/levantar qualquer material para o telhado. Somente utilizar cordas/roldanas em boas condições de uso e amarradas por meio de talhas.
- Nunca armazenar qualquer tipo de material sobre os telhados num mesmo ponto.

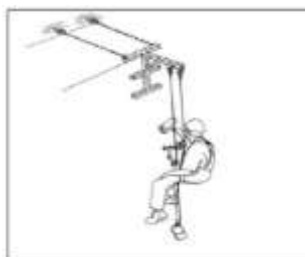
- Em dias de chuva ou de muito vento, ou enquanto as telhas estiverem úmidas, não executar serviços sobre o telhado, mesmo com o uso de passarela de madeira.
- É expressamente proibido correr sobre o telhado.
- Evitar chegar a menos de 2 metros do parapeito do prédio. Caso o trabalho exija proximidade, deve-se utilizar sempre cinto de segurança modelo paraquedista preso aos cabos existentes e capacete, como mostra a figura abaixo.



- Não utilizar o sistema de para-raios como ponto de fixação.
- Após a execução dos trabalhos, retirar todo material ou entulho, a fim de evitar o entupimento das calhas, dutos ou outros tipos de direcionadores de fluxos. Há riscos destes materiais serem arremessados para baixo pelos ventos ou chuvas fortes.

Cadeiras de Suspensão (BALCANCIM)

- É proibida a improvisação de cadeira suspensa.
- A sustentação deve ser feita por meio de cabo de aço ou cabo de fibra sintética.
- O sistema de fixação deve ser independente do cabo-guia do trava-quadras;
- Utilizar cinto de segurança tipo paraquedista e capacete de segurança com jugular.



Escadas Portáteis

- Nunca trabalhar sozinho quando estiver utilizando uma escada comum de mais de 02 metros de altura - chamar um colega para segurá-la, enquanto o trabalho é realizado, pois nos espaços expositivos não existem locais para apoiar o cinto de segurança/escadas.
- Examiná-las cuidadosamente antes de usá-las.
- Subir ou descer somente uma pessoa de cada vez.
- É expressamente proibida a utilização de escadas metálicas para serviços que envolvam reparos, manutenção ou pintura de equipamentos elétricos.
- Durante o posicionamento, deve-se evitar apoiar a parte superior em condutores elétricos, tubulações, perfilados, etc.
- A parte inferior não deve de modo algum ser apoiada sobre objetos móveis, caixotes, pedaços de madeiras, tijolos etc.
- Posicionar firmemente nas duas extremidades, verificando se as sapatas antiderrapantes da mesma estão funcionando. Caso não esteja, não utilizá-las.
- Não se deve trabalhar nos últimos 03 degraus de uma escada comum e nos 02 últimos de uma escada de abrir.
- Cuidado ao posicioná-las perto de perfilados e linhas elétricas energizadas. Lembre-se que todas as linhas elétricas são consideradas energizadas até que se esteja seguro do contrário.
- Ao subir ou descer, faça-o de frente para a mesmas, procurando ter as mãos livres. Use sempre a bolsa para ferramentas e materiais necessários.
- Só trabalhar em pontos que possam ser alcançados sem o menor esforço.
- Quando trabalhar em lugares que requeiram a presença de mais homens e mais escadas, posicione-as a uma distância mínima de 1,80m entre elas.
- Nunca desça escorregando as mãos nas laterais.
- Nunca usá-las como ligação, ancoragem, passadiça ou para serviços para os quais elas não foram dimensionadas;
- Nunca colocá-las na frente ou atrás de uma porta, a menos que a porta tenha sido devidamente trancada à chave.

- Posicioná-las totalmente abertas, com os limitadores esticados. No caso de escada de encosto, seus pés deverão estar afastados da parede 1/4 do seu comprimento total.
- Nunca separar as partes de extensão e nem usar sua parte superior como se fosse uma escada comum.
- Nunca substituir a necessidade de utilização de uma escada pelo uso improvisado de caixas, cadeiras, mesas, etc.
- As escadas com mais de 2 metros devem ser transportadas por duas pessoas, para que se tenha sempre uma mão livre durante o trajeto.
- Depois de utilizá-las, limpe-as e recolque-as no seu devido lugar, que deverá ser protegido da chuva, do sol e da ação direta de produtos químicos.
- O setor de Segurança (CIPA) efetuará inspeções periódicas em todas as escadas portáteis, interditando as que forem encontradas sem condições de uso;
- Remover imediatamente do serviço toda e qualquer escada rachada, quebrada, com degraus soltos, etc.

3.9.2 Procedimentos de Segurança para Trabalho de Manutenção

Objetivo

Estabelecer os procedimentos necessários para a realização de atividades de manutenção em geral, com o intuito de reduzir/eliminar os riscos de acidentes e preservar a integridade e a saúde dos trabalhadores e dos que transitam nas áreas próximas.

Procedimentos

Antes de iniciar as atividades, os funcionários devem estar totalmente cientes do serviço que será realizado, e verificar a permissão de trabalho que define qual EPI deverá ser utilizado.

Itens Abordados

- Responsabilidades
- Solicitante do serviço

- Permissão de trabalho
- Procedimentos de segurança quanto ao uso do EPI
- Serviços de marcenaria/ carpintaria
- Serviços com eletricidade
- Serviços em alvenaria
- Serviços de pintura
- Serviços em espaço confinado
- Serviços que necessitam a utilização de escadas portáteis

Documentos de Referência

Este procedimento tem como referência as Normas Regulamentadoras, Portaria 3.214, de 08 de junho de 1978.



Permissão de Trabalho

O formulário “Permissão de Trabalho” tem como objetivo principal a realização de trabalhos apenas após a constatação de condições seguras de trabalho e da autorização através de assinatura do coordenador/chefe imediato.

O preenchimento da permissão de trabalhos é feito pelo chefe imediato do executante.

Caso o serviço seja realizado na reserva técnica ou no almoxarifado, deverá ter anuência do chefe do setor onde será feito o serviço, que também deve assinar a ordem de serviço, autorizando a realização dos trabalhos de manutenção.

FICHA DE PERMISSÃO DE TRABALHO

		Data de execução do serviço:
Atividade a ser executada:		
Nome e função dos funcionários que realizarão os serviços:		
Medidas preventivas a serem tomadas		
<p style="text-align: center;">Protetor Individual (EPI)</p> <p>() Calçado de segurança () Protetor facial</p> <p>() Óculos de segurança () Protetor auricular</p> <p>() Luvas de segurança () Perneira e mangote</p> <p>() Cinto de segurança ()</p> <p>Outros _____</p>	<p style="text-align: center;">Proteção coletiva</p> <p>() Sinalização de segurança</p> <p>() Bloqueio de equipamentos</p> <p>()</p> <p>Outros _____</p>	
<p>OBSERVAÇÃO: Sempre que o trabalho for desenvolvido no almoxarifado ou na reserva técnica, deverá ter anuência escrita (assinatura da Permissão de Trabalho) do chefe do setor onde será feito o serviço.</p>		
Nomes dos funcionários executantes: Data:		Assinatura:
Nome do chefe responsável pelos funcionários executantes Data:		Assinatura:
Nome do chefe do setor em que será executado o serviço: Data:		Assinatura:

EPI

De acordo com o estabelecido na NR-06 da Portaria 3.214/78 MTB, considera-se equipamento de proteção individual (EPI) todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

O fornecimento, manutenção, limpeza e utilização dos EPIs estão fundamentados legalmente. É importante salientar a existência da responsabilidade civil e criminal dos responsáveis, caso seja comprovado negligência ou dolo.

Para ser considerado EPI, o produto deve possuir o Certificado de Aprovação (CA), que é emitido pelo Ministério do Trabalho e atesta a eficácia do produto na proteção contra os agentes nocivos a saúde.


OS EPIS SÃO DE USO INDIVIDUAL E INTRANSFERÍVEL.

Quanto ao Uso do EPI

O Funcionário Deverá

- Antes de iniciar a tarefa, verificar qual EPI deverá ser utilizado;
- Providenciar o EPI indicado e verificar suas condições de uso;
- Comunicar ao superior qualquer alteração que o torne impróprio;
- Utilizá-lo apenas para a finalidade a que se destina;
- Responsabilizar-se pela sua higienização;
- Responsabilizar-se pela sua guarda.

FICHA DE CONTROLE DE RECEBIMENTO DE EPI

				FICHA DE CONTROLE DE ENTREGA DE EPI	
UNIDADE:					
DEPARTAMENTO:			SETOR:		
FUNÇÃO:					
A	DAT	PI	E ° CA	VALIDADE DO EPI	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
TERMO DE RESPONSABILIDADE					
<p>Recebi os Equipamentos de Proteção Individuais acima relacionados, que me foram fornecidos gratuitamente nos termos do art. 166 CLT, e seguem o item 6.3 da NR – 6 da Portaria 3.214 de 08/06/78.</p> <p>Declaro estar ciente que, de acordo com art. 158 CLT, e item 6.7.1 da NR – 6 da mesma Portaria, devo usar obrigatoriamente esses equipamentos durante toda a execução do trabalho; responsabilizar-me pela guarda e conservação; comunicar qualquer alteração que os tornem parcial ou totalmente danificados; responsabilizar-me pela sua danificação, pelo uso inadequado, ou pelo seu extravio.</p> <p>Fico ciente que pela não utilização do EPI em serviço, estarei sujeito às sanções disciplinares cabíveis de acordo com a legislação vigente.</p> <p>Declaro ainda que recebi treinamento com instruções de utilização e conservação dos EPIs.</p>					
Assinatura do Funcionário:					

Serviços de Marcenaria/Carpintaria

- Analisar o trabalho a ser realizado.
- Utilizar o crachá de identificação.
- Delimitar e sinalizar a área de trabalho.
- Não utilizar roupas soltas ou rasgadas, bem como mangas compridas e desabotoadas.
- Não usar anéis, relógios, pulseiras, correntes e demais adornos, pois representam perigo de agarramento em partes rotativas.
- Nas operações de corte de madeira, devem ser utilizados dispositivo empurrador e guia de alinhamento.
- Nas atividades de desforma, os pregos devem ser retirados das madeiras e depositados em uma caixa ou no cinto de carpinteiro (é proibido deixar parafusos ou pregos expostos com a ponta para cima).
- Ao transportar madeiras, os funcionários devem usar luva de raspa de couro para evitar que a farpa de madeira penetre em suas mãos ou cause algum tipo de infecção ou corte.
- Todas as ferramentas manuais ou portáteis devem ser inspecionadas antes do início dos trabalhos, pois aquelas que não apresentarem condições de segurança, não deverão ser usadas.
- As ferramentas, elétricas ou não, em trabalhos em altura deverão ser amarradas às estruturas.
- O estoque de inflamáveis junto aos setores deve ser reduzido ao mínimo necessário. O estoque deve ser mantido no almoxarifado, reduzindo assim o potencial de incêndio.
- Visto que todos os equipamentos de marcenaria expõem seus trabalhadores a ruídos de volume alto e contínuo, além de uma grande quantidade de pó de serra, todos os funcionários deverão usar os protetores auriculares, luva de raspa e máscaras protetoras para as vias aéreas.
- Ao operar os equipamentos, estes podem liberar farpas de madeira e atingir os olhos; sendo assim, todos deverão utilizar óculos de proteção durante as atividades.

Prevenção de Incêndio

Dada à natureza altamente inflamável da madeira (especialmente nas formas de serragem e aparas), e dos demais produtos existentes, como diluentes, colas e revestimentos, algumas medidas preventivas foram adotadas:

- Instalação de equipamentos automáticos de extração da serragem e aparas nas máquinas;
- A proibição de fumar no local de trabalho e a eliminação de todos os focos de combustão;
- Procedimentos periódicos de limpeza da serragem e aparas depositadas no ambiente de trabalho;
- Manutenção periódica das máquinas para evitar situações de aquecimento desnecessárias de partes das mesmas, como rolamentos, correias, motores etc.;
- Instalação de extintores; instruindo o pessoal no uso dos mesmos;
- Manutenção dos produtos inflamáveis (tintas, colas, vernizes, etc.) em embalagens adequadas, que permitam um bom fechamento. Essas embalagens devem ser identificadas.

Serviços com Eletricidade de Baixa Tensão

- Analisar o trabalho a ser realizado.
- Atividade só pode ser realizada por técnico habilitado e capacitado pela NR 10.
- Utilizar o crachá de identificação.
- Delimitar e sinalizar a área de trabalho.
- Utilizar apenas ferramentas adequadas para cada atividade.
- Providenciar os equipamentos de apoio adequados: escadas de madeira ou de fibra, etc.;
- Verificar se o local está limpo, iluminado e de fácil acesso.
- Avaliar as probabilidades de riscos no local.
- Atentar para todas as instalações elétricas e realizar a manutenção sem qualquer tipo de improviso ou medida temporária.
- Desenergizar as instalações sempre que possível.
- Não usar anéis, relógios, pulseiras, correntes e demais adornos.

- Utilizar os EPIs: botas, capacete, luvas, óculos e roupas apropriadas, etc.

Obs. Os eletricitistas devem participar de todas as campanhas de prevenção de acidentes de trabalho; assim terão conhecimento dos riscos que podem ser evitados. Seguindo essas regras, todos ficarão satisfeitos, tanto o empregador que poderá reduzir custos de acidentes, como os eletricitistas que protegerão suas vidas.

Alta Tensão

EXEMPLO: Cabine primária.

Em trabalhos em alta tensão energizada, os trabalhadores deverão ter curso específico em Sistemas Elétricos de Potência (SEP).

Montagem de Exposição

- Quando trabalhando na movimentação de peças em altura, é obrigatório o uso de capacetes.
- Na utilização de colas, tintas e produtos tóxicos ou irritantes, é obrigatório a utilização dos seguintes EPI: óculos de segurança, máscara descartável, luva de PVC ou látex.
- Ao operar furadeira, todos devem utilizar óculos de proteção, luvas e protetor auricular.
- Na manipulação de vidro comum e sem lapidar, são necessários EPIs anticorte, confeccionados com *kevlar* ou tecido com fio de aço ou ainda de raspa de couro e outros equipamentos básicos como óculos, calçados com biqueira de aço, protetor auricular, luvas, magotes e aventais de couro;
- Com vidro lapidado e laminado são necessários o uso de óculos, calçado de segurança e luva de algodão ou helanca. Nesse caso, o equipamento de proteção individual anticorte é dispensável.

OBS: Para a segurança dos funcionários e visitantes em geral, não é permitido a compra de vidro comum, somente lapidado e laminado.

Vidro laminado e lapidado

Tem as bordas sem cortes e é composto de duas ou mais lâminas de vidro fortemente interligadas por uma ou mais camadas de polivinil butiral (PVB) ou resina.

Benefícios

Resiste a diferentes níveis de impacto e ataques por vandalismo, não tem suas bordas cortantes e, em caso de quebra, os cacos permanecem presos evitando eventuais ferimentos.

Serviços de Alvenaria

Analisar o trabalho a ser realizado.

- Verificar se a permissão de trabalho está devidamente assinada pelo chefe imediato e pelo chefe do setor onde será desenvolvido o trabalho.
- Utilizar o crachá de identificação.
- Delimitar e sinalizar a área de trabalho.
- Executar a tarefa com atenção utilizando todos os EPIs necessários: capacete, sapato de segurança, óculos de proteção, luvas de raspa, protetor auricular, máscara.
- Não deixar os materiais em área de circulação.
- Antes de quebrar, furar ou remover concreto de piso ou furar paredes de alvenaria, o encarregado de infraestrutura deve verificar todos os mapas e desenhos para localização de linhas existentes (rede elétrica, rede de água etc.).
- Tomadas energizadas devem ser protegidas sempre que no local forem executados serviços de revestimento e acabamento.

Serviços de Pintura

- Analisar o trabalho a ser realizado.
- Utilizar o crachá de identificação.
- Delimitar a área de trabalho.
- Antes do início das atividades de pintura, os funcionários devem estar “familiarizados” com os riscos envolvidos e terem conhecimento sobre:
 - Características da tinta;

- Tipo de solvente utilizado;
- Tipo de ambiente: fechado ou a céu aberto;
- Ventilação do local;
- Iluminação do local.
- Somente deve ser levada para o local de trabalho a quantidade de tinta necessária para no máximo uma jornada.
- Os inflamáveis devem ser mantidos em embalagens adequadas, que permitam um bom fechamento (utilizar preferivelmente containers de segurança).
- Recipientes vazios devem ser inutilizados, perfurados e recolhidos ao final de cada jornada de trabalho, a fim de evitar o risco de incêndios, explosões ou intoxicações através da reutilização destes para outros fins.
- Com a existência de riscos devidos aos tipos de produtos utilizados, que, em geral, são tóxicos ou irritantes, é obrigatória a utilização dos seguintes EPIS: óculos de segurança - ampla visão, máscara descartável, luva de PVC ou látex, calçado de segurança.

Serviços em Espaço Confinado

Exemplos: Lavagem das cisternas, limpeza da fossa e qualquer tipo de manutenção realizado embaixo do telhado.

- As atividades em espaço confinado só podem ser realizadas por profissional habilitado e capacitado pelo curso de 16 horas, conforme determina a NR-33.
- O funcionário deverá estar apto, comprovado por exames médicos complementares, indicados por Médico do Trabalho, que assegurem que o funcionário tem condições de realizar os serviços em espaço confinado.
- Estar ciente de todos os riscos envolvidos e atividades a serem realizadas.
- Conhecer os procedimentos e equipamentos de resgate e primeiros socorros.
- Toda atividade deve ser acompanhada por um vigia, também treinado, capacitado e habilitado pelo curso de 16 horas, conforme determina a NR-33.

- Utilizar todos os equipamentos de proteção individual necessários e sempre iniciar a atividade portando equipamentos de comunicação e iluminação.
- Manter contato todo tempo com o vigia que está do lado de fora.
- Instalar equipamento de ventilação no interior do espaço.
- Instalar equipamento de resgate, devidamente preso ao cinto de segurança do funcionário.
- É proibido fumar, utilizar fósforos, velas ou isqueiros dentro do espaço.

3.9.3 Elevador

Acidentes com elevadores são mais frequentes do que se supõe. Os mais comuns são ocasionados por pessoas leigas, brincadeiras dentro da cabine, resgate inadequado de passageiros, além do uso inapropriado do equipamento. Temos apenas um elevador, exclusivo para cargas, porém muitas vezes o mesmo é utilizado por pessoas com alguma deficiência, motivo pelo qual elaboramos alguns procedimentos de segurança, de acordo com a realidade.

Normas e Procedimentos

- Ao contratar uma empresa de manutenção de elevadores, exigir o registro na Prefeitura.
- Fazer manutenção preventiva mensal do elevador e uma vez por ano uma vistoria completa.
- Pedir, a cada inspeção, a ordem de serviço devidamente assinada.
- É obrigatório que a empresa tenha um engenheiro responsável e que este possua registro no CREA.
- A empresa também deve possuir registro no CREA.
- Quando o elevador estiver em manutenção, as chaves de energia elétrica devem ser desligadas e o local em manutenção deve ser sinalizado para informar os usuários.
- Se o elevador estiver parado entre dois andares, movimentando-se com a porta aberta ou com a porta sem abrir, deve ser interditado e a empresa de manutenção imediatamente acionada, porque são estes os principais indícios de que o equipamento está com problema sério.
- Não é permitido qualquer tipo de brincadeira dentro do elevador, pular, balançar ou forçar a abertura da porta.

- Não é permitido o acesso de estranhos na casa de máquinas ou no poço do elevador.
- Não é permitido o uso da casa de máquinas como almoxarifado para guardar materiais.
- Verificar periodicamente se o lacre da porta não foi estourado ou forçado.
- Cabe ao bombeiro de plantão inspecionar periodicamente o elevador e comunicar imediatamente, ao seu superior, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências necessárias.
- Respeitar a capacidade máxima de transporte do elevador.

Obs: É obrigatório afixar no interior da cabina o número máximo de pessoas e o peso máximo permitido. O excesso de lotação e de carga acarretam o desgaste prematuro do equipamento.

Regras de segurança para evitar acidentes na hora do resgate

- Acionar o botão de alarme a fim de atrair a atenção e pedir para chamar o bombeiro civil de plantão.
- Aguardar calmamente o resgate, que deverá ser realizado apenas pelo bombeiro civil de plantão.
- Manter a calma e jamais forçar a porta para tentar sair sozinho.
- Não sair do elevador com a ajuda de pessoas não qualificadas; essa ação pode colocar em risco a sua segurança e de outras pessoas.

Obs: O elevador possui duas chaves de força: uma na casa de máquinas e outra no quadro de entrada de força do edifício. Em qualquer hipótese de resgate, uma das duas chaves de força precisa estar desligada.

3.9.4 Plano de Segurança

Objetivos

O plano visa prevenir todas as situações adversas ao cotidiano, seja um furto, roubo, sequestro, incêndio, fraudes, desvio de material, etc. Adotamos as medidas preventivas conforme a realidade. As táticas preventivas utilizadas são barreiras

físicas e eletrônicas, controle de acesso das pessoas e veículos, normas de segurança para funcionários, visitantes e prestadores de serviços.

Campos de Aplicação

- Vigilância e procedimentos operacionais de segurança
- Circuito fechado de CFTV
- Detector de presença
- Prestadores de serviço
- Bombeiro Civil
- Controle dos equipamentos de combate e prevenção contra incêndio
- Plano de emergência contra incêndio

Vigilância e Procedimentos Operacionais de Segurança

Os serviços são executados por vigilantes terceirizados, profissionalmente habilitados e desarmados.

Período

Durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

Requisitos

- Idade mínima de 21 anos;
- Atestado de sanidade física e mental;
- Atestado de antecedentes criminais, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo;
- Certificado de conclusão do curso de vigilante, devidamente registrado no Departamento de Polícia Federal;
- Certificado da reciclagem em dia.

Normas e Procedimentos

- Assumir o posto, devidamente uniformizado, e com aparência pessoal adequada.
- Comunicar, imediatamente, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- Comunicar todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio, visitante ou funcionário.
- Manter afixado no posto, em local visível, os números dos telefones da Delegacia de Polícia, do Corpo de Bombeiros da região, responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse.
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida.
- Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.
- Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas imediações.
- Fiscalizar a entrada e saída de materiais, mediante conferência das notas fiscais ou de controles próprios.
- Colaborar com a atuação das Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações, na medida do possível, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventuais acontecimentos.
- Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados.
- Proibir aglomerações de pessoas em locais inadequados.
- Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações.
- Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos, assim como de bens particulares de empregados ou de terceiros.
- Não se ausentar do posto.
- Executar as rondas diárias periódicas conforme a orientação recebida. Verificar todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções.

- Colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando a manutenção das condições de segurança.
- Repassar para o (s) vigilante (s) que está (rão) assumindo o posto da rendição todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações.
- Cumprir as programações dos serviços feitos periodicamente, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos empregados e das pessoas em geral que estejam presentes.
- As ações dos vigilantes devem se restringir aos limites das instalações.
- Registrar diariamente no relatório de comunicação de fatos as ocorrências do posto.

RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO DE FATOS (SEGURANÇA PATRIMONIAL)

<input type="checkbox"/> FURTO	<input type="checkbox"/> INVASÃO
<input type="checkbox"/> ROUBO	<input type="checkbox"/> VANDALISMO
<input type="checkbox"/> ASSALTO	<input type="checkbox"/> DISTÚRBIO
<input type="checkbox"/> DIVERSOS – ESPECIFICAR:	<input type="checkbox"/> DANOS AO PATRIMÔNIO

DATA:	HORÁRIO ACIONADO:
	HORÁRIO DE CHEGADA AO LOCAL:
LOCAL / PRÉDIO:	ÁREA:

HISTÓRICO

MEDIDAS ADOTADAS

RELATOR DA OCORRÊNCIA: _____ ASSINATURA: _____

Circuito Fechado de CFTV

Um sistema de CFTV com 42 (quarenta e duas) câmeras e uma televisão de 42 (quarenta e duas) polegadas que são utilizadas para controlar atividades criminosas que vêm crescendo rapidamente. Não se trata de uma solução a toda prova, mas pode ser uma ajuda valiosa. Possibilita que os seguranças sejam distribuídos de maneira mais eficaz, podendo agir como um inibidor, fazer gravações para auxiliar investigações posteriores aos incidentes, auxiliar em sistema de controle de entrada, fornecer informações gerais para auxiliar no gerenciamento do edifício e onde o edifício é vigiado fora do horário de funcionamento.

Detectores de Presença

Um eficiente sistema de detecção de presença através de sensores infravermelhos, que podem prontamente identificar uma intrusão seja pela quebra de vidro ou abertura de portas. O sinal de alerta é transmitido com segurança a uma agência de monitoramento e as providências são tomadas, como: entrar em contato com pessoas no local para verificar a veracidade da ocorrência e, em caso de acionamento de alarme em que a agência não consiga contato ou não obtenha a contrassenha, imediatamente a própria agência aciona o posto da Guarda Civil Metropolitana, situado dentro do Parque Ibirapuera, que permanece à disposição 24 horas por dia, e os Guardas Civis de plantão providenciarão o pronto atendimento.

Prestadores de Serviços

Somos extremamente rigorosos na seleção de prestadores de serviços, não só no que se refere às suas habilidades e experiências, mas também para garantir que pertençam a organizações bem estabelecidas, que trabalhem dentro dos padrões aprovados.

Antes de permitir a entrada de qualquer prestadora de serviço no edifício, firmamos um contrato, que cobre todos os aspectos do trabalho a ser empreendido, incluindo manutenções regulares e outras atividades rotineiras.

Bombeiro Civil

Normas e Procedimentos: Inspeções periódicas nos equipamentos e sinalizações de segurança, prevenção de incêndio, análise de riscos, emergências

clínicas, rondas extensivas e registrar diariamente no relatório de comunicação de fatos as ocorrências que acontece em seu dia de serviço.

RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO DE FATOS (BOMBEIRO CIVIL)

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA	
NOME:	Nº DO RG:
SEXO () MASCULINO () FEMININO	CONTATO:
IDADE:	
DATA:	HORÁRIO ACIONADO:
	HORÁRIO DE CHEGADA AO LOCAL:
LOCAL / PRÉDIO:	
	() PRINCÍPIO DE INCÊNDIO/INCÊNDIO
() EMERGÊNCIA MÉDICA () TRAUMA	() DIVERSOS - ESPECIFICAR
() CLÍNICA	

HISTÓRICO

OBS: EM CASO DE EMERGÊNCIA MÉDICA, LIGAR IMEDIATAMENTE NA ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE IBIRAPUERA SOLICITANDO A AMBULÂNCIA DO SAMU.

MEDIDAS ADOTADAS

EU, _____, PORTADOR DO RG Nº _____, ASSUMO INTEIRA RESPONSABILIDADE NA RECUSA DO ATENDIMENTO OFERTADO PELO BOMBEIRO ACIMA CITADO, QUE IRIA CHAMAR O SAMU, 192 PARA UMA MELHOR AVALIAÇÃO DE MINHA PESSOA OU A QUE ACOMPANHEI PARA ESTE ATENDIMENTO, MESMO QUE ISTO TRAGA DANOS A MINHA SAÚDE OU DA PESSOA ACIMA RELACIONADA.

ASSINATURA: _____

RELATOR DA OCORRÊNCIA: _____ ASSINATURA: _____

O que fazer quando o bombeiro é acionado: Atender ao chamado de emergência imediatamente e solicitar apoio, efetuar salvamento a possíveis vítimas, combater o incêndio, informar ao superior se há necessidade de colocar o plano de abandono em prática. Enfim, trazer conforto e segurança não só aos funcionários, mas a todos que visitam o Museu Afro Brasil.

Obs.: Em casos de pessoas com mal súbito, ligar imediatamente na administração do Parque solicitando a ambulância do SAMU.

Prevenção de Incêndios

A prevenção é um fator imprescindível para a normalidade da situação. Para efetuar uma boa prevenção, os bombeiros civis devem verificar todos e quaisquer atos ou condições inseguras, como por exemplo:

- Manter os sistemas de hidrantes, extintores de incêndio, detecção, alarme de incêndio, saídas de emergência, iluminação de emergência, sinalização, etc. e outros dispositivos de acordo com as normas técnicas e legislação vigente;
- Fazer inspeções nos abrigos (hidrantes): conferir o acesso e a sinalização e se não há obstrução, fazer inspeções também nas mangueiras, juntas de união, chaves de empatação, esguichos, botoeiras, central de fumaça, detectores de fumaça, bombas de incêndio e luzes de emergência.
- Instalações elétricas improvisadas.
- Material combustível próximo a tomadas.
- Pontas de cigarros acesas no lixo.
- Acúmulo de material inflamável.
- Pontas de tomadas sobrecarregadas.
- Obstrução de ventilação dos equipamentos.
- Fiações expostas ao tempo.
- Informar e orientar os funcionários sobre esses atos ou condições inseguras.
- Conferir o acesso e a sinalização dos extintores e se não há obstrução no requeinte ou na mangueira, observar a pressão indicada no manômetro, quando houver.

Controle dos equipamentos de combate e prevenção contra incêndio:
extintor de incêndio.

Os extintores de incêndio são normalmente a melhor ferramenta para combater pequenos fogos, principalmente na sua fase inicial. O preço de um extintor de incêndio não é comparável ao valor que a qualquer momento será preciso proteger.

Quando o extintor completa 1 (um) ano de fabricação ou última recarga, deve-se fazer a manutenção para a troca do agente extintor e componentes, conforme a necessidade.

As inspeções técnicas são feitas periodicamente e consistem em examinar os extintores, com a finalidade de verificar se os mesmos permanecem em condições de uso, no tocante ao seu aspecto e componentes externos como, por exemplo:

Extintor de CO² (GÁS CARBÔNICO): Pesar semestralmente – se houver perda superior a 10%, deverá ser recarregado.

Mangote: Não deve estar com rachaduras e estrangulamento e o bocal de saída deve estar desobstruído.



Lacre e Pino de Segurança: Não devem estar rompidos.



Manômetro: O indicador de pressão deve estar com o indicador na faixa verde.



Rótulos: Não deve estar rasgado ou apagado, omitindo informações ao usuário.



Pintura: Se está perfeita, o visual geral não deve apresentar indícios de ferrugem, amassamentos ou sinais de queimaduras em qualquer componente. Quando é observada alguma anomalia referente a esses componentes, o extintor é submetido ao serviço de manutenção, por empresa certificada no âmbito do S.B.A.C. (Sistema Brasileiro de Avaliação e Conformidade).

Obs.- todos os extintores têm que estar certificados com o selo do "Símbolo de Identificação do Sistema Brasileiro de Certificação", que poderá estar acompanhado do nome ou marca do Organismo de Certificação de Produto (OCP) credenciado pelo INMETRO.



No edifício há 03 (três) tipos de extintores. São eles: 12 de água de 10 litros



14 de pó químico seco de 04 Kg e 02 de 20 Kg (carreta)



12 de CO² (gás carbônico)



Inspeção e manutenção das mangueiras de combate a incêndio: as mangueiras são inspecionadas a cada 03 (três) meses e ensaiadas hidrosticamente a cada 12 (doze) meses, conforme a norma NBR 12779, com certificado válido de inspeção e manutenção emitido pela empresa. Esse documento poderá ser exigido pelo Corpo de Bombeiros, Prefeitura, companhia de seguro ou outras autoridades. A falta desse documento poderá acarretar a não indenização dos danos pela seguradora.



Planilhas de controle dos equipamentos de combate e prevenção contra incêndio

EXTINTORES DE ÁGUA PRESSURIZADA

AGENTE	Nº CHASSI	ÚLTIMA	PROX.	ULT. TESTE HIDR	PROX. TESTE	FABRICA.	LOCAL
AP 10 Lts	31037	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Biblioteca
AP 10 Lts	31095	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Almoxarifado
AP 10 Lts	30904	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Acervo
AP 10 Lts	31003	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Subsolo
AP 10 Lts	30906	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	1º piso
AP 10 Lts	30210	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	1º piso
AP 10 Lts	31018	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	1º piso
AP 10 Lts	30105	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Acervo
AP 10 Lts	30923	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2000	1º piso
AP 10 Lts	26799	Out. / 2010	Out. / 2011	2006	2011	1997	Marcenaria
AP 10 Lts	30159	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Acervo
AP 10 Lts	30956	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Acervo

EXTINTORES DE PÓ QUIMICO

AGENTE	Nº CHASSI	ÚLTIMA	PROX.	ULT.TESTE HIDR	PROX.TESTE	FABRICA.	LOCAL
Pó 04 kg	36060	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Escada. ADM.
Pó 04 kg	35951	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Acervo
Pó 04 kg	36190	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Almoxarifado
Pó 04 kg	35859	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Subsolo
Pó 04 kg	35803	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Acervo
Pó 04 kg	35790	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Acervo
Pó 04 kg	35644	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	1º piso
Pó 04 kg	36113	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Acervo
Pó 20 kg	291	Out. / 2010	Out. / 2011	2006	2011	2000	Cabine Primaria
Pó 20 kg	259	Out. / 2010	Out. / 2011	2006	2011	2000	Cabine Primaria
Pó 04 kg	35967	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Acervo
Pó 04 kg	35745	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	P2
Pó 04 kg	36199	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	1º piso
Pó 04 kg	35634	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	Acervo
Pó 04 kg	35628	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	1º piso
Pó 04 kg	35675	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	2004	1º piso

EXTINTORES DE CO2 (GÁS CARBÔNICO)

AGENTE	Nº CHASSI	ÚLTIMA RECAR	PROX. REGAR	ULT.TESTE HIDR	PROX.TESTE	FABRICA.	LOCAL
CO²	64913	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	1985	Biblioteca
CO²	8442	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	1976	Casa maq. Elevador
CO²	21391	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	1983	Subsolo
CO²	7106	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	1987	P 6
CO²	8369	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	1979	Sala de segurança
CO²	3085	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	1986	Educativo
CO²	21097	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	1987	Subsolo
CO²	28960	Out. / 2010	Out. / 2011	2006	2011	1998	Escada ADM
CO²	132873	Out. / 2010	Out. / 2011	2006	2011	1984	Acervo
CO²	21154	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	1987	ADM
CO²	8248	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	1975	Curadoria
CO²	86259	Out. / 2010	Out. / 2011	2009	2014	1986	Auditório

Obs. O teste hidrostático é realizado a cada cinco (05) anos, a contar da data de fabricação.

CONTROLE DAS MANGUEIRAS E HIDRANTES

NÚMERO DO HIDRANTE	ESGUICHO	TIPO	MARCA	MEDIDA	CHAVE	COMPRIMENTO
1	Agulheta	1 / lona	Predial	1 / ½	Sim	15m/30m
2	Agulheta	1 / lona	Predial	1 / ½	Sim	15m/30m
3	Regulável	1 / lona	Predial	1 / ½	Sim	15m/30m
4	Falta	1 / lona	Predial	1 ½	Sim	30m
5	Regulável	1/ lona	Predial	1 / ½	Sim	15 m/15 m
6	Agulheta	1/ lona	Predial	1 / ½	Sim	15m/30m
7	Regulável	1/ lona	Predial	1 / ½	Sim	15m/30m
8	Regulável	1/ lona	Predial	1 / ½	Sim	15m/15 m
9	Agulheta	1/ lona	Predial	1 / ½	Sim	30m
10	Agulheta	1/ lona	Predial	1 / ½	Sim	30m
11	Agulheta	1/ lona	Predial	1 / ½	Sim	15m/15 m

Total:

MANGUEIRAS: 11 (onze) de 15m e 08 (oito) de 30m

ESGUICHOS: 06 (seis) agulhetas e 04 (quatro) reguláveis.

CHAVE UNIVERSAL: 11(onze).

HIDRANTES: 11(onze)

Plano de Emergência Contra Incêndio

Descrição da edificação:

Nome: Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega.

Endereço: Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº - Parque Ibirapuera - Portão 10

Ocupação: Museu Afro Brasil

População Fixa: 100

População Flutuante: 1.000 pessoas

Área construída: 13.017,53m²

Equipamentos de Segurança: Duas pranchas completas para resgate, uma maca, um kit completo de primeiros socorros, onze hidrantes H₂O, quarenta extintores, doze de água de 10L, doze de CO₂ (gás carbono), quatorze de pó de 4kg e 02 de 20Kg.

Brigada de Incêndio: Está junto com o projeto do A.V.C.B. (em andamento).

Bombeiro Profissional Civil: 01 (um) vinte e quatro horas, na escala 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso).

Riscos em potencial: As paredes internas das áreas expositivas são feitas de material de fácil combustão (MDF), cabine primária e a marcenaria localizadas no primeiro piso.

Meios de ajuda externa: Posto de Bombeiros, localizado a aproximadamente 4 Km (fone 193).

Procedimentos de Emergência: Os seguintes procedimentos estão relacionados numa ordem lógica e deverão ser executados conforme o pessoal disponível e com prioridade ao atendimento de vítimas.

Análise Primária: Sempre que houver uma suspeita de princípio de incêndio (por calor, cheiro, fumaça ou outros meios), a mesma deverá ser investigada. Uma suspeita nunca deverá ser subestimada.

Alarme: Ao ser detectado um princípio de incêndio real, o bombeiro civil de plantão deverá acionar o alarme de incêndio manual, que tem uma botoeira tipo quebra-vidro ao lado de cada hidrante.

Análise secundária: Após identificação do andar sinistrado (pelo painel da central), o alarme deverá ser silenciado e o bombeiro civil de plantão deverá comparecer ao local para análise da emergência.

Corte da energia: Caso necessário, deverá ser providenciado o corte da energia elétrica (parcial ou total). O corte geral deverá ser executado pelo pessoal da elétrica, que deverá estar à disposição do Chefe da Brigada.

Corpo de bombeiros: A recepcionista deverá acionar o Corpo de Bombeiros, dando as seguintes informações: Nome e número do telefone utilizado; endereço do edifício (completo); pontos de referência; características do incêndio; quantidade e estado das eventuais vítimas.

Abandono: Para abandonar a edificação, deverá ser acionado novamente o alarme de incêndio para que se inicie o abandono geral. Os ocupantes do andar sinistrado, que já deverão estar cientes da emergência, deverão ser os primeiros a sair, em fila e sem tumulto, após o primeiro toque, com um orientador chefiando a fila e outro encerrando a mesma. Após soar o primeiro alarme, todos os demais ocupantes deverão se agrupar no espaço, organizados em fila direcionada à porta de saída de emergência, que já deverá estar aberta. Após o segundo toque do alarme, iniciará o abandono geral, dando preferência às demais filas, quando cruzarem com as mesmas (como numa rotatória de trânsito), até a descarga no andar térreo (portão de nº 07), onde se deslocarão para a calçada, posicionando-se conforme a chegada. Neste momento, um segurança fará a chamada para verificar eventuais ausências para posterior averiguação, comunicando, de imediato, a posição de cada andar na calçada e as demais alterações ao bombeiro.

Obs. Um segurança ficará responsável por auxiliar as pessoas com deficiência física.

Primeiros Socorros: Deverão ser às eventuais vítimas, conforme treinamento específico dado aos brigadistas.

Combate: O combate ao incêndio deverá ser efetuado pelo bombeiro civil de plantão, conforme treinamento, até a chegada do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Salv guarda: Uma equipe especializada em salvar as obras de arte que ainda não foram atingidas pelo fogo/água.

Orientação: A mesma recepcionista que acionou o Corpo de Bombeiros, preferencialmente, deverá orientá-los quando da sua chegada e apresentá-los ao bombeiro do Museu.

Relatório: Após o controle total da emergência e a volta à normalidade, incluindo a liberação do edifício pelas autoridades, o bombeiro de plantão deverá elaborar um relatório, por escrito, sobre o sinistro e as ações de contenção, para as devidas providências e/ou investigação, oficial ou não.

Obs. Para por em prática este plano de emergência contra incêndio, e nos adequarmos à Instrução Técnica nº 17 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, abrimos as inscrições para a brigada de incêndio que será formada aqui no Museu Afro Brasil.

“Nosso objetivo é a nossa segurança. De todos. Para todos.”

3.9.5 Segurança de Acervo – Plano de Salvaguarda e Contingência

Identificação do Órgão ou Entidade

- ÓRGÃO:
- C.N.P. J:
- INSCRIÇÃO ESTADUAL:
- ENDEREÇO:
- TELEFONE:
- CIDADE:
- ESTADO:
- CÓDIGO DA ATIVIDADE:
- ATIVIDADE PRINCIPAL:
- GRAU DE RISCO:

Apresentação

O presente plano visa descrever orientações e procedimentos a serem seguidos pelos funcionários e visitantes do prédio _____, quando da ocorrência de princípios de incêndio, sinistros e ameaças externas.

Introdução

Este trabalho pretende informar os funcionários sobre os procedimentos a serem adotados para a prevenção de sinistros e o combate dos mesmos em seu princípio.

Acreditamos que, se os colaboradores tiverem conhecimentos básicos sobre prevenção de incêndios, certamente desenvolverão comportamentos preventivos, de modo a evitar as condições que levam ao fogo. Tais providências conduzirão a eventos sem surpresas desagradáveis, capazes de causarem pânico e ferimentos nos presentes.

A todos os envolvidos neste trabalho caberá o aperfeiçoamento, objetivando a qualificação para o exercício de suas atividades, conduzindo a um ambiente com o máximo de segurança.

Objetivos

O Plano de Emergência do estabelecimento tem por objetivo a preparação e organização dos meios existentes para garantir a salvaguarda dos seus ocupantes e suas obras de artes, em caso de ocorrência de uma situação perigosa, neste caso, um incêndio.

O presente Plano de Emergência foi elaborado com base nos riscos de incêndio e de pânico, uma vez que as ocorrências resultantes de outras situações perigosas, nomeadamente catástrofes naturais como alerta de bomba, têm conseqüências semelhantes; contudo, no que se referem ao risco no presente Plano, existem algumas disposições particulares.

Procedimentos de manutenção

Uma das condições essenciais para garantir a eficácia de um Plano de Emergência é a sua correta e perfeita atualização.

Para a sua consecução efetiva, é indispensável que quaisquer alterações das condições físicas da edificação ou da organização dos meios humanos afetos à segurança sejam comunicadas previamente aos responsáveis pelo Plano de Emergência (Departamento de Segurança do Trabalho, Chefe de Brigada e componentes da CIPA). Dentre as situações passíveis de exigir atualização do Plano, salientam-se as seguintes:

- Alterações à compartimentação do edifício;
- Alteração significativa do contingente da população flutuante e/ou fixa;
- Modificações nas vias de acesso ao edifício;
- Alterações nas saídas e vias de evacuação;
- Instalação de novos equipamentos técnicos;
- Alterações na sinalização interna do Órgão ou Entidade;
- Alteração do número ou composição da equipe de brigada e segurança;
- Organização do sistema de segurança.

ISO

Na ocorrência de alterações, o Chefe da Brigada deverá proceder à atualização do Plano de Emergência, fazendo as mudanças necessárias.

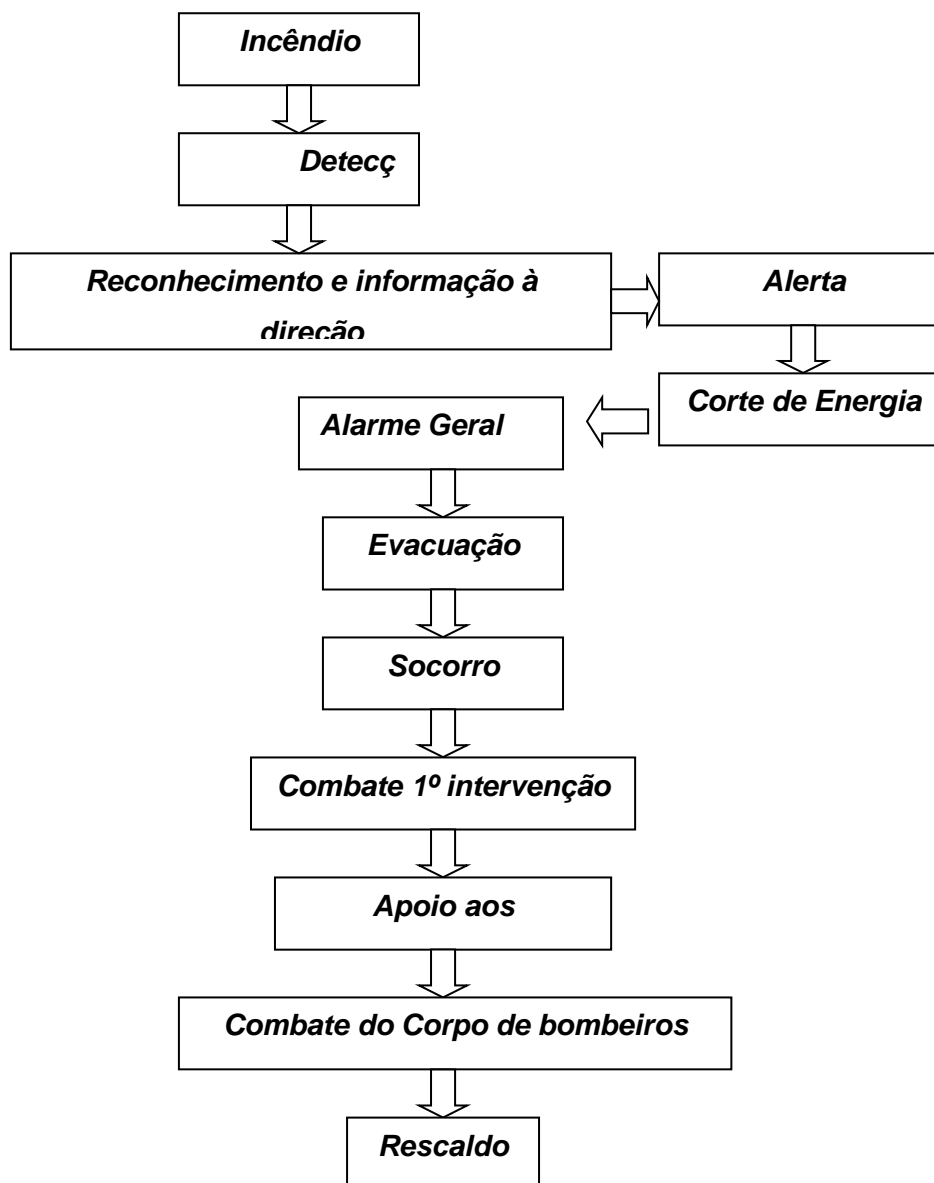
Todas as alterações efetuadas ao Plano de Emergência deverão ser comunicadas aos detentores de exemplares do mesmo.

Instruções dirigidas ao pessoal combatente (brigadistas)

Estas instruções dirigem-se especialmente aos brigadistas do estabelecimento, considerando-se que todos os seus elementos terão conhecimento e colaboraram na sua aplicação. Em termos gerais, são as seguintes:

- Soar o alarme ao perceber o sinistro;
- Socorrer as pessoas que se encontrem em perigo imediato;
- Dar o alarme à Direção do estabelecimento e aos outros servidores;
- Dar ou confirmar o alerta ao corpo de bombeiros;
- Iniciar o combate ao foco de incêndio com os meios de intervenção existentes;
- Evacuar o local, encaminhando os seus ocupantes para o exterior (ponto de encontro);
- Verificar a desocupação efetiva dos locais, fechando atrás de si todas as portas;
- Auxiliar os bombeiros nas operações de combate e rescaldo, procedendo à eventual desobstrução dos acessos e pontos de penetração e indicando a localização e extensão exata do sinistro.

Esquema do Plano de Intervenção em caso de incêndio:



Descrições da planta

- Planta: Nome do órgão: _____
- Característica da vizinhança: _____
- Distância do Corpo de Bombeiros: _____
- Meios de ajuda externa: _____
- Construção: _____
- Dimensões: _____ m² de área construída.

- Ocupação: _____
- População:
 - Fixa: _____
 - Flutuante: _____
- Característica de funcionamento: _____
- Pessoas portadoras de deficiências: _____
- Riscos específicos inerentes à atividade: _____
- Recursos Humanos:
 - Brigada de incêndio: _____ Pessoas
- Recursos materiais: (Verificar a situação de cada local). Por exemplo:
 - Extintores de incêndio portáteis (AP – Água Pressurizada. CO2 – Gás Carbônico. PQS – Pó Químico Seco);
 - Sistema de hidrantes;
 - Reservatório de água para combate a incêndio com capacidade de _____ litros;
 - Alarme de incêndio com sensores de calor distribuídos em vários pontos;
 - Iluminação de emergência;
 - Reservatório de água com capacidade para _____ litros.

Procedimentos básicos de emergência contra incêndio

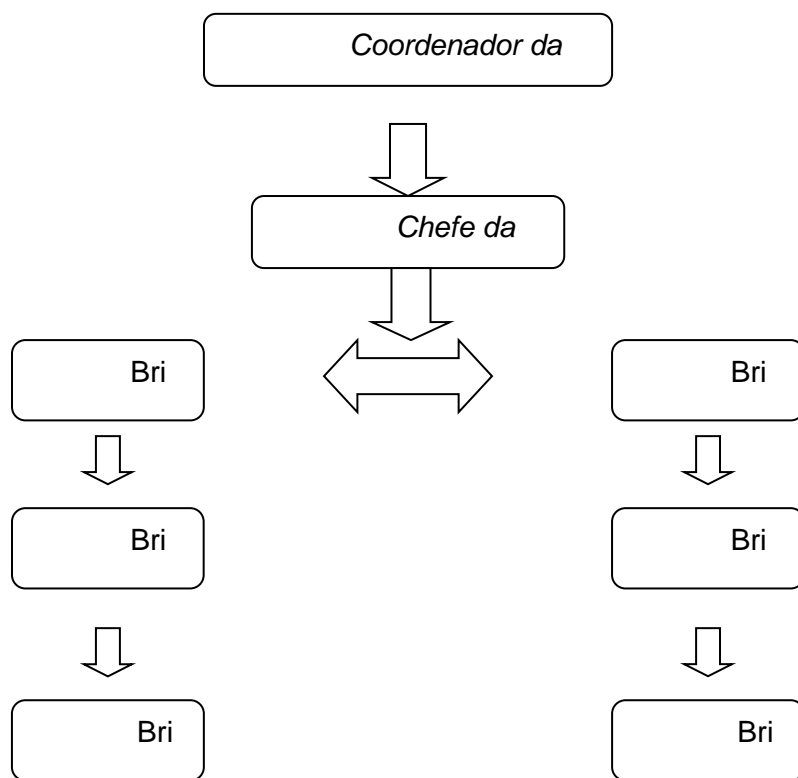
- Alerta: Ao ser detectado um princípio de incêndio, o alarme de incêndio manual será acionado através da botoeira, bastando quebrar o vidro e apertar o botão que fica localizado ao lado de cada hidrante.
- Análise da situação: O chefe da brigada se posicionará no ponto de encontro da brigada e analisará rapidamente o sinistro. Após identificação do local sinistrado, o alarme deverá ser desligado, e o chefe da brigada comandará as ações de combate de incêndio.
- Apoio externo: Um (a) brigadista e/ou ajudante deve acionar o Corpo de Bombeiros, dando as seguintes informações:
 - Nome e número do telefone utilizado;
 - Endereço do Órgão ou Entidade;
 - Pontos de referência;
 - Característica do incêndio;

- Quantidade e estado das eventuais vítimas;
 - Deverá um brigadista orientar o Corpo de Bombeiros em sua chegada (recalque).
- Primeiros socorros: Os primeiros socorros serão prestados às eventuais vítimas ,conforme treinamento específico dado aos brigadistas e bombeiros de plantão.
- Eliminar riscos: Se houver necessidade, deverá ser providenciado o corte da energia elétrica, que será executado pelo pessoal da elétrica, que deve estar à disposição do Chefe da Brigada.
- Abandono de área:
 - Caso seja necessário abandonar a edificação, deve ser acionado novamente o alarme de incêndio para que se inicie o abandono da área;
 - Os brigadistas se reunirão no ponto de encontro pré-determinado. Neste momento, o chefe da brigada já terá avaliado a situação e determinará o abandono geral, ou não;
 - Antes do abandono definitivo do Órgão ou Entidade, os brigadistas devem verificar se não ficaram ocupantes retardatários e providenciar o fechamento de portas e janelas, se possível;
 - Cada pessoa portadora de deficiência deve ser acompanhada por dois brigadistas ou voluntários previamente designados pelo chefe da brigada.
- Isolamento da área: A área sinistrada deve ser isolada fisicamente, de modo a garantir os trabalhos de emergência e evitar que pessoas não autorizadas entrem no local.
- Confinamento do incêndio: O incêndio deve ser confinado, de modo a evitar sua propagação e consequências.
- Combate ao incêndio: O combate será feito pelos bombeiros do Órgão ou Entidade treinados para este tipo de emergência. A Brigada deverá auxiliar a retirada dos colaboradores, visitantes e obras de arte, além de apoiar o Corpo de Bombeiros quando este chegar ao local.
- Investigação: Após o controle total da emergência e a volta à normalidade, o Departamento de Segurança do Trabalho, juntamente com o chefe da brigada e os bombeiros, deve iniciar o processo de

investigação e elaborar um relatório, por escrito, sobre o sinistro e as ações de controle, para as devidas providências.

- Em caso de sinistro, é necessário comunicar-se se com:
 - Corpo de Bombeiros: 193
 - Defesa Civil: 196
 - SAMU: 192
 - Polícia Militar: 190
 - Outros

ORGANOGRAMA DA BRIGADA DE INCÊNDIO



Instruções complementares de segurança

- A brigada de incêndio do Museu Afro Brasil é composta por 25 membros, distribuídos em 3 pavimentos e 6 setores, abrangendo toda a edificação e trazendo conforto e segurança aos visitantes e colaboradores do Museu.

- A evacuação deverá ser feita de acordo com o item 11 deste manual.
 - Inundações:
 - Efetue o corte parcial da água na válvula de corte adequada; se necessário, proceda ao corte geral da água;
 - Proceda ao escoamento das águas, construindo, se necessário, barreiras de forma a encaminhar a água para o ralo do pavimento mais próximo ou para o exterior ;
 - Contate a direção do estabelecimento que, por sua vez, contatará o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil, caso necessário.
- Vazamento de gás:
 - Efetue o corte geral do gás na válvula de corte situada no exterior;
 - Não ligue qualquer aparelho elétrico, ou sequer o interruptor da luz;
 - Areje o local, abrindo as portas e janelas;
 - Se necessário, combata as chamas usando extintores de pó químico seco;
 - Nunca use chamas para procurar o vazamento.
- Acidentes de Trabalho:
 - SO
 - Em caso de acidente de trabalho, e dependendo da sua gravidade, o sinistrado deverá ser transportado, de imediato, ao pronto-socorro mais próximo ou a um hospital de urgência. Na capital de São Paulo: Hospital São Paulo ou Hospital das Clínicas.
 - Na ocorrência de acidente de trabalho fatal, o local deverá ser isolado e, além da chamada dos serviços de socorros, deverão ser comunicados o IML – Instituto Médico Legal –, e a Polícia Militar, para isolamento da área.
- Em caso de acidente do trabalho:
- Mantenha a calma, não toque nem deixe tocar na vítima, espere a chegada do bombeiro de plantão, não lhe dê nada para beber;
- Informe imediatamente o chefe do seu setor;
- Retire, imediatamente, a causa do acidente;

- Se necessário, chame os meios de socorros externos: Ambulância, Bombeiros etc.;
- Mantenha a calma, não se esqueça de indicar corretamente aos serviços externos os seguintes elementos:
 - - Nome da entidade;
 - - Endereço;
 - - Nome da vítima;
 - - Natureza do acidente;
 - - Estado da vítima.
- Em caso de acidente de trabalho de origem elétrica, deverão ser realizados os seguintes procedimentos especiais:
 - Corte imediatamente a corrente elétrica, desligando o aparelho ou o interruptor geral do quadro do piso;
 - No caso de não ser possível cortar a corrente, ou for muito demorado fazê-lo, separe a vítima das partes em tensão tomando as seguintes medidas: isole-se, colocando-se sobre uma superfície de material não condutor e seco (plásticos, borracha, madeira, têxteis, etc.), e proteja as mãos com luvas de borracha, um saco de plástico, uma toalha ou peça de roupa, ainda recorrendo a varas ou cabos de madeira, igualmente secos;
 - Em todos os casos, ao separar o sinistrado das partes em tensão, deve-se fazê-lo de uma forma brusca, procurando não agarrá-lo firmemente;
 - Se a vítima não der sinais de vida, depois de desligar a corrente elétrica, faça-lhe imediatamente a respiração artificial, de preferência pelo método boca a boca, e a massagem cardíaca externa. Contate outra pessoa que, por sua vez, contatará os meios de socorro externos.

Evacuação

- Ao ouvirem o sinal de alarme (toque de campainha muito prolongado), seguir as instruções do brigadista responsável pela evacuação da edificação;

- Não se preocupe com materiais e objetos. Deixe-os sobre as mesas, saia e feche a porta;
- Siga os sinais de saída em silêncio. Não corra;
- Desça as escadas encostado à parede. Não volte atrás em hipótese alguma;
- Não pare na porta de saída - esta deve estar livre;
- Dirija-se para o local que o brigadista lhe indicar, para a verificação de que não falte ninguém.

Em Caso de Incêndio

- Em caso de incêndio, mantenha-se sempre a calmo;
- Se o fogo for pequeno, tente apagá-lo com o extintor adequado à classe de incêndio;
- Caso você não consiga dominar o fogo, chame o bombeiro o mais rápido possível, feche a porta e solicite ajuda aos colaboradores;
- Se o fogo atingir suas roupas, não corra. Jogue-se no chão, a fim de apagar o fogo rolando de um lado para outro;
- Se ouvir uma explosão, jogue-se no chão e proteja a nuca com os braços;
- Perante a fumaça, proteja a boca e o nariz com um pano. Caminhe agachado, junto ao solo onde há menos fumaça;
- Se a fumaça impedir a tua fuga, anuncie a sua presença e aguarde socorro.

Instruções Particulares de Segurança

Copa/Cozinha:

- Não fume;
- Mantenha a cozinha permanentemente limpa e arrumada;
- O lixo deve ser removido diariamente;
- Limpe-a diariamente;
- Retire diariamente o lixo reciclável;
- Nunca utilize aerossóis perto das chamas;

- Faça rapidamente os consertos necessários; esses deverão ser executados em definitivo e por profissionais habilitados;
- Todas as instalações e equipamentos técnicos deverão ser verificados pelo menos uma vez por mês por profissionais habilitados;
- Em caso de vazamento de gás, proceda ao corte geral deste na respectiva válvula e desligue os equipamentos de queima; não manobre equipamentos elétricos e promova o arejamento natural da cozinha;
- Comunique imediatamente a ocorrência de qualquer sinistro. A eficiência do combate ao sinistro depende da rapidez do alarme;
- Não use água para extinguir um incêndio sobre fogões, aparelhos elétricos ou instalações elétricas, mesmo se a corrente estiver cortada - utilize extintores de pó químico ou CO₂;
- Quando abandonar um local incendiado, feche todas as portas de comunicação com o resto da edificação.

Administração, Almoxxarifados, Reserva Técnica:

- Não fume, nem acenda fogo;
- Mantenha estes espaços permanentemente limpos e arrumados;
- Os consertos necessários deverão ser executados, rápida e definitivamente, e por técnicos competentes. As instalações e equipamentos deverão ser verificados por esses técnicos, no mínimo, anualmente;
- Não utilize instalações elétricas provisórias;
- Em caso de incêndio, proceda imediatamente ao corte de energia elétrica;
- Comunique rapidamente qualquer sinistro. A eficiência do combate ao incêndio depende da rapidez do alarme;
- Não use nunca água sobre a instalação elétrica mesmo se a corrente estiver desligada; utilize extintores de CO₂ ou pó químico;
- Quando abandonar o local incendiado, feche todas as portas de comunicação com o interior da edificação;

Quadros elétricos:

- Estas instalações devem estar permanentemente limpas e asseguradas as suas condições de ventilação;

- Os consertos necessários deverão ser executados, rápida e definitivamente, e por técnicos habilitados;
- As instalações devem ser verificadas por técnicos habilitados, no mínimo, anualmente. Solicite a presença do técnico responsável pela verificação das instalações elétricas, quando necessário;
- Verifique, periodicamente, o bom estado de conservação e a localização dos equipamentos de segurança (lanternas, luvas, tapetes, vara de manobra, instruções de primeiros socorros, extintores, etc.);
- Em caso de incêndio, o corte imediato da corrente elétrica deve ser feito ao soar o alarme;
- Nunca use água sobre a instalação elétrica, mesmo se a corrente estiver cortada. Utilize extintores de CO2 ou pó químico;
- Comunique, rapidamente, qualquer sinistro. A eficiência do combate ao incêndio depende da rapidez do alarme;
- Quando abandonar o local incendiado, feche todas as portas de comunicação com o interior do edifício.

Instruções para os ambientes

Afixar nos ambientes ou Quadro Mural estas orientações

Evacuação:

- Ao ouvir o sinal de alarme (toque de campainha muito prolongado), seguir as instruções dos brigadistas do seu setor;
- Não se preocupe com os bens materiais ou objetos. Deixe-os sobre as mesas, saia com calma e o mais rápido possível;
- Siga os sinais de saída em silêncio. Não corra;
- Siga sem pânico. Não volte atrás;
- Não pare na porta de saída. Esta deve estar livre;
- Siga para o local que o brigadista indicar, para se verificar que não falte ninguém.

Em caso de incêndio:

- Em caso de incêndio, mantenha sempre a calma e tenha bom-senso em todas as suas ações;
- Se o fogo for pequeno, tente apagá-lo com os meios disponíveis ao seu alcance e caso tenha sido treinado (a) para tal;

- Se não conseguir dominar o fogo, feche a porta e solicite ajuda aos colaboradores. Avise rapidamente a direção da brigada da ocorrência do fogo;
- Se o fogo atingir suas roupas, não corra. Deite-se no chão e role de um lado para outro, a fim de abafar o fogo;
- Se ouvir uma explosão, jogue-se no chão e proteja a nuca com os braços;
- Diante de fumaça, proteja a boca e o nariz com um pano. Caminhe agachado, junto ao solo, pois é um local com menos fumaça;
- Se a fumaça impedir a sua fuga, anuncie a sua presença e aguarde socorro. Tente não entrar em pânico - isso vai te ajudar a respirar melhor.

Conclusão

Nenhum sistema de prevenção a sinistros será eficaz se não houver o elemento humano preparado para operá-lo.

Esse elemento humano, para poder combater eficazmente um incêndio em seu princípio e proceder a um plano de abandono, deverá estar perfeitamente treinado. É um erro pensar que, sem treinamento, alguém, por mais hábil que seja, por mais coragem que tenha, por maior valor que possua, seja capaz de atuar de maneira eficiente quando do surgimento do sinistro.

